



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 074 - SEXTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21		BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp		LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella		LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE			
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 56ª SESSÃO ESPECIAL, EM 11 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a dar início às comemorações dos 180 anos do Senado Federal. 16099

1.2.1 – Oradores

Senador Ney Suassuna 16099

Senador Alvaro Dias 16100

Senadora Serys Shessarenko 16101

Senador José Agripino 16102

Senador Arthur Virgílio 16103

Senador Eduardo Suplicy 16105

Senador Magno Malta 16105

Senador Cristovam Buarque 16107

Senador Marcelo Crivella 16108

Senador José Sarney 16108

Senador Renan Calheiros (Presidente da República, em exercício) 16111

Senador Tião Viana (Presidente do Senado, em exercício) 16112

Senadora Lúcia Vânia (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno) 16113

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 57ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE MAIO DE 2006

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 557, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, 11 de maio, do jornalista e analista político Abdias Silva. 16116

2.2.2 – Ofício

Nº 44/2006, de 11 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de indicação do Senador Juvêncio da Fonseca como vice-Líder daquela Liderança 16116

2.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 558, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança, ao ensejo do sepultamento, no Rio de Janeiro, na manhã de hoje, 11 de maio, 73 anos após seu falecimento, dos

restos mortais, transladados do México, da mãe de Luiz Carlos Prestes, Sra. Leocádia Felizardo Prestes. 16116

2.2.4 – Ofício do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Nº 5/2006, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 238, de 2006, do Senador Arthur Virgílio 16117

2.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 559, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à mãe brasileira, ao ensejo do Dia das Mães, na figura de uma notável mulher amazonense, mãe adotiva de 60 filhos, que cria com comovente amor: Dona Waldiza Araújo Ribeiro. 16117

2.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2006, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. *Promulgação do Decreto Legislativo nº 148, de 2006.* 16117

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera os arts. 267, 269 e 295 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, ampliando as hipóteses de indeferimento da petição inicial, e dá outras providências 16118

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui o ano de 2008 como “Ano Nacional Machado de Assis” 16118

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.. 16118

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2001 (nº 2.589/2000, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do artigo 541 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial, para os fins do art. 105, III, c, da Constituição Federal.

16118

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005 (nº 2.170/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

16118

Recebimento, no dia 2 do corrente, do Recurso nº 8, de 2006, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.....

16118

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, cujo recurso, para o mesmo, foi lido anteriormente.

16118

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, sexta-feira, dia 12, às 10 horas, destinada a comemorar os 118 anos da abolição da escravatura, assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888, ficando, por essa razão, cancelada a sessão não deliberativa marcada para esse dia, e que só usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

16118

2.2.7 – Mensagem do Presidente da República

Nº 131, de 2006 (nº 325/2006, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Nelson Narciso Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. ..

16118

2.2.8 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2006 (nº 7.074/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento imóvel que especifica.....

16122

2.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera o artigo 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o

art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.....

16125

2.2.10 – Pareceres

Nº 492, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

16146

Nº 493, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre os Avisos nºs 871, de 2005, e 49, de 2006, do Tribunal de Contratos da União, que encaminham cópia dos Acórdãos nºs 857/2005 e 78/2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referentes a auditorias realizadas em obras rodoviárias na BR-282/SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina (TC-003.719/2001-2). ...

16156

Nº 494, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 37, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta § 5º ao art. 48 da Resolução nº 43, 2001 (permite a dedução dos investimentos dos Estados em educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos de parte de dívidas junto à União).

16160

2.2.11 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

16164

Abertura de prazo de 2 dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Resolução nº 37, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação.....

16164

2.2.12 – Ofício

Nº 40/2006, de 9 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Luiz Pontes para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na vaga destinada ao PSDB.

16164

2.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre proposta aprovada em reunião de credores da Varig, realizada na última terça-feira. Debate sobre projeto de sua autoria, que dispõe sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior.

16164

SENADOR *PEDRO SIMON* – A crise que afeta o setor exportador do Estado do Rio Grande do Sul..... 16169

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Apoio às iniciativas de recuperação da Varig. Cumprimentos ao Presidente Lula pela indicação da Dra. Carmem Lúcia Antunes Rocha, mais uma mulher a ocupar cargo no Supremo Tribunal Federal. Homenagem pela passagem no próximo domingo, do Dia das Mães. Leitura de carta recebida da Sra. Maria de Lourdes Melo Vasconcellos, mãe do engenheiro brasileiro João José de Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque em 2005, apelando às autoridades no sentido da localização de seu filho..... 16172

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Agradecimento pelas manifestações de seus pares, por ocasião do falecimento de Aluizio Alves, a quem presta homenagem e faz relato de sua trajetória política. ... 16175

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Apresentação de estudos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e do Instituto Internacional de Desenvolvimento Empresarial (IIIDE), que chegaram à conclusão de que o governo brasileiro é um dos principais fatores para a falta de competitividade do país. 16178

2.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 560, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem ao gesto da atriz Regina Duarte que, em 2002, previu o malogro do Governo Lula..... 16180

Nº 561, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Gondim Jacob, servidora do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti..... 16181

Nº 562, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de 4 membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Santa Maria-RS, ocorrido hoje pela manhã. 16181

Nº 563, de 2006, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 16181

2.2.15 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *ALVARO DIAS* – Comentários à entrevista do Presidente da Bolívia concedida hoje em Viena, considerada por S.Exa. como mais uma ameaça ao Brasil. Referência à ameaça de desapropriação de propriedades pertencentes a brasileiros que produzem soja na Bolívia. 16181

2.2.16 – Comunicação da Presidência

Retorno, nesta data, ao exercício do mandato de Senador Marcos Guerra, primeiro suplente, em virtude do afastamento do titular, Senador Gerson Camata. 16182

2.2.17 – Comunicação

Do Senador Marcos Guerra, referente à sua filiação partidária e nome parlamentar. 16182

2.1.18 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *GILBERTO MESTRINHO* – Equívocos, descuidos e freqüentes descasos com que tem sido conduzida e tratada a temática amazônica..... 16182

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Agradecimentos pela solidariedade demonstrada pelo falecimento da funcionária da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Sra. Ana Maria Gondim. Comemoração da sanção da Lei 11.301/2006, que faz justiça ao magistério brasileiro..... 16185

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – A problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil 16187

SENADOR *LEONEL PAVAN*, como Líder – Considerações sobre o prejuízo que cidades de Santa Catarina estão sofrendo em razão da crise da Varig..... 16190

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006, que altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças partidárias.....** 16190

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada..** 16190

Item 3

Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica. **Apreciação sobrestada.** 16190

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes

Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. **Apreciação sobrestada.** 16190

Item 5

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). (Votação nominal). **Apreciação sobrestada.** 16191

Item 6 (Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 16191

Item 7

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder

Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Apreciação sobrestada. 16191

Item 8

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Apreciação sobrestada. 16192

Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Apreciação sobrestada. 16192

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções). **Apreciação sobrestada.** 16192

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Apreciação sobrestada. 16192

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. **Apreciação sobrestada.** 16192

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação. **Apreciação sobrestada.** 16192

Item 14 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. **Apreciação sobrestada.** 16192

Item 15

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 16193

Item 16

Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello. **Apreciação sobrestada.** 16193

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao Presidente Lula, considerando que governo brasileiro estebeleceu aliança danosa com o Presidente da Bolívia, Evo Morales. 16193

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Registro de denúncias recebidas de funcionários do Banco do Brasil, referentes a questões relativas ao fundo de pensão Previ. 16193

2.3.2 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador José Maranhão para representar o Senado Federal na solenidade de posse do Desembargador Júlio Paulo Neto, no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no próximo dia 26 de maio. 16229

2.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Involução das relações do Brasil com seus vizinhos da América do Sul no Governo Lula, destacando o impasse existente entre o Brasil e a Bolívia na questão da nacionalização do gás boliviano. 16229

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Solicitação de registro de voto de requerimento de voto de aplauso à mãe brasileira, assim como da Nota nº 296, da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministério das Relações Exteriores, referente à capitulação do Brasil na questão da nacionalização do gás boliviano. 16235

SENADOR SIBÁ MACHADO – Encaminhamento à Mesa, para registro nos Anais do Senado, de matéria da **Folha On Line**, intitulado “Acordo impede que Bolívia aumente o preço do gás”. 16238

SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações a respeito da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia. 16240

SENADOR MÃO SANTA – Considerações a respeito da nacionalização dos hidrocarbonetos na

Bolívia. Entraves para o desenvolvimento do Brasil. 16245

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Registro da apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro da Fazenda sobre a execução do Programa de Ajuste Fiscal do Governo do Estado da Paraíba, firmado com a União, nos termos do Contrato de Consolidação e Reescalonamento de Dívidas, no tocante à Dívida Consolidada de Longo Prazo. 16247

SENADOR GILVAM BORGES – Importância estratégica da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) como gestora da Zona Franca de Manaus. Destaque à necessidade da aprovação do Plano de Cargo e Carreira de Especialista em Desenvolvimento Regional da Suframa, assim como à realização de concurso público para suprir o quadro da instituição. 16248

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários às afirmações atribuídas ao Presidente da Bolívia, Sr. Evo Morales, em que supostamente disse que “Lamenta muito que o Acre tenha sido comprado em troca de um cavalo”. 16252

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com o agravamento do conflito nas relações Brasil-Bolívia. 16253

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao posicionamento do Presidente Lula na defesa dos interesses brasileiros junto a outros países, especialmente no que tange às atuais divergências entre Brasil e Bolívia. 16255

2.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre o editorial intitulado “Na República da fantasia”, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 23 de abril último. 16258

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria intitulada “Governo apressa projetos sociais no ano eleitoral”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 24 de abril último. 16260

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre a matéria intitulada “Portas abertas aos companheiros no governo”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 30 de abril último. 16262

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “À sombra dos escândalos”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 16 de abril último. 16263

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “Para presidente do TSE, ‘Brasil se tornou país do faz-de-conta’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 5 do corrente. 16264

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Lula passa por saia-justa no STF”,

publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 28 de abril último. 16265

SENADOR **EDUARDO AZEREDO** – Registro do artigo intitulado “*A capitulação do Planalto*”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 do corrente..... 16266

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro do artigo intitulado “*Lula e o barão de Munchausen*”, de autoria do doutor em economia da PUC-Rio, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente..... 16267

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro da matéria intitulada “*Para ruralista, MST declarou guerra no campo*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de abril último..... 16268

SENADOR **VALMIR AMARAL** – Apreensão com relação aos riscos para o homem, causados pela tuberculose bovina..... 16269

SENADOR **VALDIR RAUPP** – Cumprimentos ao Sistema Indústria, que congrega a Federação das Indústrias – FIERO, o SESI, o SENAI e o Instituto Euvaldo Lodi, criou a Câmara Setorial da Madeira, com o propósito de debater questões ambientais no Estado de Rondônia..... 16270

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Alvaro Dias, proferidos nas sessões dos dias 5, 8 e 9 de maio do corrente..... 16271

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 837 a 841, de 2006. 16282

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 56ª Sessão Especial, em 11 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 48 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esta Presidência solicita que todos ocupem os seus lugares.

Por gentileza, a Presidência solicita que todos os presentes ocupem os seus lugares. (Pausa.)

Esta Presidência reitera aos senhores presentes que ocupem os seus lugares.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a dar início às comemorações pela passagem dos 180 anos do Senado Federal, completados no último dia 6 de maio.

Convido para compor a Mesa o Excelentíssimo Sr. Renan Calheiros, Presidente da República em exercício. (Pausa)

Convido a Exma Srª Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie. (Palmas.)

Convido, ainda, para compor a Mesa, o ex-Presidente da República e ex-Presidente do Senado Federal Senador José Sarney e o ex-Presidente do Senado Federal Senador Antonio Carlos Magalhães. (Palmas.)

A Presidência convida a todos para, de pé, ouvirem o Hino Nacional brasileiro.

(Execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB e da Maioria, como primeiro orador. A seguir, ouviremos o Senador Alvaro Dias.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal; Sr. Presidente da República em exercício, Senador Renan Calheiros; Srª Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie; Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente desta Casa; Senador José Sarney, ex-Presidente desta Casa; Srªs e Srs. Senadores; minhas senhoras e meus senhores, o Senado Federal está completando 180 anos de existência. São quase dois séculos de atividade em favor do Brasil, prestando os melhores serviços no sentido de dotar a Nação

das normas mais adequadas ao seu desenvolvimento, normas que têm de levar em conta as necessidades do povo que habita este imenso território.

Em nossa organização política e representativa, esta Casa tem a importante função de representar cada unidade que compõe a República Federativa do Brasil. E, como a Câmara dos Deputados tem sua composição determinada pelo número de eleitores existentes em cada Estado, haveria o risco de os interesses dos Estados mais populosos, se sobreporem, aos interesses daqueles menos habitados.

A busca da proporção para garantir o equilíbrio no atendimento das demandas normativas, então, se dá, com a representação senatorial, já, que cada Estado e o Distrito Federal contam com igual número de eleitos para esta Casa. Ademais, a sua própria designação, a palavra de origem latina **senatus**, representa uma espécie de “conselho de anciãos”, intimamente relacionada com as idéias senil, sênior, da mesma raiz. Então, o Senado é aquela instituição da qual se espera que tenha as qualidades da ponderação, da experiência, do equilíbrio de atitudes, próprias das pessoas mais experientes. Não é sem razão, que a Constituição federal estabeleceu, idade mínima de 35 anos para que se possa exercer o mandato de senador, idade bastante superior à exigida para o mandato de deputado.

Aliás, muito provavelmente, o Poder Constituinte deve ter levado em conta essas características ao estabelecer as graves competências privativas do Senado, entre as quais, podemos destacar:

- processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

- processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União;

- aprovar, após arguição pública, a escolha das autoridades previstas na Constituição;

- autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- suspender a execução, no todo ou em parte, da lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos todos que chegamos a ocupar um cargo de tamanha relevância orgulhar-nos de termos atingido tal posição na vida política de tão grande Nação!

E aí, nem sequer estou reivindicando a equiparação aos grandes nomes de nossa História que já deram sua contribuição para engrandecer esta Casa, desde a época da Monarquia, em que a escolha era vitalícia e a critério do Imperador.

Nunca é demais lembrar alguns dos grandes que deixaram seus nomes gravados de forma indelével nos feitos desta Casa: Joaquim Nabuco, Nicolau Vergueiro, Rui Barbosa, Juscelino Kubitschek, Afonso Arinos e muitos outros da atualidade que a prudência recomenda não citar, para que não se corra o risco de involuntariamente cometer alguma grande injustiça.

O que é importante lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sim, é que esta é uma Casa que luta pelos valores democráticos e pela justiça social, para que esta terra cumpra seu ideal de grande Nação; para que o desenvolvimento tome conta de todo o território; para que haja uma distribuição mais justa das riquezas e que cheguemos ao patamar a que nos cabe aspirar no contexto das nações.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, Líder do bloco parlamentar da Minoria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana; Sr. Presidente da República em exercício, Senador Renan Calheiros; Sr^a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie; ex-Presidente, José Sarney; ex-Presidente do Senado Federal Antonio Carlos Magalhães; Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados ilustres, ***o Senado, a Casa da Federação é, sem dúvida, o cenáculo no qual a República revela uma de suas vertentes mais expressivas. O Senado, a Casa da representação federativa, das igualdades dos entes federativos, abriga um acervo valioso que nos permite passar em revista os momentos mais emblemáticos da História política do nosso País, bem como contemplar inúmeros protagonistas da República que por aqui passaram, tantas figuras ilustres que nos inspiram, os responsáveis pela consolidação do ideal republicano.

No Império, o Senado foi decisivo para a estabilidade política do regime parlamentar instituído em 1847. Em larga medida, eram Senadores os Presidentes do Conselho de Ministros.

O regime republicano, instaurado em 1889, trouxe consigo duas características fundamentais: o presidencialismo e o federalismo. Lideranças do Senado, como Rui Barbosa e Pinheiro Machado, por exemplo, foram símbolos da força política da Casa na primeira república. Na nova ordem política, coube ao Senado Federal assegurar a existência do pacto federativo, o que efetivamente fez, cenário bastante distinto do estado unitário monárquico. Essa missão não pôde ser cumprida em contextos históricos especiais, impedido que foi pela excessiva centralização ou pela óbvia ditadura: durante o Estado Novo (1937-1945) de Vargas e durante o regime militar instaurado nos idos de 1964, notadamente em sua primeira fase.

Em termos de história política brasileira recente, o Senado Federal protagonizou, entre outros, dois momentos fundamentais. O primeiro deles resultou das eleições de 1974, quando a ditadura completava sua primeira década. A avassaladora vitória da Oposição, conquistando 16 cadeiras entre as 22 em disputa, alterou a fisionomia do Senado, conferindo-lhe papel de inegável centralidade no debate político nacional e no encaminhamento da longa transição do regime autoritário para a democracia. O segundo foi a transição propriamente dita. Senadores desempenharam papel proeminente na condução do processo de transição, o qual, não por acaso, culmina na eleição indireta de dois Senadores – Tancredo Neves e José Sarney – para o comando do Executivo.

No epicentro da crise moral e ética que se abateu sobre o País, a partir da eclosão dos escândalos que colocaram a mostra vetores sombrios de um relacionamento espúrio entre as esferas pública e privada, o Senado vem desempenhando um papel altamente relevante em prol do restabelecimento da legitimidade das instituições nacionais.

A propósito, Rui Barbosa, que nos inspira, tem um discurso emblemático e que tudo tem a ver com este momento de exacerbação política que vivemos, às vezes, no Senado Federal e na política brasileira, quando, na “Oração aos Moços”, ele fala da cólera santa, da ira divina, e diz:

Quem, senão ela, banir da sociedade o imoral, o corruptor, o libertino? Quem, senão ela, varrer dos serviços do Estado o prevaricador, o concussionário e o ladrão público? Quem, senão ela, precipitar do governo o negocismo, a prostituição política ou a tirania?

Quem, senão ela, arrancar a defesa da pátria à covardia, à inconfidência, ou à traição?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, em pleno maio de 2006, podemos contextualizar o Senado como um espaço da dignidade do povo brasileiro, ao depositar nos seus representantes a esperança de restauração dos valores mais caros à cidadania. Inegavelmente, o Senado é uma Casa vocacionada para atuar em sintonia fina com as mais legítimas aspirações do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Mesa registra com grata satisfação a presença do Exm^o Sr. Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações, digno Senador da República por Minas Gerais. (Palmas.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, em nome do Bloco de apoio ao Governo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente; nosso Senador Renan Calheiros na função de Presidente da República, o que muito nos honra neste momento; Presidenta do Supremo Tribunal Federal deste País, Ministra Ellen Gracie, que é uma honra para todas as mulheres brasileiras e cuja presença muito nos alegra na comemoração dos 180 anos do nosso Senado; Sr. ex-Presidente da República e do Senado José Sarney; Sr. ex-Presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães; Sr. Ministro Hélio Costa; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores; Srs. ex-Senadores, seus familiares, realmente hoje é um dia de festa para o nosso Senado da República.

Fiz – e não costumo fazê-lo – um discurso por escrito, porque realmente a data de hoje precisa ser rememorada em sua história.

Em seus 180 anos de história, o Senado representa, como quase nenhuma outra instituição política nacional, a evolução da representação popular, os caminhos e descaminhos que o povo trilhou para chegar ao poder e construir um sistema de governo efetivamente inclusivo e democrático.

Na dupla condição, de mulher e de representante de um Partido de firmes raízes populares, o Partido dos Trabalhadores, não posso me furtar a recuperar, na historiografia do Parlamento, alguns fatos, episódios e momentos em que essa evolução se apresenta nítida e eloquente. Alguns momentos que demonstram, de forma significativa, o progresso das instituições democráticas e, em especial, no que toca ao Poder Legislativo – âncora maior do Estado de Direito –, o desta Casa.

O Senado, que se instalou a 6 de maior de 1826, no Rio de Janeiro, era composto por representantes das 19 províncias brasileiras – entre elas a que deu origem ao meu Estado, o Mato Grosso – e se, por um lado, tinha seus membros escolhidos com base na manifestação direta dos cidadãos, o que se elegia afinal era apenas uma lista, a partir da qual o Imperador selecionava nome de sua predileção, com mandato vitalício.

Paradoxal para uma democracia era essa forma de eleição, tal como era paradoxal a exigência de que o postulante do cargo apresentasse renda pessoal mínima de 800 mil réis, uma quantia verdadeiramente respeitável para a época. Foram 235 os nomeados a Senadores no decurso de todo o período monárquico. E todos eles homens, Sr. Presidente; todos representantes da elite culta do País.

Às mulheres, como sabemos, não era dado o direito de voto e muito menos de candidatar-se à posição parlamentar. Curiosamente, quem poderia ter sido a primeira Senadora brasileira, a Princesa Isabel, jamais o foi, uma vez que não exerceu, de forma efetiva, o direito ao **status** senatorial que a Carta Imperial conferia aos príncipes de sangue. Por outro lado, a Princesa Isabel teria sido a primeira ou das primeiras mulheres a falar nesta Casa, no Senado da República, no juramento como herdeira do Trono, em 1860.

O Senado imperial, à época da Proclamação da República, contava com 52 integrantes, número equivalente à metade dos Deputados, em cada Província, sendo essa a lógica de composição da Casa. O Brasil Império, por sua vez, era um Estado unitário, e o conceito federativo, ou seja, de igualdade entre as diversas unidades políticas do País, somente aparecerá com a primeira Constituição da Era Republicana, em 1891, quando ficou estabelecida, pela primeira vez, a regra ainda hoje observada de três Senadores por Estado Federado. Foi assim que, de lá para cá, nosso número cresceu – de 63 para 81 Parlamentares – sempre em função da criação de novos Estados.

Mas, se em 1891 aboliram-se os critérios de renda, mantiveram as mulheres afastadas do exercício do voto e do direito de representação. De modo radical para a época, o Rio Grande do Norte liberou o acesso feminino ao voto e à candidatura eletiva, mas viu sua decisão cassada, num movimento infeliz, de iniciativa da Comissão de Poderes, órgão da estrutura do próprio Senado.

A mulher somente conquista o voto em 1932, com o novo Código Eleitoral, em curto interregno brutalmente interrompido pela instalação do Estado Novo, e por 8 longos anos de silêncio democrático.

Como fato marcante, na década de 1930, toma posse, em 1934, o primeiro Presidente do Senado republicano, efetivamente eleito dentre os Senadores, uma vez que, até então, comandava a Casa o Vice-Presidente da República, mecanismo que hoje nos estranha, mas que será retomado na Carta de 1945.

O regime militar instalado em 1964 irá cometer, por sua vez, algumas das maiores violências jamais perpetradas contra o Parlamento, em toda sua história, como o foram as inúmeras cassações, a indicação de representantes “biônicos” – atingindo diretamente esta Casa – e o fechamento do Congresso, em mais de uma oportunidade.

Finalmente, o ciclo de configuração formal do estatuto democrático e representativo se completa, entre nós, na década de 1980. Não há mais voto censitário, todos os cidadãos podem eleger e eleger-se; não há mais parlamentares indicados e, apesar de percalços, a democracia se apresenta forte, tendo no Parlamento sua garantia maior e mais imediata. Não foi outro o motivo pelo qual três parlamentares, egressos do Senado, foram guindados à Presidência da República, a partir de 1985, por quatro mandatos distintos, enfrentando, por vezes, circunstâncias difíceis e críticas do ponto de vista político e institucional.

Mas falta, Sr^{as} e Srs. Senadores, alcançar, na representação popular, uma proporção que melhor traduza a composição do nosso tecido social.

Nesse pormenor, Sr. Presidente, entendo que ainda estamos em débito com os brasileiros, em especial no que toca à “minoria” mais sub-representada entre todas: a mulher.

Ao contrário da Câmara dos Deputados, que em 1933 empossava a sua primeira Parlamentar, a Deputada Carlota Pereira de Queiroz, de São Paulo, o Senado esperaria até o ano de 1979, quase 43 anos depois!, para ver a posse da Senadora Eunice Michiles, representante Suplente do Estado do Amazonas, e outros 12 anos, para que pudesse incorporar como Titular a Senadora Júnia Marise, de Minas Gerais.

Significativo, ainda, Sr. Presidente, é que o número de mulheres Parlamentares somente se robusteça, efetivamente, após a redemocratização do País, chegando hoje as Deputadas Federais a 45 e as Senadoras a 10 – proporção superior à apresentada pela Câmara –, sendo do meu próprio Partido a maior Bancada feminina desta Casa, composta de 4 companheiras, sob a Liderança da nossa companheira e Líder do nosso partido, Ideli Salvatti.

É fato, portanto, que muito caminhou o Brasil na construção de instituições mais sólidas e democráticas e no aprimoramento de mecanismos de representação mais fiéis aos anseios de inclusividade e de respeito

à diversidade que demonstra ter o nosso povo. Mas ainda temos muito que fazer; muito há que avançar. Estes foram apenas os primeiros 180 anos de história do Senado Federal.

Finalizo, Sr. Presidente, evocando a memória daqueles que nos trouxeram aqui, das brasileiras e dos brasileiros – cidadãos anônimos e Parlamentares ilustres – que tornaram possível ao Senado comemorar a sua data inaugural, já sob o signo da democracia e da submissão à vontade popular. Mais uma vez a minha homenagem aos ex-Senadores e seus familiares aqui presentes. Evoco, agradecida, o esforço dos funcionários desta Casa, que souberam fazer jus a essa herança cívica e apoiar de forma incansável – nos Órgãos e nos nossos gabinetes – nossa atividade legislativa.

Quero aqui homenagear todos os servidores desta Casa, o Diretor-Geral, Dr. Agaciel Maia, que publicou o livro **O Senado e os seus Presidentes** e o próximo, que ele lançará, **Tempo de Transformação**, que também ilustra o profundo conhecimento que este servidor público possui de nossa brilhante instituição.

Junto a eles evoco, ainda, emocionada, aquilo que o futuro poderá nos trazer, à força do constante aprofundamento na crença em nosso povo; na sua capacidade de superação e de renovação.

O Senado, Sr. Presidente, é a Casa da renovação. E soube tornar-se, no decurso do tempo, a Casa de todo brasileiro. Estou pronta, junto a todos, a dizer tal como o poeta: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será”. Como todas as Colegas e os Colegas Senadoras e Senadores, estou pronta para o futuro!

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Presidência registra com grata satisfação e reverência a presença dos ex-Senadores, Nabor Júnior, Jorge Kalume e Alfredo Campos, Ronan Tito, Geraldo Mesquita e José Lins. (*Palmas*.)

Concedo a palavra ao eminente Senador José Agripino pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, Senador Tião Viana; Senhor Presidente da República em exercício, a quem com muita alegria refiro-me, Senador Renan Calheiros; Presidente Ellen Gracie, digníssima Presidente do Supremo Tribunal Federal; ex-Presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães; Senador José Sarney, também ex-Presidente do Senado e da República; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr. Ministro Hélio Costa, nosso companheiro no exercício do Ministério das Comunicações; Srs. ex-Ministros; Srs. ex-Senadores; autoridades; minhas

senhoras e meus senhores, é com muita alegria que participo deste momento histórico para a República brasileira: o aniversário da Instituição que representa a União Federativa do País. Sinto orgulho em fazer parte do Senado Federal, que comemora hoje 180 anos de história, mais dinâmico e cada vez mais próximo da sociedade brasileira.

Falo com júbilo e com a convicção de quem rejeita a tese da formação de um Parlamento unicameral. O Senado da República é, na sua composição, a Casa representativa da Federação, idéia que reúne ao mesmo tempo o valor da autonomia dos Estados e da unidade nacional em torno de um só Brasil, de uma só Nação.

Pela tribuna do Senado perfilaram grandes nomes e grandes oradores: Rui Barbosa, Duque de Caxias, Juscelino Kubitschek, Afonso Arinos e tantos outros ilustres da História Política nacional. Episódios marcantes da nossa democracia aconteceram nesta Casa. Aqui nasceu a Abolição da Escravatura, sepultada pela ação do Senador João Alfredo Correa de Oliveira e assinada pela Princesa Isabel.

Quando essa história começou, em 1826, o Brasil eram apenas 19 províncias, representadas por 50 Parlamentares. O Imperador nominava os Senadores a partir de lista triplíce e aquele que conquistava o mandato o mantinha pela vida toda. Só podiam assumir o cargo brasileiros com um rendimento anual mínimo, uma restrição elitista que, felizmente, ruiu com o tempo.

Sob a inspiração de Rui Barbosa e Pinheiro Machado, a proclamação da República consolidou os alicerces do novo Senado. Em 1891, a primeira Constituição republicana disciplinou os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, no qual o Senado passou a traduzir o pacto federativo, com três Senadores por cada Estado.

É certo, Sr. Presidente, que nem sempre essa história foi de alegrias. Houve percalços. Em diversas oportunidades, tentou-se derrubar ou diminuir esta Casa. O Marechal Deodoro extinguiu o Senado Federal. Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional e a insurgência militar de 64 fechou o Parlamento.

Hoje, os tempos são outros, muito mais democráticos. Não há mais Império e a República está consolidada. Não há mais restrições sociais, e as vagas nas cadeiras desta Casa estão abertas aos brasileiros que tiverem o voto confiado pelo povo de seus Estados. Hoje, somos 81 Senadores que representam as 26 Unidades da Federação e o Distrito Federal.

Ao longo desses anos, aprimoramos a forma de como melhor exercer a missão que nos é determinada por quem nos elegeu. Aqui nascem ou são discutidos

os temas mais importantes para a sociedade brasileira, a despeito do excesso de medidas provisórias que insistem em nos submeter.

Aqui cumprimos nossas obrigações constitucionais de fiscalizar os atos do Poder Executivo. O funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito e as convocações de Ministros de Estado aproximam o Poder Público da sociedade brasileira. E é justamente nesses momentos que o Poder Legislativo mais mostra a sua condição de ser, dentre os três Poderes, o mais aberto aos anseios da sociedade brasileira.

Finalizo este breve pronunciamento, citando um dos nossos ícones, Rui Barbosa: "O Senado é um tribunal de consciência, sim; mas é precisamente por este motivo que, nos casos em que a dúvida for possível, não deverá esquecer que a solução é fatalmente pela liberdade".

Pela liberdade e pela democracia, cumprimento o Senado pelos seus 180 anos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente; Senhor Presidente da República em exercício, Senador Renan Calheiros; Sr^a Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie; Presidente José Sarney; Presidente Antonio Carlos Magalhães; Sr^{as} e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores, para homenagear a todos, escolho uma figura de minha admiração pessoal, Ministro Hélio Costa, e tenho certeza de que V. Ex^a e o Senador Eduardo Azeredo com isso concordarão. Cito, aliás, duas: o Ministro Célio Borja e o Ministro Hélio Jaguaribe. E sinto que todos com acento no plenário neste momento se sentirão homenageados por este representante do Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, a comemoração dos 180 anos do Senado da República sugere também a lembrança de um dos grandes nomes que honraram o Parlamento, o Senador Ruy Santos. Para esse representante baiano de saudosa memória, o Legislativo é verdadeira escola. Uma escola de civismo, que avalia os que aqui chegam.

No Senado, como na Câmara dos Deputados, só vencem os que têm vocação para a política, os que a fazem com P maiúsculo. Ao sujeitar-se a avaliação, não subsistem os sem vocação, os que só conseguem acesso a esta Casa pelo improvisado. Esses, em geral narcisistas, morrem como na mitologia, encantados com a própria beleza, a beleza cívica fictícia. Não honram a passagem pelo Parlamento.

Esta, antes de tudo, é uma Casa feita para os que a amam, para os que têm vocação para amá-la, jamais para os improvisados.

É preciso também que venham a amar o Congresso as nossas populações, razão de ser da existência da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Aqui, como na outra Casa, além do exercício das suas funções constitucionais, projetam-se as verdadeiras vocações e são destruídos os improvisados, os que chegam com intenções outras que não a de exercer trabalho em nome e a favor do povo.

Em algumas fases da vida da Nação, este Poder é colocado sob suspeição. O momento que vivemos é um exemplo. Por isso, talvez exista uma frase que se adapta a todas essas épocas, que se repetem com certa frequência: O Congresso está em crise.

Não é esta, a meu ver, uma verdade por inteiro. A crise não é do Congresso. A crise, como a atual, costuma ser uma crise do processo de funcionamento do Congresso Nacional, um Poder sensível e sujeito a abalos ocasionais decorrentes da ação indesejável, aética, antiética, reprovável e, muitas vezes, criminosa de alguns improvisados que comprometem a imagem deste Poder.

Isso ocorre quando, por exemplo, a Nação assiste a manobras feitas aqui, como algumas recentes tentativas de impedir que o Congresso exercite o seu direito constitucional de investigar, por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Ao Congresso compete, como prerrogativa, repito, investigar a vida nacional, em favor do povo que representamos, punindo os responsáveis por desvios.

Esse direito, o de investigar, surgiu com a própria criação do Poder Legislativo. Trata-se de prerrogativa natural, inevitável e adequada.

Diria que esse é um direito sagrado e, portanto, inalienável, intransferível, que não comporta postergações.

Por isso, digo sem receio de errar que as recentes oposições ao funcionamento de CPIs, inclusive aqui no Senado, vão de encontro, a meu ver, à letra da Constituição, chocam-se, portanto, com os preceitos da nossa Lei Maior, frustram os anseios das populações e, como corolário, é feita, deve ser feita, precisa ser feita, aqui e na sociedade, a avaliação dos que chegam a esta e à outra Casa, para que logo se saibam suas intenções.

No passado, logo após a promulgação da Constituição de 1946 e instalada a Sessão Legislativa Ordinária da Câmara, o então Deputado Barreto Pinto perdeu o mandato por se deixar fotografar de casaca e cueca. Houve clamor público, como agora, no episódio do chamado mensalão ou, mais recentemente, o dos sanguessugas.

A Câmara, como recordamos, em sessão realizada no dia 27 de maio de 1949, cassou o mandato de Barreto Pinto, ou, como está escrito no projeto de resolução, declarou perdido o mandato do parlamentar por falta de decoro.

Nessa mesma época, o seu partido, o PTB, antecipara-se à decisão da Câmara e resolveu considerar Barreto Pinto desligado de sua bancada. Exemplo de vida partidária que deveria ser imitado.

Assim é o Senado da República.

Assim é e tem de ser a Câmara dos Deputados.

Assim é o Congresso Nacional, que devemos entender e compreender para poder amá-lo e para imaginarmos que o povo possa fazer o mesmo.

Longe de se apresentar como pretensa instituição perfeita, o Congresso Nacional tem, no entanto, motivos para o reconhecimento público. Muitos motivos. Motivos, portanto, que o credenciam a ser amado.

Os bons que por aqui passam serão sempre lembrados. Os improvisados – evidentemente, todos compreendem o que quero definir como um parlamentar ou homem público improvisado; é um termo delicado que talvez não mereçam aqueles aos quais dirijo esta colocação –, quando não punidos por razões que o povo não entende, serão, no entanto, esquecidos, irremediavelmente esquecidos. E avaliados. Para que jamais eles e outros que pensem como eles se atrevam a vir para cá.

Sr. Presidente, cito os nomes de alguns Senadores notáveis. Poderia citar meus colegas – nesta Mesa há um ex-Presidente da República, um Presidente da República interino e o Presidente Antonio Carlos Magalhães –, mas não vou fazê-lo. Muitos dos que citarei, graças a Deus, estão vivos. Faço referência a nomes que, a meu ver, engrandeceram o Senado, sem prejuízo de estar olvidando outros tantos de igual monta cívica: Rui Barbosa; lembrava-me o Senador Tasso Jereissati muito bem de seu notável conterrâneo José de Alencar; Álvaro Botelho Maia, Manoel Severiano Nunes, Arthur Virgílio Filho, Bernardo Cabral (esses quatro do meu Estado; Milton Campos, Nereu Ramos, Affonso Arinos, Gustavo Capanema, Daniel Krieger, João Agripino, Milton Campos, Paulo Brossard, Jarbas Passarinho, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Marcos Freire, Waldemar Pedrosa, Severiano Nunes, Luiz Carlos Prestes Franco Montoro, Humberto Lucena, Auro de Moura Andrade, Petrônio Portella, Nelson Carneiro, Accioly Filho, Josaphat Marinho, Ney Braga, Ruy Santos, já referido, e, para encerrar, um nome inesquecível: Mário Covas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy pela Liderança do PT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado em exercício, Senador Tião Viana; Sr^a Ministra Ellen Gracie Northfleet, Presidenta do Supremo Tribunal Federal; Senadores ex-Presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães e José Sarney, e outros Srs. Senadores; Senhor Presidente da República em exercício, Senador Renan Calheiros; quero agradecer a indicação à Senadora Ideli Salvatti para fazer um pronunciamento aqui sobre os 180 anos do Senado Federal e sobre o significado da História para todos nós brasileiros, sobretudo para aqueles que temos tido a honra de ser escolhidos para representar cada um de nossos Estados.

Quero dizer aqui uma breve palavra sobre o extraordinário significado de ser Senador. Aqui temos a honra e a felicidade de poder interagir com pessoas de extraordinária experiência, muitas das quais foram Governadores de Estado, Ministros de Estado, Presidentes da República, Vice-Presidentes da República, e aqui nós aprendemos extraordinariamente, uns com os outros, inclusive com aqueles que são de partidos os mais diversos, no espectro da vida nacional. E, tantas vezes, sobretudo esse contraste, faz-nos ver como é importante ouvirmos a palavra de quem tem pontos de vista diferentes e que é capaz de mostrar aspectos que, muitas vezes, nós não havíamos pensado.

Ainda ontem, eu conversava com o Senador Marco Maciel, que, tendo sido Vice-Presidente da República, recordava-se de um episódio quando, em 1991, eu era o primeiro e único Senador do PT aqui e batalhava para que pudesse ser apreciado e aprovado no Senado o Programa de Garantia de Renda Mínima, hoje transformado no Programa da Renda Básica de Cidadania. Na ocasião, pedi-lhe que estudasse o projeto com atenção, e ele me disse: “Olha, Eduardo, eu gostaria que você não apenas transmitisse a mim, mas a toda a Bancada”. Então nos reunimos por uma hora e meia, no salão da Biblioteca, e eu tive, assim, como que a satisfação de ser ouvido por pessoas representantes do povo, que eram, em princípio, oposição. Mas tudo isso resultou em diálogo e compreensão e, posteriormente, quando o projeto foi transformado na Renda Básica de Cidadania, foi exatamente um Senador de um partido de oposição, do PFL, Senador Francelino Pereira, que falou: “Olha, Eduardo, é ótima, muito boa a idéia, mas vamos compatibilizá-la com a Lei de Responsabilidade Fiscal, introduzindo essa proposição gradualmente, começando pelos mais necessitados, até que todos venham a ter”.

Cito isso como um episódio de aprendizado de respeito mútuo entre Senadores de diferentes partidos, mas quero também saudar uma iniciativa do Presidente da República em exercício. Talvez muitos pensem, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, que, muito mais cedo do que V. Ex^{as} esperavam, aconteceu a aceitação da proposta que fiz há poucos dias, aqui reiterada. Eu havia sugerido que o Presidente da República comparecesse ao Senado Federal, ouvisse os Líderes e depois nos transmitisse uma palavra sobre aquilo que considerasse adequado. Sugerí que o Presidente da República pudesse comparecer aqui e estabelecer esse diálogo – com certeza, será muito respeitado por todos os Senadores – porque, assim, poderíamos avançar muito nesse diálogo entre pessoas que pensam diferentemente, mas que podem contribuir para que os problemas sejam esclarecidos. E eis que o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, mas hoje Presidente da República, comparece ao Senado Federal, está ouvindo os Líderes e daqui a pouco vai nos dizer algumas palavras. Portanto, parabéns por ser o pioneiro e por ter aceitado essa iniciativa.

Parabéns, portanto, ao Senado Federal pelos seus 180 anos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, Líder do PL.

Peço desculpas ao Senador Cristovam Buarque, porque não recebi a leitura e não vi que seu nome antecedia o do Senador Magno Malta. A seguir falará V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Tião Viana, em exercício nesta sessão histórica, solene; Sr^{as} e Srs. Senadores; Senhor Presidente da República em exercício Senador Renan Calheiros; eterno Presidente José Sarney; eterno Presidente desta Casa Antonio Carlos Magalhães; Ministra Presidente do Supremo, Dr^a Ellen Gracie, este momento se reveste de uma importância grande para todos nós. É o momento histórico em que se comemoram os 180 anos do Senado da República.

Tudo que tinha que se falar já se falou. Em sessão solene, é preciso ter muito cuidado para não repetir o que os outros já falaram sobre data, acontecimentos, nomes de pessoas. Quando fui Deputado Federal, eu tinha muito medo de ir à tribuna em sessão solene, porque, normalmente, resgatavam-se os currículos pela Internet e os oradores se sucediam falando a mesma coisa. Aqui é uma Casa de tamanho menor e há alguns mais privilegiados, como é o caso de ACM. Quando nasci, em Macarani, no interior da Bahia, ACM

já era ACM; a marca do “carlismo” já tinha sua força, e minha mãe ajudou. E hoje, 180 anos de Senado, o filho daquela faxineira que sempre lhe deu um voto, é seu colega.

O Senador Suplicy e, antes dele, o Senador Arthur Virgílio – não vou aqui citar os nomes dos que aqui estão para não cometer erros – citaram nomes de figuras importantíssimas para a vida desta Nação, no momento em que viveram e que por aqui passaram. Mas a nós, os mais novos, esta Casa permite uma convivência e um aprendizado com aqueles que trazem consigo uma história e que dela fazem parte; são mais vividos e conviveram com esse passado mais distante. Eles trazem tudo isso na sua bagagem e contribuem muito para com todos nós.

Eu só posso citar Rui Barbosa, meu conterrâneo, baiano. Citando Rui, cumprimento todas as grandes e maravilhosas cabeças e oradores de que hoje tenho o privilégio de ser colega. Mas, Sr. Presidente, eu poderia citar alguns, sem diminuir os outros. Um dia eu disse aqui que, se é verdade que existe reencarnação e se a eloquência viveu um dia e morreu, reencarnou em Arthur Virgílio. Quando vejo Mão Santa na tribuna, vejo um poeta de cordel.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte? (Com assentimento do orador.) V. Ex^a diz isso de improviso, e o eloquente sou eu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas eu decorei.

É um poeta de cordel o Senador Mão Santa, um intelectual de muita leitura e que não tem a mínima preocupação com concordância; uma dose de ironia tremenda no que fala e consegue fazer um discurso que criou uma legião de fãs no Brasil.

Convivemos com dois imortais aqui. Isso é um privilégio muito grande. No momento em que se comemoram os 180 anos do Senado eu teria que dizer isso. Convivemos com dois imortais: Marco Maciel e José Sarney. E os dois imortais têm o privilégio de conviver com um ex-imortal, que sou eu. Houve época na minha vida em que eu não tinha onde cair morto; hoje eu já tenho.

Sr. Presidente, este momento se reveste de uma importância grande para a minha vida e para a vida do País. Nesta Casa democrática passam as grandes questões, as Comissões desta Casa discutem as grandes questões nacionais, muitos embates são travados neste Plenário, dos interesses nacionais às críticas construtivas ou destrutivas, seja como for, mas sempre dentro do embate daquilo que está proposto pela sociedade brasileira, como fazemos neste momento. Dizia o Senador Arthur Virgílio que vivemos

um momento em que parece que os homens de bem são acuados, levados ao desânimo, o que se passa comigo neste momento, como se fazer política fosse a pior coisa neste País, em função do clima ruim, e aqueles que pensam na Nação se vêem empurrados para a vala comum, junto com aqueles que vêm para a vida pública para se esconder atrás de um escudo de imunidade para manter viva a posição dos seus interesses pessoais. Os episódios do “mensalão”, da Operação Sanguessuga, uma série de coisas que acontecem faz com que sejamos tratados como se todos fôssemos iguais.

Queira Deus sirva esta sessão de comemoração pelos 180 anos do Senado para revigorar todos aqueles de bem a não recuar da sua posição. Falo isso, Sr. Presidente, com base na minha experiência, em razão da tristeza e do desânimo que vivo. Espero que esta sessão e este momento histórico sirvam para que eu possa retomar minhas forças, porque estamos vivendo um momento em que parece que a sociedade esqueceu o real valor desta Casa, pois, em função das notícias que lhe são dadas, dos episódios que lhe são oferecidos e por conta da tecnologia, daquilo que lhe transmitem a *internet* e a televisão – o nosso amado Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, ali está –, a sociedade toma conhecimento, convive, esbraveja, sofre, fica mal-humorada e nos empurra a todos para a vala comum, como se todos fôssemos iguais.

Esta sessão é histórica para o Brasil e muito significativa, especialmente para mim, por usar da tribuna por onde passaram grandes tribunos, homens de bem, de caráter e vida ilibada, que muito deram às suas famílias, aos seus redutos, aos seus Estados e ao País ao passar por aqui. Tomo este momento como de revigoramento para a minha vida, para o meu mandato, para que ainda possa oferecer o melhor dos meus dias para este País, para esta Nação e para as pessoas que ainda têm consigo um fio de esperança naqueles que têm uma visão de povo, uma visão de nação e que, deixando de lado os interesses pessoais, pensam unicamente no Brasil.

Parabéns ao Brasil, parabéns ao Senado, a todos os Srs. Senadores, a todos que não tive a oportunidade de citar os nomes por conta do tempo, pois, se tivesse tempo, eu o faria, porque tenho alguma coisa a falar sobre todos os homens de bem que têm acrescentado a minha vida. Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente eterno desta Casa, ao Senador José Sarney, pela sua experiência, agradeço ao nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, ao Senador Tião Viana, que preside esta sessão, por quem tenho grande apreço, e à nossa Ministra Ellen Gracie, um símbolo, que significa muito para a Na-

ção, não apenas para as mulheres deste País, pela posição que ocupa, mas para todos nós, pelo caráter, pela vida e por tudo quanto tem representado para a Nação brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT. Em seguida, falará o Senador Marcelo Crivella.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Senador Renan Calheiros, Presidente da República em exercício, Sr^a Dr^a Ellen Gracie, Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente do Senado em exercício, Senador Tião Viana, Senador José Sarney, ex-Presidente da República e ex-Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente do Senado Federal, Srs Embaixadores, Sr^{as} Embaixadoras aqui presentes, servidores e servidoras desta Casa, sem os quais seria muito difícil estarmos comemorando estes 180 anos, e Professor Hélio Jaguaribe, a quem dirijo um cumprimento muito especial, não tanto porque ele é o professor de toda a minha geração, mas também porque é bisneto do ex-Senador Visconde de Jaguaribe, que, durante sua participação no governo, fez com que virasse realidade a Lei do Ventre Livre.

Sr. Presidente, essa referência me traz a lembrança de que hoje comemoramos 180 anos do Senado e que depois de amanhã nós poderemos comemorar 118 anos do dia em que os Senadores receberam flores, jogadas pelo povo. Naquela ocasião, o Senado, em um dia apenas, aprovou a Lei da Abolição, segundo as atas que podemos ler, graças ao registro daquela época, e creio que não havia nenhuma Senadora.

É bom lembrarmos deste dia, porque 180 anos é um longo tempo para uma Casa de um País tão jovem, pouquíssimo tempo se comparado aos 2.500 anos do Senado romano, apesar de todas as idas e vindas daquele Senado, mas um longo tempo. Creio que só a Justiça é uma instituição mais antiga do que o Senado. Nesta Casa, nesses 180 anos, aquele foi um dia muito especial: o dia em que os Senadores receberam flores.

Mas, independentemente daquele dia, foi nesta Casa que se construiu o grande pacto entre os Estados brasileiros. Foi aqui que, graças ao Parlamento, à discussão, realizamos a construção da independência, que não teria sido possível sem o trabalho de unificação e pactuação que aqui se fez ao longo de todos os anos. Mas também não nos devemos esquecer de que, ao longo desses anos, nós fizemos a pactuação entre os Estados e fizemos, de uma maneira ainda in-

completa, a pactuação social do Brasil. Nós ainda não completamos a abolição da escravidão, nós ainda não completamos a República. Ainda somos um país em que os descendentes dos escravos e outros que não o são vivem à margem da sociedade e também somos uma república onde há uma classe imperial. Não é à toa que aqui, Sr^a Presidente, nós nos tratamos por nobres Senadores e nobres Senadoras; não nos tratamos por cidadãos Senadores ou cidadãs Senadoras, porque não completamos a república.

Por isso, hoje é um dia de comemoração, sem dúvida alguma, Presidente da República Renan Calheiros, mas é um dia também para, primeiro, lembrarmos o que não fizemos e também para olharmos para frente e sonhar, sonhar com o dia em que voltaremos a ter a agilidade que tivemos no 13 de maio de 1888, quando, em um dia, aprovamos uma lei.

Temos saudades daquela agenda, da agenda da integração social, e temos saudades também das flores. Mas não é hora de voltar, e sim de nos comprometermos com a possibilidade de completar a república e a abolição. É hora de reafirmarmos o compromisso que devemos ter com todo esse passado. Saudades nós temos de pessoas, de instituições nós incorporamos o que elas foram e reafirmamos os nossos compromissos: o compromisso com a independência deste País, com a convivência federal entre os Estados e, sobretudo, o compromisso com a integração social deste País, quebrando o *apartheid* social que temos, completando, assim, a república.

Hoje é um dia para rememorar, mas é, sobretudo, Senador Antonio Carlos Magalhães, um dia para reafirmarmos o nosso compromisso com o futuro pela emancipação, pela defesa da Nação. Ao mesmo tempo, temos o direito de hoje ser o dia em que voltamos a sonhar, a sonhar com flores que temos o direito de querer que um dia o povo volte a jogar sobre nós.

Penso que o povo está pronto para jogar flores; nós, aparentemente, não estamos prontos para recebê-las, pela agenda, pela lentidão e, sobretudo, pelo fato de não estarmos colocando na agenda central aquilo que se fez 118 anos atrás com a Lei da Abolição – incompleta, devo dizer. Não estamos colocando na nossa agenda diária, no dia-a-dia, o compromisso pela integração social do País.

Sr. Presidente, vamos reafirmar os nossos compromissos e vamos sonhar. Vamos sonhar com flores, pois a história do Brasil é longa, e ainda vamos ter a oportunidade de mostrar ao povo que merecemos – e ele está ansioso para jogar flores outra vez na cabeça de seus Senadores e Senadoras. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao Senador Cristovam Buarque, Líder do PDT, que acabou de usar a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, Líder do PRB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana; Senhor Presidente da República, em exercício, Senador Renan Calheiros, que homenageia esta Casa com a sua presença hoje; Exm^a Sr^a Ellen Gracie, que ocupa a Presidência do Supremo; Senador Antonio Carlos Magalhães e Senador José Sarney, que emolduram esta Mesa de maneira fugaz, gostaria de homenagear meus companheiros, Senadores, Senadoras, e os ilustres convidados que vieram compartilhar conosco este momento de alegria.

Sr. Presidente, quero fazer uma reflexão como um carioca. Ouvimos discursos bonitos, alguns nos chamando a um auto-exame, outros à consciência, outros à alma, outros ao coração. Eu queria trazer a brisa do Rio de Janeiro que perpassava o Palácio Monroe, com tantos sonhos, com ideais e com poesia também, que é da alma do povo da minha terra.

Todos fizeram uma retrospectiva histórica impecável do Senado. Gostaria apenas de acrescentar o que disse Machado de Assis: embora fôssemos um Senado do Império e um País único, foi aqui no Senado que começou a nascer o instinto federativo no Brasil, que seria inaugurado na Proclamação da República. O voto era censitário, apenas as pessoas ricas ocupavam as cadeiras do Senado e apenas as pessoas quase ricas votavam nos Senadores. Quando chega a República, esta Casa passa a ocupar, não só na consciência brasileira, mas no coração dos brasileiros, um lugar espetacular.

A Constituição de 1891 separa o Estado da Igreja. Já não se plantam mais palmeiras nas portas das igrejas e é dado a todos os brasileiros o direito de fazerem cultos religiosos, independentemente do seu credo e publicamente. Abrem-se os cemitérios, inicia-se o registro civil. A partir daí, existem eleições públicas, e esta Casa só vai se fechar no período de Getúlio, num momento infeliz, em que o País tentava construir sem ouvir o clamor da democracia.

Mas falei em poesia e não quero me delongar muito porque já é quase uma da tarde. Por ser músico, tive oportunidade de gravar uma canção e de cantá-la num programa de televisão muito popular ao lado do Presidente da República, que diz o seguinte:

Aqui, no Planalto Central do nosso País
Há uma casa para ouvir o que o povo diz
E assim construir um Brasil mais feliz
Aqui é o lugar de quem sabe

Dentro do seu coração

Que só a verdade é capaz

De curar as feridas da nossa Nação

E há de brilhar nesta Casa

A cruz de estrelas do nosso cruzeiro

Para que ninguém neste país passe fome

Ou sinta vergonha de ser brasileiro

Por isso, há de ser a verdade, em cada discurso, em cada debate,

Como brado sagrado que um dia proclamou a nossa liberdade.

Esta é a Casa da gente,

É o nosso passado, é o nosso presente,

A história, os sonhos, a luta de um povo sofrido e valente.

Esta é a Casa da gente,

Do nosso passado e do nosso presente.

É a Casa que Deus construiu, ao longo de 180 anos:

O Senado da Pátria Amada Brasil!

Parabéns aos Senadores, ao Senado. Parabéns a todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador José Sarney, ex-Presidente da República, estadista, poeta, o decano da Casa, que muito nos honra com seu mandato.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, tão generoso ao anunciar a minha presença da tribuna; Exm^a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente desta Casa, uma das figuras mais expressivas da política brasileira; Exce-lentíssimo Senhor Presidente da República em exercício Renan Calheiros, aceitei dizer algumas palavras nesta sessão pelo fato de comemarmos estes 180 anos com uma coisa inusitada, que é a presença nesta solenidade do Presidente da República e Presidente do Senado. A história é justamente marcada por fatos desta natureza.

Isso representa, sem dúvida, além da alegria para todos nós de vermos na Presidência da República um político de tão grandes virtudes, de tão profunda inteligência, de tão esperançosa vida pública, que tem marcado a sua presença com dignidade, com correção, com um grande espírito público, isso representa a força das nossas instituições, o exemplo das nossas instituições.

Tocqueville, quando escreveu o famoso tratado sobre a democracia americana, referiu-se ao fato de que uma das instituições mais importantes que os americanos fizeram e que copiamos, com a Repú-

blica, foi justamente a de não deixar que tivéssemos crise alguma de poder quando temos a substituição estabelecida do Presidente e do Vice-Presidente, do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado. São instituições que mostram que, na escala da República, o Senado está na base, assegurando isso que tem evitado no Brasil e nos Estados Unidos tantas crises. É o que estamos vendo neste instante com a presença do Senador Renan Calheiros.

Trata-se de uma data muito cara para todos nós, Senadores: 180 anos do Senado. Não são muitos os Parlamentos do mundo que têm 180 anos. Aqui na América, depois dos Estados Unidos, o Brasil pode se orgulhar disso.

Por outro lado, um fato também extremamente importante é que esta Nação foi feita sob a égide do poder político, que é a síntese de todos os Poderes. Não fomos feitos em batalhas, como os países da América Espanhola. Fomos feitos através da construção de instituições que nasceram aqui, dentro do Congresso Nacional.

Antes da independência, já o Príncipe-Regente convocava a Assembléia Constituinte. Por quê? Porque ele estava imbuído das idéias daquele tempo, idéias essas que procuravam evitar os males do poder absoluto, idéias de constitucionalismo e idéias de parlamentarismo. O Príncipe convocava a Constituinte para que as instituições pudessem nascer sob a égide de uma Constituição, da lei, para controlar o poder absoluto do Rei e, ao mesmo tempo, com um parlamento que representasse a vontade do povo para criar as leis a serem obedecidas.

Reúne-se o Senado a 6 de maio de 1826, já depois, então, que a Constituinte havia fracassado. O Imperador havia outorgado a Constituição, e começávamos a criar o esboço do qual partiríamos para a construção do Brasil. Aí vem a instituição do Senado, que é inaugurado sob a presidência do Marquês de Santo Amaro e composto por 50 Senadores nomeados pelo Imperador.

Não havia, naquele tempo, homens com qualquer experiência parlamentar. Havia o desejo e a noção do parlamento. Mas ninguém sabia o que era um parlamento. Muito poucos tinham participado das Cortes Constituintes de Lisboa e que estava ali presente sabendo o que era o parlamento.

Esses homens vinham a cavalo e o amarravam às portas do Palácio do Conde dos Arcos, e vinham também em charretes. Eram eles que discutiam, aqui dentro, instituições para o Brasil; falavam da liberdade individual num tempo em que existia o poder absoluto; falavam da liberdade de imprensa num tempo em que quase não havia prelo; falavam da necessidade de

construção de universidades no Brasil. Assim este País nasceu. O Senado tem uma importância muito grande dentro da formação das instituições brasileiras.

Capistrano, um de nossos maiores historiadores, teve a oportunidade de fixar bem isso quando disse que duas instituições foram responsáveis pela unidade nacional, pela construção deste grande País, mantendo a sua unidade: o Poder Moderador do Imperador – e vamos pensar como há dois séculos e não como hoje – e a vitaliciedade do Senado, que para nós parece um absurdo, mas tinha como base o pensamento de Benjamin Constant, que dizia que esta era a “casa da duração”, onde existia a idéia da perenidade, da estabilidade. Foram justamente o Senado e o Poder Moderador que conseguiram, ao longo do Império, construir a unidade nacional. Foram esses dois instrumentos que identificamos, hoje e ao longo da nossa história, como tão importantes.

O Senado tem, então, essa grande posição na história política brasileira. Grandes nomes por aqui passaram. Não temos como relacionar todos, ou levaríamos toda a tarde, mas afirmo que quase todos os grandes políticos brasileiros aqui estiveram. Do tempo do Império, logo no princípio, posso citar: Francisco Gê Acaiaba de Montezuma; Bernardo Pereira de Vasconcellos, que, por estar doente, tinha licença para ficar sentado quando falasse; Miguel Calmon, da terra do Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi Marquês de Abrantes e também Presidente do Senado durante muito tempo; Nicolau Vergueiro; Zacarias de Góes e Vasconcelos; Visconde do Uruguai e outros que passaram por esta Casa ao longo do tempo. Lembro-me também do Conselheiro Nabuco de Araújo, que tinha deixado de ser Conservador – e, como se diz na Inglaterra, “atravessado o corredor” – e passado para o campo dos Liberais. E lançou a idéia da **Reforma ou Revolução**, dizendo, que, naquele tempo, era preciso que se plantasse no Brasil.

Desta Casa também saíram, e para cá voltaram, Presidentes da República, como estamos vendo hoje, aqui, o nosso Presidente Senador Renan Calheiros. A começar por Prudente de Moraes, que foi Presidente da Casa e foi Presidente da República; Rodrigues Alves, que foi Senador, Presidente da República e voltou a Senador; Nilo Peçanha; Epitácio Pessoa, que também foi Senador, e brilhante Senador; Getúlio Vargas, agora falando na Nova República; João Goulart; Café Filho, que também foi Presidente desta Casa; tantos Presidentes que tivemos que daqui saíram, e alguns para cá voltaram. Portanto, esta é uma data extremamente significativa para o Brasil. Não é uma data somente nossa.

Muitas vezes, nós nos esquecemos do que foi a construção política do Brasil, das idéias que fizeram este País. Ao longo do tempo, as idéias civilistas, os ideais democráticos e os ideais de liberdade construídos não deixaram frutificar as idéias ditatoriais. Fazem parte da alma e do povo brasileiro. Por meio de quê? Por meio da pregação dos homens públicos que tivemos. Aqui é a Casa da Federação. Desde o princípio do País, falava-se em federação. O Império era um Estado unitário. Os impérios sempre foram Estados unitários. Dizia-se que isso era essencial à unidade nacional. Mas essa idéia começou a crescer. E Rui Barbosa, que é o nosso patrono, se tornou o grande patrono da idéia do federalismo. De tal modo que ele, que fora monarquista e ainda não havia aberto o ideal para ser republicano, dizia: “Façamos o federalismo com monarquia ou sem monarquia”. Já antes, ele dizia isso. Depois, em 1888, quando vem a Abolição da Escravatura, Joaquim Nabuco, que perdera a grande causa da abolição – e ele gostava de ter causas –, tentou recuperar para si a bandeira da Federação, mas ela já era de Rui Barbosa, e ele não pôde tomá-la. Mas se juntaram os dois grandes homens públicos em torno da Federação. E é aí que nós, então, vemos a importância do Senado.

Quando chega a República, o Senado é criado nos moldes do Senado americano. Afonso Arinos, em seu livro **O Som do outro Sino**, transcreve alguns discursos que fez aqui, e a um deles eu pude até assistir, em que fala sobre a origem do Senado. Afonso diz: “O Senado é uma invenção de Deus”. Para provar isso, lembra que os constituintes da Filadélfia se reuniram, uma noite – eles que tinham uma noção das instituições inglesas, da Câmara dos Lordes –, e começaram a pensar: “Como nós vamos criar aqui uma instituição que seja como a Câmara dos Lordes?”. E não chegaram a nenhum acordo. Mas eles, como eram homens religiosos, resolveram ir para casa e rezar, para que Deus os inspirasse e, na manhã seguinte, tivessem uma solução. No dia seguinte, Madison apresenta uma solução: cada Estado daquele tempo devia trazer dois representantes, para que a Federação tivesse uma casa da Unidade da Federação. E Afonso disse: “Nós fomos uma invenção de Deus, resultado dessa noite de orações dos Constituintes de Filadélfia, que nós invocamos.”

Naquela época, houve um episódio em que Jefferson pergunta a Madison para que serve o Senado, se já havia uma Câmara. Ele estava tomando chá; coloca então o chá no pires e diz: “É para isto: para esfriar”. Era essa a noção por trás da criação do Senado.

Sei que a hora vai tarde e estou divagando um pouco, mas vou terminar. Quero falar ao nosso querido

Senador Cristovam Buarque, que se referiu às flores. Nós ainda temos flores a entregar, não aos Senadores, mas ao Senado, porque a soma de todos os Senadores, dos grandes, dos pequenos, de todos aqueles que foram, ao longo do tempo, é menor do que a Instituição do Senado. Esta é a Instituição que criou, que ajudou a fundar este País, que foi feito sob a égide do Poder político, que, repito, é a síntese de todos os Poderes. As flores são referidas no livro **Pesquisas e Depoimentos**, de Tobias Monteiro, que eu me lembro de ter lido. Nesse livro, ele cita frase do embaixador americano: “Enquanto nós nos Estados Unidos, com sangue, fazemos a abolição, aqui no Brasil assisti a ela ser feita com flores.”

No Senado, também houve uma sessão, num dia apenas. Mas é preciso que se diga que o dia 13 de maio de 1888 foi um domingo. O Senado reuniu-se num domingo para votar a Lei Áurea. Então, Antônio Cândido, Visconde do Serro Frio, Presidente do Senado à época, teve a oportunidade de dizer: “Vamos fazer logo; eu não quero que uma dama de tão altas virtudes, como a Princesa Isabel, espere mais por esta lei”, porque ela já estava esperando no Paço.

Ela também era Senadora, embora não tenha exercido nenhuma vez, mas a Constituição dava aos príncipes de sangue a posição de Senadores. E ela, portanto, era Senadora; ela recebia uma lei que vinha do Senado e também era Senadora.

Portanto, Senador Cristovam, o Senado continua sendo esta Casa extraordinária que o Brasil criou. Aqui se faz política, embora Nabuco de Araújo tenha dito, uma vez, que o Senado não faz política. Há momentos difíceis – e temos certeza disso –, com exemplos do passado, e vai ser no futuro, mas sempre, nesses momentos, o Senado tem sabido ver aquele terreno comum, que é o terreno do interesse público, do interesse nacional, no qual nós temos, ao longo da história, não feito política, mas feito a política em favor do Brasil.

Portanto, vamos entregar essas flores a um Senado que hoje, como no passado, é o Senado do nosso País, vibrante de talentos, de pessoas que estão aí lutando nas circunstâncias que vivemos, mas a Instituição continua a grande Instituição nacional criada há 180 anos. Então, vamos entregar essas flores ao Senado Federal, já que nós, Senadores, não podemos recebê-las.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República, uma expressão fundamental da vanguarda, da inteligência política brasileira contemporânea e que, de

modo tão distinto, fez questão de trazer a Presidência da República do Brasil para homenagear esta sessão da Casa de Rui Barbosa.

O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO (Renan Calheiros) – Exm^o Senador Tião Viana, Presidente do Senado Federal; Exm^a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exm^o Sr. Senador José Sarney, ex-Presidente da República e do Senado Federal; Exm^o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente do Senado e Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa; Exm^{as} Sr^{as} e Exm^{os} Srs. Embaixadores, Exm^o Sr. Ministro Hélio Costa, das Comunicações; Exm^{as} Sr^{as} e Exm^{os} Srs. Senadores; Exm^{as} Sr^{as} e Exm^{os} Srs. Deputados Federais; Srs. Líderes de Bancada; Ilm^a Sr^a Carmen Carneiro, Presidente do Conselho Curador do Museu do Senado e viúva do Senador Nelson Carneiro; Prof. Hélio Jaguaribe; Conselheiro José Moraes; ex-Senadores da República aqui presentes José Lins, Jorge Kalume, Nabor Júnior, Alfredo Campos, Ronan Tito, Geraldo Mesquita; Srs. Secretários do Senado Federal; Srs. Diretores e servidores da Casa; senhoras e senhores, peço:

Peço licença a todos para romper hoje uma praxe institucional. Embora esteja, com muita honra, no exercício da Presidência da República, eu não poderia deixar de participar desta sessão solene em homenagem, Senador Tião Viana, aos 180 anos do Senado Federal.

Quero, antes de tudo, destacar a presença neste plenário da Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, por quem tenho enorme admiração e apreço. A presença da Ministra nesta solenidade muito nos honra e nos enche de orgulho no dia em que comemoramos 180 anos.

São 18 décadas de luta, de participação efetiva em todos os grandes momentos da História nacional. De 1826 aos dias de hoje, o Brasil passou por um profundo processo de modernização política, social e econômica. Deixou de ser um País essencialmente agrário e atravessou uma rápida e intensa urbanização. Alterou significativamente sua organização econômica e social, viu evoluir suas instituições políticas, viveu avanços e retrocessos na luta pela justiça e pelas liberdades democráticas.

O Senado acompanhou de perto todas essas transformações. Participou intensamente, ao longo de todo esse tempo, da construção e do aperfeiçoamento da democracia representativa no Brasil.

No regime monárquico, o Senado teve uma ação decisiva, centralizadora.

No regime republicano, consolidou seu papel moderador da Federação. Assumiu, com grandeza, a missão de impedir que as diferenças de peso econômico e político entre as unidades federativas ampliassem as desigualdades regionais.

A memória do Senado nesse período confunde-se com a memória da República e da democracia brasileiras.

E temos que destacar aqui, entre tantos outros nomes ilustres que já foram destacados, o do grande Rui Barbosa, cuja influência sobre a primeira Constituição republicana é por todos nós reconhecida.

Senhoras e Senhores, nos momentos de perigo e mesmo de ruptura democrática, o Senado soube, com equilíbrio e grandeza, reclamar a autonomia entre os Poderes, o respeito à Oposição, à vigência dos direitos e às garantias individuais.

A Casa não hesitou nesses momentos marcantes da nossa História.

Na Revolução de 30, no Estado Novo, na morte de Getúlio, na implantação do Parlamentarismo e na instauração do regime militar, o Senado, coerente com a sua missão, defendeu e continuará a defender a idéia de uma Federação representativa, democrática.

Já nos momentos de renovação, particularmente nas Constituintes de 1946 e de 1988, o País contou com a colaboração decisiva do Senado para que os ideais de justiça social, redistribuição de renda e engrandecimento nacional prevalecessem.

As eleições de 1974 foram, sem dúvida nenhuma, um marco na política nacional. A oposição conquistou 16 das 22 cadeiras no Senado Federal.

Apesar do Pacote de Abril, que, em 1977, fechou o Congresso e criou os Senadores biônicos, ficavam cada vez mais nítidos o esgotamento do regime militar e o papel que o Senado passaria a exercer em todo o longo processo de transição democrática.

Essa força do Senado, também presente nos trabalhos constituintes, não mais deixou de existir nem perdeu sua vocação federalista.

Querido Presidente Senador Tião Viana, grande quadro deste Senado Federal, eu não posso deixar de louvar aqui o equilíbrio, a firmeza, a franqueza, a lealdade, a amizade de meus três antecessores imediatos que ainda estão nesta Casa: que ainda estão nesta Casa: Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Ramez Tebet e Senador José Sarney.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, com seu perfil sempre aguerrido, conduziu o Senado com a plena consciência de seus deveres para com o País e para com a democracia.

O meu colega de partido, Senador Ramez Tebet, com sua formação jurídica, muito contribuiu para a retomada da discussão dos grandes temas nacionais, como as reformas política e tributária – ambas já passaram pelo Senado Federal e tramitam com alguma dificuldade na Câmara dos Deputados.

O Senador José Sarney, ex-Presidente da República, grande amigo, mostrou-se defensor incansável da igualdade, da democracia e do desenvolvimento. Ao assumir o segundo mandato como Presidente do Senado, em 2003, o Senador José Sarney fez um alerta: o Parlamento não pode jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta – a transparência, a moralidade e a eficiência. Um alerta que, mais do que nunca, se faz atual, diante da crise em que nos vemos mergulhados há quase um ano.

Olhar para o passado nos permite ver, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as críticas feitas hoje ao Congresso têm como fonte o próprio império da democracia, o Estado democrático de direito.

É com orgulho que reafirmamos, nesta data, a solidez de nossa democracia, que em nenhum momento foi abalada, mesmo com a avalanche de denúncias que surpreenderam e indignaram o País.

Tínhamos a obrigação de conduzir as investigações de forma isenta, criteriosa, rigorosa. As Comissões Parlamentares de Inquérito contaram com todo o nosso apoio para isso.

A propósito, pedimos à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, por sugestão do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, a pacificação das regras para a formatação da tramitação dos procedimentos das Comissões Parlamentares de Inquérito, com a colaboração também da Ordem dos Advogados do Brasil para dirimir dúvidas, evitar tensões e eventuais crises que são normais no Estado democrático de direito.

Mas tínhamos também, acima de tudo, de cumprir o nosso dever constitucional de legislar. E o Senado, Srs. Senadores, cumpriu esse dever à risca.

Apesar do abuso na edição de medidas provisórias – que mudamos aqui no Senado, aprovando também projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães –, que trancaram 65% de nossas sessões no ano passado, limpamos toda a pauta de votação e apreciamos mais de 2.800 iniciativas.

Cumprimos, rigorosamente, nossos compromissos para com o País.

Lembramos um dado surpreendente que merece nossa comemoração no momento em que homenageamos os 180 anos do Senado Federal. Desde que foi promulgada a atual Constituição, em 1988, 2005 foi o

primeiro ano em que as leis promulgadas de autoria do Congresso Nacional superaram as de autoria do Poder Executivo. Em 2004, 81% da produção legislativa teve origem no próprio Executivo, uma verdadeira inversão constitucional dos papéis dos Poderes da República. Em 2005, 59% das leis aprovadas nasceram no próprio Parlamento.

Senhoras e Senhores, com 180 anos de história, ainda temos muito que avançar.

O aperfeiçoamento das instituições democráticas é um trabalho contínuo que exige espírito público, equilíbrio, perseverança e maturidade política.

Gostaria de relembrar aqui as palavras que marcaram o início do meu mandato como Presidente do Senado: o consenso, em lugar do confronto; a concórdia, em vez do dissenso; a compreensão e o entendimento substituindo a cizânia. Esse continua a ser o meu compromisso.

Muito obrigado a todos e parabéns ao Senado pelos seus 180 anos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senhor Presidente da República em exercício, Senador Renan Calheiros; Sr^a Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie; Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos Decanos Senador José Sarney, Senador Antonio Carlos Magalhães, eu, na função litúrgica, ocupo este momento apenas para expressar agradecimento em nome de todos os Senadores, daqueles que aqui compareceram, para dizer que é um momento especial na vida de uma instituição chegar aos seus 180 anos. Esta Casa de Rui Barbosa que, em tantos momentos, tinha um Machado de Assis nas galerias, tinha todos os Senadores que fizeram a História Política do Brasil e da democracia brasileira, de matizes ideológicas as mais diversas, esta Casa é um orgulho para a República! É um orgulho para a história da democracia brasileira!

Não tenho a menor dúvida em dividir com todos um sentimento cristão, universal, de que as virtudes chamadas cardinais do Cristianismo, como a prudência, a justiça, a temperança e a força, seguramente pairam sobre esta Casa. A prudência que, seguramente, se identifica muito o Senado; a reflexão antes da ação; a justiça, atendendo àquilo que é devido, entendendo que é indissociável o direito do dever; a temperança, em que a paixão dá lugar à razão, o que também esta Casa comporta muito bem. São sentimentos fundamentais de que o Senado Federal se ocupa. E a força, no sentido de assegurar a capacidade de resistir às adversidades. Não à impetuosidade, não à truculência. Esta Casa é escrita por todos os Senadores que a ocupam. A Oposição hoje – é bom que se registre isso num momento destes – é maioria nesta Casa e

mantém firme as suas convicções, mas em nenhum momento deixa de permitir a passagem da governabilidade deste País. É uma Casa a que muito me orgulha pertencer porque é um símbolo da democracia brasileira, seguramente um escudo definitivo da democracia e das instituições públicas deste País.

Muito obrigado a todos.

Antes de encerrar, quero registrar um agradecimento especial da Presidência aos Senadores Pedro Simon, Maria do Carmo Alves, Leonel Pavan, aos servidores integrantes da Comissão Especial destinada a organizar as festividades em comemoração aos 180 anos do Senado, que culminaram com esta sessão. Registrar, também, com especial satisfação, a edição, pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Edições Técnicas, Anais e de Comunicação Social, com a colaboração da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral, do material alusivo às comemorações dos 180 anos do Senado Federal.

Quero, mais uma vez, registrar e agradecer a presença dos Ministros de Estado aqui presentes, Ministro Hélio Costa, das Comunicações; ex-Ministro Hélio Jaguaribe, Célio Borja e os ex-Senadores que nos honram com as suas presenças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente desta Sessão Especial, Senador Tião Vianna; Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente desta Casa; Sr. Senador José Sarney, ex-Presidente da República e ex-Presidente do Senado Federal; Sr^a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Sr. Senador Renan Calheiros, nesta oportunidade no exercício da Presidência da República;

Srs. Ministros de Estado, Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados:

A Sessão Especial que hoje esta Casa realiza é motivo de orgulho para todos nós, Parlamentares, que aqui representamos os cidadãos brasileiros.

Em todo o mundo, são poucos as Casas legislativas que têm 180 anos, o que torna, para nós, brasileiros, este dia ainda mais especial.

Ao longo dessas 18 décadas, o Senado Federal edificou sua História vencendo lutas e desafios para consolidar a democracia, símbolo maior da vontade popular.

Desde o Império, o Legislativo, e em especial o Senado, acompanhou as mudanças do País em todas

as áreas: econômica, social, jurídica e política; cumprindo sua missão de buscar a estabilidade e diminuir as diferenças regionais e culturais num País de tão grandes dimensões.

Recebemos de homens e mulheres fortalecidos pelo ideal de um País mais justo e igualitário uma herança que se sucede de geração em geração.

É ela que torna este Senado maior do que os momentos de adversidade que enfrentou e enfrenta para manter a transparência e o respeito pela instituição.

Em nenhum momento, mesmo quando o Brasil teve suas instituições ameaçadas, hesitou o Senado em defender as causas da Nação e seus ideais de justiça social.

Avaliar o papel que o Senado representa para o Brasil de hoje sem olhar para trás, sem olhar para os momentos que fizeram desta Casa um alicerce para a democracia da qual tanto nos ufanamos, é praticamente impossível.

Hoje, quando os parlamentos em várias partes do mundo enfrentam graves crises, questionados pela opinião pública, é preciso buscar na História os grandes exemplos de espírito público, coragem e capacidade para o diálogo, essenciais ao exercício pleno da vida política.

Exemplos não nos faltam, e esse discurso não bastaria para contemplar todos aqueles que tornaram esta Casa um símbolo de que tanto nos orgulhamos.

É preciso, antes de citar outros nomes, recordar o Patrono do Senado Federal. Rui Barbosa, advogado, jornalista, jurista, diplomata, ensaísta, orador e segundo presidente da Academia Brasileira de Letras foi o maior expoente do Senado em todos os tempos.

O passado nos traz exemplos que ainda hoje frutificam em leis cuja atualidade é inquestionável. Eleito Senador em 1877, por Pernambuco, João Alfredo Correia de Oliveira destacou-se na luta pela expansão do sistema educacional, com ensino primário obrigatório e pela criação de escolas profissionalizantes e bibliotecas públicas. Que exemplo para os dias atuais, quando tanto precisa ser feito para a educação brasileira!

O Estatuto do Idoso, pelo qual tanto lutamos, com certeza há de buscar suas origens na Lei dos Sexagenários, de autoria do Barão de Cotegipe e do Senador José Antônio Saraiva.

Como não recordar a luta do Cavaleiro da Esperança? Luiz Carlos Prestes, Presidente do Partido Comunista Brasileiro foi eleito Senador em 1946, mas passou à clandestinidade quando o registro do PCB foi cassado. A História resgatou seu nome como um dos grandes políticos brasileiros.

Goiás teve a honra de eleger como seu representante no Senado o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. O grande idealizador e construtor de Brasília

tem sido exemplo para sucessivas gerações de homens públicos que acreditam na importância de dedicar suas vidas ao trabalho e bem-estar do povo que os elegeu.

Não é possível lembrar os grandes nomes do Senado sem citar o Senador Teotônio Vilela. O movimento pela redemocratização do país emocionou o Brasil e levou multidões às ruas.

A História do Senado e de nosso País há de sempre estar marcada pela figura ímpar do Senador e Presidente Tancredo Neves. Sua atuação como líder do Movimento Democrático Brasileiro, criado a partir do Ato Institucional nº 2, ao lado de políticos de relevo no cenário nacional, marcou uma etapa importante na vida do País.

Um expoente desta Casa, o Senador Afonso Arinos de Melo Franco, dedicou 60 anos de vida à luta política liberal. Seu pronunciamento, ao findar os trabalhos da Constituinte de 1988, encerra o dever maior dos parlamentares que representam a Nação brasileira:

Srs. Constituintes de hoje, senhores Congressistas de amanhã, nosso dever é fazer política, isto é, defender e praticar a Constituição brasileira em vigor, acreditar nela, convocar a Nação para defendê-la se estiver em risco, reagir contra esses riscos disfarçados. Em suma, praticar e defender a liberdade. Fazer política é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória de nosso tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo desses 180 anos a participação feminina na política tem sido discreta, mas persistente. Desde a década de 20 as mulheres reivindicam seus direitos, como o voto, a garantia de emprego e a participação política.

O Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado onde as mulheres puderam votar e ser votadas, e onde, em 1928, Alzira Soriano elegeu-se a primeira prefeita brasileira, no Município de Lajes.

Hoje, somos nove Senadoras em atuação nesta Casa, pois a Senadora Marina Silva encontra-se licenciada na chefia do Ministério do Meio Ambiente.

As mulheres vêm aumentando sua presença em todos os setores da vida nacional, paulatinamente. Não é tarefa fácil e nem será rápida. Mas é dever do Senado, entre tantos que aqui cumprimos, colaborar para que a mulher brasileira ocupe o espaço legítimo que lhe pertence na sociedade, como lhe confere a Carta Cidadã.

Ao olhar para este passado, tão rico em exemplos dignificantes, creio que precisamos dele tirar lições para a atualidade.

Ao lado de suas funções primeiras – legislar, fiscalizar e legitimar o poder, o Senado também é essencial na garantia da estabilidade política.

Tem sido assim ao longo dos períodos de maior efervescência política, em que o Senado representou o instrumento de negociação, de consulta, de referência.

A estabilidade democrática marcou a passagem para uma nova etapa na vida do País e, por consequência, nas relações do Legislativo com a sociedade.

O Senado Federal passou ao século XXI buscando atingir a transparência e um contato maior com os cidadãos. A modernização de seus meios de comunicação foi fundamental. O Jornal, a Agência, a Televisão e a Rádio possibilitam à população participar das atividades legislativas, enviando sugestões, críticas, e fiscalizando o mandato dos Parlamentares.

Ao mesmo tempo, o Poder Legislativo vive uma crise de identidade da qual não podemos fugir. Esta não é, entretanto, uma prerrogativa brasileira. Parlamentos em várias partes do mundo enfrentam a mesma crise e lutam para encontrar soluções duradouras.

Os grandes mestres que nos antecederam, e sinto que estou em falta com a quase totalidade deles neste breve discurso, mostraram-nos que cabe a cada um de nós que tem o legítimo mandato de Senador da República lutar pela dignidade do Parlamento.

Somos a Casa das Leis, revisora e fiscalizadora. Mas também somos a Casa aberta à participação democrática do povo que nos elegeu.

Através dos organismos que se formaram ao longo dos anos e nos quais a sociedade está representada, recebemos as mais diferentes demandas que vamos atendendo em projetos de lei, discutidos e votados nas comissões que integram esta Casa.

Nosso dever é, acima de tudo, preservar o papel de referência entre as instituições representativas do País, e que são o exemplo maior para a sociedade brasileira.

Não podemos prescindir, em nenhum momento, da manutenção da transparência, da moralidade e da eficiência. São elas a garantia de que a democracia se manterá sempre sólida, apesar das denúncias que neste último ano invadiram o cenário político de nosso País.

O que nos ensinaram os grandes mestres é que o Parlamento é exatamente o instrumento onde se aperfeiçoa constantemente a democracia tão duramente conquistada.

A sociedade está a exigir de nós o cumprimento do dever que nos foi imposto pela legitimidade das urnas. Mais do que por obrigação, devemos cumpri-lo com o sentimento de amor à Pátria e do orgulho de sermos brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 31 minutos.)

Ata da 57ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, João Alberto Souza, da Sra. Serys Slhessarenko, dos Srs. José Maranhão, Aelton Freitas, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/5/2006 07:00:00 até 11/5/2006 20:46:52

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 62 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2006

Requeremos Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 11 de maio de 2006, do jornalista e analista político Abdias Silva, ex-redator dos jornais Correio do Povo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 11 de maio de 2006, em Brasília, do jornalista Abdias Silva, analista da vida política brasileira contemporânea.

Requeremos, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do jornalista.

Justificação

Abdias Silva não foi apenas um jornalista da cobertura diária dos fatos da vida política brasileira. Foi um analista da trajetória política contemporânea brasileira. Estava aposentado depois de militar, como redator de texto claro e preciso, nos jornais **Correio do Povo**, **O Estado de S. Paulo** e **Jornal do Brasil**.

Abdias nasceu no Piauí e lá conviveu, nas escolas que cursou, com o ex-Senador e ex-Governador de Minas, Francelino Pereira, e com o jornalista Carlos Castelo Branco. Com a ida de Francelino para Minas e de Castelinho para o Rio, Abdias passou a acalentar o sonho de se transferir para o Sul. Teve a idéia, então, de enviar uma carta ao escritor Érico Veríssimo, em Porto Alegre. Tinha apenas 16 anos de idade. O texto da carta encantou o escritor, que enviou telegrama “Via Western”, com poucos dizeres: “Venha, já acenei com o Dr. Breno Caldas um emprego para você no **Correio do Povo**. Caldas era dono do jornal. E, numa época de transporte pouco favorável, Abdias Silva viajou de navio, um Ita do Norte, fez escala em Salvador, onde deveria encontrar-se com Érico Veríssimo, que estaria de passagem dos Estados Unidos, mas houve um desencontro e ele foi então à residência de Jorge Amado, anunciando à porta que era um jornalista. Amado o recebeu com uma indagação: “Você é o Abdias Silva?” Abdias confirmou e quis saber como ele, Amado, sabia seu nome. “O Érico me telegrafou, pedindo-me que o recebesse. Ele – o escritor viajaria ao exterior – adiou a viagem por atraso no visto”.

Em Porto Alegre, com a recomendação de Érico Veríssimo, Abdias passou a integrar a redação do **Correio do Povo** que mais tarde o transferiu para o Rio, para a cobertura do Senado e da Câmara dos Deputados.

Poucos anos após a transferência da Capital para Brasília, Abdias também foi transferido para a sucursal do **Correio**, passando a trabalhar depois no **Jornal do Brasil** e em o **Estado de S. Paulo**.

Grande amigo de Castelinho, Abdias era o primeiro a ler a Coluna do Castelo, que era, então, o mais importante artigo da imprensa brasileira. Ele a lia no original, na redação da Sucursal do **JB**. Às vezes, quando Castelo viajava, Abdias escrevia a coluna.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Mão Santa** – Senador **Alberto Silva** – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 44/06

Brasília, 11 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência tenho a satisfação de, nos termos regimentais, indicar o Senhor Senador Juvêncio da Fonseca como vice-líder do Bloco Parlamentar da Minoria nesta Casa.

Cordialmente. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 558, DE 2006

Requer voto de Lembrança, ao ensejo do sepultamento no Rio de Janeiro, na manhã de hoje, dia 11 de maio de 2006, 73 anos após seu falecimento, dos restos mortais, translados do México, da mãe de Luiz Carlos Prestes, Senhora Leocádia Felizardo Prestes.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Lembrança ao ensejo do sepultamento, no Rio de Janeiro, hoje, dia 11 de maio de 2006, dos restos mortais, translados do México, da Senhora Leocádia Felizardo Prestes, mãe do Líder comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes.

Requeiro, ainda, que o Voto de Lembrança seja levado ao conhecimento dos familiares da homenagem.

ada e especialmente à irmã de Luiz Carlos Prestes, Senhora Lygia Prestes, que teve a iniciativa de trazer para o Brasil os restos mortais da mãe, 73 anos após sua morte no exílio no México.

Justificação

Mãe do Líder comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes, a Senhora Leocádia Felizardo Prestes será finalmente, 73 anos após o seu falecimento, sepultada no Brasil, num túmulo simples, o de número 3.866—A do Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. O fato foi noticiado pelo jornalista Ancelmo Góis, no jornal **O Globo**. O sepultamento será dia 11, às 11 horas, graças à iniciativa da filha Lygia, irmã de Prestes. A transladação decorreu do inconformismo de Dona Lygia, diante do abandono do túmulo da mãe, na cidade do México, onde morreu no exílio.

Comove-me o gesto de Dona Lygia, cuja figura tão humana conservo na lembrança, como minha então professora de língua russa no Colégio Mello e Souza, no Rio, uma escola que oferecia educação à frente do tempo. Se fosse hoje, o Colégio ensinaria Chinês. À época, quando eram diferentes os costumes e as perspectivas de futuro, lecionava Russo e Inglês.

Ao repatriar os restos mortais de Dona Leocádia, o gesto de Lygia, minha sempre lembrada mestra, significa ao mesmo tempo o resgate de uma figura que faz parte da História Política do Brasil. E, pois, merecedora desse Voto de Lembrança em memória de Dona Leocádia Felizardo Prestes.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. — Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB — MA) — A Mesa encaminhará o voto de lembrança solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

— Nº 5/2006, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 238, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB — MA) — As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 559, DE 2006

Requer, ao ensejo do Dia das Mães, Voto de Aplauso à Mãe Brasileira, na figura de uma notável mulher amazonense, mãe adotiva de 60 filhos, que cria com comovente amor: Dona Waldiza Araújo Ribeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que, ao ensejo do Dia das Mães, seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso a uma extraordinária mulher amazonense, mãe adotiva de 60 filhos, que cria com comovente amor: Dona Waldiza Araújo Ribeiro.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e ao seu marido, que, ao seu lado, é significativo apoio na criação e educação de seus 60 filhos adotivos.

Justificação

Pode ser uma coincidência, mas é também uma predestinação o lugar em que vive Dona Waldiza em Manaus, o bairro Lírio do Vale. Ela merece flores, e também o reconhecimento de todos, pela opção de vida que escolheu e que pela qual trilha, distribuindo muito amor material, há 26 anos, período em que adotou 60 filhos, que se juntaram aos dois que deu à luz. Felicidade é o que não falta no lar de Dona Waldiza, que, ainda hoje, continua sendo procurada todo mês por ao menos cinco mães que desejam doar-lhe seus filhos.

Além das flores, representadas pelo nome no seu bairro, Dona Waldiza é merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. — Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB — MA) — A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB — MA) — Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2006**, que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará*.

Ao meu lado está o Deputado Aníbal.

Tendo sido aprovado, terminativamente, pela Comissão de Educação, foi promulgado o Decreto Legislativo nº 148, de 2006.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB — MA) — Esgotou-se ontem o prazo previsto

no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2004**, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera os art. 267, 269 e 295 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, ampliando as hipóteses de indeferimento da petição inicial, e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005**, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui o ano de 2008 como o “Ano Nacional Machado de Assis”; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

Tendo sido aprovado terminativamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.

Os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2001** (nº 2.589/2000, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do artigo 541 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial, para os fins do art. 105, III, c, da Constituição Federal; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005** (nº 2.170/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, no dia 2 do corrente, o Recurso nº 8, de 2006, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 8, DE 2006

Nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente, seja apreciado pelo Plenário.

Sala das Sessões, de abril de 2006.

Handwritten signatures of several senators, including Papaléo Paes, Marco Maciel, and others, with their names written next to them.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar os 118 anos da abolição da escravidão, assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888, ficando, por essa razão, cancelada a sessão não deliberativa marcada para esse dia.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 131, DE 2006

(Nº 325/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Nelson Narciso Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 8 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

NELSON NARCISO FILHO**CURRICULUM****Dados pessoais**

CPF: 444 531 837 – 04

RG: 5056794 Instituto Felix Pacheco RJ

Data de Nascimento: 10 de Setembro de 1955

Filiação:

Pai – Nelson Narciso

Mãe – Geny Maria dos Santos Narciso

Email: n-narciso@uol.com.br

Endereço no Brasil:

Rua Baronesa de Itu, 598, apto 82

Higienópolis, São Paulo,

SP 01231-001

Tel: (11)36665022 / (11)96258517

Principais Habilidades

- 29 anos de experiência no desenvolvimento de atividades operacionais, fabricação e instalação de equipamentos para a Indústria de Petróleo no setor de Exploração e Produção.
- 24 anos em cargos de direção e gerência na Indústria de Petróleo, com efetiva participação em negociações técnico-comerciais, desenvolvimento de acordos técnicos, negociações de alto nível; estabelecimento de unidades de negócios, formação de equipe em empresas como: Halliburton, ABB, Vetco Gray.
- Gerir grupos técnicos e agir em ambientes sensíveis de forma a garantir e manter grupo focado no desenvolvimento de atividades técnicas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás.

Formação Acadêmica

Pós-graduado em Administração Industrial e Engenharia Econômica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia, FTESM, 1980

Experiência Profissional

Maio 2005 – Presente: Halliburton Angola – Diretor Global Cliente Sonangol

- Responsável pelo gerenciamento do Cliente e relacionamento com os altos Níveis da Direção da Sonangol e do Ministério dos Petróleos, recomendando as estratégias para os recursos humanos e materiais;
- Líder do Programa de Desenvolvimento da Capacitação Local (Angolanização e Conteúdo Local) desde a descrição do plano, identificação de posições gerenciais a serem Angolanizadas, provisão de dotação financeira, acompanhamento e comunicação interna a externa do plano.

NELSON NARCISO FILHO**CURRICULUM****Jan. 2001 – Fev. 2005: ABB Óleo, Gás & Petroquímica Angola – Gerente Geral**

- Contactos diretos e negociações com as altas Gerencias da Total, BP, ExxonMobil, ChevronTexaco, Petrobras, NorskHydro, Sonangol e suas joint ventures e Órgãos Governamentais como Ministérios dos Petróleos, Finanças e Trabalho.
- Responsabilidade de unificar e representar as diferentes Divisões da ABB Óleo Gás e Petroquímica (Lummus Global – Topsides, FPSO, TLP, refinarias; Vetco Gray – Arvore de Natal, Riser de Perfuração e Produção, etc e Offshore System – Subsea System, FEED, Manifolds) junto aos clientes em Angola
- Ativa e bem sucedida participação em negociações envolvendo diferentes clientes e diferentes setores da Sonangol que resultaram em vendas superiores a US\$ 1 bilhão de dólares e participação de mercado superior a 50% em equipamentos de produção submarina.
- Desenvolvimento da capacidade Local através do Plano de Nacionalização, treinamento e capacitação da mão de obra local para atuarem como montadores, técnicos de serviço, supervisores e gerentes de área e estabelecimento de unidade fabril estado da arte.
- Ativa participação no estabelecimento legal da Operação em Angola como Unidade de Negócio, sendo responsável pela performance financeira de todas as unidades em Angola;
- Responsável pelo desenvolvimento e Controle do negócio da Vetco Gray no Oeste da África (Angola, Congo, Gabon, Equatorial Guinea, Camarões, Costa do Marfim, Africa do Sul,

Jan. 1995 – Dez. 2000: ABB Óleo Gás & Petroquímica Brasil – Gerente Geral

- Responsável pelas áreas de engenharia de exploração e produção, qualidade, suprimentos, fabricação, serviços pós vendas, comercial e financeira da Divisão Vetco Gray com resultados expressivos e crescentes a cada ano e com 240 funcionários.
- Força diretiva no processo de modernização, desenvolvimento tecnológico e dos talentos humanos com conseqüente incremento do “market share” de 18% para 40% e de 33% para 70% respectivamente em equipamentos de produção e de perfuração da ABB Óleo & Gás;
- Total responsabilidade pelo negocio da Divisão com resultados excedendo os planos estabelecidos pela matriz em mais de 25% tanto para venda, faturamento, lucro quanto para fluxo de caixa;
- Amplas e bem sucedidas negociações comerciais e contratuais com os vários setores da Petrobras, Amerada Hess entre outros
- Formulação de diretrizes no Sistema da Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente que conduziram a obtenção da Certificação ISO 9001 e ISO 14000 em 1997, Premio BANAS de Qualidade e Prêmio Petrobras da Qualidade 1998 na categoria empresas fornecedoras de equipamentos para águas profundas.

Out. 1988 – Dez. 1994: ABB Vetco Gray Brasil - Diretor de Operações

Responsável pela performance de toda área operacional da empresa (suprimentos, planejamento, eng. Industrial, garantia e controle da qualidade e produção envolvendo usinagens finas e soldagens especiais), responsável por 150 funcionários.

Dez. 1982 – Out. 1988: Hughes WKM Brasil – Gerente Industrial

NELSON NARCISO FILHO**CURRICULUM**

Responsável pelos resultados da fábrica, gerenciando diretamente os departamentos de materiais, planejamento, produção, engenharia industrial, garantia e controle da qualidade, com participação nos departamentos de custos industriais e de relações industriais.

Jul. 1978 – Nov 1982: CEC – Equipamentos Marítimos e Industriais - Chefe de Seção

Responsável por toda área de soldagem da empresa (estruturas navais e offshore para Exploração e Produção de Petróleo e Gás) com um efetivo de 300 funcionários;
Qualificado pelo IBQN (Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear) e pela Petrobras como Engenheiro de Solda

Mar. 1976 – Jun. 1978: Estaleiro EBIN - Estagiário, Técnico de Soldagem e Supervisor**Cursos Complementares**

Six Sigma – Champion – ABB Houston

International Management Workshop – Baden, Suíça

Supply Management - Aberdeen, Escócia

Empreendedorismo e Corporação Empreendedora – SP – Fundação Dom Cabral

Negociações - SP, ABB

PDE – Parceria para o Desenvolvimento Empresarial – SP – Fundação Dom Cabral

Gestão Empresarial–RJ Centro Superior Desenvolv. de Executivos

PDG – Programa de Desenvolvimento Gerencial – RJ – Hughes WKM

Total Quality Management – SP, HSM

Participações em congressos técnicos, feiras e nos mais importantes eventos internacionais especializados em Exploração e Produção de Petróleo e Gás.

Aviso nº 460 – C. Civil

Brasília, 8 de maio de 2006

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Nelson Narciso Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis – ANP.

Atenciosamente. – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006

(Nº 7.074/2002, na origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS autorizado a receber em dação em pagamento o imóvel localizado no Estado do Pará de 33.638,3878ha, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se o perímetro no P–01 de coordenadas planas geográficas – 03º04'12" Sul e – 49º39'47" Wgr, referentes ao meridiano central 51º Wgr; deste, segue confrontando com as terras da Fazenda Juarez, com azimute de 141º00'10" e com distância de 15.230,61m, chega-se ao P–02; deste, segue confrontando com as terras da Fazenda Nova Conceição, com azimute de 235º11'16" e distância de 6.655,22m, chega-se ao P–03; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Nova Conceição com o azimute de 142º59'28" e com a distância de 4.987,02m, chega-se ao P–04; deste, segue confrontando com terras devolutas do Estado, e com azimute de 235º33'27" e distância de 12.155,03m, chega-se ao P–05; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Santa Rosa, com azimute de 327º50'43" e com distância de 4.894,91m, chega-se ao P–06; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Alvorada, com azimute de 55º05'20" e distância de 6.086,07m chega-se ao P–07; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Alvorada, com azimute de 325º09'48" e distância de 7.171,50m, chega-se ao P–08; deste, segue confrontando com terras

da Fazenda Alvorada e Fazenda Arizona, com azimute de 236º10'50" e distância de 12.110,31m, chega-se ao P–09; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Piunteua e terras do Sr. Raimundo Albuquerque, com azimute de 326º07'36" e distância de 8.146,59m, chega-se ao P–10; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Santa Izabel com azimute de 56º29'29" e distância de 6.119,65m, chega-se ao P–11; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Santa Izabel com azimute de 55º33'36" e distância de 5.871,11m, chega-se ao P–12; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Banckoc com azimute de 55º59'11" e a distância de 8.308,32m, chega-se ao P–13; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Banckoc com azimute de 55º57'46" e distância de 2.876,05m, chega-se ao P–01, ponto inicial desse perímetro.

§ 1º O imóvel de que trata o **caput** deste artigo tem por finalidade a criação de uma Floresta Nacional e será avaliado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

§ 2º O valor da área da presente dação em pagamento, para os fins desta lei, terá como parâmetro, no que couber, a justa indenização, nos termos do inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal.

§ 3º Serão desconsideradas, também para efeito de avaliação, as áreas de domínio da União porventura existentes no imóvel, devidamente identificadas pela Secretaria do Patrimônio da União, bem como as áreas de domínio estadual, municipal ou de particulares não envolvidas na avença.

§ 4º Depois de concluído o laudo de avaliação, deverá ser encaminhada cópia dele à Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República para ciência dos critérios efetivamente adotados, conforme estabelecido no projeto, para manifestação no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º A operação de dação em pagamento autorizada por esta lei tem por fim exclusivamente a quitação de dívidas previdenciárias dos proprietários do imóvel, vencidas até a competência da data da homologação do laudo de vistoria pelo Ibama, de que trata o art. 1º desta lei.

§ 1º Na hipótese de a avaliação do imóvel ser inferior ao valor da dívida previdenciária, subsistirá o crédito em favor do INSS quanto ao remanescente.

§ 2º Se a avaliação do imóvel exceder ao valor da dívida previdenciária, os proprietários deverão renunciar ao excesso em favor da União, como condição para a liquidação de seus débitos previdenciários, mediante a realização da transação de que trata esta lei.

Art. 3º A efetivação da dação em pagamento não poderá implicar qualquer despesa ou encargo financeiro para a administração pública, inclusive os decorrentes

da avaliação do imóvel, bem como sua respectiva escrituração em favor da União.

Art. 4º Recebido o imóvel em dação em pagamento, caberá ao INSS abater a dívida previdenciária no valor da operação, devendo a União ressarcir imediatamente a autarquia previdenciária dessa quantia, mediante compensação de crédito.

§ 1º A transferência do imóvel se dará diretamente para a União.

§ 2º Salvo disposição regulamentar diversa, caberá ao Ibama a administração do imóvel objeto da dação em pagamento a que se refere esta lei.

Art. 5º Os proprietários do imóvel objeto da dação em pagamento, na forma desta lei, responderão, perante o Ibama ou a União, pela eventual existência de qualquer tipo de ônus tributário e não-tributário que recaia sobre ele, inclusive evicção parcial ou total, no caso de reclamação de terceiros, seja pela propriedade do imóvel, seja por direitos, inclusive de posse.

Parágrafo único. Qualquer alteração na titularidade do imóvel, até a efetivação da presente lei, implicará a cessação dos seus efeitos.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

N.º 7.074, DE 2002

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica

§ 3º A Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República deverá manifestar-se após a homologação do laudo de que trata o § 1º deste artigo, previamente ao recebimento do imóvel em dação em pagamento pelo INSS.

Art. 3º Serão desconsideradas, para efeito de dação em pagamento de que trata esta Lei, as áreas de domínio da União existentes no imóvel devidamente identificadas pela Secretaria do Patrimônio da União, bem como as áreas de domínio estadual, municipal ou de particulares não envolvidos na averbação.

Art. 4º Salvo disposição regulamentar diversa, caberá ao IBAMA a administração do imóvel, objeto da dação em pagamento a que se refere esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS autorizado a receber em dação em pagamento de créditos previdenciários vencidos até a competência fevereiro de 2001 a área localizada no Estado do Pará, de 33.638,3878 ha, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se o perímetro no P-01, de coordenadas planas geográficas, - 03°04'12" Sul; e -48°38'47" Wgr, referente ao meridiano central 51° Wgr; deste, segue confrontando com as terras da Fazenda Juarez, com azimute de 141°00'10" e com distância de 15.230,61m, chega-se ao P-02; deste, segue confrontando com as terras da Fazenda Nova Conceição, com azimute de 235°11'16" e distância de 6.655,22m, chega-se ao P-03; deste, segue confrontando com Terras da Fazenda Nova Conceição com o azimute de 142°59'28" e com a distância de 4.987,02m, chega-se ao P-04; deste, segue confrontando com terras devolutas do Estado, e com azimute de 235°33'27" e distância de 12.155,03 m, chega-se ao P-05; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Santa Rosa, com azimute de 327°50'43" e com distância de 4.894,91m, chega-se ao P-06; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Alvorada, com azimute de 55°05'20" e distância de 6.086,07m chega-se ao P-07; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Alvorada, com azimute de 325°09'48" e distância de 7.171,50m, chega-se ao P-08; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Alvorada e Fazenda Arizona, com azimute de 236°10'50" e distância de 12.110,31m, chega-se ao P-09; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Primavera e terras do Sr. Raimundo Albuquerque, com azimute de 326°07'36" e distância de 8.146,59m, chega-se ao P-10; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Santa Izabel, com azimute de 56°29'29" e distância de 6.119,65m, chega-se ao P-11; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Santa Izabel com azimute de 55°33'36" e distância de 5.871,11m, chega-se ao P-12; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Banckoc com azimute de 55°59'11" e a distância de 8.308,32m, chega-se ao P-13; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Banckoc com azimute de 55°57'46" e distância de 2.876,05m, chega-se ao P-01, ponto inicial deste perímetro.

§ 1º O imóvel de que trata o caput tem por finalidade a criação de uma Floresta Nacional e será avaliado por comissão integrada por peritos designados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, cujo laudo será homologado pelos representantes legais dessas entidades.

§ 2º A efetivação da dação em pagamento autorizada por esta Lei não poderá implicar qualquer despesa ou encargo financeiro para a administração pública, inclusive os decorrentes da avaliação do imóvel de que trata o caput.

§ 3º Se a avaliação do imóvel exceder ao valor da dívida previdenciária, os proprietários deverão renunciar ao excesso em favor da União, como condição para a liquidação de seus débitos previdenciários mediante a realização da transação de que trata esta Lei.

Art. 2º Recebido o imóvel em dação em pagamento, caberá ao INSS abater a dívida previdenciária no valor da operação, devendo a União ressarcir imediatamente a autarquia previdenciária desta quantia, mediante compensação de crédito.

§ 1º Na hipótese da avaliação do imóvel ser inferior ao valor da dívida previdenciária, subsistirá o crédito em favor do INSS quanto ao remanescente.

§ 2º A transferência do imóvel se dará diretamente para a União.

MENSAGEM Nº 628, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos dos Senhores Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Previdência e Assistência Social, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica".

Brasília, 11 de julho de 2002. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM INTERMINISTERIAL Nº 44/MMA/MPAS/MP/MF/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anteprojeto de lei anexo, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

2. O Programa Nacional de Florestas – PNF, instituído mediante o Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, prevê a criação de cinquenta milhões de hectares de novas florestas nacionais na Amazônia, visando cumprir metas do Governo de Vossa Excelência e dar prosseguimento ao compromisso firmado em 1998, em Londres, perante a comunidade internacional, que tem por objetivo a conversão de áreas preservadas no percentual equivalente a dez por cento da Amazônia Legal.

3. Tal meta requer novos esforços governamentais, que começam a ser reconhecidos pela comunidade internacional, já que a conservação da floresta amazônica é assunto dos mais atuais e importantes no contexto mundial. Neste sentido foi assinado um Termo de Cooperação com o Ministério da Previdência e Assistência Social, com a interveniência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com o objetivo de estabelecer os procedimentos necessários para a destinação de áreas com efetiva vocação ambiental, oferecidas ao INSS em dação em pagamento, arrematadas ou ad-

judicadas com a finalidade de ampliar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

4. Atendendo a essa orientação Ministerial, o INSS encaminhou ao Ibama por meio do Processo Administrativo nº 35000.009387/2000-81 e anexos, a oferta de um imóvel situado no Estado do Pará, com área aproximada de trinta e três mil, seiscentos e trinta e oito hectares, a fim de que o mesmo fosse visto-riado pela área técnica para avaliar os seus atributos ambientais.

5. O Ibama realizou a vistoria na propriedade e verificou tratar-se de uma área com considerável cobertura florestal em bom estado de conservação relativamente às áreas do entorno e desprovida de indícios de ocupação humana intensa, além de abrigar grande estoque de madeira de valor comercial dentro do raio de acessibilidade econômica da indústria madeireira. Enfim, conclui-se que a área em questão tem potencial para criação de Floresta Nacional, visando à conservação e uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.

6. Para implementação desse projeto estamos propondo a autorização para o INSS receber em dação em pagamento de créditos previdenciários vencidos até a competência fevereiro de 2001, a área acima citada. Em continuidade, o INSS transferirá onerosamente o imóvel ao patrimônio da União para fins de preservação ambiental.

7. A criação da Flona Acará-Mirim, como proposto no anteprojeto de lei anexa, possibilitará a proteção integral das áreas que irão compor a unidade de conservação, atendendo, assim, ao disposto no art. 17, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam o encaminhamento do presente anteprojeto de lei, que ora submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **José Carlos Carvalho**, Ministro de Estado do Meio Ambiente – **Guilherme Gomes Dias**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – **José Cechin**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social – **Pedro Sampaio Malan**, Ministro de Estado da Fazenda.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade

do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvada os casos previstos nesta Constituição;

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2006

Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 e o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17. A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será de sete por cento sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

§ 1º

I – seis inteiros e vinte cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão distribuídos entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada por esta lei;

..... (NR)”.
.....

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com redação dada pelas Leis nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 9.993, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta lei, será feita da seguinte forma:

I – quarenta e três inteiros e dois décimos por cento aos Estados;

II – quarenta e três inteiros e dois décimos por cento aos Municípios;

III – dois inteiros e nove décimos por cento ao Ministério do Meio Ambiente;

IV – dois inteiros e nove décimos por cento ao Ministério de Minas e Energia;

V – três inteiros e nove décimos por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991;

VI – três inteiros e nove décimos por cento ao Fundo do Exército, criado pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965.

..... (NR)”

Art. 3º O inciso I do art. 49 da Lei nº 9.478, de 8 de agosto de 1997, com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49.

II –

a) vinte e dois por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois por cento aos Municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

f) vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à

pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

g) dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo do Exército, criado pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965.

Art. 4º Inclua-se na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o seguinte artigo:

“Art. 50-A. A arrecadação de participação especial sobre a produção de hidrocarbonetos que iniciar a partir da vigência desta lei, terá a seguinte distribuição:

I – trinta e cinco por cento ao Ministério de Minas e Energia;

II – dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

III – trinta e cinco por cento para o Estado onde ocorrer à produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV – dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

V – dez por cento para o Fundo do Exército, criado pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965.”

Art. 5º O inciso I do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.310, de 8 de fevereiro de 1974, passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas:

“Art. 2º

I –

e) os recursos provenientes de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com redação dada por esta lei;

f) os recursos provenientes de participações especiais sobre a produção de petróleo, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com redação dada por esta lei.

..... (NR)”

Art. 6º Esta lei entra em vigor trinta dias após sua publicação.

Justificação

O Projeto de Lei que trago para a apreciação dos Excelentíssimos Parlamentares tem por objetivo propiciar melhores condições de segurança nas áreas

onde se localizam as usinas geradoras de hidroeletricidade e nas instalações de exploração de petróleo e de gás natural.

O Poder Executivo tem, por intermédio de seus órgãos, a missão constitucional de garantir a ordem e de prover, em caso de iminente irrupção da ordem ou de desastre, a segurança das instalações de produção de energia elétrica e de hidrocarbonetos, de vital importância para a economia e a soberania nacional. Esses encargos necessitam de uma contrapartida financeira, sem a qual o Poder Executivo não pode exercer tal missão em sua plenitude.

A Administração Pública, por intermédio da Marinha, já provê a fiscalização e a segurança das instalações de hidrocarbonetos na plataforma continental, mediante a vinculação de parte das receitas de **royalties** sobre a produção. Mas não há previsão de financiamento de tais atividades em terra, mediante recursos vinculados.

O presente Projeto de Lei propõe exatamente dar instrumentos legais e financeiros para que o Poder Executivo, por meio do Exército, garanta a ordem nas instalações de usinas hidroelétricas e de exploração ou refino de petróleo em terra, bem como a sua segurança. Para isso, propõe a vinculação de três receitas patrimoniais da União – compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, parcela do valor do **royalty** que exceder 5% da produção de hidrocarbonetos na plataforma continental e participações especiais pela exploração de hidrocarbonetos – ao Fundo do Exército, instrumento que entendemos ser adequado para prover a fiscalização e a segurança pretendidas.

A proposta foi concebida de modo a causar impacto mínimo nas receitas atuais dos estados, municípios e de órgãos e entidades da administração pública. Peço, portanto, aos ilustres Parlamentares, o apoio para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. – Senador **Ney Suassuna**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1951, nº 8.688, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a rees-

truturação da Centrais Elétricas Brasileiras -ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 5º, 17, 23, 24, 26, 32, 40, 45, 48, 57, 65 e 120, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

.....

§ 3º Observado o disposto no **caput**, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.”

“Art. 17.

.....

§ 3º Entende-se por investidura, para os fins desta lei:

I – a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea **a** do inciso II do art. 23 desta lei;

II – a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.”

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989.

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, a compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial e zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 2º, XIX da CF)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, ensejará compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta Lei.

~~Art. 2º A compensação pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, será de 6% (seis por cento) sobre o valor da energia produzida, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, e que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios. (Vide Lei nº 8.001, de 1990) (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

~~§ 1º (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

~~I - (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

~~II - (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

~~§ 2º (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

Art. 3º O valor da compensação financeira corresponderá a um fator percentual do valor da energia constante da fatura, incluídos os tributos e empréstimos compulsórios.

§ 1º A energia de hidrelétrica, de uso privativo de produtor, quando aproveitada para uso externo de serviço público, também será gravada com a aplicação de um fator de 6% (seis por cento) do valor da energia elétrica correspondente ao faturamento calculado nas mesmas condições e preços do concessionário do serviço público local.

§ 2º Compete ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, fixar, mensalmente, com base nas tarifas de suprimento vigentes, uma tarifa atualizada de referência, para efeito de aplicação das compensações financeiras, de maneira uniforme e equalizada, sobre toda a hidreletricidade produzida no País.

Art. 4º É isenta do pagamento de compensação financeira a energia elétrica:

I - produzida pelas instalações geradoras com capacidade nominal igual ou inferior a 10.000 kW (dez mil quilowatts);

II - gerada e consumida para uso privativo de produtor (autoprodutor), no montante correspondente ao seu consumo próprio no processo de transformação industrial; quando suas instalações industriais estiverem em outro Estado da Federação, a compensação será devida ao Estado em que se localizarem as instalações de geração hidrelétrica;

III - gerada e consumida para uso privativo de produtor, quando a instalação consumidora se localizar no Município afetado.

Art. 5º Quando o aproveitamento do potencial hidráulico atingir mais de um Estado ou Município, a distribuição dos percentuais referidos nesta Lei será feita proporcionalmente, levando-se em consideração as áreas inundadas e outros âmbitos de interesse público regional ou local.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, elaborará, anualmente, os estudos necessários à operacionalização dos critérios estabelecidos no caput deste artigo.

Art. 6º A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até três por cento sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial. (Vide Lei nº 8.001, de 1990)

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

III - (Vetado).

§ 3º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

III - (Vetado).

Art. 7º O art. 27 e seus §§ 4º e 6º, da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pelas Leis nºs 3.257, de 2 de setembro de 1957, 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e 7.525, de 22 de julho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo bruto, do xisto betuminoso e do gás extraído de seus respectivos territórios, onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural, operados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, obedecidos os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) aos Estados produtores;

II - 20% (vinte por cento) aos Municípios produtores;

III - 10% (dez por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto e/ou gás natural.

.....

§ 4º É também devida a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios confrontantes, quando o óleo, o xisto betuminoso e o gás forem extraídos da plataforma continental nos mesmos 5% (cinco por cento) fixados no caput deste artigo, sendo 1,5% (um e meio por cento) aos Estados e Distrito Federal e 0,5% (meio por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque; 1,5% (um e meio por cento) aos Municípios produtores e suas respectivas áreas geoeconômicas; 1% (um por cento) ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas de 0,5% (meio por cento) para constituir um fundo especial a ser distribuído entre os Estados, Territórios e Municípios.

.....

§ 6º Os Estados, Territórios e Municípios centrais, em cujos lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres se fizer a exploração de petróleo, xisto betuminoso ou gás, farão jus à compensação financeira prevista no caput deste artigo."

~~Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração de petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerador, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal.~~

~~Parágrafo único. O não cumprimento do prazo estabelecido no caput deste artigo implicará correção do débito pela variação da área do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) aplicável sobre o montante final apurado.~~

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador e devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha

a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. (Redação dada pela Lei nº 8.001, de 13.3.1990)

~~Parágrafo único. A compensação financeira não recolhida no prazo fixado no caput deste artigo será cobrada com os seguintes acréscimos: (Incluído pela Lei nº 9.093, de 24.7.2000)~~

~~I - juros de mora, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento ao mês ou fração de mês; (Incluído pela Lei nº 9.093, de 24.7.2000)~~

~~II - multa de dez por cento, aplicável sobre o montante final apurado. (Incluído pela Lei nº 9.093, de 24.7.2000)~~

§ 1º Não se aplica a vedação constante do caput no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.195, de 14.2.2001)

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.195, de 14.2.2001)

Art. 9º Os Estados transferirão aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) da parcela da compensação financeira que lhes é atribuída pelos arts. 2º, § 1º, 6º, § 3º e 7º desta Lei, mediante observância dos mesmos critérios de distribuição de recursos estabelecidos em decorrência do disposto no art. 158, inciso IV e respectivo parágrafo único da Constituição, e dos mesmos prazos fixados para a entrega desses recursos, contados a partir do recebimento da compensação.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, na redação que lhes foi dada pela Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1989; da 168ª Independência e 101ª da República.

JOSE SARNEY

Republicada em 18.1.1990

LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990.

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o art. 2º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será feita da seguinte forma:~~

- ~~— I — 45% (quarenta e cinco por cento) aos Estados;~~
- ~~— II — 45% (quarenta e cinco por cento) aos Municípios;~~
- ~~— III — 8% (oito por cento) ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE; e~~
- ~~— IV — 2% (dois por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia.~~

~~III — quatro inteiros e quatro décimos por cento à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; (Redação dada pela Lei nº 9.433, de 1997)~~

~~— IV — três inteiros e seis décimos por cento ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, do Ministério de Minas e Energia; (Incluído pela Lei nº 9.433, de 1997)~~

~~— V — dois por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia. (Incluído pela Lei nº 9.433, de 1997)~~

~~— § 1º Na distribuição da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas de Estado e de Município.~~

~~— § 2º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo ao DNAEE efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios.~~

~~— § 3º A Usina de Itaipu distribuirá, mensalmente, respeitados os percentuais definidos no caput deste artigo, sem prejuízo das parcelas devidas ao DNAEE e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Estado do Paraná e aos Municípios por ela diretamente afetados, 85% (oitenta e cinco por cento) dos royalties devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos ao Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subsequentes, e 15% (quinze por cento) aos Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu, que contribuem para o incremento de energia nela produzida.~~

~~— § 4º A cota destinada ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE será empregada:~~

~~— a) 40% (quarenta por cento) na operação e na expansão da rede hidrometeorológica nacional, no estudo de recursos hídricos e na fiscalização dos serviços de eletricidade do País;~~

~~— b) 35% (trinta e cinco por cento) na instituição, gerenciamento e suporte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;~~

~~— c) 25% (vinte e cinco por cento) em políticas de proteção ambiental, por intermédio do órgão federal competente.~~

~~§ 4º A cota destinada à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal será empregada na implementação da Política Nacional~~

~~de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.433, de 1997)~~

~~§ 5º A cota destinada ao DNAEE será empregada na operação e expansão de sua rede hidrometeorológica, no estudo dos recursos hídricos e em serviços relacionados ao aproveitamento da energia hidráulica. (Incluído pela Lei nº 9.433, de 1997)~~

Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta Lei, será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

I – quarenta e cinco por cento aos Estados; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

II – quarenta e cinco por cento aos Municípios; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

~~III – quatro inteiros e quatro décimos por cento ao Ministério do Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)~~

~~IV – três inteiros e seis décimos por cento ao Ministério de Minas e Energia; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)~~

~~V – dois por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)~~

III – três por cento ao Ministério do Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

IV – três por cento ao Ministério de Minas e Energia; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

V – quatro por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991. (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000) (Regulamenta)

§ 1º Na distribuição da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas de Estado e de Município. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 2º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo à ANEEL efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 3º A Usina de Itaipu distribuirá, mensalmente, respeitados os percentuais definidos no *caput* deste artigo, sem prejuízo das parcelas devidas aos órgãos da administração direta da União, aos Estados e aos Municípios por ela diretamente afetados, oitenta e cinco por cento dos *royalties* devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subsequentes, e quinze por cento aos Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu, que contribuem para o incremento de energia nela produzida. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 4º A cota destinada ao Ministério do Meio Ambiente será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 5º Revogado. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 6º No mínimo trinta por cento dos recursos a que se refere o inciso V do *caput* serão destinados a projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas das Superintendências Regionais. (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Das Participações

Art. 45. O contrato de concessão disporá sobre as seguintes participações governamentais, previstas no edital de licitação:

- I - bônus de assinatura;
- II - *royalties*;
- III - participação especial;
- IV - pagamento pela ocupação ou retenção de área.

§ 1º As participações governamentais constantes dos incisos II e IV serão obrigatórias.

§ 2º As receitas provenientes das participações governamentais definidas no *caput*, alocadas para órgãos da administração pública federal, de acordo com o disposto nesta Lei, serão mantidas na Conta Única do Governo Federal, enquanto não forem destinadas para as respectivas programações.

§ 3º O superávit financeiro dos órgãos da administração pública federal referidos no parágrafo anterior, apurado em balanço de cada exercício financeiro, será transferido ao Tesouro Nacional.

Art. 46. O bônus de assinatura terá seu valor mínimo estabelecido no edital e corresponderá ao pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pago no ato da assinatura do contrato.

Art. 47. Os *royalties* serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos *royalties* estabelecido no *caput* deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos *royalties* serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em *flares*, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos *royalties* devidos.

Art. 48. A parcela do valor do *royalty*, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do artigo anterior, será distribuída segundo os critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

~~d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;~~

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

~~f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo.~~

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste.

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no *caput* deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República. (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os *royalties*, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

~~I - quarenta por cento ao Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º;~~

I - 40% (quarenta por cento) ao Ministério de Minas e Energia, sendo 70% (setenta por cento) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º desta Lei, e pelo MME, 15% (quinze por cento) para o custeio dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético e 15% (quinze por cento) para o financiamento de estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional; (Redação dada pela lei nº 10.848, de 2004)

II - dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III - quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV - dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

§ 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º.

Art. 51. O edital e o contrato disporão sobre o pagamento pela ocupação ou retenção de área, a ser feito anualmente, fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco, na forma da regulamentação por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. O valor do pagamento pela ocupação ou retenção de área será aumentado em percentual a ser estabelecido pela ANP, sempre que houver prorrogação do prazo de exploração.

Art. 52. Constará também do contrato de concessão de bloco localizado em terra cláusula que determine o pagamento aos proprietários da terra de participação equivalente, em moeda corrente, a um percentual variável entre cinco décimos por cento e um por cento da produção de petróleo ou gás natural, a critério da ANP.

Parágrafo único. A participação a que se refere este artigo será distribuída na proporção da produção realizada nas propriedades regularmente demarcadas na superfície do bloco.

LEI Nº 11.097, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.

Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

XII - incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional." (NR)

Art. 2º Fica introduzido o biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

§ 1º O prazo para aplicação do disposto no caput deste artigo é de 8 (oito) anos após a publicação desta Lei, sendo de (três) anos o período, após essa publicação, para se utilizar um percentual mínimo obrigatório intermediário de 2% (dois por cento), em volume. (Regulamento)

§ 2º Os prazos para atendimento do percentual mínimo obrigatório de que trata este artigo podem ser reduzidos em razão de resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, observados os seguintes critérios:

I - a disponibilidade de oferta de matéria-prima e a capacidade industrial para produção de biodiesel;

II - a participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas;

III - a redução das desigualdades regionais;

IV - o desempenho dos motores com a utilização do combustível;

V - as políticas industriais e de inovação tecnológica.

§ 3º Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP definir os limites de variação admissível para efeito de medição e aferição dos percentuais de que trata este artigo.

§ 4º O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados no caput deste artigo terá que ser processado preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista (Incluído pela Lei nº 11.116, de 2005)

Art. 3º O inciso IV do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas;

....." (NR)

· Art. 4º O art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido dos incisos XXIV e XXV, com a seguinte redação:

"Art. 6º

.....
XXIV - Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil." (NR)

Art. 5º O Capítulo IV e o caput do art. 7º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV

DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

.....
Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

....." (NR)

Art. 6º O art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

.....
VII - fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

.....
IX - fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;

.....
XI - organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

XVI - regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

XVII - exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;

XVIII - especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis." (NR)

Art. 7º A alínea d do inciso I e a alínea f do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49.

I -

.....

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

II -

.....

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

....." (NR)

Art. 8º O § 1º do art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º O abastecimento nacional de combustíveis é considerado de utilidade pública e abrange as seguintes atividades:

I - produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação do petróleo, gás natural e seus derivados;

II - produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação do biodiesel;

III - comercialização, distribuição, revenda e controle de qualidade de álcool etílico combustível.

..... (NR)

Art. 9º Os incisos II, VI, VII, XI e XVIII do art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passam a vigorar com a seguinte ação:

"Art. 3º

.....

II - importar, exportar ou comercializar petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis em quantidade ou especificação diversa da autorizada, bem como dar ao produto destinação não permitida ou diversa da autorizada, na forma prevista na legislação aplicável:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

.....

VI - não apresentar, na forma e no prazo estabelecidos na legislação aplicável ou, na sua ausência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os documentos comprobatórios de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

VII - prestar declarações ou informações inverídicas, falsificar, adulterar, inutilizar, simular ou alterar registros e escrituração de livros e outros documentos exigidos na legislação aplicável, para o fim de receber indevidamente valores a título de benefício fiscal ou tributário, subsídio, ressarcimento de frete, despesas de transferência, estocagem e comercialização:

Multa - de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

.....

XI - importar, exportar e comercializar petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis fora de especificações técnicas, com vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

.....

XVIII - não dispor de equipamentos necessários à verificação da qualidade, quantidade estocada e comercializada dos produtos derivados de petróleo, do gás natural e seus derivados, e dos biocombustíveis:

Multa - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)." (NR)

Art. 10. O art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIX:

"Art. 3º

.....

XIX - não enviar, na forma e no prazo estabelecidos na legislação aplicável, as informações mensais sobre suas atividades:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)." (NR)

Art. 11. O art. 5º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas, a fiscalização poderá, como medida cautelar:

I - interditar, total ou parcialmente, as instalações e equipamentos utilizados se ocorrer exercício de atividade relativa à indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis sem a autorização exigida na legislação aplicável;

II - interditar, total ou parcialmente, as instalações e equipamentos utilizados diretamente no exercício da atividade se o titular, depois de outorgada a autorização, concessão ou registro, por qualquer razão

deixar de atender a alguma das condições requeridas para a outorga, pelo tempo em que perdurarem os motivos que deram ensejo à interdição;

III - interditar, total ou parcialmente, nos casos previstos nos incisos II, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII do art. 3º desta Lei, as instalações e equipamentos utilizados diretamente no exercício da atividade outorgada;

IV - apreender bens e produtos, nos casos previstos nos incisos I, II, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII do art. 3º desta Lei.

....." (NR)

Art. 12. O art. 11 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 11. A penalidade de perdimento de produtos apreendidos na forma do art. 5º, inciso IV, desta Lei, será aplicada quando:

.....

V - o produto apreendido não tiver comprovação de origem por meio de nota fiscal.

....." (NR)

Art. 13. O caput do art. 18 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Os fornecedores e transportadores de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

....." (NR)

Art. 14. O art. 19 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Para os efeitos do disposto nesta Lei, poderá ser exigida a documentação comprobatória de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização dos produtos sujeitos à regulação pela ANP." (NR)

Art. 15. O art. 4º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 4º

.....

VII - o fomento a projetos voltados à produção de biocombustíveis, com foco na redução dos poluentes relacionados com a indústria de petróleo, gás natural e seus derivados.

....." (NR)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

JIZ INÁCIO LULA DA SILVA
iz Paulo Teles Ferreira Barreto
lma Vana Rousseff

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.1.2005

DECRETO-LEI Nº 1.310, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1974

Altera a legislação referente ao Fundo do Exército, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, itens I e II, da Constituição,

decreta:

Art. 1º O Fundo do Exército, instituído pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965, é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar a provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços, inclusive programas de ensino e de assistência social, que, a juízo do Ministro do Exército, se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento a suas missões.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo do Exército:

I - para aplicação sujeita às normas gerais de planejamento, programação e orçamentação:

a) a dotação consignada, anualmente, no Orçamento Geral da União, na forma estabelecida na letra c do artigo 3º, da Lei nº 4.617 de 15 de abril de 1965;

b) o produto das operações realizadas de conformidade com a Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970;

c) as indenizações relativas a dotações orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados;

d) os recursos provenientes de empréstimos ou financiamentos contraídos no País ou no Exterior;

II - para outras aplicações, constituindo uma reserva de contingência:

a) as importâncias resultantes das percentagens fixadas pelo Ministro do Exército sobre saldos líquidos mensais de atividades comerciais ou industriais de órgãos do Ministério do Exército;

b) os saldos anuais não aplicados das atividades de suprimento de subsistência;

c) o produto de arrendamento ou alienação de bens móveis de Exército bem como de indenizações de material extraviado ou danificado;

d) as rendas provenientes de exploração, inclusive arrendamento, de imóveis jurisdictionados ao Ministério do Exército, devendo, no último caso, ser comunicada a ocorrência ao órgão próprio responsável pelo patrimônio da União;

e) as indenizações e multas resultantes da aplicação da legislação referente à fiscalização de produtos controlados pelo Ministério do Exército;

f) as rendas provenientes de serviços de qualquer espécie prestados pelo Ministério do Exército a Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, desde que não previstos em Planos de Cooperação aprovados;

g) os rendimentos líquidos das operações financeiras do próprio Fundo, deduzida a parcela correspondente à remuneração dos serviços de sua administração;

h) subvenções, contribuições, doações e legados;

i) quaisquer outros recursos que lhe forem expressamente atribuídos.

Art. 3º O Fundo do Exército será administrado pelo Ministro do Exército.

Art. 4º Os recursos de que trata o artigo 2º serão depositados no Banco do Brasil S.A., a crédito do Fundo do Exército.

Parágrafo único. Os saldos verificados no fim de cada exercício financeiro serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do referido Fundo.

Art. 5º Serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., a crédito do Fundo do Exército, os recursos dos órgãos autônomos do Ministério do Exército, estabelecidos com base no Art. 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Aplica-se aos saldos dos recursos de que trata este artigo o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 6º A escrituração do Fundo do Exército obedecerá às normas gerais de administração financeira, contabilidade e auditoria.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo serão contabilizados em títulos próprios, segundo a sua natureza na forma que for estabelecida em Regulamento.

Art. 7º O poder Executivo baixará no prazo de 60 dias, contados da data de vigência deste Decreto-lei a regulamentação que se fizer necessária a sua execução.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Orlando Geisel

DECRETO-LEI Nº 719, DE 31 DE JULHO DE 1969.

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art 1º Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

§ 1º A assistência financeira do FNDCT será prestada, preferencialmente, através de repasse a outros fundos e entidades incumbidos de sua canalização para iniciativas específicas e poderá destinar-se ao financiamento de despesas correntes ou de capital.

§ 2º O regulamento do FNDCT, a ser expedido por Decreto do Poder Executivo, disciplinará o mecanismo e condições de financiamento de programas e projetos.

Art 2º Constituem recursos do FNDCT:

- a) recursos orçamentários, inclusive os já incluídos no orçamento de 1969;
- b) recursos provenientes de incentivos fiscais;
- c) empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- d) contribuições e doações de entidades públicas e privadas;
- e) recursos de outras fontes.

Art 3º A aplicação dos recursos do FNDCT obedecerá a diretrizes, planos e normas expedidos por um Conselho Diretor, constituído pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, como Presidente, pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, como Vice-Presidente, pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e por representantes do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério da Indústria e do Comércio e de outros setores, públicos e privados, ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, conforme se dispuser em Decreto.

Art. 3º-A. Serão destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa vinte por cento dos recursos destinados: (Artigo incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

I - ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT oriundos de: (Incísio incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

- a) contribuição de intervenção no domínio econômico;
- b) compensação financeira sobre o uso de recursos naturais;
- c) percentual sobre receita ou lucro de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos; e
- d) contratos firmados pela União, suas autarquias e fundações;

II - a fundos constituídos ou que vierem a ser constituídos com vistas a apoiar financeiramente o desenvolvimento científico tecnológico de setores econômicos específicos. Incísio incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

Art. 3º.B. Na utilização dos recursos de que trata o artigo anterior, serão observados: (Artigo incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

I - a programação orçamentária em categoria de programação específica no FNDCT; (Incísio incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

II - os critérios de administração previstos na forma do regulamento do FNDCT; e (Incísio incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

III - a desnecessidade de vinculação entre os projetos financiados e o setor de origem dos recursos. (Incísio incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

Parágrafo único. No mínimo, trinta por cento dos recursos serão aplicados em instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. (Parágrafo único incluído pela Lei nº 10.197, de 14.2.2001)

Art. 4º O FNDCT será dotado de uma Secretaria-Executiva, cuja organização e funcionamento serão estabelecidos em Regulamento.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 31.7.69

LEI Nº 8.172, DE 18 DE JANEIRO DE 1991.

Restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, o Presidente da República, nos termos do § 3º do art. 66 da Constituição, sancionou, e eu, NELSON CARNEIRO, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 7º do mesmo artigo promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica restabelecido o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir de 5 de outubro de 1990.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de janeiro de 1991.

NELSON CARNEIRO

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.1.1991

LEI Nº 4.617, DE 15 DE ABRIL DE 1965

Cria o Fundo do Exército e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo do Exército destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social que, a juízo do Ministério de Guerra se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento às suas missões.

Art. 2º A administração do Fundo do Exército ficará a cargo do Conselho Superior de Economias da Guerra, o qual pagará a denominar-se Conselho Superior do Fundo do Exército.

Art. 3º Constituirão receitas do Fundo do Exército:

- a) os recursos atualmente coletados pela Comissão Superior de Economia e Finanças (COSEF), criada pelo Decreto nº 37.971, de 22 de setembro de 1955;
- b) as indenizações e verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados;
- c) uma dotação no valor de Cr\$20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) no exercício de 1965, a qual será elevada para Cr\$25.000.000.000 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros) no exercício de 1966 e, a partir do exercício de 1967, anualmente consignada no Orçamento Geral da União, após a necessária correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 4º O saldo positivo do Fundo do Exército, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5º É o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de apressar a realização de programas previamente aprovados pelo Presidente da República, que visem atender ao aparelhamento do Exército e à assistência social de seu pessoal.

§ 1º Nas operações de crédito a que se refere o presente artigo, o Poder Executivo só poderá empregar até 50% (cinquenta por cento) da receita prevista no Fundo do Exército constante da alínea "c" do artigo 3º, sendo vedada a inclusão, nessas operações, das receitas de que tratam as demais alíneas do referido artigo.

§ 2º As operações de crédito de que trata este artigo deverão ser liquidadas no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 6º Durante cinco (5) anos, a partir da data da promulgação desta Lei, no mínimo dez por cento (10%) do total do Fundo do Exército serão empregados na construção de residências para oficiais e sargentos nos diversos Estados da Federação de acordo com planos aprovados pelo Ministro da Guerra.

Art. 7º A vigência da presente Lei, no que se refere às alíneas "b" e "c" do art. 3º, é a partir de 1º de janeiro de 1965.

Art. 8º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Guerra, no corrente exercício de 1965, do crédito especial de Cr\$20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), destinados ao Fundo do Exército e equivalente à receita a que se refere a alínea "c" do art. 3º desta Lei.

Art. 9º o Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 10. Esta lei, ressalvado o disposto no seu artigo 8º, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELO BRANCO

Decio Palmeiro de Escobar

Otávio Gouveia de Bulhões

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 492, DE 2006

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

Relator: Senador **Rodolfo Tourinho**

I – Relatório

Vem a esta Comissão para exame em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 341, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que visa a estimular a substituição da cultura de tabaco por outras culturas.

Este PLS é composto por dois artigos. O art. 1º modifica os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. No caso do art. 48, o PLS propõe acrescentar inciso VII, incluindo o estímulo à substituição da cultura de tabaco por atividades alternativas dentre os objetivos do crédito rural.

Em relação ao art. 103, o PLS propõe, por meio da criação de um inciso IV, que o Poder Público conceda incentivos especiais ao proprietário rural que fizer a migração da cultura de tabaco para outras culturas. Entre esses incentivos, destacam-se a prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial e na concessão de benefícios associados a programas de infra-estrutura, além da preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento. Atualmente, fazem jus aos incentivos especiais os agricultores que preservam e conservam a cobertura florestal existente na propriedade, os que recuperam mata nativa e os que sofrem limitação ou restrição de uso de recursos naturais em sua propriedade para fins de proteção dos ecossistemas.

O art. 2º estatui a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Como esta matéria foi submetida somente a esta Comissão, cabe ao relator manifestar-se não somente sobre o mérito do projeto, mas também sobre seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Sobre esses aspectos, não vislumbrei óbices que poderiam impedir a aprovação deste projeto. Em particular, este PLS trata de política de crédito e de fomento à produção agropecuária, ambas matérias de competência da União, conforme dispõem os arts. 22, VII, e 23, VIII, da Constituição Federal (CF). São matérias, portanto, sobre as quais cabem ao Congresso Nacional dispor, conforme estabelece o art. 48 da CF. Por fim, o art. 61 de nossa Carta Magna estabelece que qualquer membro do Senado Federal tem prerrogativa de propor leis complementares e ordinárias. Portanto, não há vício de iniciativa na proposta em tela.

Este PLS se insere dentro de uma política de longo prazo de substituição da cultura de fumo por outras. Como se sabe, o Brasil ratificou no início de novembro último a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, doravante denominada simplesmente Convenção-Quadro ou Convenção. Mais de uma centena de países já ratificaram a Convenção, que prevê a adoção de medidas que visam a estimular a redução do consumo de cigarros, como a proibição de propagandas, o aumento de preços e o combate ao contrabando. Se no longo prazo, espera-se, com a adoção de tais medidas, queda no consumo mundial de derivados de tabaco, o mesmo não se verifica no curto prazo. Por mais paradoxal que possa parecer, o consumo de cigarros vem aumentando no mundo uma vez que o crescimento dos mercados de países em desenvolvimento, notadamente da China e da Índia, tem mais que compensado a queda de consumo observada em diversos países desenvolvidos. Assim, estamos diante de uma situação bastante peculiar: as condições correntes de demanda e custos são bastante favoráveis para a cadeia do fumo, mas a perspectiva é de forte deterioração a partir dos próximos dez anos, devido aos impactos sobre o consumo decorrentes da entrada em vigor da Convenção-Quadro. Daí a necessidade de se preparar para o futuro, estimulando a migração da cultura de tabaco para outras atividades.

A substituição da cultura de tabaco é particularmente importante para o Brasil, sobretudo para os

estados da Região Sul e da Bahia, os principais produtores. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo e o maior exportador. A propósito, a maior parte da produção nacional é destinada às exportações, que vêm crescendo nos últimos anos, passando de 190 mil toneladas em 1990 para quase 600 mil toneladas em 2004. Todos os números associados à cadeia de fumo no Brasil são superlativos: 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos, dos quais, 900 mil somente na agricultura; receitas de exportação de US\$1,6 bilhão por ano; arrecadação anual de impostos superior a R\$6 bilhões. A questão do emprego toma-se ainda mais relevante quando se sabe que a maior parte da produção de fumo ocorre em pequenas e médias propriedades, com uso intensivo de mão-de-obra familiar.

As boas condições atuais de demanda garantem elevada rentabilidade para a fumicultura – cerca de R\$10 mil por hectare – muito superior à de culturas como feijão (R\$1,3 mil por ha) ou milho (R\$1 mil por ha). Assim, a substituição a ser feita deve ser gradual, de forma a aproveitar a conjuntura favorável para a cultura do fumo e, simultaneamente, a preparar os milhões de brasileiros atualmente ocupados no setor fumageiro para um futuro pouco promissor.

Do ponto de vista tecnológico, parece não haver muita dificuldade em se fazer a substituição de cultura. Os investimentos em estufas e tecedeiras serão provavelmente perdidos em sua totalidade em caso de substituição de lavouras, uma vez que esses bens de capital têm uso muito específico para o cultivo de fumo. Entretanto, de acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), os gastos totais com investimento (incluindo as demais máquinas e equipamentos, que podem ser utilizados em outras culturas) situam-se em torno de somente 10% dos custos totais, de forma que a perda de capital com a substituição de lavoura não seria muito elevada.

Favorece também a substituição o fato de o fumo ser uma cultura temporária, sendo o intervalo entre plantio e colheita inferior a um ano. É uma situação muito mais favorável do que aquela, por exemplo, que um fruticultor ou cafeicultor enfrentaria para substituir a sua produção, uma vez que teria de derrubar um pomar ou um cafezal que teria levado anos para começar a produzir. Outro fator que facilita a substituição é que as terras cultivadas com fumo são, usualmente, terras de boa qualidade, tendo em vista que a cultura de fumo exige muito do solo. Apesar de haver algumas dificuldades – notadamente o treinamento de

mão-de-obra e, no caso do Rio Grande do Sul, o fato de o fumo ser cultivado em terrenos muito inclinados – em linhas gerais, do ponto de vista técnico, parece não haver fortes empecilhos para substituir o fumo por outra cultura.

O grande desestímulo à mudança de cultura é de natureza econômica. Conforme já foi dito, a cultura de fumo é das atividades agrícolas mais rentáveis. Destaca-se que, por ser cultivada, em sua maioria, por pequenos e médios produtores, ela tem de ser substituída por outras culturas que gerem alto valor agregado – afinal, se há pouca terra para cultivar, o retorno por hectare tem de ser elevado para garantir a subsistência do proprietário. Algumas experiências, ainda incipientes, têm sido bem sucedidas. Produtores apoiados pela Diocese de Santa Maria (RS) substituíram o cultivo de fumo pela produção de alimentos orgânicos e têm tido lucratividade comparável. A partir de um projeto de diversificação de culturas patrocinado pela Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), 46 famílias da região passaram a plantar pêssego e vêm obtendo resultados positivos. Também foi bem sucedida a experiência do Município de Schroeder, em Santa Catarina, onde a cultura de fumo foi substituída pela de banana e foi instalada a agroindústria para processar a fruta, agregando-lhe valor.

Além da lucratividade mais ou menos equivalente, essas novas culturas não são tão prejudiciais à saúde do agricultor, uma vez que não o expõem aos compostos químicos da folha do fumo e que nem requerem uso tão intenso de agrotóxicos. Outra vantagem de se reduzir a produção de fumo é o menor prejuízo para o meio ambiente oriundo da queda da demanda por lenha – insumo necessário para as estufas. É claro que esses sucessos localizados não necessariamente serão replicados para o universo dos fumicultores: isso dependerá de condições específicas relativas ao clima, às características geológicas do terreno, à infraestrutura existente, entre outros aspectos.

Tendo em vista que, atualmente, de uma forma geral, não é viável economicamente substituir a cultura de fumo, os fumicultores necessitarão de algum incentivo extra para plantar outra cultura.

As experiências bem sucedidas mencionadas acima contaram com o fornecimento de assistência técnica. Mas isso, sozinho, não é suficiente. São necessários outros incentivos, notadamente financeiros. Neste sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.283, de 2005, autorizando a utilização

de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para os fumicultores que quiserem investir em outras atividades produtivas. Para tanto, no mínimo 20% da receita gerada pelo empreendimento deverá vir de outras atividades que não o fumo.

Às vésperas da aprovação, pelo Senado Federal, da ratificação da Convenção-Quadro, o Governo lançou o Programa de Apoio à Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Fumo. O Programa é estruturado em quatro eixos: financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização. Entre os principais pontos do Programa, constam: crédito para custeio com juros de 4% a.a.; crédito para investimento com juros de 3% a.a.; e apoio à pesquisa e ao cooperativismo.

Também foi encaminhada ao Ministério da Fazenda, proposta do Ministério da Saúde de criação de um imposto sobre ciganos com o objetivo de formar um Fundo de Apoio à Conversão das lavouras.

Em síntese, providências já foram ou estão sendo tomadas no sentido de estimular a substituição da cultura de fumo por outras culturas. Essas medidas, entretanto, ou são ainda incipientes, tratando-se de experiências ou de projetos-piloto limitados a um número restrito de fumicultores ou a determinadas regiões, ou não se encontram ainda devidamente dimensionadas, como é o caso das medidas envolvendo expansão de crédito. Neste sentido, o PLS nº 341, de 2005, é oportuno por complementar – em contraposição a competir com – as medidas que vêm sendo adotadas para estimular a migração da cultura de fumo para outras atividades.

Cabe, entretanto, apresentar emendas a este PLS para sanar vícios associados à técnica legislativa. Como as duas modificações propostas à Lei nº 8.171, de 1991, são independentes, apesar de correlatas, cada artigo do PLS deveria tratar de uma única alteração. Deve-se também alterar a ementa para explicitar que os produtores rurais que substituírem a cultura do tabaco por outras atividades farão jus a incentivos especiais, nos termos do art. 103 da referida lei.

III – Voto

À vista do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 341, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.
.....

VII – o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. (NR)”

EMENDA Nº 2 – CRA

Insira-se o seguinte art. 2º no PLS nº 341, de 2005, renumerando para art. 3º o atual art. 2º:

Art. 2º O art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 103.
.....

IV – promover a substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

.....(NR)”

EMENDA Nº 3 – CRA

Dê-se à ementa do PLS nº 341, de 2005, a seguinte redação:

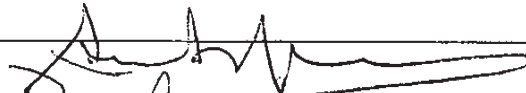
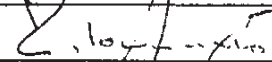
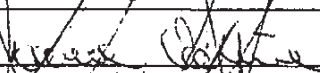
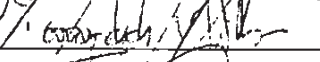

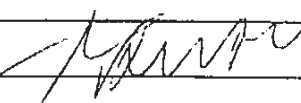


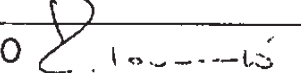
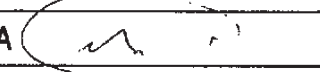
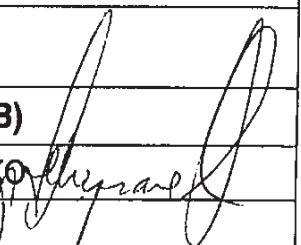
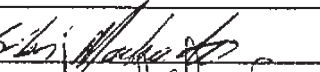
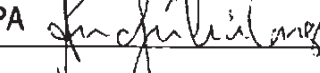
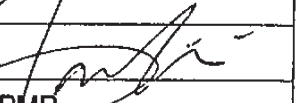
“Altera os arts. 48 e 103, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas.”

Sala da Comissão, 17 de abril de 2006.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 341, DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/04/2006, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
LÚCIA VÂNIA 	1- (VAGO)
FLEXA RIBEIRO 	2- ÁLVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA 	3- LEONEL PAVAN 
JONAS PINHEIRO 	4- EDISON LOBÃO 
DEMÓSTENES TORRES	5- ROSEANA SARNEY
HERÁCLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO 
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B	3- AMIR LANDO
GERSON CAMATA 	4- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESSARENKO 
AELTON FREITAS	2- DELCÍDIO AMARAL
SIBÁ MACHADO 	3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA 	4- SÉRGIO ZAMBIASI 
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA - PMR
PDT	
OSMAR DIAS	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 341, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA	X				1- (VAGO)				
FLEXA RIBEIRO	X				2- ALVARO DIAS				
SÉRGIO GUERRA					3- LEONEL PAVAN	X			
JONAS PINHEIRO	X				4- EDISON LOBÃO				
DEMÓSTENES TORRES					5- ROSEANA SARNEY				
HERÁCLITO FORTES					6- RODOLPHO TOURINHO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
PEDRO SIMON					2- ROMERO JUCÁ				
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B					3- AMIR LANDO				
GERSON CAMATA	X				4- MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					5- VALDIR RAUPP				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				1- SERYS SLHESARENKO	X			
AELTON FREITAS					2- DELCÍDIO AMARAL				
SIBÁ MACHADO	X				3- MAGNO MALTA				
ANA JÚLIA CAREPA	X				4- SÉRGIO ZAMBIASI				
JOÃO RIBEIRO					5- MARCELO CRIVELLA - PMR			X	
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 42 SIM: 10 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1
 SALA DAS REUNIÕES, EM - 17/04/2006 Senador SÉRGIO GUERRA
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA *emenda nº 01-CRA*

PROPOSIÇÃO: *PLS* Nº *341*, DE *2005*

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA	X				1- (VAGO)				
FLEXA RIBEIRO	X				2- ALVARO DIAS				
SÉRGIO GUERRA					3- LEONEL PAVAN	X			
JONAS PINHEIRO	X				4- EDISON LOBÃO				
DEMÓSTENES TORRES					5- ROSEANA SARNEY				
HERÁCLITO FORTES					6- RODOLPHO TOURINHO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
PEDRO SIMON					2- ROMERO JUCA				
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B					3- AMIR LANDO				
GERSON CAMATA	X				4- MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					5- VALDIR RAUPP				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				1- SERYS SLHESARENKO	X			
AELTON FREITAS					2- DELCÍDIO AMARAL				
SIBÁ MACHADO	X				3- MAGNO MALTA				
ANA JÚLIA CAREPA	X				4- SÉRGIO ZAMBIASI	X			
JOÃO RIBEIRO					5- MARCELO CRIVELLA - PMR				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1- CRISTOVAM BUARQUE				

SF-

TOTAL: *12* SIM: *11* NÃO: *0* ABSTENÇÃO: *0* AUTOR: *0* PRESIDENTE: *1*

SALA DAS REUNIÕES, EM *17/04/2006*

Senador SÉRGIO GUERRA
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA *EMENDAS Nº 02 - CEA*PROPOSIÇÃO: *PLS* Nº *341*, DE *2005*

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PL/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PL/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA	X				1- (VAGO)				
FLEXA RIBEIRO	X				2- ALVARO DIAS				
SÉRGIO GUERRA					3- LEONEL PAVAN	X			
JONAS PINHEIRO	X				4- EDISON LOBÃO				
DEMÓSTENES TORRES					5- ROSEANA SARNEY				
HERÁCLITO FORTES					6- RODOLPHO TOURINHO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRAMEZ TEBET					1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
PEDRO SIMON					2- ROMERO JUCÁ				
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B					3- AMIR LANDO				
GERSON CAMATA	X				4- MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					5- VALDIR RAUPP				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				1- SÉRY S LHESSARENKO	X			
AELTON FREITAS					2- DELCÍDIO AMARAL				
SIBÁ MACHADO	X				3- MAGNO MALTA				
ANA JÚLIA CAREPA	X				4- SÉRGIO ZAMBIASI				
JOÃO RIBEIRO					5- MARCELO CRIVELLA - PMR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: *12* SIM: *11* NÃO: *0* ABSTENÇÃO: *0* AUTOR: *0* PRESIDENTE: *1*SALA DAS REUNIÕES, EM *7/06/2006*Senador **SÉRGIO GUERRA**
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDAS Nº 03 - C.R.

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 341, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA	X				1- (VAGO)				
FLEXA RIBEIRO	X				2- ALVARO DIAS				
SÉRGIO GUERRA					3- LEONEL PAVAN	X			
JONAS PINHEIRO	X				4- EDISON LOBÃO				
DEMÓSTENES TORRES					5- ROSEANA SARNEY				
HERÁCLITO FORTES					6- RODOLPHO TOURINHO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
PEDRO SIMON					2- ROMERO JUCÁ				
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B					3- AMIR LANDO				
GERSON CAMATA	X				4- MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					5- VALDIR RAUPP				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				1- SÉRY S LHESSARENKO	X			
AELTON FREITAS					2- DELCÍDIO AMARAL				
SIBÁ MACHADO	X				3- MAGNO MALTA				
ANA JÚLIA CAREPA	X				4- SÉRGIO ZAMBIASI	X			
JOÃO RIBEIRO					5- MARCELO CRIVELLA - PMR				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1- STOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 14 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0
 SALA DAS REUNIÕES, EM 17/04/2006

AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1
 Senador SÉRGIO GUERRA
 Presidente

VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

TEXTO FINAL
**APROVADO PELA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA,
EM 17 DE ABRIL DE 2006, AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2005.**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2005**

“Altera os arts. 48 e 103, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 48 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.

.....
VII – o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. (NR)”

Art. 2º O art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art. 103.

.....
IV – promover a substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

.....(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões 17 de abril de 2006.


Presidente,

 Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Constituição da República Federativa do Brasil 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à *União* legislar sobre:

.....
VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

.....
Art. 23. É competência comum da *União*, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....
VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da *União*, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da *União*;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas *Assembléias Legislativas*;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da *União* e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
.....

Of. Nº 126/2005—CRA

Brasília, 17 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, em 17 de abril do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, que “altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

PARECER Nº 493, DE 2006

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre os Avisos nºs 871, de 2005, e 49, de 2006, do Tribunal de Contas da União, que encaminham cópias dos Acórdãos nºs 857/2005 e 78/2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referentes a auditorias realizadas em obras rodoviárias na BR–282/SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina (TC–003.719/2001–2).

Relator: Senador **Sibá Machado**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão cópias dos Acórdãos nº 857/2005 e nº 78/2006, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referentes a auditorias realizadas em obras rodoviárias na BR-282/SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina (TCU–003.719/2001–2), encaminhados por intermédio dos Avisos nº 871-SGS-TCU–Plenário e nº 49-SGS-TCU–Plenário.

As cópias das referidas deliberações foram anexadas ao processado do Requerimento nº 673, de 2001, de autoria do Senador Casildo Maldaner, em virtude da conexão entre as matérias. Com efeito, no citado requerimento Sua Excelência solicitara a realização de auditoria, pelo TCU, nas aludidas obras, para verificação da legalidade dos contratos e seus aditamentos,

bem assim do custo médio real do quilômetro projetado e implantado.

Em atendimento a essa solicitação, a Corte de Contas promoveu inspeção nas obras, de que resultou a Decisão Plenária nº 417/2002, a qual converteu o processo de auditoria em Tomada de Contas Especial, ante a apuração de irregularidade consistente no aumento dos preços unitários de terraplenagem no Contrato nº PJ-078/2000, pela não-utilização dos preços unitários constantes da planilha apresentada na proposta da firma Reis Engenharia de Obras Ltda., licitante vencedora do certame que deu origem, máxime após a assinatura do termo de Re-ratificação nº A.1 para construção do trecho São José do Cerrito – Vargem da BR–282, o qual resultou em sobrepreço e respectivo superfaturamento nas obras.

Na ocasião, o Tribunal determinou ainda, entre outras medidas: (i) a suspensão, pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), dos repasses de recursos federais para o custeio das referidas obras até que o TCU, à vista do saneamento das irregularidades, o autorizasse a fazê-lo; (ii) o encaminhamento de cópia da deliberação aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como ao Senador Casildo Maldaner.

Citados os responsáveis e oferecida oportunidade de apresentarem sua defesa, o TCU decidiu, no Acórdão nº 580/2002 – Segunda Câmara, julgar irregulares as contas dos Srs. Genésio Bernardino de Souza, Edgar Antônio Roman e da empresa A.R.G. Ltda., além de determinar ao DNIT, entre outras providências, a anulação das licitações que originaram outros dois contratos superfaturados (PJ–091/2001 e PJ–090/2001), determinação essa modificada pelo Acórdão nº 383/2003 – Segunda Câmara, para possibilitar a preservação dos contratos, desde que os preços unitários dos serviços fossem renegociados para adequar-se aos padrões do Sistema de Custo Rodoviário (SICRO).

Vêm ao conhecimento da CMA, nesta oportunidade, as mais recentes deliberações tomadas nos autos do processo TC nº 003.719/2001–2 acerca das obras rodoviárias na BR–282/SC: os Acórdãos nº 857/2005 – Plenário e nº 78/2006 – Plenário.

No primeiro, a Corte de Contas decidiu, em síntese, considerar atendidas pela empresa A.R.G. Ltda. as condições fixadas na Decisão nº 417/2002 – Ple-

nário, para a repactuação dos contratos. Determinou o TCU, outrossim, a realização, pelo DNIT, de novos procedimentos licitatórios para execução das obras, no caso de não serem formalizadas as repactuações dos contratos na forma das novas planilhas de custos apresentadas pela referida empresa.

Já no Acórdão nº 78/2006 – Plenário, o Tribunal determinou ao DNIT que se abstinhasse de realizar pagamentos relacionados às obras referentes aos Contratos PJ-090/2001 e PJ-091/2001, até que o Tribunal deliberasse quanto à documentação encaminhada por aquele órgão, a qual contém os termos aditivos das repactuações dos citados contratos. Na deliberação, o TCU decidiu ainda comunicar aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem assim à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que não há mais óbice à retomada das obras objeto dos contratos supramencionados, relacionadas à construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul – BR-282 – Florianópolis – Divisa com a Argentina, restando impedimento quanto às obras objeto do Contrato nº PJ-078/2000, por não ter sido firmado termo de repactuação.

II – Análise

Trata-se de comunicações do Tribunal de Contas da União a respeito de suas atividades de auditoria nas obras rodoviárias da BR-282/SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina. Em cientificar o Congresso Nacional acerca das fiscalizações que realiza, a Corte cumpre seu **munus** constitucional de órgão que auxilia o Poder Legislativo no exercício das funções de controle externo das finanças públicas (arts. 70 e 71 da Constituição Federal). Ademais, fornece novos elementos em complementação aos que já haviam sido remetidos em atendimento ao Requerimento nº 673, de 2001.

No Acórdão nº 857/2005, que chega ao conhecimento desta Comissão na presente oportunidade, o Plenário do TCU houve por bem acolher as novas planilhas de custo apresentadas pela empresa executora das obras, entendendo-as consentâneas com os parâmetros especificados em deliberação anterior da Corte, na qual determinara o saneamento de irregularidades de sobrepreço e superfaturamento inicialmente verificadas nos Contratos nºs PJ-078/2000, PJ-090/2001 e PJ-091/2001, celebrados pelo DNIT. Determinou, outrossim, que o DNIT formalizasse novo

instrumento contratual com base nos novos preços unitários, encaminhando a documentação para exame por parte da Corte.

Conforme o ministro relator da decisão salientou em seu voto, a economia total verificada em virtude da redução dos preços dos contratos, por força da ação preventiva do Tribunal, atinge 46 milhões de reais, em valores de abril de 2005, o que, além de evitar um superfaturamento da ordem de 22%, permite, na forma da solução adotada pela Corte, conciliar os interesses da população de Santa Catarina com o da União.

De seu turno, o Acórdão nº 78/2006 – Plenário determina ao DNIT que se abstenha de realizar pagamentos no âmbito dos referidos contratos, enquanto o Tribunal não se pronunciar a respeito da documentação exigida, a qual já lhe foi remetida. Ao lado disso, o TCU informa estar superado o óbice à retomada das obras, no tocante aos Contratos nºs PJ-090/2001 e PJ-091/2001, remanescendo a proibição quanto às obras objeto do Contrato nº PJ-078/2000, em virtude de não ter sido firmado o termo de repactuação neste caso.

A comunicação reveste-se de grande importância, uma vez que, nos termos do art. 102 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 (Lei nº 11.178, de 2005), o projeto de lei orçamentária anual pode prever subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves informados pelo TCU, de sorte a se condicionar a execução orçamentária, física e financeira dos contratos nos quais foram detectados os vícios à adoção de medidas saneadoras, sujeitas a prévia deliberação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Não é demais registrar que o Tribunal determinou o encaminhamento de cópia do Acórdão nº 78/2006 – Plenário também para aquela Comissão.

III – Voto

A luz da eficaz atuação do Tribunal de Contas da União e haja vista não existirem, segundo entendemos, quaisquer outras providências a serem tomadas no âmbito do Senado Federal com respeito à matéria objeto dos Acórdãos nº 857/2005 e nº 78/2006 do Plenário daquela Corte, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento dos Avisos nº 871-SGS-TCU-Plenário e nº 49-SGS-TCU-Plenário, bem assim dos documentos que o acompanham.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: 22f (SF) Nº 673 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/04/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>H. Quintanilha</i>	
RELATOR: <i>Leomar Quintanilha</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
JONAS PINHEIRO – PFL	3- ROSEANA SARNEY – PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-FÁTIMA CLEIDE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO – PL	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IX
**Da Fiscalização Contábil,
Financeira e Orçamentária**

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

~~Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.~~

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário público;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as

melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V – fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII – prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao Erário;

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

.....

PARECER Nº 494, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta § 5º ao art. 48 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001 (permite a dedução dos investimentos dos Estados em educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos de parte de dívidas junto a União).

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

I – Relatório

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 37, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, propõe acrescentar § 5º do art. 48 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

O acréscimo proposto consta do art. 1º do PRS. Pretende-se permitir a dedução, nos pagamentos de encargos da dívida pública estadual refinanciada junto à União, de despesas de capital em educação e pesquisa de nível superior, **in verbis**:

Art. 48.

§ 5º As despesas de capital realizadas pelos Estados e pelo Distrito Federal para investimento em instituições de ensino superior por elas mantidas serão deduzidas do limite de comprometimento da receita líquida real podendo o comprometimento final da mesma, nesse caso, ficar abaixo de 11% (onze por cento).

O art. 2º contém a cláusula de vigência, prevendo que a resolução resultante do presente PRS entrará em vigor na data da sua publicação.

Nos termos do art. 99, inciso VI, e do art. 393, inciso II do **caput** e inciso I do parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como sobre o mérito e a técnica legislativa do presente PRS.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

II – Análise

À primeira vista, o dispositivo transcrito acima parece propor uma redefinição do conceito de Receita Líquida Real (RLR), de modo a reduzir os pagamentos efetuados pelos estados à União como parte do processo de refinanciamento das respectivas dívidas

públicas. No entanto, para que seja corretamente entendido, o acréscimo proposto deve ser interpretado no âmbito do art. 48, no qual se insere, cujo **caput** estipula o seguinte:

Art. 48. Para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, é fixado o limite de 11% (onze por cento) da receita líquida real, conforme definida no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.496, de 1997.

Dessa forma, o limite fixado destina-se, unicamente, a disciplinar a situação prevista no art. 2º da Lei nº 8.727, de 1993, que estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, qual seja:

Art. 2º A parcela das prestações do refinanciamento que ultrapassar **o limite de comprometimento de receitas estabelecido pelo Senado Federal**, após o pagamento dos compromissos do devedor no respectivo mês com a dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991, dívidas de que tratam as alíneas **a** e **b** do § 2º do art. 1º, e serviço com a dívida mobiliária que não possa ser objeto de rolagem segundo as normas legais vigentes, será acumulada para pagamento nos meses seguintes, respeitado sempre o limite, refinanciando-se o resíduo final em até cento e vinte prestações mensais e consecutivas, calculadas com base na Tabela Price, vencíveis a partir do vencimento da última prestação a que se refere o § 10 do art. 1º e mantidas as mesmas condições de pagamento e de encargos financeiros previstos nos §§ 8º, 9º e 11 do art. 1º [Grifo nosso].

A Lei nº 8.727, de 1993, como disposto no art. 1º, disciplina o refinanciamento pela União dos saldos devedores existentes em 30 de junho de 1993 de todas as operações de crédito interno contratadas, até 30 de setembro de 1991, junto a órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pela União, de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como de suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenham direta ou indiretamente o controle acionário. O art. 2º também se reporta às seguintes obrigações:

a) os compromissos no respectivo mês com a dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

b) as dívidas renegociadas com base na Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, que dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas entidades da administração indireta, e com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, que dispõem sobre a organização da seguridade social e o respectivo plano de custeio;

c) as dívidas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), relativas a contribuições compulsórias.

Portanto, o limite de 11% da RLR aplica-se a um conjunto específico de obrigações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O § 1º do art. 48 do RSF nº 43, de 2001, não deixa dúvidas a esse respeito:

§ 1º O valor resultante da aplicação do limite definido no **caput** será utilizado no pagamento de amortizações, juros e demais encargos da dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991, do refinanciamento de dívidas junto ao FGTS e das dívidas resultantes de renegociações realizadas com base na Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, da comissão de serviços das operações amparadas pela Lei nº 8.727, de 1993, das dívidas relativas a financiamentos imobiliários firmados pelas entidades vinculadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por eles assumidas mediante aditivo, e das dívidas resultantes de renegociações realizadas com base na Lei nº 8.727, de 1993.

Por conseguinte, o acréscimo proposto pelo PRS nº 37, de 2004, não implica qualquer alteração no conceito de RLR propriamente dito, mas sim a mera modificação do limite de comprometimento das receitas públicas estaduais com um conjunto específico de obrigações, que não deve ser confundido com os pagamentos devidos à União em decorrência de acordos firmados no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Efetivamente, não seria razoável imaginar que um projeto de resolução pretendesse modificar um

conceito legal, como é o caso da RLR, cujo cálculo acha-se disciplinado pelo art. 2º da Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. Convém notar que o próprio PRS nº 37, de 2004, reconhece que a definição de RLR não sofreria alteração quando faz a seguinte ressalva: “podendo o comprometimento final da mesma a RLR, nesse caso, ficar abaixo de 11%”. Em caso de mudança da definição, a ressalva não seria necessária, uma vez que o comprometimento máximo seria sempre igual a 11%.

Como destacado anteriormente, o art. 2º da Lei nº 8.727, de 1993, delega ao Senado Federal competência para fixar o limite a ser observado pelos estados no presente contexto. O PRS nº 37, de 2004, propõe a aplicação aos estados, mas não para os municípios, de um conceito modificado de RLR. Poderia, da mesma forma, propor um percentual da receita total bruta ou um percentual da arrecadação própria líquida.

A questão-chave é: semelhante modificação reduziria o montante pago à União pelos estados como parte da renegociação das respectivas dívidas públicas? A resposta é não, pois permaneceria inalterado o conceito legal de RLR, que baliza os pagamentos da Dívida Pública Mobiliária Estadual (DPME) refinanciada pela União. Qualquer redução no montante pago na forma do art. 48 será disponibilizado para o pagamento da dívida mobiliária. Portanto, do ponto de vista financeiro, a mudança visada é, no agregado, inócua.

A título de ilustração, suponha-se um estado cuja RLR seja igual a 100 unidades monetárias (u.m.). Aprovado o PRS nº 37, de 2004, o montante pago na forma do art. 48 passaria de 11% da RLR para 11% de uma RLR modificada, que podemos assumir como sendo igual a 90 u.m. Assim, o montante pago passaria de 11 u.m. para 9,9 u.m. – queda de 1,1 u.m. Suponha-se, ademais, que o serviço da DPME refinanciada pela União absorva até 13% da RLR, incluído o serviço das demais dívidas renegociadas. Note-se que o conceito de RLR não seria alterado. Na atual situação, a diferença seria de 2% da RLR, a ser empregada na amortização da DPME refinanciada. Na situação proposta, a diferença seria de 3,1% da RLR. Em ambos os casos, o estado continuaria despendendo, no agregado, 13% da RLR com o serviço das várias dívidas renegociadas.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2004.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 37, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 04 / 06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 7.976, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Art. 58. Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

§ 1º Para apuração dos débitos será considerado o valor original atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos. (Renumerado pela Lei nº 8.444, de 20-7-92)

§ 2º As contribuições descontadas até 30 de junho de 1992 dos segurados que tenham prestado serviços aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios poderão ser objeto de acordo para parcelamento em até doze meses, não se lhes aplicando o disposto no § 1º do art. 38 desta lei. (Incluído pela Lei nº 8.444, de 1992)

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

Art. 2º A parcela das prestações do refinanciamento que ultrapassar o limite de comprometimento de receitas estabelecido pelo Senado Federal, após

o pagamento dos compromissos do devedor no respectivo mês com a dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991, dívidas de que tratam as alíneas **a** e **b** do § 2º do art. 1º, e serviço com a dívida mobiliária que não possa ser objeto de rolagem segundo as normas legais vigentes, será acumulada para pagamento nos meses seguintes, respeitado sempre o limite, refinanciando-se o resíduo final em até cento e vinte prestações mensais e consecutivas, calculadas com base na Tabela Price, vencíveis a partir do vencimento da última prestação a que se refere o § 10 do art. 1º e mantidas as mesmas condições de pagamento e de encargos financeiros previstos nos §§ 8º, 9º e 11 do art. 1º.

Parágrafo único. O número de meses adicionais de refinanciamento do resíduo final será estipulado de modo a que o valor das prestações corresponda, no mínimo, à média dos pagamentos efetuados durante o prazo inicial, respeitado sempre o limite de comprometimento de receitas e observadas as demais regras do **caput** aplicáveis.

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, além dos objetivos específicos para cada unidade da Federação, conterá, obrigatoriamente, metas ou compromissos quanto a:

I – dívida financeira em relação à Receita Líquida Real – RLR;

II – resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e despesas não financeiras;

III – despesas com funcionalismo público;

IV – arrecadação de receitas próprias;

V – privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial;

VI – despesas de investimento em relação à RLR.

Parágrafo único. Entende-se como receita líquida real, para os efeitos desta lei, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos estados, as

transferências aos municípios por participações constitucionais e legais.

O Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foi lido anteriormente Parecer nº 492, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo contrariamente ao Projeto de Resolução nº 37, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, que *acrescenta § 5º ao art. 48 da Resolução nº 43, de 2001* (permite a dedução dos investimentos dos Estados em Educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos de parte de dívidas junto à União).

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 40/06-GLPSDB

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho indicar o Senador Luiz Pontes para integrar, como membro titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Bloco/PT de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria fazer a minha inscrição para uma comunicação inadiável, antes da Ordem do Dia, mas

também queria fazer um registro, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo, do falecimento de uma funcionária que trabalhava na Liderança, Ana Maria Gondim, que faleceu hoje pela manhã, consternando a todos nós.

Então, em nome de toda a Bancada tanto do PT quanto do Bloco de Apoio, pelos inestimáveis serviços que a Ana Maria prestou durante o período que se dedicou à sua função na nossa assessoria, que pudéssemos externar, de viva voz, à família da Ana Maria todo o nosso sentimento e comunicar que o enterro será hoje às 16 horas.

Por isso, inclusive, estou deslocando-me, agora, para poder participar e homenagear a família neste momento tão difícil.

O Sr. Tião Viana, Presidente em exercício, deixa a cadeira cativa da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA.) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª está inscrita para comunicações inadiáveis em primeiro lugar. A Mesa também se associa, assim como todos os funcionários da Casa, ao voto de profundo pesar à família da servidora que tanto prestou serviços ao Senado Federal.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, ex-Governador deste Estado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, João Alberto Souza, gostaria de inscrever-me para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Está V. Exª inscrito em segundo lugar.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com o Senador Pedro Simon e o Senador Sérgio Zambiasi, atuamos durante anos neste debate da Varig, sempre com uma grande esperança de que a nossa Varig continuasse voando.

Senador Pedro Simon, V. Exª é testemunha, como eu, de que aquela imagem de um avião da Varig aterrissando no Aeroporto Santos Dumont, aplaudido de pé pelos funcionários da empresa e a bandeira brasileira sacudida pela energia e esperança de seu comandante e co-piloto, foi uma cena que emocionou todo o povo gaúcho recentemente quando apontamos caminhos para a solução da Varig.

Sr. Presidente, a tenacidade, a força e a vontade de vencer a crise fez com que a Varig, que é um ícone da aviação internacional por tudo que ela representa, continuasse a voar.

E comento aqui, Senador Pedro Simon, de forma rápida, a proposta aprovada da reunião de credores, na última terça-feira, que aponta para dois modelos. A primeira proposta prevê a venda da Varig Operações – parcela da companhia que reúne seus principais ativos, como rotas domésticas e internacionais. O lance mínimo inicial para o leilão é de US\$ 860 milhões.

A Varig relacionamento, voltada para a venda de passagens, ações de *marketing* e de relacionamento com os clientes, ficará com as dívidas estimadas em R\$ 7 bilhões e continuará com o processo de recuperação judicial.

A segunda proposta oferece a Varig doméstica aos investidores, livre de dívidas, por um lance inicial mínimo de US\$ 700 milhões. A Varig Internacional fica fora do leilão, com todo o passivo e continuará administrando os demais. Um acordo operacional irá regular a convivência entre as duas empresas.

É importante salientar que as regras definitivas deverão ser editadas daqui a 30 dias e o leilão deverá ocorrer num prazo máximo de 60 dias.

O Presidente da Varig, Marcelo Bottini, garantiu aos funcionários que, até a data do leilão, não haverá demissões, salvo daqueles funcionários que já aderiram ao plano.

Está construindo-se uma alternativa, com uma ampla negociação que poderá envolver o chamado empréstimo-ponte em torno de R\$ 400 milhões junto ao BNDES para um dos investidores. Tudo isso está caminhando bem. Mas quero, Senador Pedro Simon, deixar registrado aqui, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, a minha preocupação com a Aerus e com a situação dos milhares de aposentados e pensionistas que não estão seguros de que continuarão recebendo a parcela a que têm direito ainda nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro. Há ameaça de que, a partir de outubro, eles poderão não mais receber aquilo a que têm direito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, faço esse rápido comentário porque entendo que aquele documento, para o qual os três Senadores do Rio Grande e os Senadores Heráclito Fortes, Jefferson Péres, Wellington Salgado de Oliveira e o nosso Senador que preside a sessão neste momento, Senador João Alberto Souza, ajudaram a colher cerca de 80 assinaturas, de quase todos os Senadores – apenas um disse que, efetivamente, não assinaria, e respeito essa posição – contribuiu para esse movimento a favor da Varig e para a construção da alternativa.

Espero que se consolide todo o processo de forma positiva e que haja também esse compromisso com os aposentados e pensionistas da nossa Varig.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a, que, desde a primeira hora, vem batalhando por esta importante questão da Varig. V. Ex^a, o Senador Sérgio Zambiasi...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E V. Ex^a, se me permite.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nós resolvemos levar esta questão com profundidade. O Rio Grande do Sul estava fazendo; a Bancada gaúcha, principalmente, estava fazendo; o Congresso estava fazendo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas o que nós sentíamos é que não tinha consequência. Falávamos, íamos embora, falávamos, e as notícias da imprensa eram cada vez piores. Ficamos apavorados quando, na ida do Presidente de República ao Rio Grande do Sul, ele deu uma declaração dizendo que o problema da Varig era um problema da Varig. A Ministra declarou que estava disposta a ajudar, mas sem um tostão. Um saco sem fundo era a Varig. Não sei. Mas o abaixo-assinado, a nossa reunião, a convocação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, aquela audiência com as quatro Comissões também foi importante; aquela reunião que assinamos junto com os quatro Presidentes e com Senadores das comissões.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mudou. Não mais do que de repente, justiça seja feita, o tratamento que o Governo deu à Varig foi diferente. Na semana anterior, as manchetes dos jornais estavam fazendo o enterro da Varig, reconhecendo sua falência, mas a situação mudou inteiramente. Penso que contribuiu para isso aquela audiência pública que tivemos, quando os representantes da área da Petrobras foram muito infelizes, muito duros, muito radicais e a nossa resposta, dos Parlamentares, foi reciprocamente dura. Achávamos estranho não ver ali o sentimento de querer ajudar, de querer carregar uma alça do caixão. Como V. Ex^a, como o Senador Sérgio Zambiasi e como todos nós, ficamos emocionados ao ver como a reação mudou. De repente, houve o sentimento de que as coisas tinham que mudar. De repente, lá na Varig, funcionários e a Fundação, houve um entendimento numa proposta apresentada. Agora, estamos num bom caminho. Não dá para dizer que o assunto está resolvido, mas estamos num bom caminho: não terminar com a Varig. Ela deve continuar com o nome Varig. A verdade é que estão aí entre as propostas – ou me parece – que a TAM e a Gol são as que se apresentam mais possibilidade – principalmente a TAM, que tem a simpatia do Governo; sempre teve. E só houve toda essa confusão porque o

Chefe da Casa Civil do Governo à época queria uma proposta em que a Varig fosse dada de presente para a TAM. Esta ficaria com 95% do patrimônio, e a Varig, com 5%. E houve uma revolta no Senado, uma manifestação absolutamente contrária, porque aquilo era, praticamente, uma irracionalidade. E o Governo voltou atrás. Então, graças a Deus, a solução está acontecendo. Olha, eu vou falar de coração, meu querido Paulo Paim: eu ia para casa e me sentia mal. Eu dizia: será que essas coisas estão acontecendo e eu estou aqui no Senado sem poder fazer nada, e essa tragédia vai acontecer? E isso, um dia, será contado: no dia tal, a Varig deixou de existir; foi decretada a falência dela e não fizemos nada. Felicito o novo Ministro da Defesa, Waldir Pires. Desde que ele assumiu, foi muito firme em sua posição. Felicito a Ministra Dilma Linhares, pois realmente se viu que ela quis tomar uma posição e tomou. Felicito o Governo em si, embora o Governo nem esteja se dando conta do que seria dele, Governo, se a Varig explodisse na mão do Governo. E a gente toda sentindo que ele é irracional, quer dizer, um Governo que ajudou o BNDES, que ajudou empresas multinacionais, que ajudou bancos estrangeiros, que ajudou empresas estrangeiras, deu uma montanha de dinheiro, terminou de dar dinheiro agora para a Ford, que pegou uma montanha de dinheiro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para a Volkswagen de São Paulo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Foi a Volkswagen. Pegou uma montanha de dinheiro do banco, e agora estão fechando as empresas, estão demitindo todo mundo, e de repente a Varig, não; não pode. E as argumentações eram fantásticas, porque quem eram os credores? Os credores eram a Petrobras – se formos analisar a Petrobras, acho que quem mais deu dinheiro para ela no Brasil, desde que foi criada, foi a Varig. Quem comprou mais gasolina e mais óleo da Petrobras que a Varig? Dê-me o nome de outra empresa?! Onde é que a Petrobras vendeu mais, nesses 40 anos de existência, do que na Varig? E, no entanto, estava ali, porque a Varig não está pagando em dia. A coitada da Varig tinha que pagar com antecipação. Pagava hoje para receber a gasolina do dia de amanhã. A outra era... Como é o nome da empresa de aeroporto, de estado aí?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – BR Distribuidora?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A Infraero! Era a segunda empresa. Ora, mas quem ajudou, colaborou, deu incentivo, a vida inteira, para a Infraero senão a Varig? Então, eu não sei, mas acho que houve um momento em que deu uma tonteira. Perdoem-me o que vou dizer: deu uma bobeira geral em todos nós,

e não nos dávamos conta da importância da matéria. Hoje a imprensa está entendendo. Houve um artigo de um jornalista de São Paulo, emocionante, em que ele chamava a nossa atenção para o que significaria morrer a Varig e o que significa ela continuar. O Senador vai fazer a citação? Que bom! Eu não nego que para nós gaúchos, como V. Ex^a e como o Senador Zambiasi, é um **plus**, mas como brasileiro não há dúvida de que é também. A Varig, querido Paim, foi um exemplo fantástico que nós temos de analisar. A Fundação Rubem Berta, que atravessa essa fase agora, foi um exemplo. O Brizola dizia, com razão, que era um exemplo a ser copiado; os empregados, os trabalhadores eram os proprietários da empresa e faziam tudo em conjunto. Isso deu certo durante cinquenta anos. Foi ótimo, deu absolutamente certo. No meio dessa crise toda que se atravessou, em que o Governo foi o responsável, quando o Sr. Collor tirou da Varig a prioridade que era só dela de fazer vôo para o exterior, como acontece em todos os países do mundo. Em todos os países do mundo há uma empresa que faz vôo internacional. Nos Estados Unidos é assim, na Alemanha é assim, na Itália é assim, na França é assim, na Inglaterra é assim, em todos os lugares é assim. De repente, abriram, e as empresas passaram a fazer concorrência. Havia um vôo que era o filé da Varig, entre São Paulo e Nova York. A Transbrasil passou a fazer um vôo: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Washington e Nova York, pela metade do preço. E, segundo, foi quando durante anos a fio a tarifa era 30% inferior ao custo. O Governo fez isso durante anos, e foi o que levou a Varig à situação em que está. Mas o exemplo da Fundação Rubem Berta, lá no seu início, é algo que ainda deve ser analisado, principalmente o Partido dos Trabalhadores deve analisar essa matéria. É o que defendi que devia ter sido feito. Em vez de privatizarem a Vale do Rio Doce, como fizeram, poderiam ter feito isso naquela empresa, porque é uma fórmula realmente impressionante. V. Ex^a está eufórico. Eu não estou tão eufórico, mas acho que V. Ex^a tem razão, porque está muito melhor do que estava antes. Estamos no caminho. Vamos aguardar. Ainda estamos esperando a Ministra Dilma, que virá depor na próxima semana. Mas o caminho é bom. Eu digo a V. Ex^a, ao Zambiasi e aos outros Senadores da República que volto para o Rio Grande do Sul feliz, porque eu estava encabulado! Quando eu chegava ao aeroporto, aquele pessoal da Varig vinha falar comigo, e eu não tinha resposta. Eu não tinha resposta. Sabia que era um absurdo, uma maluquice o que estávamos fazendo. Graças a Deus, parece que terminou. Desculpe-me, mas é uma honra para mim os milhões de leitores que vão ler o discurso de V. Ex^a ficarem irritados, pensando: por que esse

cara se meteu aqui? Mas eu me meti com a melhor das intenções. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta, V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento, Senador Simon. V. Ex^a é um dos Senadores que estão aqui sempre na trincheira em defesa, eu diria, dos interesses do povo brasileiro. Neste caso específico, pela importância que a Varig tem não só em âmbito internacional, mas também para o nosso Rio Grande.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma com satisfação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, depois do aparte do Senador Pedro Simon, pouco teria a acrescentar ao que V. Ex^a está tratando. Mas hoje, pela manhã, lendo a **Folha**, eu vi um artigo da jornalista Eliane Catanhede. Ela fala, neste artigo, de um vôo que fez aos Estados Unidos e pede socorro para a Varig voltar a ser o que era. Isso porque teve que trocar de avião. Ela conta a história e deixou algumas frases que me chamaram a atenção e me sensibilizaram muito: Socorro! Cadê a Varig? Há mais uma frase, mas eu não tive o cuidado de grifar, porque não pensei que poderia usá-la da tribuna para falar sobre esse novo projeto, essa postura, que provocou alegria nos funcionários da Varig. Isso foi demonstrado, ontem, pela televisão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a tem sido um grande defensor de quase todas as categorias que sofrem algum tipo de pressão e o risco de perderem seus empregos, às vezes após mais de vinte anos de trabalho. Eu tive uma chefe de equipe, no último vôo que fiz, que se lamentou e praticamente chorou o vôo inteiro, com medo de perder o emprego e deixar a companhia que era a sua paixão. Fizeram aquela campanha deletéria para ninguém voar na Varig. Pelo amor de Deus, temos que acreditar na empresa! A falta de passageiros é como uma corrida a bancos; ou seja, se provocarem uma corrida a um banco, ele quebra. V. Ex^a está contente e eu também estou. Nossa esperança é que Deus nos ajude e que se cumpra a missão que ela pede aqui: Se a Varig conseguir sobreviver bem enxuta, é bom para todos nós. Não quero incomodar V. Ex^a, que está fazendo brilhante discurso, mas queria dizer que ela faz realmente um histórico do que ocorreu. O Senador Pedro Simon falou sobre tarifa, a intervenção do Estado na economia privada, que foi nas companhias aéreas. Todas elas hoje estão brigando na Justiça pela diferenciação nos valores, porque se prejudicaram ao longo da intervenção governamental. Portanto, cumprimento V. Ex^a. Não sou gaúcho, mas sou vizinho da Rubem Berta, passo todos

os dias pela avenida, o que não me deixa esquecer da Fundação. Os Senadores do Rio Grande do Sul terão sempre um aliado aqui a defender as companhias que sempre prestaram grande serviço ao País e que não podem morrer à míngua, sem que tomemos qualquer providência para ajudar. Parabéns, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Antes de passar a palavra ao nosso querido Senador Wellington Salgado, por quem tenho o maior respeito, quero só dizer que é importante neste momento fazermos um agradecimento a todos os Deputados Federais, pois todos trabalharam nesse sentido, e a todos os Senadores, mesmo àquele que não assinou o documento. Só faltou uma assinatura. Mas ele torcia pela Varig e não o fez por outros motivos, e eu entendi a posição dele. Gostaria que ele contasse com nosso apoio aqui na Casa.

Cumprimento os trabalhadores da Varig, que se mobilizaram de forma bonita, o que mexeu com as nossas emoções. Não houve quem não se emocionasse com aquele movimento de homens e mulheres, dos familiares e das crianças, dos aposentados da Fundação, dos filhos dos aposentados. Eu diria que foi uma cruzada nacional em favor da Varig.

Quero cumprimentar também o Governo, que se movimentou. É sabido que o Governo tem maioria no chamado Conselho dos Credores da Varig. Quero cumprimentar a Ministra Dilma, o Milton Zuanazzi, o Ministro Valdir Pires e o Vice-Presidente José Alencar, que, durante um longo período, também se movimentou nessa mesma direção de buscar uma saída.

Neste momento, como dizíamos nos primeiros debates, o movimento não é contra ninguém, é a favor da Varig, dos seus trabalhadores e de tudo que a Varig representa para a aviação tanto no País como em nível internacional.

Isso, para mim, é bonito: o Governo, ou seja, o Executivo, o Legislativo, a área privada – que também participou ativamente – e os trabalhadores estão construindo uma saída em que todos saiam vitoriosos.

Senador Wellington Salgado, faço questão de ouvir aparte de V. Ex^a. Inclusive, se me permitir, gostaria que V. Ex^a, se possível – estou terminando esse tema –, comentasse sobre esse debate que está havendo no País sobre um projeto de nossa autoria, porque tenho dialogado muito com V. Ex^a sobre o tema.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, quanto a esse projeto de lei que V. Ex^a colocou em discussão e que foi aprovado, que dispõe sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior, eu queria dizer que, embora tenha havido

alguma repercussão no meio privado da educação – ao qual eu pertencia antes de ser Senador e voltarei a pertencer, quando deixar de sê-lo e voltar ao ramo privado da educação de ensino superior –, a instituição privada precisa entender que aqui no Senado, no Congresso, tudo é decidido no voto e olho no olho, frente a frente. Não há nada que não seja transparente aqui no Senado. Existe uma diferença de idéias, porém, todos discutem olhando um no olho do outro e aqui na tribuna. Então, sou totalmente contra as colocações que foram feitas pelos nossos órgãos de classe contra V. Ex^a. Quero dizer o seguinte: se os órgãos de classe acreditam que essa lei é inconstitucional, que instem o Supremo a decidir isso; o que não podem é dizer que V. Ex^a não está fazendo o seu trabalho e cumprindo as funções para as quais foi eleito. Quem conhece a sua história sabe que V. Ex^a sempre acredita nos ideais, sempre defende os mais fracos, sempre está ao lado dos minoritários e sempre defende as suas idéias com firmeza e honradez. Senador Paim, embora tenhamos idéias divergentes nesse ponto – e julgo que ter 5% contra V. Ex^a já é o bastante, porque os outros 95% são de grande admiração, V. Ex^a o sabe –, vou protocolar um pedido e puxar para a Mesa esse processo, democraticamente, e olhando nos olhos, conforme já comuniquei a V. Ex^a, para discussão aqui no plenário. Mas isso é o jogo democrático, isso é o Regimento Interno do Senado. É assim que funciona. Não podem, de maneira alguma, as organizações de classe, às quais eu pertencia...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – ... e às quais voltarei a pertencer, atacá-lo como se V. Ex^a não tivesse direito a fazer o que fez. V. Ex^a tem direito e representatividade. Agora, onde se discute e onde se contesta? Aqui, seguindo o Regimento Interno do Senado, ou em qualquer outro órgão que lhe dê o direito. Agora, o que não podem é acusar diretamente um Senador por ter feito uma lei em que ele acredita e todo o seu eleitorado. Então, quero dizer que V. Ex^a trabalhou corretamente e que eu, seguindo o Regimento, vou protocolar esse pedido, do qual, com respeito a V. Ex^a, comuniquei-o antes. Então, a categoria está errada quando questiona e ataca V. Ex^a. Devem-se procurar os caminhos democráticos para se questionar qualquer ato com que não se concorde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me, porque considero este um tema muito importante, dizer do carinho e do respeito que tenho pelo Senador Wellington Salgado.

Conversei com alguns Senadores dizendo que eu só não assinaria o seu requerimento porque não

teria muita lógica, mas, se V. Ex^a insistisse muito, eu o assinaria, porque julgo legítima e bonita a forma democrática como V. Ex^a, que é dessa área, discorda da forma original – e nunca me escondeu isso, em diversas vezes, na Comissão – da redação dada ao projeto.

Digo-lhe que será com muita alegria que faremos um belíssimo debate sobre o tema. V. Ex^a chegou a me dizer, em um certo momento, que esse projeto deveria ter sido visto antes do ProUni, porque o espírito dele foi que acabou originando o ProUni e eu o apresentei um ano ou dois antes de o ProUni ser apresentado ao País. Penso que, assim, não teríamos essa polêmica.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Só mais um aparte. Sempre digo – e V. Ex^a não gosta que eu fale; entendo até – que quem é o pai do ProUni é V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É muita bondade de V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, não é bondade. O projeto de V. Ex^a é anterior ao ProUni, só que, quando a matéria vem por decreto, por cima, a tramitação é muito mais rápida do que vindo de dentro da Casa, porque tem de cumprir os procedimentos. Então, V. Ex^a diz: “Não diga isso, Senador Salgado”, mas digo. Vou aproveitar este momento. Eu sempre falava ao pé do ouvido com V. Ex^a, mas considero V. Ex^a o verdadeiro pai do ProUni.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador, conclua, por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou concluir dizendo, Senador Salgado, que estou totalmente aberto a dialogar com V. Ex^a. Houve um assessor de V. Ex^a, se não me engano, que me falou o seguinte: “Se você tivesse botado, Paim, ‘optativo’, o debate seria outro”. Quero dizer que eu o respeito, e sei muito bem a posição de V. Ex^a, que, inclusive, atua nas universidades onde tem influência, abrindo bolsa para os pobres – veja como estou bem informado. Sei que V. Ex^a já concede inúmeras bolsas em universidades particulares, ou, no mínimo, tem influência positiva. Por isso, é muito bom dialogar com V. Ex^a.

Tenho certeza de que, ao final, construiremos um grande entendimento nesse projeto, que será bom para o dono da universidade particular e para todos os alunos, da particular e também da pública. O debate é bom e mostra que queremos que os alunos pobres tenham...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...aceso à universidade. Sei que essa também é a vontade de V. Ex^a.

Por isso, Senador Salgado, eu gostaria, de público, de dizer que quanto mais o conheço mais o respeito.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, ex-Governador do Rio Grande do Sul, pelo PMDB.

Em seguida, ouviremos o Senador Eduardo Su-plicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Estado, o Rio Grande do Sul, vive uma crise sem precedentes. A taxa de câmbio sobrevalorizada e uma estiagem rigorosa, a pior nos últimos quarenta anos, foram as maiores causas do desempenho da economia gaúcha no ano de 2005. Esse foi o segundo ano consecutivo de seca, que já havia sido igualmente rigorosa em 2004.

Os efeitos dessa situação se prolongam agravados pelo não cumprimento integral da Lei Kandir, a qual, infelizmente, o Governo Federal teima em não cumprir – e o atual cumpre menos que o anterior. Além disso, com a política de juros altos e o alto custo da dívida estadual com a União, todo mês a dívida crescente consome 18% de tudo que o Estado arrecada.

Em 1998, a dívida do Estado era de 12,4 bilhões. Em 2004, seis anos depois, saltou para 28,9 bilhões. Nesse período, o Governo pagou em juros 3,8 bilhões, sem atrasar uma prestação sequer, e mesmo assim a dívida cresceu, e como cresceu.

Em 2006, o Tesouro estadual terá que desembolsar mais R\$ 1,9 bilhão para pagar os juros. O Rio Grande do Sul, pelas características de sua economia, é o Estado que mais sofre no Brasil com a supervalorização do real.

A economia rio-grandense depende muito da agropecuária, muito da agroindústria e muito do setor exportador, este último profundamente atingido em sua capacidade de competição internacional pela taxa de câmbio. Segundo ou terceiro Estado exportador, representando quase 10% das nossas exportações no volume global, o Rio Grande do Sul, o mais tradicional exportador brasileiro, registrou, em 2005, um crescimento de apenas 5% em suas vendas externas, pouco se comparado com o acréscimo de 23% das exportações nacionais. Repito: 23% as exportações nacionais e 5% as vendas externas do Rio Grande do Sul, o mais tradicional Estado exportador brasileiro. A estiagem contribuiu muito para esse resultado, com a

redução na oferta do produto agrícola e conseqüente baixa no volume das exportações.

Para se ter uma idéia do quadro de desolação que atinge os campos e o parque industrial exportador, especialmente o sapateiro, veremos alguns números. Conforme os dados da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, que já teve oportunidade de registrar nesta tribuna, e da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, a perda na agroindústria, no ano passado, foi de 15,2%. Na lavoura da soja, a queda chegou a 55,9%; na do milho, a 56%; na do trigo, a queda foi de 20,1%.

Se olharmos para os números das exportações, a tragédia se revela ainda pior. A exportação de soja, principal item da pauta de vendas externas do Estado, despencou 79,8% e o preço, 14,9%. No setor da agroindústria, no período mais difícil da estiagem, os dois primeiros meses do ano passado, a venda do Estado de maquinário agrícola das empresas que são também exportadoras teve redução de 50%. O Rio Grande do Sul é o maior produtor e o maior exportador de máquinas agrícolas do Brasil.

Então, na medida em que não há produção, em que não há exportação do produto agrícola, não há produção de máquinas agrícolas, porque não há quem compre, e o desemprego também atinge em massa as indústrias agrícolas do Rio Grande do Sul, que são as maiores do Brasil.

O impacto econômico negativo da estiagem significa também uma repercussão social. O drama provocado pela seca comoveu os gaúchos. No auge da crise, foram editados 417 decretos de emergência pelas Prefeituras do Rio Grande do Sul. Praticamente a totalidade dos 496 Municípios do Estado decretou estado de emergência pela falta d'água. Os efeitos sociais provocados pelo desemprego no campo e na cidade são o aspecto mais triste dessa crise.

No Vale do Caçado, zona rica, próspera, exemplo para o Brasil e para o mundo, onde se concentra a indústria coureiro-calçadista, as fábricas reduziram as suas atividades, dispensaram milhares de trabalhadores especializados, com 30 anos de experiência, que, na especialização, fazem com que os sapatos do Brasil possam competir com os melhores sapatos do mundo. Não há, no mundo inteiro, produtores e trabalhadores do setor de calçados que tenham a competência dos trabalhadores do setor no Rio Grande do Sul.

As fábricas reduziram as suas atividades, dispensaram milhares de trabalhadores especializados. Setor fortemente dependente das exportações, a indústria de calçados foi duramente atingida pela taxa desfavorável e sofre com a concorrência externa, principalmente da China.

O setor coureiro-calçadista brasileiro começou, historicamente, no século XIX, no Rio Grande do Sul, na região Vale dos Sinos. Depois de experimentar grande dinamismo tecnológico nos anos iniciais, desenvolveu-se, fundamentalmente, em função das duas grandes guerras mundiais. Nos anos 70, o setor passou a ocupar posição de destaque na pauta de exportações do País.

No ano 2000, o Brasil produziu 580 milhões de pares de sapatos, exportando 153 milhões deles, a maior parte, 61%, para os Estados Unidos, seguidos da Argentina e da Inglaterra. O setor emprega, no País, 550 mil trabalhadores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, gostaria de fazer um aparte no momento em que V. Ex^a considerar mais adequado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, nobre Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo discurso. Nós, Senadores pelo Rio Grande do Sul, temos um pacto muito positivo, temos o entendimento de que os interesses do nosso Estado estão em primeiro lugar, inclusive acima de qualquer discussão político-partidário. Por isso, tratamos a questão da Varig, a meu ver, de forma positiva. Nós participamos ontem de uma grande manifestação, no Auditório Petrônio Portella, com cerca de 1,5 mil trabalhadores, com lideranças da Câmara, com os três Senadores, sobre a crise do Rio Grande do Sul, principalmente no setor exportador. É feliz V. Ex^a quando fala da questão dos grãos: soja, trigo, arroz. Poderíamos falar até na questão do vinho. O setor moveleiro está em crise; o setor calçadista: em crise; produtores de frango: em crise; máquinas agrícolas: em crise; área em que mais atuo, a metalúrgica: em crise; fumicultura: em crise; comércio: em crise. Só a Alpargatas, no Sul, demitiu, na semana passada, 600 pessoas. A previsão é de que haja, no Rio Grande do Sul, cerca de 100 mil demissões nesse conjunto que V. Ex^a ilustra muito bem, de forma detalhada. Isso é uma conseqüência desastrosa para toda a economia gaúcha, com toda uma repercussão social. Fiz o aparte mais para cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento em defesa do solo gaúcho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a disse bem: estou falando em nome dos três Senadores pelo Rio Grande do Sul. Que bonito nós termos encontrado este caminho no Rio Grande do Sul! Fizemos assim com a Varig. Claro que a Bancada gaúcha, que os Deputados gaúchos, principalmente a Deputada Yeda, tiveram uma participação excepcional. Mas nós, os três Senadores, quando se trata de interesse do Rio Grande

do Sul, estamos todos de mangas arregaçadas, brigando, lutando e defendendo o Rio Grande do Sul.

Sou um homem do Governo Germano Rigotto; S. Ex^a é um homem do Governo Federal; o Sérgio Zambiasi é um pouco do Governo do Rio Grande do Sul e um pouco do Governo Federal, mas os três lutamos pelo Rio Grande do Sul, e isso é muito importante.

A região Vale dos Sinos concentra ainda 80% dos produtores de máquinas para fabricação de calçados do Brasil e 60% dos fornecedores dos componentes dessas máquinas. Essa era a realidade até há pouco tempo.

A supervalorização do real aumentou os custos e dificultou as vendas, principalmente diante da forte concorrência internacional da China. Há que se pensar em salvaguarda interna diante da avalanche de produtos chineses de baixo custo e de qualidade duvidosa. Produtos invadem o mercado nacional, ameaçando a sobrevivência de setores inteiros da indústria brasileira.

O Governo do Estado, o companheiro Rigotto, empresários, sindicatos de trabalhadores do setor calçadista sofrem com o impacto de uma conjunção de fatores negativos.

Desde o ano passado, Sr. Presidente, 47 fábricas fecharam e cerca de 20 mil operários perderam empregos. Fecharam 47 fábricas tradicionais, com mais de 40 anos, que exportavam e cujos produtos tinham credibilidade no mundo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perderam o emprego mais de 20 mil trabalhadores de anos e anos e anos de trabalho e de aperfeiçoamento completo.

Com muito prazer, eu concedo o aparte ao Senador Mão Santa, para ver se, além da mão santa, tem uma palavra santa para dizer ao Rio Grande do Sul.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o País todo está estarelecido com a situação do Rio Grande do Sul pela sua história de riqueza e de grandeza. Na nossa mente, o Rio Grande do Sul é igual ao Uruguai, é um país. E está nessa situação. Infelizmente, está assim o Brasil todo. No meu Piauí, a exportação de camarão caiu de US\$20 milhões para menos de US\$3 milhões. Há dois “Jamantas” no Brasil: o Presidente da República e aquele da novela “Belíssima” – “eu não sei; Jamanta não sabe”. A exportação de camarão do Piauí caiu de US\$20 milhões para menos de US\$3 milhões. Se tivesse caído para US\$18 milhões ou para US\$17 milhões... Fechou uma indústria de pesca que foi do Ceará para o Piauí, a Ipecea, que existia há mais de trinta anos. A melhor fábrica que tínhamos de exportação de castanha para Barcelona, o Grupo

Europa, também fechou. É isso. O que aumentou muito neste País foi a indústria da corrupção.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Imagino. Se o meu Estado, com a tradição que tem, está assim, imagino como está o Maranhão, imagino a situação do Piauí. Tem razão V. Ex^a.

As manifestações de descontentamento e revolta crescem. Ontem, 2.000 trabalhadores da indústria de calçados do Vale dos Sinos, desempregados a maioria, acompanhados de Prefeitos e Parlamentares do Rio Grande do Sul, promoveram um ato de protesto em Brasília, com a presença do Governador Germano Rigotto, dos Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores e Prefeitos. Reunidos em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, realizada no Auditório Petrônio Portella, apelaram ao Governo para uma solução.

Simultaneamente, empresários se reuniam com representantes dos Ministérios do Desenvolvimento, da Fazenda e do Trabalho e da Casa Civil. Qual foi o resultado desse esforço? Sensibilizar o Governo para o grave problema social criado fundamentalmente pela política econômica. Até agora, não houve resposta alguma.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem absoluta razão. Gostaria de levar em conta também essa questão da política externa, porque, na verdade, o Brasil tem perdido muito com a política externa, que deixou de ser profissional. V. Ex^a viu essa questão de considerar a China uma economia de mercado. Todo o mundo sabe que a China não é uma economia de mercado. Quando os chineses vieram aqui para agradar, em função daquela questão de o Brasil entrar no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil considerou a China uma economia de mercado, e a China ficou contra a participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Hoje o Brasil não pode pedir salvaguarda contra determinadas produções que invadem nosso mercado e concorrem conosco de forma desigual. Há isso e mais outras coisas: a política externa era um consenso nacional, mas hoje somos obrigados a discuti-la no Senado, quando não deveríamos fazê-lo. Aliás, nunca discutimos esse tema, que era consensual no Brasil. Hoje não é mais. Temos dois Ministros, e quem tem dois Ministros não tem nenhum, Senador. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo plenamente com V. Ex^a.

Não houve resposta. O Governo simplesmente descartou a principal reivindicação do setor: a criação de um dólar-referência, cotado a R\$2,60. Essa moeda artificial seria utilizada durante um ano pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para compensar os exportadores pelos prejuízos diante da cotação atual. Não seria dinheiro a fundo perdido, mas um empréstimo que seria pago com juros pelas empresas. Nessa hora em que eles estão com a corda no pescoço, seria uma fórmula para permitir que eles respirassem.

Mas não houve sensibilidade do Governo. Não houve flexibilidade de interesses. Não houve inteligência para enfrentar e dar uma solução ao drama que vive um dos principais setores da indústria nacional. Trabalhadores, empresários, Prefeitos e o Governador voltam ao Rio Grande do Sul de mãos vazias. Deverão voltar a Brasília – ainda não a cavalo, mas deverão voltar a Brasília.

No próximo dia 16, terça-feira, deverão estar reunidos novamente em Brasília os dez Governadores dos Estados exportadores e os Presidentes das Federações de Agricultura e Indústria do País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Pedro Simon, peço que V. Ex^a conclua, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu o entendo e sei que V. Ex^a também me entende. Repare que estou lendo, utilizando o mínimo de tempo possível, mas a situação é dramática mesmo, e recebi um apelo do Governador Rigotto para fazer este pronunciamento em nome do Rio Grande do Sul, que é o que estou fazendo agora.

O objetivo é exigir do Governo maior atenção e responsabilidade para com o setor produtivo nacional, especialmente, o exportador.

A taxa de câmbio, que traz prejuízos a diversos setores da economia e destrói a indústria calçadista, deixa o Brasil 40% menos competitivo em relação ao mercado internacional, conforme análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, revelada hoje pelo jornal **Gazeta Mercantil**. Conforme a publicação, “essa queda faz com que os índices retornem a níveis inferiores a 1998”.

Para enfrentar a situação e permanecer no mercado, muitas empresas estão deslocando suas unidades fabris para o exterior. Nossas fábricas estão deixando o País. A Azaléia está pensando em ir para a China. Nossas fábricas do Rio Grande do Sul, que primeiro foram para o Nordeste, agora estão indo para a China, investindo no exterior o que não conseguem investir aqui.

Indústrias de caminhões, como a Marcopolo, indústrias importantíssimas do Rio Grande do Sul estão transferindo-se para o exterior, abrindo filiais no exterior, fábricas no exterior, porque não podem competir em nível de Brasil.

Fazemos um apelo ao Governo: o Presidente da República não pode administrar de costas para a Nação. Não está correto governar alheio aos problemas sociais provocados pela rigidez da política econômica; uma política que esmaga o setor produtivo em benefício do capital financeiro nacional e internacional. Essa mesma política para a qual o PT, antes de chegar ao poder, jurava que tinha alternativa.

Mas vemos agora que faltou não apenas uma nova política econômica. Não há também um projeto de País.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma idéia que mobilize o povo brasileiro rumo a um novo destino. Não podemos nos contentar com um desempenho medíocre, ocupando a posição de país que menos cresceu na América Latina, com exceção do pobre e destruído Haiti.

A pobreza do atual debate político comprova esse sentimento de desesperança. Desesperança que paralisa o pensamento e a ação e parece nos conduzir passivamente a um novo mandato, mas não a um novo porto.

Estaremos condenados a viver “mais do mesmo”?

Mas viver do quê?

Tenho o meu partido, o PMDB, e acredito que ele tem condições de oferecer ao País uma alternativa.

Porém, sua direção – com raríssimas exceções – é composta por homens que não conseguem ser, nem por um minuto, maiores do que eles mesmos; não conseguem imaginar um país melhor.

Quero apenas dizer, Sr. Presidente, que meu Governador Rigotto tem tentado fazer o que pode. Lá está ele tentando atenuar a crise no setor coureiro-calçadista: prorrogou para o mês de dezembro o decreto que permite o pagamento de crédito de ICMS sobre os estoques das indústrias calçadistas, que venceria em junho; reduziu, de 17% para 12%, o ICMS do setor coureiro;...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eliminou o ICMS na compra de equipamentos do setor. Ele faz o que pode. Mas, na verdade, o Governo tem sido duro com o Rio Grande do Sul. Os juros estão aí, Sr. Presidente – estou encerrando. Os juros estão aí: 18%, absolutamente impossível, 18%. Um bilhão, que

é o que nós teríamos que receber de retorno da Lei Kandir para as nossas exportações, não recebemos, Sr. Presidente. Se o Governo nos pagasse o que nos é devido, seria outra a nossa situação. Infelizmente, isso não acontece.

Este é um discurso que pronuncio com mágoa. Não sou daqueles Parlamentares que estão aqui uma vez por mês ou de dois em dois meses a chorar com relação ao seu Estado. Há muito tempo que eu não fazia o que estou fazendo. Mas se faço é porque minha obrigação diz que devo fazer. Estou sentindo que lá no Rio Grande do Sul nós podemos viver um momento em que a situação social extrapole o controle. E se extrapolar o controle, dizia-me o Prefeito de Campo Bom, são tantos os desempregados que estão dormindo na praça que não se sabe o que pode acontecer amanhã.

Muito obrigado pela tolerância e a generosidade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Lamentavelmente, tenho que cumprir o Regimento, e o tempo de V. Ex^a já havia se esgotado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, por dez minutos; em seguida, ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de expressar o meu apoio às palavras dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e outros, que expressaram apoio às iniciativas para que a Varig possa recuperar o seu **status**. É importante que se chegue a um entendimento para que os aeronautas, os aeroviários, os comandantes, todos que trabalham na Varig possam, de alguma forma, se tornar sócios cotistas. Quem sabe, a sua contribuição possa ser transformada parte em salário, parte em participação nos resultados. Esse poderia, a esta altura, sobretudo, de resolução da crise, ser um caminho muito adequado. Portanto, apóio a iniciativa e estarei pronto a colaborar com o Poder Executivo – o Ministro da Defesa e o Ministro da Casa Civil – e todos os Parlamentares que abraçam a causa.

Em segundo lugar, cumprimento o Presidente Lula pela escolha da Sr^a Carmem Lúcia Antunes Rocha, segunda mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal depois da Ministra Ellen Gracie Northfleet. Trata-se de uma pessoa com extraordinário mérito, independente, não filiada ao Partido dos Trabalhadores, e considerada nos meios jurídicos uma pessoa de grande dedicação à defesa dos Direitos Humanos, conforme ouvi hoje

de um dos mais respeitados e eminentes juristas do País: o Professor Fábio Comparato.

Gostaria, Sr. Presidente, de lembrar o Dia das Mães, pois o próximo domingo é dedicado a elas. Faço um agradecimento à minha própria mãe, Filomena Matarazzo Suplicy, que no próximo dia 24 de setembro completará 98 anos. Felizmente, ela está bem de saúde, já não com toda a energia com que devotou a sua vida para os seus onze filhos, seis homens e cinco mulheres, um dos quais, infelizmente o mais moço, Luiz, faleceu há seis anos. Agradeço de público o carinho, a energia e a força com que minha mãe, juntamente com meu pai, Paulo Cochrane Suplicy, sempre tiveram para com todos nós. Tendo a minha mãe perdido um filho há cinco anos e meio, o Luiz, meu irmão, sei o que é o sofrimento, a dor de uma mãe que perde um filho.

O Senador Heráclito Fortes dialogava hoje comigo a respeito de uma mãe que está vivendo uma situação de grande sofrimento, e que, na quinta-feira da semana passada, divulgou uma carta aberta a respeito de seu filho, João José Vasconcellos Júnior, uma carta aberta a todo o povo brasileiro, inclusive fazendo um apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Considero a carta tão relevante que, em homenagem a essa mãe, e levando em consideração que domingo próximo é o Dia das Mães, aqui faço a leitura da mesma. É uma iniciativa comum minha e do Senador Heráclito Fortes. Até perguntei a S. Ex^a se não gostaria de ler, mas o Senador pediu que eu lesse, e eu quero compartilhar com S. Ex^a esta iniciativa.

Diz Maria de Lourdes Mello Vasconcellos:

Mãe para o mestre Aurélio “é a mulher ou fêmea que deu à luz um ou mais filhos”, “pessoa muito boa, dedicada, desvelada”. Para Khalil Gibran, “mãe é a palavra mais bela pronunciada pelo ser humano”.

Independente de nacionalidade, crença ou religião mãe é “mãe” em qualquer lugar do mundo. E seja ontem, hoje, sempre, ela só quer seu filho presente. Afinal, nossos filhos são nossos maiores mestres, com eles aprendemos a ser pacientes, a amar incondicionalmente, a respeitar e sermos respeitados.

Como mãe do engenheiro brasileiro João José de Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque em 19 de janeiro de 2005, diria a você que não tenho mais um nome que me represente. Em alguns momentos me sinto uma fêmea ferida, tomada pelo pânico, trêmula e com um grito surdo que me sufoca e me suga as energias necessárias à minha simples sobrevivência.

Meus olhos já não possuem brilho e meu coração já não repousa. Sou tomada todos os dias pela dor da saudade, da incerteza, e da angústia sem fim. Há um ano e três meses eu acordo e durmo com a mesma pergunta:

ONDE ESTÁ MEU FILHO JOÃO?

Que mistério é esse que envolve o seu seqüestro? Nas conversações, buscas e falsos resultados, percebo que falta uma transparência muito grande. Por que meu filho foi o único seqüestrado que não apareceu em fotos ou vídeos?

Em sua grande maioria, os seqüestrados no Iraque retornaram aos seus países, sejam vivos ou até mesmo mortos. Somente sobre o seqüestro de meu filho paira uma nuvem obscura e densa.

Sei que a condição de mãe com um filho desaparecido não é só minha. No Brasil são centenas de mães que procuram seus filhos, sejam João, José, Marcos ou Maria, vítimas da violência que impera no mundo moderno. Neste momento de intensa dor, me uno a elas e clamo por notícias para todas.

Os esforços do Itamaraty e da Construtora Norberto Odebrecht, onde meu filho trabalhou por 20 anos, dedicando toda uma vida e quem sabe, “a vida”, não resultaram em nada.

Contudo, rogo ao Governo brasileiro, na pessoa do Presidente Lula, que não se esqueça que um brasileiro está no Iraque, impedido de retornar à sua pátria, e à Construtora, peço que rendam uma homenagem ao funcionário tão dedicado que João sempre foi: tragam-no de volta ao Brasil.

Se não há prova de morte ou de vida, imploro, suplico, que os esforços sejam intensificados e que, enfim, todos nós, pais, irmãos, esposa e filhos do João tenhamos o nosso reencontro.

Cansada de clamar por um desfecho para o caso, seja à Construtora, seja ao Governo Brasileiro, seja aos seqüestradores, venho hoje fazer um apelo especial a VOCÊ QUE É MÃE:

Peça a seu filho, seja ele um político, um empresário, um governante, um líder, um ídolo, um homem comum, o apoio à nossa causa. Dizem que é só pedir à mãe que o filho atende. Por isso me dirijo em especial a você que é a mãe, é que é capaz de compreender a inten-

sidade da minha dor e do verdadeiro calvário que venho vivendo.

Hoje eu só queria um presente: a verdade sobre o que realmente aconteceu a meu filho João José de Vasconcellos Júnior, no dia 19 de janeiro de 2005, quando foi seqüestrado no Iraque.

Agradeço em nome de minha família todo o apoio recebido em nossa cidade de Juiz de Fora, e em todo o País, o que nos ajudou a superar, paulatinamente, cada momento sofrido que vivemos até agora. Imploro aos que sabem sobre o paradeiro de meu filho após o seqüestro, e que tenham como nos ajudar a localizá-lo, que sejam dignos e respeitem a dor de uma família que chora há um ano e três meses em busca da verdade.

E a você, João, meu filho amado, meu amigo, meu mestre de tantos anos, só tenho a dizer plagiando seu maior ídolo da música brasileira, em Canções da América:

“Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar”.

Sua mãe, Maria de Lourdes Mello Vasconcellos.

O verso é de Milton Nascimento.

Quero aqui atender o apelo dessa mãe e fazer esse pedido ao Presidente Lula, ao Ministro Celso Amorim, ao Embaixador recém-designado para representar o Brasil no Iraque, que, segundo nos informou o Ministro Celso Amorim, está em Amã.

Senador Heráclito Fortes, lembro que, graças à iniciativa de V. Ex^a, ouvimos aqui o Embaixador Sérgio Telles há cerca de quatro semanas. S. Ex^a foi enviado a Bagdá no primeiro semestre de 2005, visitou, numa missão corajosa, a mesquita onde se reúnem os principais líderes religiosos do Iraque. S. Ex^a conversou com as principais autoridades religiosas do país, para tentar saber de João José Vasconcellos Júnior. Aqui, louvo a coragem do Embaixador Sérgio Telles, que nos revelou os passos dados por ele para saber do paradeiro de João José sem, no entanto, obter êxito em sua missão. O Embaixador Ouro Preto também andou colaborando nessa direção, mas, por enquanto, sem resultados.

Na última terça-feira, estive aqui o Ministro Celso Amorim para falar dos problemas da Bolívia. Pedi licença ao Presidente Roberto Saturnino Braga para que também pudesse fazer uma pergunta a S. Ex^a. Perguntei ao Ministro se ele tinha notícias recentes de João José Vasconcellos Júnior. Ele respondeu-me que, infelizmente, não havia notícias recentes do paradeiro dele.

Senador Heráclito Fortes, é importante que não se desista dessa busca. Se for necessário, Senadores colaborarão com o Ministério das Relações Exteriores, com o Itamaraty, com a Abin, indo a Bagdá. Às vezes, V. Ex^a tem aqui falado, de bom humor, que seria interessante designar algum Senador para ir até lá. Eu indico V. Ex^a. Se quiser, vou junto. V. Ex^a tem feito essa observação a meu respeito, mas quem sabe possamos ir os dois.

Concedo, com muita honra, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Suplicy, quero mais uma vez parabenizá-lo pela coragem de trazer este tema, que passou a ser um tabu para nós, brasileiros. Esse pranto demonstrado pela saudade de uma mãe nessas linhas transcritas na **Folha de S. Paulo**, semana passada,...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sábado passado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –...sábado passado, demonstra exatamente o que se passa não só com a mãe, mas com toda a família. A dúvida, a incerteza sobre o aconteceu com o filho dela; a falta de qualquer indício sobre se ele está vivo ou não. Como ela bem disse, em todos os outros casos apareceram formas concretas de elucidação do problema. No Iraque, em alguns casos, corpos apareceram; outros, seqüestrados, foram devolvidos. Após um ano e três meses do acontecido, não se pode – e aí temos que entender o pranto dessa mãe – aceitar que não haja uma resposta conclusiva e convincente a esse respeito. A vinda do Embaixador Sérgio Telles à Comissão de Relações Exteriores, uma iniciativa minha que contou com o apoio incontinenti de V. Ex^a, foi importante porque, tendo sido ele emissário voluntário do Itamaraty ao Iraque, teve ele oportunidade de testemunhar fatos, narrados numa sessão reservada, que, até então, não eram do conhecimento da Casa nem tampouco do próprio Itamaraty. Mas temos que continuar a buscar informações sobre o que aconteceu com o engenheiro. Sr. Presidente, esta Casa cresce no momento em que traz para si a responsabilidade de procurar ajudar essa senhora, pelos mecanismos de que dispõe, para que cesse o seu pranto. Congratulo-me com V. Ex^a porque testemunhei o interesse e os contatos que fez com os familiares do João; testemunhei o empenho efetivo de V. Ex^a, de dentro para fora, sem demagogia; empenho de um cidadão que também é pai, que sabe o que é família. Senador, temos de tomar mais ações na Comissão de Relações Exteriores no sentido de socorrer essa senhora, que, na cidade de Juiz de Fora, padece com a ausência do filho. Temos que tomar todas as medidas necessárias, e ninguém melhor poderia representar o Senado e o Parlamento

brasileiro numa missão ao Iraque, caso necessário, do que V. Ex^a, homem que fala muitas línguas e já participou de missões semelhantes. Tenho certeza de que seu desprendimento e espírito público não permitirão que V. Ex^a se negue a cumprir tarefa dessa natureza. Parabéns, Senador Heráclito Fortes.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Temos contado com o apoio de toda a Comissão de Relações Exteriores, do Presidente Senador Roberto Saturnino Braga, e vamos continuar atentos nesse apelo ao Itamaraty, ao Governo do Presidente Lula e ao Ministro Celso Amorim, para que a Sr^a Maria de Lourdes Mello Vasconcelos tenha atendido o seu apelo a todos os brasileiros e brasileiras.

Sr. Presidente, concluindo, quero dizer que conversei há pouco com D. Geraldo Magela, colocando-me à disposição da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, inclusive de D. Luciano Mendes de Almeida, para debater e esclarecer inteiramente os programas de transferência de renda, o programa Bolsa Família, e o que será a Renda Básica de Cidadania. D. Geraldo Magela me informou que, no próximo mês de junho, irá promover um encontro para essa finalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O Senador Eduardo Suplicy falou por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, ex-Governador do Rio Grande do Norte, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, eu sou o quinto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a é o próximo.

Não, me desculpe. Temos ainda o Senador Osmar Dias, do PDT, que pediu a palavra pela Liderança.

Como já havia anunciado a palavra do Senador Garibaldi Alves Filho, fala o Senador Garibaldi Alves Filho, fala o Senador Osmar Dias e, em seguida, o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ainda tem uma vaga. Havia inscrito V. Ex^a na lista de oradores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A que se der primeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente. Agora inscrevo V. Ex^a para comunicação inadiável, em terceiro lugar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho por 10 minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Alberto Souza, Srs. Senadores, com a morte de Aluísio Alves, há seis dias, perdi sobretudo a minha maior referência de homem público. Sobrevivem, entretanto, o exemplo de vida, de devoção e de verdadeiro sacerdócio em favor de sua terra e do seu povo.

Quero agradecer novamente as manifestações ouvidas nesta Casa e a ida ao Rio Grande do Norte, por ocasião do seu sepultamento, domingo, de Renan Calheiros, Presidente do Senado, dos Senadores Fernando Bezerra, Efraim Morais e José Agripino; agradeço também o discurso do Senador José Sarney, com a intervenção do Senador Heráclito Fortes, o pronunciamento do Senador Fernando Bezerra e o registro feito pela Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

Neste momento, são muitas as memórias que se confundem, memórias do passado e do presente. Memórias visuais, das grandes concentrações populares, do colorido das manifestações e do semblante das pessoas atentas ao que dizia o seu Líder; memórias auditivas, da lembrança da sua voz levando uma mensagem de esperança e de desenvolvimento para um povo sofrido; memórias sobretudo afetivas – sou sobrinho do falecido ex-ministro Aluísio Alves, ex-Governador – de um homem que soube plantar no coração de milhares de pessoas uma semente que se provou imorredoura. A lembrança de alguém cheio de vitalidade, sentado no alpendre da nossa casa, da casa dos seus pais, da casa da família, e todos ao seu redor, atentos à sua conversa inspirada, luminosa. A memória de dias de angústia à espera da recuperação de sua saúde. E, enfim, a imagem do seu cortejo seguindo pelas ruas de Natal e sendo recebido por populares que, espontaneamente, tremulavam lenços e galhos verdes e cantavam músicas de suas campanhas.

Sr. Presidente, gostaria de retornar no tempo e recordar um pouco dessas memórias.

No dia 11 de agosto de 1921, em uma pequena cidade do nosso Estado chamada Angicos, no alto sertão do Rio Grande do Norte, nascia Aluísio Alves. Naquela terra árida de gente sofrida, de orações su-

plicantes por chuva, Aluízio, já na infância, revelou as suas vocações. Menino, editou um jornal de um único exemplar que circulava de casa em casa na pequena cidade de Angicos: **O Clarim**, levando a todos as notícias da cidade.

A partir do seu pai, comerciante, agricultor, político da região, brotou em Aluízio Alves a vocação política. Os depoimentos são unânimes de que se tratava de um menino adulto, um prodígio, uma mente curiosa e não acomodada, um indivíduo para quem as dificuldades nunca se constituíram empecilho para realização de seus sonhos e projetos de vida.

O jovem não deixou que as suas vocações e a expectativa gerada em torno dele se constituíssem simples promessa. Em Natal, continuou a editar **O Clarim** e ingressou no movimento estudantil e na vida partidária. Torna-se repórter e político do jornal **A República** e dirige o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social no início da década de 40. Consolida-se, então, no gestor público, uma preocupação que marcou indelevelmente a sua vida: a busca por uma melhor convivência do homem com a seca. Incansável, encontrou tempo para assumir a diretoria da Biblioteca Norte-riograndense de História e da Sociedade Brasileira de Folclore. Aos 18 anos, publicou seu primeiro livro: Angicos, no qual relata a história do Município onde nasceu.

Concedo, com muita honra, o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Caro Senador Garibaldi, a última oportunidade que eu tive de estar com essa extraordinária figura de homem publicou foi proporcionada por V. Ex^a. Eu estava em trânsito em Natal quando ele lançava uma obra numa livraria da cidade. V. Ex^a me disse isso no avião e eu demonstrei o desejo de estar com Aluízio. V. Ex^a gentilmente me pegou no hotel, e fomos até lá. Vi o apreço e o carinho que o povo do Rio Grande do Norte tinha por essa extraordinária figura que ali, com a saúde bastante abalada, fazia aquilo de que mais gostava: ver gente, ter contato com o povo. Era comovente, Senador Mão Santa, ver a reverência com que as diversas gerações ali presentes se dirigiam a Aluízio. Eu tive – por isso digo que sou de uma geração privilegiada – a oportunidade de conviver com grandes homens públicos, e um deles foi Aluízio Alves. Percorremos o Brasil – na época eu era militante do PMDB – no período das Diretas já! e também na campanha de Tancredo Neves. Aluízio assumiu o Ministério criado para ele por Tancredo e não mudou seu comportamento. Continuou a ser aquela figura companheira, solidária, que não esperava ser procurada pelo amigo; ao contrário, ia a seu encontro. O que quero dizer, meu caro Senador Garibaldi Alves

Filho, é que V. Ex^a faz um discurso emocionado, mas orgulhoso de ter nas veias o mesmo sangue de Aluízio e de ser da terra de Aluízio. Sou de uma geração de nordestinos que sofreu a influência direta e precisa de Aluízio no chamamento para a vocação política, pela obra que realizou, pelo espírito de liderança. Era comovente ver – eu era bem novo – a solidariedade do povo nordestino, sobretudo do povo do Rio Grande do Norte, a Aluízio devido às perseguições políticas que ele sofreu anos a fio, sem demonstrar ódio, sem nada. Há uma coisa de Aluízio que guardo até hoje: um velho disco prensado pela Rozenblit com um discurso dele, que passou a ser hino de uma geração. Dizia mais ou menos assim: “Diante do céu, diante da lua, diante da luz, diante de todos, diante de tudo, diante de Deus...”. É exatamente esse o Aluízio que fica e que V. Ex^a reverencia nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Heráclito Fortes, quero agradecer-lhe, porque o depoimento que nos dá neste momento, como disse V. Ex^a, só faz nos encher de orgulho, ao dizer que Aluízio Alves, como homem público, marcou várias gerações, inclusive a de V. Ex^a e, especialmente, V. Ex^a! Esse discurso mencionado por V. Ex^a foi por ele pronunciado quando era candidato ao Governo do Rio Grande do Norte. Ele era Deputado Federal quando disse as palavras que V. Ex^a acaba de lembrar. Disse mais: “Vim. Ninguém me impediria de vir. O mar parecia uma gota d’água. Vim para ficar, vim para lutar e vim para vencer”. E venceu a mais extraordinária campanha realizada no Rio Grande do Norte, quando concorreu com o Senador Dinarte Mariz.

Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Senador Heráclito Fortes o depoimento fiel, autêntico, que nos dá sobre o que Aluízio representou. Em 1945, com a redemocratização do País, ele se candidatou a Deputado federal pela UDN e se elegeu aos 24 anos. Foi Deputado Constituinte. Aliás – ressalte-se –, era o último remanescente dos que elaboraram a Constituição de 1946. Elegeu-se Deputado federal em 50, 54 e 58. Participou da fundação da **Tribuna da Imprensa**, da qual, junto com Carlos Lacerda, foi diretor adjunto. Quando Carlos Lacerda estava em um daqueles momentos explosivos, Aluízio ou José Sarney pedia para escrever em seu nome aquele artigo, porque Carlos Lacerda era incontido. Como orador e como jornalista, era um homem que realmente ia muito além na sua fúria; e era um homem tremendamente talentoso.

Estou preocupado com o meu tempo, não vou abusar da tolerância da Mesa, mas ouço V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – Quis Deus que estivesse na Presidência um homem do Nordeste. Senador

Garibaldi Alves, acho que V. Ex^a devia terminar o seu discurso como fez o discípulo maior de Perón, que foi exilado pela força militar. Quando renasceu a democracia, Perón mandou o povo votar em Héctor Cámpora, que era dentista. Cámpora assumiu a presidência da Argentina, mandou Perón voltar e renunciou, após um mês, à Presidência. Justificando – atentai bem Heráclito, V. Ex^a que teve o privilégio de gozar dos favores e da intimidade do nosso Aluizio Alves, eu não o tive, mas do nome que engrandeceu o Nordeste, da UDN democrática, que lutou contra a ditadura —, ele disse: “Perón é maior do que o sol! O sol ilumina a Argentina de dia; Perón, dia e noite.” Aluizio Alves foi não só um fenômeno na história democrática, mas, pelo seu nome, foram eleitos, simultaneamente, um filho e uma filha Deputados Federais. V. Ex^a é a maior obra política. Árvore boa dá bons frutos. V. Ex^a, grande Líder do meu Partido, extraordinário prefeito, extraordinário Governador, hoje do PMDB, é um fruto político. Heráclito estava emocionado, quase lacrimando. Quis Deus me permitir, representando o respeito e o reconhecimento do povo do Piauí, ter concedido a Aluizio Alves, no dia 24 de janeiro, em nossa primeira capital, Oeiras, a comenda maior do Estado do Piauí, a Grã-Cruz Renascença, a qual eu coloquei no peito dele. Era o encontro de duas grandezas: a grandeza do Rio Grande do Norte com a grandeza histórica do Piauí.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)

– Senador Mão Santa, eu agradeço a V. Ex^a que, como sempre, muito inspirado, trouxe à baila essa frase do discípulo dizendo que Perón iluminava dia e noite a Argentina, como certamente Aluizio iluminou dia e noite o Rio Grande do Norte. A noite, eu tenho certeza e até me congratulo com V. Ex^a porque tenho absoluta certeza disso, pois ele foi o homem que levou a energia de Paulo Afonso para o Rio Grande do Norte. Quando Natal era iluminada por uma companhia estrangeira, a Força e Luz daquele tempo, a *Bond & Share*, e o interior dependia de motores – o Senador Gilberto Mestrinho deve lembrar-se disso – quando eram 10 horas, 11 horas da noite, diziam: “Vão para casa porque a gente tem que apagar o motor”. E só ligavam na noite seguinte. Aluizio trouxe a energia de Paulo Afonso, que iluminou o Rio Grande do Norte, que trouxe desenvolvimento para o nosso Estado.

Então, Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a e ao Senador Heráclito Fortes, que nos deu esse depoimento realmente emocionado e emocionante.

Em 1960, ocorreu aquela campanha a que já fiz referência.

Com a sua vitória, Aluizio empreendeu o governo mais transformador da história do Rio Grande do Norte. As bases para o desenvolvimento socioeconômico

e para a superação de graves mazelas sociais, que ainda persistem, foram lançadas. Iniciou um processo de industrialização intensa no Estado. Fundou empresas estatais importantes, que ainda persistem, e foi aquele que implantou a infra-estrutura de água, energia, telefone. Investiu maciçamente em educação, levando o Professor Paulo Freire com aquele método revolucionário: alfabetização em quarenta horas. Pela primeira vez, o Professor Paulo Freire introduziu esse método na cidade de Angicos.

No plano cultural, fundou o Instituto de Pesquisas Sociais Juvenal Lamartine, a Faculdade Eloy de Souza. E, em homenagem a grandes norte-rio-grandenses, como José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Lamartine, Eloy de Souza, com a faculdade de jornalismo.

Em 1966, elegeu-se Deputado Federal com votação recorde, sendo cassado, em 1969, pelo AI-5. Não se abalou, voltou-se para a vida empresarial e incentivou o seu filho...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, vou concluir, sei que V. Ex^a tem absoluta razão.

Em 1970, incentivou o seu filho, que ainda hoje permanece na vida pública, como eu, e vai disputar agora o seu décimo mandato de Deputado Federal.

Aluizio sofreu a sua única derrota nas urnas, nas eleições para Governador, para o hoje Senador José Agripino. Em seu discurso, após perder as eleições, cunhou uma frase que se tornou um dos lemas de sua história política: “A luta continua”. Não se deixou abater e exerceu um papel relevante nas campanhas para as Diretas, como também articulou decisivamente nos bastidores pela eleição no Colégio Eleitoral do Presidente Tancredo Neves. Valeu-se, para tanto, de amizades que fez ao longo de sua carreira, como a do Presidente José Sarney, que aceitou a indicação para Vice-Presidente. Exerceu o cargo de Ministro da Administração no Governo Sarney, deixou a sua marca através da criação da Escola Nacional de Administração Pública, pois, como dizia o Senador Heráclito Fortes, aquele ministério parece que fora criado para ele mesmo.

O depoimento de V. Ex^a é o mais autorizado que eu poderia ouvir.

Propôs, ainda, a extensão do 13º salário para os servidores civis – claro que com o apoio do presidente.

Em 1990, elegeu-se deputado federal, o seu último mandato popular. Com a ascensão de Itamar Franco

à Presidência da República, foi escolhido Ministro da Integração Regional.

Posteriormente, mesmo sem mandato, Aluizio nunca se afastou da política. A sua voz de líder maior do seu Estado nunca se calou. E agora, Sr. Presidente, o que dizer depois disso? Um homem que, como eu, convivi todas as horas com Aluizio Alves; um homem que, como eu, senti de perto a sua grande vocação política; um homem que, como eu, abracei a vida pública por ideal como ele. O que dizer agora senão o que ele disse, Senador Heráclito Fortes? A luta continua.

Se o Presidente permitir, Senador Cristovam Buarque, ouvirei V. Ex^a, com imenso prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sr. Presidente, é muito rápido, mas eu não gostaria de deixar passar a oportunidade de manifestar a minha convivência com o deputado, ministro e grande líder que foi Aluizio Alves. Eu o conheci ainda quando eu, jovem, em Pernambuco, acompanhava pelos jornais a inovação que ele fazia na política, com suas caminhadas, com sua mobilização das massas em defesa de um programa; depois o seu trabalho na educação de base, especialmente a alfabetização. Faz pouco tempo, Senador Garibaldi, fui a Angicos ver onde Paulo Freire começou o programa de alfabetização e conheci um homem que vendia chocolate na frente de uma escola, por coincidência, e ele disse: “Eu estava sendo alfabetizado e, em abril de 64, proibiram-me de continuar a alfabetização. Eu não me alfabetizei, mas teria feito se Aluizio Alves tivesse continuado, se Paulo Freire tivesse continuado”. Então, quero aqui manifestar o meu respeito pelo grande político que foi Aluizio Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Quero agradecer a V. Ex^a esse testemunho, justamente sobre a área que V. Ex^a tem todas as condições de falar, em que é a maior autoridade do País. Reconheço em V. Ex^a essa autoridade de falar sobre a educação e dar esse testemunho de um pioneiro, que foi Paulo Freire, claro, mas de um pioneiro que foi Aluizio, que soube trazer a experiência de Paulo Freire para sua terra e pretendia expandi-la para todo o Rio Grande do Norte.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a V. Ex^a esse testemunho e voltar a dizer: não foi apenas nas horas em que ele governador, ministro, deputado federal – não foi apenas nessas horas – me impressionou e me conduziu, foi sobretudo na hora da cassação e da injustiça que ele se fez maior diante de todo o Rio Grande do Norte e diante de todo o Brasil pela sua resistência, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais hoje trazem um estudo de dois institutos: um, o IEDI, que é o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, e outro, o Instituto Internacional de Desenvolvimento Empresarial. Os dois chegaram à mesma conclusão. O segundo está lá na Europa, na Suíça.

O Governo brasileiro é um dos principais fatores para a falta de competitividade do País. Com baixo crescimento, uma das mais altas taxas de juros do mundo, burocracia, escândalos de corrupção, ineficiência na gestão governamental, o Brasil cai, mais uma vez, no *ranking* das economias mais competitivas do mundo em 2006.

Muita gente já disse aqui, Sr. Presidente, que o Brasil só ficou na frente do Haiti, só cresceu mais que o Haiti, no ano passado, com uma taxa de 2,3%. Eu acrescentaria que o Brasil cresceu menos que o Paraguai, menos que a Colômbia, menos que todos os países da América Latina. Se só cresceu mais do que o Haiti, então, perdeu para o Paraguai. Nós, os paranaenses, conhecemos muito bem as dificuldades que aquele país tem. Mas, mesmo com todas as dificuldades, o Paraguai conseguiu crescer mais do que o Brasil.

Além desse estudo, temos outras notícias que revelam como o Governo está desinformado da situação do País que governa; aliás, que mal governa.

Para a discussão que se travou entre a Argentina e o Uruguai sobre a instalação de uma fábrica de celulose da Finlândia, o Presidente Lula deu a solução. Senador Jefferson Péres, dizia-se que a questão era ambiental. O investimento de um bilhão de dólares seria feito por uma empresa finlandesa para a construção dessa fábrica. E aí o Mercosul, ameaçado, porque o Presidente do Uruguai, que já tinha como certa a instalação da fábrica no território uruguaio, disse o seguinte: “Desse jeito, não participo mais do Mercosul”. Mas aí o Presidente Lula deu a solução: a empresa deveria construir metade da fábrica de um lado do rio Uruguai, do lado uruguaio, e a outra metade da fábrica no território argentino, na margem do rio Uruguai que fica no território argentino. Essa solução mágica

encontrada pelo Presidente Lula serviu de piada no mundo inteiro.

Imagine, Senador Jefferson Péres, na hora de se decidir onde ficaria o refeitório dessa fábrica. Ficaria no lado do Uruguai ou da Argentina? Os trabalhadores teriam que atravessar a nado o rio ou teriam equipamentos para atravessar? E muitas piadas foram feitas.

O Governo brasileiro, do jeito que está conduzindo a economia, vai se transformar em piada no mundo, não só por essa idéia tão ridícula, tão absurda. Uma fábrica não pode ser dividida ao meio, sendo que uma metade fique de um lado do rio e a outra metade, do outro lado. Eu nunca vi isso; na minha vida, eu nunca vi isso. A solução é tão simplista que parece que o Presidente Lula tem solução para tudo. E ele, às vezes, encontra solução mesmo.

Estouram escândalos e mais escândalos de corrupção, e o Presidente fala: “eu não sei de nada, não é comigo” e as coisas continuam. O Presidente continua querendo ser um líder da América Latina, dando palpite, mostrando completo despreparo, como fez ao opinar dessa forma em relação a essa fábrica.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Jefferson Péres, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Eu não sei se V. Ex^a está contando uma piada ou se ele fez mesmo essa proposta. É piada ou é verdade?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não, está escrito aqui, Senador Jefferson Péres. Estou lendo nos jornais de hoje.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Muito bem, Senador. Veja que, mesmo que fosse tecnicamente possível dividir a fábrica, seria politicamente impossível, uma vez que a Argentina alegava ser contra a fábrica exatamente por ser poluidora. Logo, não poderia aceitar a proposta brasileira ou se desmoralizaria, porque o que dizem é que a Argentina está com ciúme porque a fábrica não ia ser instalada em território argentino. Mas, Senador Osmar Dias, vi hoje algo mais preocupante: notícia segundo a qual o Presidente Lula, tentando livrar o Mercosul do problema – essa é a notícia, não sei se verdadeira – que gerou o conflito entre o Uruguai e a Argentina, teria informalmente gerenciado junto ao governo finlandês para que o governo pressionasse a fábrica a não fazer mais o investimento no Uruguai. Claro que isso chegou, como não poderia deixar de chegar, ao conhecimento do governo uruguaio. Está o Presidente Tabaré Vázquez muito magoado com o Brasil, o que vai contribuir para empurrar o Uruguai para fora do Mercosul. É assim que se faz política externa neste País.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O aparte de V. Ex^a faz parte da notícia, inclusive, do **Estado de S. Paulo** de hoje: “Lula intervém e causa mal-estar”. A notícia, quando o Lula pediu que dividisse a fábrica pela metade, uma parte de cada lado, finaliza com uma palavra de um dos embaixadores uruguaio na Europa. Ele diz o seguinte – exatamente o que V. Ex^a acaba de dizer – : “Se os argentinos queriam evitar a poluição, por que Lula propôs dividir a fábrica? Ficou provado que a disputa não é ambiental, mas econômica e sobre a localização do investimento”. Enquanto isso, enquanto o Presidente Lula dá palpite sobre onde vai ficar a fábrica e a divisão dela, está aqui: “O Brasil perde competitividade”.

Aquele Instituto que citei, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, diz que “o Brasil perdeu 40% da competitividade dos seus produtos na Europa e nos Estados Unidos”. O que significa isso? Voltamos aos níveis de 99. Nós recuamos, e o Brasil, que havia evoluído, perdeu, entre 2002 – portanto, no Governo Lula, depois que o Presidente Lula assumiu o Governo – e 2006, 40% da sua competição nos Estados Unidos e na Europa, em função do Governo que tem, que faz uma política econômica desastrosa e coloca um câmbio completamente irreal, fazendo com que haja demissões no setor calçadista, que não consegue mais exportar – o Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, é testemunha disso – e faz com que a Volkswagen anuncie, no meu Estado, a demissão de 6 mil trabalhadores, mas o Governo já anuncia que, para as montadoras, vai haver ajuda. O BNDES pode ajudar montadoras. É o que está escrito no **Estado de S. Paulo**.

O Governo, com sua política desastrosa, causa demissão no setor de calçados, no setor madeireiro, que já demitiu, no meu Estado, cinco mil funcionários. No setor da produção primária, os produtores rurais estão demitindo trabalhadores e reduzindo a área de plantio, como eu disse ontem. Não vou repetir, mas é um desastre a política econômica que coloca o dólar tão irreal, para que o Presidente do Banco Central, na sua imensa vaidade, comemore os seus feitos, não se importando com o que está acontecendo com a indústria brasileira. Todos os dias, alguém vem a esta tribuna, nas federações, nas entidades, e afirma o seguinte: o Brasil está perdendo a capacidade de investir na indústria, o Brasil está reduzindo a sua industrialização. O meu Estado, o Paraná, teve, nos três meses deste ano, uma redução brutal do desempenho da indústria, numa média que chega a 6% negativa ao mês, o que significa falta de uma política de desenvolvimento industrial, no Estado, e falta de uma política industrial no País. Aliás, falta de uma política de desenvolvimento,

porque estamos vendo todos os segmentos da economia perdendo a sua força, perdendo competitividade e os trabalhadores sendo demitidos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, do jeito que vai, o governo que está aí, vai passar para a história não apenas como um governo desastrado na sua política externa, mas principalmente, na sua política econômica.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, já encaminhei à Mesa um voto de pesar pela funcionária da Liderança do Partido dos Trabalhadores que, infelizmente, faleceu no dia de hoje. A Senadora Ideli Salvatti já fez a justificativa do voto de pesar.

Ana Maria era uma funcionária excelente, companheira da maior qualidade, e o voto de pesar, naturalmente, é para toda a família.

Neste momento, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, em um minuto, comunico à Casa, com tristeza, que na manhã de hoje, no Rio Grande do Sul, aconteceu um acidente automobilístico em que, infelizmente, faleceram quatro membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, sendo três deles dirigentes sindicais: Cipriano Rocha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Santa Maria; Clarice Cardias Rosa, Secretária de Saúde e componente do Coletivo Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores da Alimentação, também do Rio Grande do Sul; e Reinaldo Quagliato, membro do Conselho Fiscal. Além dos três dirigentes, morreu também outro companheiro, Luciano de Barcelos Maia, advogado do sindicato.

Em razão do falecimento dessas quatro lideranças, encaminho também voto de pesar à Mesa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Paulo Paim, a Mesa encaminhará os votos de pesar às famílias enlutadas, conforme solicita V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho voto de lembrança do gesto da atriz Regina Duarte e digo isso no meio de tanta crise e com esse malogro de política externa do Governo do Presidente Lula. Lembro-me de que Regina Duarte previu isso na campanha eleitoral. Portanto, submeto à Mesa esse voto de lembrança.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não entendi bem. Voto de lembrança do gesto?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Do gesto da festejada atriz Regina Duarte, que, em algum momento, disse que tinha medo de algo que ela previu. Infelizmente, estamos vendo a realidade ao vivo e em cores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será encaminhado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 560, de 2006

Requer voto de lembrança em homenagem ao gesto da atriz Regina Duarte, que, em 2002 previu o malogro do Governo Lula.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de lembrança em homenagem ao gesto da atriz Regina Duarte, que, em 2002, previu o malogro do Governo petista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A homenagem que ora formulo é oportuna diante da crise vivida pelo País e homenageia uma atriz que, como brasileira, já em 2002, previa o malogro do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 561, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata, voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Gondim Jacob, servidora do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 562, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento em acidente automobilístico de quatro membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ocorrido hoje pela manhã. São eles: Cipriano Rocha – Presidente do Sindicato, Clarice Cardias Rosa – Secretária de Saúde e componente do Coletivo Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul, Reinaldo Quagliato, membro do Conselho Fiscal e Luciano de Barcelos Maia, advogado do Sindicato.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 563, DE 2006

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre a execução do Programa de Ajuste Fiscal do Governo do Estado da Paraíba, firmado com a União, nos termos do Contrato de Consolidação e Reescalonamento de Dívidas, no tocante à Dívida Consolidada de Longo Prazo:

1. O Estado da Paraíba cumpriu todas as exigências e metas do Programa de Ajuste Fiscal desde o seu início até o presente momento? Em caso negativo, listar os pontos que foram descumpridos.

2. O Estado da Paraíba cumpriu e cumpre todas as exigências do Contrato de Consolidação e Reescalonamento de Dívidas? Em caso negativo, listar os pontos que foram descumpridos.

3. Houve a aplicação de alguma multa ao Estado da Paraíba em função de descum-

primento do Programa de Ajuste Fiscal ou do Contrato de Consolidação e Reescalonamento de Dívidas? Em caso positivo, qual o valor da multa e o motivo específico de sua aplicação?

4. Informar o valor do saldo devedor da dívida refinanciada ao final dos exercícios de 2003, 2004 e 2005.

5. Informar o valor pago a título de amortização e juros da dívida refinanciada nos exercícios de 2003, 2004 e 2005.

Justificação

Noticia-se a existência de uma multa imposta pelo Tesouro Nacional ao Governo do Estado da Paraíba, em decorrência da falta de cumprimento de metas do Programa de Ajuste Fiscal.

Os valores aplicados e a forma de pagamento são desconhecidos pela população, contribuinte de impostos e taxas. Consideramos que este tipo de informação deve ser de domínio público. No entanto, diante da dificuldade em obter a confirmação ou não da existência da supracitada multa, requeremos que o Ministério da Fazenda nos informe de sua existência, assim como solicitamos informações e dados sobre a execução do Programa de Ajuste Fiscal, nos termos acima, nos últimos três exercícios.

A presente iniciativa está em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal, porquanto cabe ao Poder Legislativo fiscalizar os atos do Poder Executivo, mormente em matéria que envolve a competência privativa do Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2006. – Senador **José Maranhão**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço para falar como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a falará no momento oportuno, como já havia anunciado. Aliás, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem prioridade. Depois falarão, de forma intercalada, os inscritos para as comunicações inadiáveis e os oradores, que são: Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação inadiável, Senador Gilberto Mestrinho, Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO
DIA 11 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO
PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PU-
BLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar em nome da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª está inscrito. Ainda não falou porque não estava presente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo. Então, esperarei mais um orador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que retorna, nesta data, ao exercício do mandato o Senador Marcos Guerra, primeiro suplente, em virtude do afastamento do titular, Senador Gerson Camata, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Espírito Santo.

S. Exª passa a participar dos trabalhos da Casa a partir deste momento.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

**COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
E NOME PARLAMENTAR**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Senado Federal em substituição ao Senador Gerson Camata, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PSDB.

Nome Parlamentar: Marcos Guerra

Sala das Sessões, 4 de maio de 2006. – **Marcos Guerra.**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A matéria vai à publicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do PSDB, devo registrar a imensa alegria de ter de volta a esta Casa o Senador Marcos Guerra. Lamento a saída desse Senador operoso, correto, que é Gerson Camata, que vai cumprir uma missão da maior nobreza, servindo ao seu Estado, ele que já governou o Espírito Santo e muito bem, e fico, por outro lado, duplamente feliz com o retorno de Marcos Guerra, porque o Senado terá nele o representante do pequeno e microempresário – ele é realmente alguém especializado para falar nesse assunto, além de abordar com segurança outros temas da vida nacional – e por ser ele filiado ao PSDB, que passa a contar, a partir de agora, com seu décimo-sexto Senador. Um Partido que, enfrentando todas as adversidades, chegou a ter dez integrantes nesta Casa, hoje, com Marcos Guerra, chega ao décimo-sexto e, ainda por cima, com um Senador dessa qualidade, desse calibre, desse jaez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba, Líder do meu Partido.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero saudar o Senador Marcos e dizer da minha alegria de tê-lo novamente aqui. Evidentemente, quando sai o Senador Gerson Camata, perdemos, e não perdemos pouco, porque S. Exª era o Presidente da Comissão de Educação. Mas o Senador Marcos já foi nosso colega aqui, já esteve conosco por muito tempo e é um Senador que, com toda certeza, vai dar brilho a esta Casa também.

Por essa razão, quero saudá-lo; apesar de S. Exª ser do PSDB, não conflita conosco nunca, no PMDB, porque sempre teve conosco uma grande aproximação e uma grande simbiose.

Então, parabéns e seja bem-vindo. Estamos aqui sempre de braços abertos, à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Voltando à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, ex-Governador do Amazonas, do PMDB, por até dez minutos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez volto à tribuna desta Casa para pedir a atenção de meus Pares e da opinião pública para alguns equívocos,

descuidos e freqüentes descasos com que tem sido conduzida e tratada a temática amazônica. Verdadeiros desastres na gestão das nossas potencialidades naturais – solução de muitos desafios nacionais – são tratados com superficialidade e negligência. Estamos criando problemas e entraves onde nos são oferecidas respostas para algumas importantes demandas nacionais. Tratamos a multiplicidade de alternativas que a Amazônia oferece para os engasgos da brasilidade pela ótica vesga e muitas vezes mal-intencionada de gabinetes descomprometidos com nossa gente que lá habita. Por isso volto a esta tribuna, Sr. Presidente. E volto para refazer o alerta para a importância do conhecimento de nossas potencialidades naturais – única via de correção dos equívocos que a desinformação e o descompromisso com a região propiciam.

Não faz sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a população do Amazonas viver em um Estado que representa 18% do território nacional, mas em que apenas 20% das terras podem ser manejadas – para usar um termo da moda –, pois o restante é constitucionalmente intocável. Adicionalmente, considerando a superfície do Estado do Amazonas, temos, por imposição legal, nacional e internacional, o tombamento de 50,01% do nosso território, constituído de áreas indígenas e de áreas protegidas. Mais da metade do Amazonas está constituído de terras protegidas e de terras indígenas, sendo que, em muitas delas, não há um índio sequer.

Trata-se de uma proteção imposta, desprovida de consultas efetivas às populações locais e em frontal desrespeito à própria legislação em vigor, que exige para delimitar uma Unidade de Conservação um cuidadoso Diagnóstico Ambiental, o Zoneamento Ecológico-Econômico para definir fragilidades e potencialidades e a elaboração de Plano de Manejo, para que haja uma justificação coerente de forma e do conteúdo da eventual demarcação. Fazendo as contas, apenas 20% da metade do território do Amazonas – ou seja, 10% da área – podem ser utilizados a serviço da nossa população.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as áreas “tombadas” são áreas em que a ação humana é proibida e até a atividade econômica de subsistência familiar é vetada – há poucos dias, em uma comunidade do interior, uma senhora se queixava de que foi obrigada a sair de uma área protegida e não podia nem tirar palha para cobrir sua barraca –, mesmo que se submeta aos parâmetros de sustentabilidade elaborados nos escritórios das organizações não-governamentais estrangeiras dentro de rigorosos padrões de conduta que são impostos pelas corporações poderosas que lhes dão sustentabilidade – para usar outro modismo pleno de ambigüidade.

Curiosamente, são áreas extremamente nobres e preciosas do ponto de vista de seu banco genético, de sua vocação ecoturística e de bionegócios e, sobretudo, de monumentais jazimentos minerais, com ocorrências de metais preciosos de destacado valor no mercado internacional, jazimentos que colocariam em risco corporações estrangeiras que iriam à bancarrota com a oferta de apenas algumas espécies minerais. Foi assim nos anos 80, quando minas inglesas de cassiterita foram fechadas na Malásia quando entrou em produção a Mineração Taboca – Paranapanema.

É curiosa também a sofreguidão em demarcar de afogadilho Unidades de Conservação nessas áreas, pois as justificativas legais para sua implantação decorrem de problemas causados ao meio ambiente por ocupação antrópica desordenada, desmatamento, grilagem, queimadas, pesca predatória e exploração mineral desordenada. Nenhuma dessas ocorrências tem registro de monta no caso do Amazonas.

A precipitação sintomática na criação das reservas acaba criando problemas em lugar de evitá-los. Não há demarcação efetiva para evitar problemas fundiários. Além da inexistência dos Planos de Manejo, o Poder Público não disponibiliza qualquer tipo de infra-estrutura, não há estímulo à pesquisa científica nem qualquer equipamento de monitoramento e controle e praticamente inexistem opções de inserção da Unidade em projetos de desenvolvimento da região. Um preservacionismo maroto que tenta camuflar negligências e propósitos escusos. Um patrimônio imenso a serviço de quem?

Essa porção do território do Estado do Amazonas vedada ao interesse do caboclo representa 9,06% do território nacional e 20% de toda a região Norte, sendo cinco vezes maior do que os Estados do Amapá e Acre juntos e três vezes maior do que Rondônia e Roraima. Comparando com a Europa, o tombamento no Amazonas é três vezes maior que o Reino Unido, duas vezes e meia o tamanho da Itália e corresponde a duas Alemanha e à soma da superfície de Albânia, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Polônia, Portugal, Suécia e Suíça. Esta é a forma vesga e mágica de, oficialmente, preservar a Amazônia do desmatamento e da grilagem. Na prática, o dano que isso provoca autoriza qualquer pessoa de bom senso a acusar o Poder Público de inépcia ou má-fé.

Nos últimos três anos, foram criados, por decreto, 8,4 milhões de hectares de áreas protegidas e 9,3 milhões de hectares de terras indígenas nos mesmos parâmetros inconseqüentes já mencionados e sem dar às etnias as condições dignas de prosperidade que tanto buscam.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, segundo estudos técnicos do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais/Amazonas, o Ministério do Meio Ambiente tem criado Unidades de Conservação sem os mínimos critérios de atendimento às exigências legais em vigor, curiosamente em áreas de ocorrências comprovadas de imensos jazimentos minerais. É o caso da Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos, onde está identificada a ocorrência excepcional de nióbio, ferro, manganês, fosfato e terras raras. Mais curioso ainda é saber que aquela província mineral já faz parte do Parque Nacional do Pico da Neblina. Para não correr qualquer risco de utilização, essas reservas foram tombadas duas vezes.

Representantes do Ministério do Meio Ambiente, defensores intransigentes da não-recuperação da BR-319, que tiraria o Amazonas do isolamento rodoviário em relação ao Brasil, se apressaram em criar a Área sob Limitação Administrativa Provisória para aquela rodovia. A meta é promover a suspensão de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental. Na verdade, eles estão encarregados de impedir a exploração da silvinita na região de Nova Olinda do Norte e Itacoatiara, do ouro em Humaitá, e da cassiterita, da ametista e da tantalita em Lábrea, Humaitá e Canutama, bem como as atividades de silvicultura no traçado rodoviário. Entre ordenar o crescimento e perpetuar a miséria, eles não têm qualquer dúvida ou constrangimento.

A esses técnicos, muitos deles com vínculos empregatícios nas organizações estrangeiras, não importa a evidência de que a maior fonte de degradação ambiental é a pobreza e de que a melhor forma de conservar um parâmetro ambiental é dar-lhe finalidade econômica. É assim que a Alemanha conserva sua Floresta Negra e que Canadá e Finlândia exibem uma cobertura vegetal exuberante e renovada que lhes permite a geração de bilhões de dólares para promover o equilíbrio da prosperidade econômica e social. A esses emissários da preservação da miséria, pouco importa a demanda de alternativas de desenvolvimento que os ribeirinhos exibem com índices baixíssimos de desenvolvimento humano a despeito de viverem sobre um monumental e generoso banco genético mineral de infinitas promessas de oportunidades e riqueza.

Recentemente, tive a oportunidade de participar de uma audiência pública com representantes do Ministério de Minas e Energia, parlamentares, prefeitos dos Municípios de Itacoatiara, Nova Olinda do Norte, São Sebastião do Uatumã, Borba, Autazes, Itapiranga e Silves e lideranças das comunidades, dando seqüência à mobilização da sociedade local em torno da bandeira "Todos pela Silvinita",...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Gilberto Mestrinho...

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – ... debatendo com a comunidade...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Gilberto Mestrinho?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – ... essa ocorrência mineral, entre tantas da região amazônica, que tantas promessas e possibilidades representam para a população do Amazonas. O povo humilde daquela região acredita que o aproveitamento de uma só reserva de potássio vai espalhar benefícios para as comunidades vizinhas e para a região como um todo. O Brasil importa 80% do que consome de potássio por ano, mas poderemos suprir bem isso, assim como outros minerais.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a é um estudioso da problemática da sua e da minha região. V. Ex^a, muitas vezes remando até contra uma certa maré do politicamente correto, demonstra, com seus argumentos densos, teses convincentes. Recordo-me do recente episódio do Projeto de Gestão de Florestas, em que V. Ex^a estava de um lado e eu de outro, mas percebi a capacidade que V. Ex^a teve de mobilizar a opinião da Casa e fizemos uma das mais longas sessões da legislatura, porque, de um lado, estávamos nós, os que entendiam ser um avanço o projeto do governo, e de outro estava V. Ex^a, que, a meu ver, liderando, sem dúvida alguma, uma amplíssima Bancada suprapartidária de Senadores, vinha em sentido contrário, com argumentos sólidos e densos, que mexeram com os votos, com a cabeça e com os sentimentos nesta Casa. Meus parabéns, portanto, pela sua atuação, pelo seu apego e pelo seu conhecimento sobre a região amazônica.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Nobre Senador Arthur Virgílio, agradeço o aparte de V. Ex^a e quero dizer que estou me pronunciando aqui em consequência do discurso de V. Ex^a sobre a compra ou sobre a venda de 180 mil hectares da Floresta Amazônica por um sueco que calculou que, com US\$50 bilhões de dólares, compraria toda a Amazônia. Efetivamente, eles pensam assim. Mas, lamentavelmente, no Brasil, não temos uma reação oficial, não temos uma reação, vamos dizer, comprometida com a soberania nacional, porque eles acham que essa questão de Amazônia, de soberania, é conversa fiada. Não é, não! O que há é um plano efetivo de ocupação daquela área. Em face disso, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu discurso.

Adicionalmente, as reservas de gás dos rios Juruá e Solimões, Carauari e Urucu, que poderiam

ajudar os esforços de auto-suficiência energética do Governo no setor de gás, somam mais de 80 bilhões de metros cúbicos, sendo que as reservas de Silves, ao lado de Manaus, até agora registram a ocorrência de mais de 4 bilhões de metros cúbicos, uma alternativa energética que permitiria a exploração, o beneficiamento e a prosperidade a partir dos recursos minerais, uma opção de desenvolvimento com baixos impactos ambientais.

Nada disso comove as autoridades ambientais do Brasil, que, ao invés de estimular a atividade produtiva como mecanismo de fornecer as condições efetivas e eficazes de conservação, fazem o jogo das grandes corporações estrangeiras, que tremem nas bases diante das possibilidades de aproveitamento racional de nosso patrimônio nacional.

É hora do basta, Sr. Presidente. Os povos do Amazonas aguardam um posicionamento inteligente, transparente, responsável com o destino da região e do Brasil.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Gilberto Mes-
trinho, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupa-
da pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de
Secretário.*

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Gilberto Mes-
trinho.

Para uma comunicação inadiável, com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos, acrescidos de mais dois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

Antes, gostaria de informar que o próximo orador, pela inscrição, será o Senador Augusto Botelho e, em seguida, o Senador Leonel Pavan, pela liderança do PSDB.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente gostaria de agradecer publicamente a solidariedade de vários funcionários de diversos gabinetes do Senado e, de forma especial, a presença do Senador Marcelo

Crivella no velório da funcionária da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Ana Maria Gondim. Neste momento em que uma pessoa tão querida, tão eficiente e prestimosa se vai, ficamos pensando muitas vezes que brigamos tanto, fazemos tanta polêmica sobre tantos assuntos, tratamos tudo como questão de vida ou morte e, quando a morte vem, mesmo as pessoas mais bondosas, de alma mais pura e tranqüila e de bem com a vida, percebemos como isso tudo é tão relativo.

Mas o que me traz à tribuna, contraditoriamente, em um dia de tanta tristeza para nós que conhecemos a Ana e estamos sentidos com a sua perda, é estarmos comemorando a sanção de uma lei que tem muito a ver com a minha vida, com a minha atividade profissional, a Lei nº 11.301, sancionada ontem, dia 10 de maio, pelo Presidente Lula.

É uma lei bastante singela, mas que faz justiça a uma briga de muitos anos do magistério brasileiro. Digo isso porque, desde a minha época de sindicalista, na década de oitenta, brigávamos pelo reconhecimento do efetivo exercício do magistério. Quando se fala em educação, não se pode considerar apenas como educador o professor que está em sala de aula, porque existe todo um corpo de profissionais que atuam na unidade escolar e sem os quais a educação não consegue ter um nível de qualidade adequado.

Portanto, o projeto que a Deputada Neide Aparecida, do PT de Goiás, apresentou em 2004 foi aprovado na Câmara, veio para o Senado, teve o parecer, elaborado pelo Senador Sérgio Zambiasi, do PTB do Rio Grande do Sul, reconhecido e aprovado por unanimidade aqui e foi aprovado há poucos dias pela unanimidade do Senado. Essa lei enche-me de alegria, pois reconhece todos aqueles que exercem funções na unidade escolar, como o diretor de escola.

Há até algumas situações absurdas. Algumas unidades adotam a eleição direta para diretor, o profissional é eleito pela comunidade para exercer o cargo de direção e, por ter ficado um, dois ou três anos, perde o direito à aposentadoria especial, não se considera esse período como efetivo exercício do magistério.

Portanto, a lei é muito singela, mas soluciona um antigo problema de um numero significativo de profissionais da área da educação. Ela muda o art. 67 da Lei nº 9.394, acrescentando o seguinte:

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 [que é a aposentadoria especial, os cinco anos a menos de trabalho do profissional da educação para ter direito à aposentadoria] e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal [que diz que a contagem do tempo tem de ser exclusivamente tempo de efetivo exercí-

cio] são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidade, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Portanto, todos os profissionais que desempenham suas funções complementares da educação dentro da unidade escolar passam a ter o direito assegurado à aposentadoria especial, porque são considerados profissionais do magistério.

Por isso, mando, de forma carinhosa, para todos os professores, para todos os especialistas, todos os diretores de escola, a nossa saudação pela sanção da Lei nº 11.301, pelo Presidente Lula, no dia de ontem.

Alerto que a discussão sobre o efetivo exercício voltará quando debatermos o Fundeb. Inclusive, já falei sobre isso com o Senador José Jorge, porque, atendendo a um apelo para que se deixasse consignado nas disposições transitórias da emenda do Fundeb o prazo para que fosse mandada ao Congresso Nacional a lei estabelecendo o piso salarial nacional do magistério, acabou entrando de novo o tal do efetivo exercício.

Os profissionais não querem retomar essa polêmica, até porque para chegarmos a essa legislação foi uma briga de mais de duas décadas. Então, se colocarmos novamente em debate o efetivo exercício, o passo que demos para frente com a Lei nº 11.301 poderá ter um retrocesso no Fundeb.

Portanto, conversamos sobre o assunto com o Senador José Jorge, que sinalizou a possibilidade de, no momento em que o Fundeb vir a plenário – e espero que seja o mais rapidamente possível –, fazermos um acordo e retirarmos essa polêmica tão malfadada do efetivo exercício das funções do magistério.

Espero que dessa forma possamos aprovar o Fundeb como uma evolução significativa para garantir recursos para a educação básica.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Paulo Paim, com a anuência do Presidente em exercício do Senado, nosso companheiro Senador Tião Viana.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, quero, de forma rápida, dizer da importância do projeto de lei que veio da Câmara dos Deputados e que, no Senado, todos trabalhamos, num movimento coletivo, para permitir que os professores tivessem atendida sua reivindicação. V. Ex^a explica muito bem: o professor é eleito para o cargo de direção, uma função de maior responsabilidade ainda, da importância daquele que fica na sala de aula, e não era justo que ele

perdesse o direito à aposentadoria especial. Na Câmara dos Deputados, inúmeros Parlamentares trabalharam por esse objetivo. Por uma questão de justiça, quero dizer que o Deputado Mendes Ribeiro procurou a mim e ao Senador Zambiasi, para que trabalhássemos a favor do projeto original da Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores. Felizmente, o Senado aprovou-a e a matéria foi sancionada. Faz-se justiça! Por isso a importância do destaque que V. Ex^a dá no seu pronunciamento para esse tema. E eu diria, se me permitir, que é muito importante que aprofundemos o debate e que a regra de transição, que não é assegurado pelos professores, que não é uma resistência...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Que passou aqui e depois não pôde ser promulgada.

O SR. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Infelizmente, voltou atrás. Não é uma resistência, tenho certeza, da União; é uma resistência dos Governadores. Que consigamos derrubá-la, para que eles tenham também direito à regra de transição. Parabéns a V. Ex^a pelo tema e pela relevância da lei ora sancionada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim.

De forma muito especial, mando, por meio dessa boa notícia, o meu carinho aos professores de Santa Catarina, pois uma parcela significativa desses profissionais está em greve reivindicando melhores salários. Temos nos dedicado aqui em Brasília a encontrar soluções para o caixa do Estado. Estive reunida, inclusive, esta semana, com Bernard Appy, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, para que tivéssemos algum vislumbre de solução financeira para o Estado de Santa Catarina, até porque o Governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, assegurou-me, por telefone, que, se o pleito deles junto ao Ministério da Fazenda for bem encaminhado, com certeza, a solução da greve dos professores catarinenses poderá ter um desfecho mais positivo.

Sr. Presidente Tião Viana, agradeço a V. Ex^a os minutos a mais que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Em seguida, falará o Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes do pronunciamento do nobre Senador Augusto Botelho, permita-me V. Ex^a lembrar que foi lido, na sessão anterior, um requerimento de pesar pelo falecimento do Dr. Gileno da Silveira Lima. Trata-se de um baiano de nascimento, mas de coração e de família sergipanos.

Foi Prefeito de Aracaju nos idos de 1967. Nasceu em 1920, em Cachoeira da Bahia, formou-se em 1944 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Exerceu a sua carreira médica em Sergipe, onde foi diretor do Hospital e Maternidade Santa Izabel, além de ser fundador da Academia Sergipana de Medicina.

Na madrugada do último dia 5, o Dr. Gileno da Silveira Lima veio a óbito. Foi sepultado em Aracaju, no dia seguinte.

Trata-se de uma figura exponencial de nossa sociedade. É, portanto, meritório, sem dúvida alguma, o reconhecimento do Senado Federal ao Estado de Sergipe, pelo passamento de seu filho.

Dr. Gileno deixou cinco filhos, treze netos, quatro bisnetos e uma legião de outros familiares e de amigos.

Requeiro a V. Ex^a e à Mesa desta Casa que, diante do requerimento de minha autoria, que foi apresentado, estenda a seus familiares os votos de pesar do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

A Mesa adotará as providências regimentais.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, lembrando aos Srs. Senadores que há um orador na tribuna.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Peço desculpas ao Senador Augusto Botelho.

Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela liderança do meu Partido no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PT – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, gostaria de fazer uma referência ao discurso do Senador Gilberto Mestrinho, que incita ao nacionalismo. Nós, da Amazônia, somos nacionalistas, queremos defender a nossa Pátria. Discordamos da forma como estão restringindo, cada vez mais, a presença do homem na Amazônia e seu trabalho. Como ficou claramente demonstrado pelo Senador, no Estado de S. Ex^a sobrarão apenas 10% para exploração comercial pelos habitantes da Amazônia. No meu Estado também, fizemos a conta e ficam sobrando apenas 6% para exploração. Mas com esses 6%, vamos ficar lá, não vamos sair e não vamos deixar que nos tomem a Amazônia, nos tomem Roraima.

Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exploração sexual de crianças e adolescentes figura entre os mais dramáticos problemas brasileiros do nosso tempo e deve sofrer o combate encarniçado e ininterrupto do Estado.

Mais do que em qualquer outro momento da história humana, o avanço da técnica tem facilitado a organização da criminalidade internacional, por conta do surgimento de ferramentas novas como a Internet, da profusão de telefones celulares e do barateamento do transporte internacional de turistas, entre outros motivos.

Em regiões como o Nordeste, o problema da prostituição infanto-juvenil tem preocupado sobremaneira as autoridades. Essa prática, embora abjeta e condenada socialmente, tem-se difundido por meio da ação de profissionais inescrupulosos de agências de viagens, de hotéis e *resorts*, de restaurantes e casas noturnas, bem como por taxistas e donos de pousadas – existe muita gente séria trabalhando nessa área.

Por isso, o Governo brasileiro tem-se empenhado em fomentar a responsabilidade social corporativa, estimulando empresas e empresários a colaborar na luta contra o turismo sexual, impedindo, por exemplo, o ingresso de crianças e de adolescentes, acompanhados por adultos, em quartos da rede hoteleira, exceto mediante prova de parentesco.

Sr. Presidente Tião Viana, no Carnaval de 2006, o Ministério do Turismo lançou a campanha “Unidos contra a exploração sexual de crianças e adolescentes – entre para esse bloco.” em cidades como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Florianópolis, para minorar o problema pela conscientização dos cidadãos. Ainda no ano corrente, o disque-denúncia da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República recebeu quase 25 mil atendimentos, dos quais 317 denúncias de abuso diárias, entre 21 e

28 de fevereiro. Após cuidadosa análise, as denúncias de violência sexual contra menores são encaminhadas aos órgãos de defesa e proteção dos menores.

O Brasil integra, atualmente, um comitê executivo da Organização Mundial do Turismo (OMT) e vem liderando as iniciativas de repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes na América Latina.

Em 2001, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Departamento da Criança e do Adolescente estabeleceram, com o auxílio de inúmeros outros atores públicos e não-governamentais, o Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Infanto-Juvenil, uma útil ferramenta para conscientizar a sociedade civil e o empresariado da importância e da grandeza moral do combate a esse grave problema.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, como é do conhecimento de todos, em face da violência e da covardia ínsita à exploração sexual de menores, as vítimas passam a sofrer de baixa auto-estima que, não raramente, degenera em quadros depressivos, com traumas e seqüelas psicológicas que, se não forem tratados de modo adequado, acabam perdurando vida afora.

Daí a importância de se apoiar os menores, nos marcos do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de iniciativas como o “Programa Sentinela”, um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais em favor das vítimas da exploração sexual e das suas famílias, tudo com vistas a dar garantias aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, além da elevação de sua auto-estima e do restabelecimento da sua vida familiar e comunitária.

Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa Sentinela contava, em 2004, com 336 centros de referência, em 315 Municípios, período em que lhe foi destinado um orçamento de R\$24,3 milhões.

Todas essas medidas governamentais são louváveis, porém é preciso aprofundar as políticas públicas de combate à violência sexual infanto-juvenil, inclusive pelo aparelhamento contínuo da Polícia Federal, que vem exercendo um papel importante na repressão às redes de pedofilia na Internet, organizadas por criminosos que merecem – e que serão – ser alcançados pela **longa manus** do Estado brasileiro, para pagar pelo abominável crime que cometem.

A sociedade e as autoridades públicas, bem como os profissionais do turismo, Senador Leonel Pavan, devem lutar pela máxima abrangência nas ações coercitivas e também pela causa da conscientização, uma vez que a exploração comercial de menores já se faz presente em quase mil cidades brasileiras, segundo pesquisa recentemente divulgada pela Secretaria de Direitos Humanos.

Sr. Presidente Tião Viana, a honra e a grandeza de uma nação são também resultantes da qualidade de vida que seus líderes e seu povo oferecem aos cidadãos do amanhã, por meio da proteção resoluta à incolumidade física e psicológica de crianças e adolescentes.

Por isso, eu gostaria de exortar o Plenário desta Casa a se engajar nessa causa suprapartidária, encampando, em todos os Estados federativos, a luta contra a exploração sexual de menores, que é de todos e de cada um entre milhões de seres humanos de bem, que formam o tecido social de nossa Pátria.

Termino minha fala com a expressão de um desejo, a refletir os sonhos e a ingenuidade das crianças que também fomos um dia.

Que as nossas crianças e adolescentes contem sempre com o respeito e a proteção dos adultos e do Estado; que tenham um teto, recursos materiais, escola, merenda, tempo livre e conforto espiritual para viver a plenitude das suas infâncias. Que brinquem, como é próprio dessa etapa primaveril; que corram, joguem e pulem, como é natural dos pequenos. Rogo, porém, que sejam poupados de toda violência contra seus corpos e mentes, para que não se apague nunca a pureza dos sonhos que plantam e das esperanças que cultivam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao nobre Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB, por até sete minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente quero abordar matéria do jornal **A Notícia**, que trata do problema da Varig, da falta de vôos na região.

Sr. Presidente, comecei agora. Não são dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a tem até sete minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bem!

Sr. Presidente, Joinville, Navegantes e Chapecó estão sendo duramente prejudicadas em função do cancelamento dos vôos da Varig. Isso está prejudicando demais Santa Catarina, as nossas indústrias, o nosso comércio, o nosso turismo.

Joinville é uma das cidades que mais produzem no Brasil e é a que mais produz em Santa Catarina. É uma cidade industrial. Para se pegar um avião da Varig naquela cidade é preciso percorrer quase 180 quilômetros.

Quero deixar registrada essa matéria, que foi publicada no jornal **A Notícia**, de Santa Catarina.

Sr. Presidente, temos ouvido muitas pessoas falarem que o Brasil vai bem. Deveria ir bem.

Lê-se em uma reportagem:

INDÚSTRIA

Empresas de Santa Catarina exportam
8% a menos no mês de abril

As exportações de Santa Catarina, no mês de abril, foram de US\$457 milhões, com queda de 8% em relação a março, divulgou nesta quarta-feira a Federação das Indústrias (Fiesc). A queda é menor do que a nacional no mesmo período, que foi de 13,7%. Mas os dados acumulados de Santa Catarina mostram que o setor exportador do Estado está sentindo mais dificuldades na área internacional.

As dificuldades enfrentadas por importantes segmentos exportadores de Santa Catarina estão afetando os resultados da balança comercial do Estado. É o caso da indústria de carnes e do segmento de móveis, com importante participação na economia estadual.

Em função do embargo russo, as vendas de carne suína caíram 41,4%, passando de US\$162 milhões, no primeiro quadrimestre de 2005, para apenas US\$95 milhões entre janeiro e abril deste ano, trazendo sérias dificuldades às empresas e ao nosso Estado.

Os embarques de carne de frango ainda registram pequena alta (1,6%) nos dados acumulados, mas os problemas enfrentados no mercado internacional pelo segmento, em decorrência da chamada gripe das aves, já fez as vendas de abril (US\$64,5 milhões) caírem 9,7% em relação a abril de 2005 (US\$71,5 milhões). O cenário tem obrigado as agroindústrias a realizarem ajustes em seus níveis de produção, obrigando inclusive várias empresas a darem férias a funcionários.

O segmento de móveis também enfrenta crise. As exportações acumulam redução de 23,7%, com embarques de US\$96,7 milhões entre janeiro e abril [uma queda de 24%].

Segundo outra matéria, as indústrias estão passando por inúmeras dificuldades, estão em um beco sem saída.

Diz a matéria:

Indústria está em beco sem saída

Depois de investir milhões de dólares na conversão de suas fábricas para o gás natural, o setor industrial se vê num beco sem saída. Adotar outro tipo de insumo, como óleo combustível, significaria um retrocesso e exigiria outros milhões de dólares para converter o sistema. No setor de vidro, cuja participação do gás é de 95%, a substituição do combustível está praticamente afastada.

Sr. Presidente, estou citando esses dados porque Santa Catarina depende 100% do gás. Esses dados mostram que o País em que vivemos não é aquele de que o Presidente Lula fala por aí. Todos os dias – todos os dias! –, há matérias nos jornais mostrando a queda de crescimento do Brasil. Todos os dias, os jornais – e nós, com base em pesquisas e em dados fornecidos pela Comissão Técnica do Senado – mostram que a exportação está caindo, que há um desespero total por parte das indústrias, que não tem qualquer perspectiva para o futuro.

Eu queria saber qual é o país que o Presidente Lula está governando, sobre o qual há outros números. Qual é o país que o Presidente Lula está governando, cujos dados mostram que o Brasil está crescendo, que há uma evolução social e econômica?

O desemprego está aumentando, as empresas estão falindo, e o Governo não apresenta nenhum programa, nenhuma proposta para solucionar toda essa crise que abala o nosso País.

O País tem baixa taxa de crescimento, uma das mais altas taxas de juros do mundo. Segundo um artigo, o Brasil está inclusive caindo de posição: passa da 51^a para a 52^a. O Brasil está retraindo-se cada vez mais. Ainda ontem eu falava que ele está crescendo como rabo de cavalo: para baixo!

Esses são os dados do nosso País, esses são dados que mostram que não há planejamento deste Governo e que não há transparência nas informações. Aquilo que aparece no “Café com o Presidente”, aquilo que o Presidente Lula fala para a imprensa nacional não condiz com a verdade.

Santa Catarina, o meu Estado, passa por uma crise jamais vista na sua história – e essa crise se estende por todo o País.

Tenho certeza absoluta de que esses dados, esses números vão deixar o Presidente em situação muito difícil nas próximas eleições. Qual é a proposta de governo que Lula vai apresentar à sociedade brasileira? Qual é a proposta de esperança para o País que o Presidente vai fazer nas próximas eleições, se tudo que prometeu não aconteceu? E, pior, encerrando o seu mandato, terminando o seu Governo, o Brasil vem pedindo socorro. São manifestações de toda ordem e

em todo lugar: é a agricultura, são as indústrias, é o comércio, é o trabalhador, são os Municípios, são os Estados; todos estão procurando o Governo. São os Governos estaduais pedindo os recursos a que têm direito em função da Lei Kandir. São os Governos municipais que não levam os recursos aprovados com emendas e aprovados no Orçamento. São os trabalhadores e os agricultores que vêem toda essa falácia do Governo ao dizer que tem recursos para solucionar o problema da agricultura, e nada acontece. São as indústrias sendo prejudicadas em função das altas taxas de juros.

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço um tempo para finalizar. (Pausa.)

Obrigado.

Em função da queda do dólar, as empresas têm de demitir e dar férias coletivas; o agronegócio está passando por dificuldades. Eu não sei se existe realmente uma assessoria que passa a verdade para o Presidente. Sua Excelência não deve estar percorrendo o Brasil onde há dificuldades, o Presidente está indo apenas a lugares em que existe uma claque para aplaudi-lo. Certamente, não estão deixando o Presidente ter contato com aqueles que estão realmente passando por dificuldades, que é a maioria do povo brasileiro. É preciso que o Presidente tenha informações mais claras; que o Presidente leia os jornais, os artigos; que o Presidente assista à televisão e que tenha contato com o povo para saber que Brasil Sua Excelência está governando. É um Brasil desesperado, pedindo clemência, para que sejam atendidas todas as áreas, todos os setores comerciais e industriais do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006, que altera a legislação tributária federal, modificando as

Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Relator revisor: Senador **Romero Jucá**

Prazo final: 15-6-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador **Luiz Otávio**

Prazo final: 15-6-2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador **Paulo Paim**

Prazo final: 23-6-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de*

Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador **Gilberto Mes-trinho**.

Prazo final: 23-6-2006

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República

ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator: Senador **Tasso Jereissati**.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam

Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator Senador Roberto Saturnino.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos

termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

15**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

16**REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, concluindo pela aprovação da matéria, na forma do requerimento que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, por até vinte minutos.

Os próximos oradores serão os Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço a palavra para me inscrever como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª está inscrito.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra para me inscrever como Líder do P-SOL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrita, como Líder do P-SOL.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Aelton Freitas, V. Exª está inscrito. Estamos falando da lista de Líderes. Posteriormente, teremos as breves comunicações. V. Exª vai falar como Líder? Por delegação da Liderança? Então, V. Exª está inscrito. Está registrado aqui.

Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem a palavra por até vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 11 DE MAIO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder do PFL. (Pausa.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encontro-me nas condições do art. 17, §2º, do Regimento Interno e gostaria de saber da possibilidade de ser considerada minha inscrição na eventual ausência de outros oradores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – A Presidência fica atenta à solicitação de V. Exª, Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, previamente inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, é impressionante como este Governo não cansa de nos surpreender. E seus integrantes, ao que parece, não aprendem com os erros cometidos e não se inibem em tomar medidas que poderão, inclusive,

ser contestadas mais à frente. O que acabo de dizer pode-se aplicar a várias coisas, mas quero reportar-me, hoje, a uma denúncia que recebi de aposentados do Banco do Brasil, que não andam nada satisfeitos com os rumos de seu fundo de pensão.

A pedido de entidades ou mesmo de pessoas físicas, tenho insistido em alertar para os desvios que vêm sendo cometidos pela direção da Previ, que, astutamente, deve permanecer à frente da instituição por mais um mandato, a se confirmarem as previsões sobre a eleição que ocorre ainda este mês.

Já ocupei a tribuna diversas vezes, já acionei o Tribunal de Contas e a Secretaria de Previdência Complementar – que, não vamos nos enganar, é uma aliada – para atos que são, no mínimo, temerários. Nada parece surtir efeito.

A tendência petista que toma conta de entidades e postos-chave nessa área criou uma verdadeira barreira que impede que as coisas sejam vistas e discutidas com clareza.

Questões relativas aos fundos de pensão estão, certamente, entre as mais complexas da atualidade – que o diga o Sr. Silvio Pereira, conforme sua própria entrevista de domingo passado –, sobretudo quando se trata de um fundo como a Previ, hoje o maior da América Latina e uma potência, em termos de investimento, comparável a pouquíssimos grupos no Brasil.

Quero chamar a atenção apenas para alguns fatos recentes. O Banco do Brasil fez publicar no dia 3 de maio “Fato Relevante” sobre acordo assinado no dia anterior com os sindicatos dos bancários do Rio, de São Paulo e de Brasília, com a anuência da Previ, que, embora aparentemente normal, encobre fatos intrigantes, Senador Sibá Machado.

Vejam: em primeiro lugar, quem assina a nota é o Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores, Aldo Luiz Mendes. Coincidentemente, Senador Almeida Lima, ele é Presidente do Conselho Deliberativo da Previ (em substituição a Henrique Pizzolato), Senador Jorge Bornhausen. Ou seja, ele está dos dois lados do balcão.

Em segundo lugar, os sindicatos estão desistindo de mandados de segurança impetrados por eles próprios, Senadora Heloísa Helena, contra ato da Secretaria de Previdência Complementar que já tinham sido acatados por decisão judicial. É grave, Senador Cristovam Buarque! Esses atos tornavam sem efeito a transferência de R\$2,3 bilhões das reservas da Previ para capitalizar o Banco do Brasil. E o Banco deixa claro, no item 4 do Fato Relevante, que já conta com a homologação da Secretaria de Previdência Complementar – veja a gravidade, Senador Geraldo Mesquita –, além de dar como certo que a desistência será aceita pelo Poder Judiciário.

Mas ainda há outras coisas estranhas, como a informação do item 5, relativa à redução de 40% da contribuição dos participantes e assistidos e do também patrocinador – ou seja, o próprio Banco do Brasil –, mediante utilização de parte do superávit no balanço da Previ. Como definiu um experiente ex-funcionário do Banco, a redução representa a economia de bilhões para o BB, enquanto aos funcionários ficam alguns reais, um pequeno agrado. O Banco, portanto, está ganhando nas duas pontas.

Essa decisão pode não apenas afetar as reservas no futuro, como, segundo análise de algumas dessas entidades de aposentados, estar eivada de irregularidades, contrariando, de início, a Lei Complementar nº 109 (art. 20, §2º). A lei diz que, para revisão do plano de benefício da entidade, são necessários três anos consecutivos de não-utilização da reserva especial, que foi constituída apenas no ano de 2005. Não ficou sem ser utilizada, portanto, pelos três anos previstos na referida lei.

Há notícias de que outros termos de acordo são igualmente nocivos, o que pode caracterizar má gestão, gestão temerária e dilapidação do patrimônio da entidade.

Meias verdades têm sido uma constante no discurso dos atuais dirigentes da Previ, por isso é preciso redobrar a atenção com essas novas decisões. A Previ alardeia, por exemplo, que a redução da chamada Parcela Previ foi aprovada recentemente por 81% dos associados. Só que, de um universo de 122 mil, apenas 51 mil compareceram. Ou seja, 70 mil sequer compareceram. A aprovação, na verdade, foi de 34% do total.

Pelo exposto é que venho, mais uma vez, apelar ao Tribunal de Contas, à Secretaria de Previdência Complementar – esta apenas para cumprir o papel, porque pouco efeito vai surtir –, também à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, para que examinem os fatos e documentos aqui apresentados e tomem as providências necessárias.

Finalizando, encaminho à Mesa, meu caro Diretor Carreiro, documentos sobre a matéria: a carta feita pelos funcionários que a assinam, Isa Musa de Noronha e Rui Brito de Oliveira Pedroza, relatando esses fatos e pedindo que esta Casa encaminhe com a maior brevidade possível ao Tribunal de Contas da União, à Secretaria de Previdência Complementar, à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que as apurações desses fatos sejam feitas e se encontrem meios de evitar um rombo no patrimônio público e, acima de tudo, um rombo no patrimônio dos funcionários do Banco do Brasil. Esses serão, com certeza, os grandes prejudicados se não houver um impedimento legal para sustar essa volúpia

com que se corre para o cofre dessa entidade de pres-tígio, que congrega quase 150 mil funcionários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Brasília, 10 de maio de 2006

A Sua Excelência
Senador Heráclito Fortes,

Com o Fato Relevante (anexo), sob o título “Infor-mações ao Mercado, Acordo Fundo Paridade Previ”, o Banco do Brasil, por seu Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores, e simultaneamente Presidente do Conselho Deliberati-vo da Previ, comunicou haver assinado em 2 de maio de 2006, Acordo com os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, com a anuência da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (item 1), nos termos e nas condições constantes dos itens 1 a 6 do aludido Fato Relevante.

O ato informado no Fato Relevante, aparente-mente normal e em sintonia com dispositivos legais que regem as relações entre Patrocinador e o Fundo patrocinado, encobre fato de extrema gravidade na medida em que subverte conceitos fundamentais da Previdência Complementar.

A desistência por parte das diretorias dos sindica-tos de bancários de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (item 2) dos mandados de segurança impetrados con-tra ato de 15-12-2000, do diretor fiscal nomeado pela Secretaria de Previdência Complementar constitui uma perigosa inversão até mesmo de valores morais.

Sim, porque os referidos mandados de segurança já tinham sido acatados por decisão judicial, tornando sem efeito a transferência de 2,3 bilhões de reais das Reservas da Previ para capitalizar o Banco via amori-zação de sua dívida, por violar o Artigo Terceiro, §§ 1º e 2º do Decreto nº 606/92. Acrescente-se ainda, que tais dispositivos foram convalidados pelo Artigo 20 e parágrafos da LC nº 109/2001.

Também grave o contido no item 4, revelador de que o Banco conta com a homologação desse Acordo pela Secretaria de Previdência Complementar e revela a implícita certeza de que os pedidos de desistência dos mandados de segurança serão acatados pelo Ju-diciário. Se a Secretaria de Previdência Complementar homologar esse ilegal Acordo, o que não acreditamos, estará cometendo ato típico de abuso de autoridade, sujeitos seus titulares às sanções legais previstas no Estatuto do Servidor Público.

Mais grave ainda é a informação contida no item 5, relativa à redução de 40% da contribuição dos parti-cipantes e assistidos e do Patrocinador mediante utili-zação de parte do superávit no balanço da Previ.

Fique claro que somos favoráveis à melhoria dos benefícios a exemplo da redução das contribui-ções desde que isso não afete no futuro as Reservas garantidoras do pagamento dos benefícios. Acontece que não é essa a expectativa, pois a redução de con-tribuições anunciada agride frontalmente o Artigo 20, Parágrafo Segundo da LC nº 109/2001, pois somente ao final do exercício de 2005 foi constituída a Reser-va Especial para Revisão do Plano e esta só poderá ser utilizada para redução de contribuições se não for utilizada até três anos. Mais: há veementes indícios de que os fabulosos superávits técnicos registrados pela Previ não correspondem aos reais resultados auferi-dos pela entidade.

Por tais motivos, solicitamos a Vossa Excelência a adoção de providências para a rigorosa apuração dos fatos acima apontados tendo em vista que a sua proce-dência caracterizará o resultado de má gestão, de gestão temerária e de dilapidação do patrimônio da Entidade.

Além do impacto negativo que esse acordo acar-retará ao patrimônio da Previ, acrescente-se, ainda, os cerca de cinco bilhões e cem milhões de reais sub-traídos de suas reservas em dezembro de 1997, para capitalizar o patrocinador, cujo valor corrigido, em ja-neiro de 2006, totalizava dezenove bilhões e cento e três milhões de reais.

Pois foi exatamente assim que sucessivos gover-nos no passado, desviando fabulosos recursos das re-servas garantidoras da Previdência Social, conduziram o Sistema Previdenciário à situação de insolvência em que ainda se encontra.

Por oportuno, anexamos ao presente, a correspon-dência encaminhada à Procuradoria da República por nosso colega, Carlos Arlindo de Souza Martins, assim como o artigo intitulado “Previ: superávits, negócios e decisões temerários” do colega José Anchieta Dantas, ambos analisando as inconsistências e irregularidades constatadas na apuração dos resultados ostentados pela Previ, ambos, como os signatários, aposentados no gozo de benefícios da Previ.

Finalmente, pedimos vênica para sugerir-lhe que solicite ao Banco do Brasil cópia do Acordo de 2-5-2006, aqui tratado a fim de que o conhecendo possa Vossa Excelência melhor avaliar as suas consequên-cias negativas para o cumprimento dos compromissos assumidos pela Previ.

Antecipadamente gratos pela atenção que Vossa Excelência dispensar a esta comunicação que é mais um grito de alerta voltado para o futuro, firmamo-nos.

Atenciosamente, – **Isa Musa de Noronha, Ruy Brito de Oliveira Pedroza.**

Fortaleza (CE), 5 de maio de 2006

JOSÉ ANCHIETA DANTAS – Av. Eng. Santana Jr. 1345, AP 702 B – Papicu – Fortaleza (CE), tels. 85 30863192, 85 99252543.

PREVI : SUPERÁVIT, NEGÓCIOS E DECISÕES TEMERÁRIOS.

É um equívoco apresentar o bilionário superávit da Previ, R\$ 19 bilhões, como prova de uma administração financeira eficiente e de isenção de negócios e decisões temerários. Uma análise desse impressionante resultado leva à conclusão de que este não é fruto de eficácia. Significativa parcela origina-se de reavaliações de ativos, a valores futuros, isto é, investimentos são valorados por possíveis quantias que possam alcançar no futuro. Por que essa antecipação incerta submetendo os recursos garantidores de aposentadorias e pensões a estimativas? Por que não pelo quantum que o mercado estipula na época presente? É uma prática imprudente e de alto risco, além de questionável legalmente. Essa ilegalidade e possível informação incorreta para mais de quantidade de ações (da CVRD para justificar que a reavaliação da Litel é conservadora) estão sendo examinadas pelo TCU. Esse processo acrescentou ao valor da Litel cerca de R\$ 7,5 bilhões em dezembro de 2004 e mais R\$ 2 bilhões à Neoenergia e à CPFL em dezembro de 2005. São aumentos apenas contábeis, pois suas quantificações são estimativas para o futuro.

Esse superávit está ainda inflado pelo não aprovisionamento de R\$ 3 bilhões referentes a uma autuação da Receita Federal. Ora, a boa administração financeira aconselha fazerem-se provisões para possíveis perdas. E se estas estão sob julgamento judicial é porque a outra parte entende que também tem razão. A parcela restante do superávit é resultado do ótimo desempenho da bolsa de valores, performance essa que independe de qualquer esforço dos administradores, principalmente considerando que estes não movimentaram recursos em busca de melhores rendimentos, pois as aplicações da Previ em renda variável estão estagnadas em papéis de pouquíssimas empresas e setores da economia. Essa concentração contraria a mais elementar regra de segurança do mercado: a diversificação. Só existe uma explicação para a formação de superávits por estimativas e decisões temerárias: repassar recursos para o BB. O passado é um exemplo. Atualmente já se confirma outra dívida: sindicatos que tinham entrado com ação judicial para que o BB não se apropriasse do fundo paridade, atualmente em torno de R\$ 6 bilhões, vão retirar essa demanda, em troca da concordância do Banco em reduzir a Parcela Previ. A recente redução de contribuições representa também economia de bilhões para o Banco. Transferem-se bilhões para o BB e alguns reais para os associados. Quanto aos negócios temerários, não encontramos explicações. As de que são operações de baixo risco não são suficientes pois esse baixo risco faz parte das obrigações administrativas dos responsáveis. Necessárias são as justificativas da oportunidade desses negócios e das remunerações muito questionáveis.

Dos negócios temerários pode-se pinçar os seguintes :

a) acordo com o Citibank, firmado em 9.3.2005, para compra de ações da Brasil Telecom, entre novembro de 2007 e novembro de 2008. Por esse ajuste a compra desses papéis será ao preço de R\$ 93,00 por ação.

Existem informações de que essa cotação foi calculada a uma taxa de câmbio de R\$ 2,80 por dólar. Por que ? se em março / 2005 a taxa de câmbio comercial PTAX (média mensal de venda) já estava em perspectiva der baixa, cotada a R\$ 2,70 ? Além disso o valor desse contrato é corrigido pelo IGP-DI mais 5% de juros ao ano. Agravando mais ainda a situação. O presidente da Previ em depoimento à CPI do mensalão em agosto / 2005 informou que se esse acordo não fosse feito os investimentos da Previ na Brasil Telecom virariam pó. Será que esse desvantajoso acordo era a única solução ? Acredito que não., pois o BB e o governo (mediante a SPC) também têm responsabilidade na questão, pois por falta de concordância destes tal conciliação é nula. Quantos milhões a Previ tem empatados na Brasil Telecom ? Esses milhões estão em um bolo em um fundo de renda variável;

b) compra de debêntures da CCR – Cia de Concessões Rodoviárias, no valor de R\$ 13,75 milhões, com 3,1 anos de prazo médio, remuneração de 105 % do CDI e da Brasken, R\$ 19,8 milhões, prazo de 5 anos, remuneração de 104,1%. Duas questões aqui devem ser levantadas. A primeira é por que tais operações foram feitas com o CDI em cenário de baixa, o que se confirmou e a segunda, por que a de prazo maior é de rendimento menor. Quando quanto maior o prazo maior o risco? Além disso adquiriu ainda mais debêntures da Paranapanema. A que prazo e remuneração? Tudo indica que esta compra foi para ajuda financeira.

Quanto a decisões temerárias, a mais recente foi a redução de contribuições do plano de benefícios 1. É inexplicável, pois é ilegal e oferece um alto risco. É ilegal porque contraria frontalmente a Lei Complementar 109, Art. 20, Parágrafo segundo. Este determina claramente que são necessários 3 anos consecutivos de não utilização da Reserva Especial (não confundir com superávit). Ora o primeiro ano de formação dessa reserva foi 2005. É de alto risco porque as receitas do Plano 1 já estão menores do que os pagamentos de aposentadorias e pensões e o Banco suspendeu as suas amortizações referentes a sua dívida para com o grupo 1967, por força do aditivo ao contrato de 1997. Outra decisão de alto risco é a retroatividade da redução da Parcela Previ para dezembro de 2005. Essa retroatividade abre o precedente para o entendimento de que esta não deve ser parcial e sim a partir da vigência da PP.

Informações ao mercado

Acordo Fundo Paridade Previ

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com a Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e em complemento aos Fatos Relevantes e Comunicado divulgados em 19.12.00, 10.04.01, 16.04.01 e 30.11.05, o Banco do Brasil comunica que:

1. Foi assinado, em 02/05/2006, com a anuência da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, acordo com os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.
2. Com esse acordo, as entidades sindicais desistirão dos mandados de segurança impetrados contra a decisão, de 06/04/2001, do Diretor Fiscal, nomeado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

3. Os referidos mandados de segurança tinham sido acatados parcialmente, tornando sem efeito a transferência dos valores do saldo de reservas vinculado ao Plano de Benefícios nº 01 da Previ para a conta "reservas a amortizar". No aguardo da solução da pendência, a Previ optou por aprovisionar esses valores na rubrica contábil "Fundo Paridade".
4. O resultado do BB terá impacto positivo de aproximadamente R\$ 880 milhões, líquidos de impostos, em função do acordo, cuja eficácia ocorrerá somente após homologação pela Secretaria de Previdência Complementar das alterações no Plano de Benefícios nº 01 e protocolo das desistências dos mandados de segurança junto ao poder judiciário.
5. Paralelamente, no âmbito do Plano de Benefícios nº 01, foi aprovada a redução de 40% da contribuição dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil), como consequência da utilização de parte do superávit apurado no balanço da Previ.
6. Cabe ressaltar que, diferentemente dos impactos do Fundo Paridade a redução das contribuições futuras mencionada no parágrafo anterior não implica efeito imediato no resultado, tendo em vista a existência, na contabilidade do Banco, de ativo representativo de ganho atuarial calculado segundo as regras da Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000, cuja amortização será iniciada a partir do mês em que for implantada a efetiva redução de contribuições.

Brasília (DF), 03 de maio de 2006.

Aldo Luiz Mendes

Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores

Data de criação em 03/05/2006 às 09h30

Autor: Gerência de Relações com Investidores

TRANSCRIÇÃO LITERAL DO:

“ACORDO RELATIVO AO PLANO DE BENEFÍCIOS Nº 1, CELEBRADO ENTRE, DE UM LADO, OS SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO E, DE OUTRO, BANCO DO BRASIL S.A., COM ANUÊNCIA DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA (SEEB DF), inscrito no CNPJ sob o nº 00.720.771/0001-53, com sede na EQS 314/315, em Brasília (DF);

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO (SEEB SP), inscrito no CNPJ sob o nº 61.651.675/0001-95, com sede na Rua São Bento, 413, em São Paulo (SP);

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO (SEEB RJ), inscrita no CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, com sede na Avenida Presidente Vargas, 502, 21º andar, no Rio de Janeiro (RJ) e;

BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede no Setor Bancário Sul, quadra 01, Bloco G, Ed Sede III, 24º andar, em Brasília (DF);

Todos devidamente representados na forma de seus respectivos estatutos sociais, adiante denominados simplesmente “SEEB DF, SP E RJ” e “BANCO DO BRASIL”, individualmente referidos também como “PARTE” e em conjunto como “PARTES”,

E, na qualidade de anuentes,

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.754.482/0001-24, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, 4º andar, Rio de Janeiro (RJ), neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada PREVI; e

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, inscrita no CNPJ sob o nº 37.137.973/0002-68, com sede na Praça da República, 468, 3º andar, em São Paulo (SP), neste ato representada na forma de seu estatuto, doravante denominada CNTIF.

CONSIDERANDO que:

- (a) em 06.04.2001, o Diretor Fiscal da PREVI nomeado pela Portaria SPC nº 809/00 expediu determinações relativas às reservas técnicas vinculadas ao Plano de Benefícios nº 01, dentre elas o item “e”: “CREDITAR NA CONTA RESERVAS A AMORTIZAR; o saldo de reservas marcado em nome do patrocinador, existentes em 15.12.2000 (R\$ 2.273,4 milhões) para amortizar contribuições futuras do patrocinador, decorrente de acordo firmado entre as partes em 24.12.1997 e aditado em 09.01.1998. (...)”
- (b) em face do referido ato, os SEEB DF, SP e RJ impetraram os Mandados de Segurança nº 2001.34.00.012545-6 (14º Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília – DF); 2001.34.00.011014-3 (13º Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília – DF); e 2001.34.00.022608-7 (13º Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília – DF),

respectivamente, nos quais houve a concessão de decisões liminares para sustação do ato impugnado.

- (c) nos referidos Mandados de Segurança houve a concessão parcial da segurança de modo a tornar sem efeito a transferência dos valores do saldo de reservas vinculado ao Plano de Benefícios nº 01 para a conta “reservas a amortizar”, restando recursos pendentes de julgamento pelo E. Tribunal Federal de Recursos da 1ª Região.
- (d) em razão de princípios contábeis a PREVI optou por aprovisionar os valores nas rubricas contábeis “Fundo Paridade” cujo montante em 30 de novembro de 2005 era de R\$ 6.068.452.188,49, assim distribuídos:

Fundo Paridade – Patrocinadora BB – Liminar 13ª Vara Federal	R\$ 5.083.783.794,76
Fundo Paridade – Contribuintes BB	R\$ 838.604.061,63
Fundo Paridade – Outros Contribuintes	R\$ 146.064.332,10
Total do Fundo Paridade	R\$ 6.068.452.188,49

- (e) a situação econômico-financeira do Plano de Benefícios nº 01 em 30.11.2005 apresentava-se da seguinte forma: R\$ 46,7 bilhões de reservas matemáticas ; R\$ 14,68 bilhões de reservas de contingência, conforme Nota Técnica Atural anexa.
- (f) as PARTES têm interesse em encontrar uma solução para uma melhor utilização dos valores alocados no Fundo Paridade de forma a atender aos objetivos primordiais do plano de previdência, a partir de premissas estipuladas de comum acordo e em consonância com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- (g) os participantes do Plano de Benefícios nº 01 manifestaram interesse, por meio de suas entidades representativas em todo país, na revisão do respectivo Plano especialmente no que diz respeito à melhoria dos benefícios, com a revisão do valor da “Parcela Previ” utilizada para cálculo dos mesmos, inclusive do “Benefício Mínimo”.
- (h) O BANCO DO BRASIL tem interesse na referida revisão, em razão dos impactos positivos em sua Política de Recursos Humanos;
- (i) a revisão do Plano de Benefícios nº 01 na forma pretendida implica um alinhamento do plano aos seus objetivos;
- (j) a proposta do presente acordo foi submetida ao debate e à votação dos participantes e assistidos do Plano de Benefícios nº 01, por meio de consulta organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Instituições Financeiras (CNTIF) e pela Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, efetuada entre os dias 21.11.2005 e 29.11.2005 pelos sistemas eletrônicos da própria PREVI e do BANCO DO BRASIL, nos seguintes termos: “Você concorda com o acordo que a) reduz a Parcela Previ para R\$ 1.468,21; b) eleva o benefício mínimo para R\$ 587,28; c) revisa a partir da implantação da nova PP, os benefícios concedidos após 1997; d) usa cerca de 2/3 do Fundo Paridade para melhoria dos benefícios e 1/3 para amortização de contribuições futuras do BB?”;
- (k) a consulta referida, devidamente auditada, alcançou os seguintes resultados: 81,26% concordaram; 11,86% discordaram; 3,43% votaram em branco; e 3,45 votaram nulo, conforme documentos anexos;
- (l) os SEEB DF, SP e RJ estão respaldados pela manifestação ampla e incontestada de seus representados abrangidos direta ou indiretamente pelo presente acordo, aos quais foi

dada ampla condição de conhecer, debater e votar os termos fundamentais deste instrumento:

- (m) em atendimento aos interesses dos participantes e assistidos, conforme item “g” retro, será promovida a revisão do Plano de Benefícios nº 01 na forma pretendida o que implicará alterações nos art. 17, 28, 31, 34 e 37 do respectivo Regulamento com vigência nos termos do presente Acordo, visando a redução do valor da Parcela Previ prevista no art. 17 do Regulamento do Plano de Benefícios nº 01, para R\$ 1.468,21 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos), em 01.12.2005, e à elevação do valor do Benefício Mínimo, previsto no parágrafo único dos art. 28, 31, 34 e 37 do mesmo Regulamento, para 40% (quarenta por cento) do valor da Parcela Previ e 40% (quarenta por cento) do SRB, resultando, naquela data, no valor de R\$ 587,28 (quinhentos e oitenta e sete reais, vinte e oito centavos);
- (n) o custo estimado da referida alteração regulamentar, a ser aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, é de R\$ 3.841.197.766,85 (três bilhões, oitocentos e quarenta e um milhões, cento e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), em 30.11.2005, ficando preservado o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano de Benefícios nº 01, conforme Nota Técnica Atuarial anexa (LC 109, de 2001, art. 18 §2º);
- (o) o BANCO DO BRASIL obteve as devidas autorizações para celebração do presente Acordo conforme documentos anexos;
- (p) a revisão do Plano de Benefícios nº 01, de que trata o item (m), foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI, em 09 e 10 de março de 2006, e pelo patrocinador BANCO DO BRASIL, em 20 de fevereiro de 2006, e será submetida à homologação da Secretaria de Previdência Complementar, conforme documentos anexos;

as PARTES resolvem firmar o presente Acordo, nos termos das cláusulas a seguir:

Cláusula PRIMEIRA – Os SEEB DF, SP e RJ comprometem-se a apresentar DESISTENCIA dos Mandados de Segurança identificados no item (b) acima, de modo a extingui-los sem julgamento de mérito (CPC, art. 267, VII).

Parágrafo PRIMEIRO – As PARTES e a PREVI envidarão todos os esforços com vistas a superar qualquer obstáculo que retarde ou impeça a extinção dos mandados de segurança relacionados no item (b) acima requerendo o que necessário for para a extinção dessas ações.

Parágrafo SEGUNDO – A obrigação prevista no Parágrafo anterior deverá ser observada a partir da data da celebração do presente Acordo e até a efetiva extinção dos mandados de segurança relacionados no item (b) acima.

Parágrafo TERCEIRO – As PARTES e a PREVI renunciaram expressamente à faculdade prevista no art. 15 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, quanto às pretensões e direitos deduzidos dos mandados de segurança relacionados no “desta Cláusula e seus respectivos efeitos patrimoniais.

Cláusula SEGUNDA – Será transferido da rubrica contábil “Fundo Paridade – Patrocinador BB – Liminar 13ª Vara Federal” para a rubrica contábil “Contribuições Amortizantes Antecipadas” o valor de R\$ 5.083.783.794,76 (cinco bilhões, oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos), atualizado até 30.11.2005, em cumprimento ao item “e” da determinação do Diretor Fiscal.

Parágrafo ÚNICO – Os valores provisionados nas rubricas contábeis “Fundo Paridade – Contribuintes BB”, e “Fundo Paridade – Outros Contribuintes”, no montante de R\$ 984.668.393,73 (novecentos e oitenta e quatro milhões, seiscientos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e três centavos), atualizado até 30.11.2005, será utilizado para custeio das alterações regulamentares referidas nos itens (m) e (n) dos considerandos acima, observado o disposto na Cláusula SEXTA deste Acordo.

Cláusula TERCEIRA – O BANCO DO BRASIL autoriza a PREVI a utilizar, da conta citada no “caput” da cláusula anterior, o valor de R\$ 2.856.529.373,12 (dois bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e três reais e doze centavos), atualizado até 30.11.2005, também para custeio das alterações regulamentares referidas nos itens (m) e (n) dos considerandos acima, observado o disposto na Cláusula SEXTA deste Acordo.

Cláusula QUARTA – O saldo remanescentes da operação indicada na Cláusula TERCEIRA, no montante de R\$ 2.227.254.421,54, (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos), atualizado até 30.11.2005, manter-se-á atualizado conforme art. 20 do Regulamento do Plano de Benefícios nº 01.

Parágrafo PRIMEIRO – O valor a que se refere o “caput” poderá ser utilizado, a critério do BANCO DO BRASIL, para amortização do passivo previdenciário relativo ao Plano de Benefícios nº 01 junto à PREVI ou para redução de suas contribuições relativas ao mesmo Plano.

Parágrafo SEGUNDO – Esgotado o saldo da rubrica contábil, mediante sua utilização nos termos desta Cláusula, o BANCO DO BRASIL considerará quitado seu crédito perante a PREVI resultante do presente Acordo.

Cláusula QUINTA – A diferença entre o valor global constante do considerando “d” apurado em 30.11.2005, e aquele apurado na data da efetivação das transferências será distribuída na mesma proporção existente entre os valores constantes das cláusulas quarta e do considerando “n” com relação ao valor global constante do considerando “d”.

Cláusula SEXTA – A anuente PREVI deverá promover as alterações regulamentares referidas nos itens (m) e (n) dos considerandos acima, com as quais manifesta-se favoravelmente o BANCO DO BRASIL, em atenção ao parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 2001, observado o contido nos parágrafos a seguir:

Parágrafo PRIMEIRO (vigência dos novos valores da parcela previ e do benefício mínimo) – Os novos valores da Parcela Previ e do Benefício Mínimo previstos no item (m) dos considerandos acima, passarão a vigor a partir de 01 de dezembro de 2005, conforme as alterações do Regulamento do Plano de Benefícios nº 01, ali referidas, e serão aplicados aos novos benefícios concedidos a partir daquela data.

Parágrafo SEGUNDO (revisão dos valores dos benefícios concedidos) A partir da implantação do novo valor da Parcela PREVI, a PREVI efetuará novo cálculo dos benefícios em manutenção, que tenham sido concedidos a partir de 24.12.1997, nos termos e critérios da revisão de benefícios aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da PREVI, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da implementação de todas as condições suspensivas previstas na Cláusula SÉTIMA.

Parágrafo TERCEIRO (irretroatividade) – Os valores dos benefícios que resultarem da revisão a que se refere o presente Acordo serão devidos somente a partir da data prevista no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, não gerando, aos participantes, assistidos ou beneficiários do Plano de Benefícios nº 01, efeitos retroativos ou quaisquer direitos antes daquela data.

Cláusula SÉTIMA – Estabelecem as PARTES que a eficácia do presente Acordo, em todos os seus termos. Está sujeita às seguintes condições suspensivas:

I – a concordância da Secretaria de Previdência Complementar quanto às alterações regulamentares referidas na Cláusula SEXTA acima;

II – protocolização dos pedidos de desistência dos Mandados de Segurança conforme Cláusula PRIMEIRA.

Brasília, 18 de março de 2006.”

Assinam:

Jacy Afonso de Melo – Presidente do Sindicato dos Empregados Em Estabelecimentos Bancários de Brasília

Luiz Cláudio Marcolino – Presidente do Sindicato dos Empregados Em Estabelecimentos Bancários de São Paulo

Vinicius de Assumpção Silva – Sindicato dos Empregados Em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro

_____ BANCO DO BRASIL S.A.

Anuentes:

Sérgio Ricardo Silva Rosa – Presidente da PREVI

Vagner Freitas de Moraes – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Instituições Financeiras – CNTIF.

(obs.: a cópia que recebi não veio assinada)

São Paulo (SP), 03 de maio de 2006.

Ao DD. Procurador da República
Dr. PETTERSON DE PAULA PEREIRA
Procuradoria da República no Distrito Federal
SGAS Quadra 604 – Via L2 Sul, Lote 23, Gab. 110
CEP-70200-640 – BRASÍLIA (DF)

Prezado Senhor.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL(PREVI) – A marginada, no exercício de 2004, apresentou um Superávit de R\$9,7 bilhões, baseado na valorização dos ativos, questionável de modo especial a reavaliação das ações da LITEL Participações S. A.

A PREVI no Encarte Demonstrações Contábeis 2004, Página 11, Notas Explicativas 6.2.2 Renda Variável consta o seguinte: “Com base na Resolução CGPC n° 4, de 30/01/02, e na Instrução CVM n° 340, de 29/06/00, foi realizada em 2004 avaliação econômica da LITEL Participações S. A., acionista da Valepar, controladora da Cia. Vale do Rio Doce, cujas ações se encontram registradas nos fundos de investimentos exclusivos BB Carteira ATIVA E BB Renda Fixa IV e na Carteira Própria, no valor de R\$11.761.554 mil”. (Doc. 02)

No DAIEA 4° trimestre de 2004 consta: (Doc. 03)

RENDA VARIÁVEL – 16 – Ações à Vista

Cia. Vale do Rio Doce - Ações PN	9.483.300,0000	R\$602.948.214,00
Cia. Vale do Rio Doce – Ações ON	15,0000	R\$ 1.135,05
Litel Participações S.A- Ações PN	146,0000	R\$ 7.730,70
Litel Participações S.A. Ações ON	22,0000	R\$ 1.164,90

No Informativo PREVI, Ano 14 n° 104, Mar/Abr. 2005, página 4, (Doc. 04) item 7 – Reavaliação da LITEL (Vale do Rio Doce) foi aprovada pelo Conselho. A PREVI participa de um fundo da BB-DTVM que detém ações de uma empresa chamada LITEL Participações S. A. A LITEL, por sua vez, é acionista da Valepar, holding que controla a Cia. Vale do Rio Doce. Ainda na mesma página consta o seguinte: “Observa-se que o Plano 1 da PREVI, possui, INDIRETAMENTE, 183.582.513 AÇÕES ON, da Cia. Vale do Rio Doce, que são 24,48% do total de ações ON da empresa. Esta quantidade equivale a 15,75 do capital total da Vale.”

Como se constata, são conflitantes os dados mencionados nos três documentos da própria PREVI. É oportuno ressaltar, também, que a abordagem da matéria sobre a reavaliação da LITEL Participações S. A., em três documentos da própria Entidade, não tem uniformidade na comunicação, propiciando entendimentos e interpretações diferentes.

Ainda, a propósito das discrepâncias na documentação da PREVI, é oportuno assinalar, também, o que consta do Relatório Anual 2004, (Doc. 05) página 21 “Reavaliação da Cia. Vale do Rio Doce”, § 3º: “A avaliação foi realizada em novembro de 2004, pelo Unibanco, e refletiu o excelente desempenho da CVRD, o que elevou o valor de nossa participação para R\$11,76 bilhões e representou acréscimo de R\$3,4 bilhões em relação ao último valor contabilizado.”

Ocorre que, a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/02 e a Instrução CVM nº 340, de 29/06/00, facultam avaliação econômica para ações não cotadas na Bolsa de Valores. Entretanto, é a própria Entidade que no Informativo PREVI, Ano 14 nº 104, Mar/Abr. 2005, afirma que participa de um fundo da BB-DTVM que detém ações de uma empresa chamada LITEL. O participante de um fundo da BB-DTVM ou de qualquer Banco ou Distribuidora de Valores, possui QUOTAS E NÃO AÇÕES. Assim, salvo melhor interpretação, QUOTAS não podem e nem devem ser reavaliadas com base na Resolução CGPC nº 4 e Instrução CVM nº 340.

A PREVI, conforme o DAIEA do 4º trimestre 2004, (Doc. 03) possui ações da LITEL Participações S. A. PN em número de apenas 146,0000 no valor R\$7.730,70 e ações ON em número de apenas 22,0000 no valor de R\$1.164,90. Essas quantidades, efetivamente, poderiam ser reavaliadas, por serem de propriedade da Entidade.

Aliás, é a própria PREVI que, conforme assinalado anteriormente, no Relatório Anual 2004, página 21 (Doc. 05), declara - “REAVALIAÇÃO DA CIA VALE DO RIO DOCE – a avaliação foi realizada em novembro 2004, pelo Unibanco...” As ações da CVRD como são cotadas diariamente nas Bolsas de Valores do País, não poderiam ter avaliação econômica.

Relativamente a LITEL Participações S. A., para análise da matéria, anexo à presente cópias dos seguintes documentos: Correspondências enviadas pelo signatário à PREVI, não respondidas, bem como expedientes remetidos e recebidos da Comissão de Valores Mobiliários, a saber:

- Doc. 01 - PREVI - Notícias Diárias – Resultados Concretos
- Doc. 02 - PREVI - Demonstrações Contábeis 2004 (Página 11)
- Doc. 03 - PREVI - DAIEA 4º Trimestre 2004 (Encarte Boletim PREVI - Pag. 4)
- Doc. 04 - PREVI - Informativo Ano 14 – nº 104 – Mar/br. 2005 (página 4)
- Doc. 05 - PREVI - Relatório Anual 2004 (página 21)
- Doc. 06 - PREVI – Demonstrações Contábeis 2004 (página 8)
- Doc. 07 - Correspondência para PREVI datada de 03.08.2005
- Doc. 08 - Correspondência para PREVI datada de 02.06.2005
- Doc. 09 - Correspondência para CVM datada de 05.09.2005
- Doc. 10 - OFÍCIO/CVM/SOL/GOI-2/Nº 0384/05, datado de 03.11.2005
- Doc. 11 - Comunicado “A PREVI QUE VOCÊ DESCONHECE” nº 3 - Abril/2006

Atenciosamente

Carlos Arlindo de Souza Martins



[Institucional](#) [Investimentos](#) [Notícias e Publicações](#) [PREVI Futuro](#) [Imprensa](#) [Social](#) [Downloads](#) [Verificar](#)

PREVI » Notícias » Notícias Diárias » 20050712 Resultados Concretos

Os resultados concretos da PREVI são mais fortes que boatos e insinuações

Algumas pessoas e alguns órgãos de Imprensa têm feito um grande esforço para colocar a PREVI e outros fundos de pensão no centro dos escândalos políticos que estão sendo investigados pelas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs).

O leitor atento dos jornais pode verificar que nenhum fato concreto, nenhum indício sério e consistente, nada de relevante foi de fato apresentado para comprovar a tese de que a PREVI e outros fundos de pensão tenham cometido qualquer ato ilícito que atentasse contra o patrimônio dos seus participantes ou que vinculasse suas operações com os fatos sob investigação.

As tentativas de imputar operações suspeitas e ilegais à PREVI têm ido da mais absoluta mentira até a mais absoluta confusão de fatos e eventos. A tática utilizada tem sido a de levantar fatos isolados, relacioná-los de forma tendenciosa e criar assim uma grande aura de suspeição, quando não de acusação definitiva através de sutilezas editoriais. Tudo isso faz lembrar uma antiga campanha publicitária de um grande jornal, cujo slogan principal dizia o seguinte: "É possível dizer um monte de mentiras falando apenas a verdade".

Aplicações e participações verdadeiras e legais são descritas como se representassem a ligação com outros fatos totalmente desconectados; cartas e declarações são tiradas do seu contexto e distorcidas; eventos administrativos menores e debates internos dos fundos são trazidos à tona com a mesma dimensão que se utiliza para falar de movimentações financeiras milionárias; negócios do passado, já explorados e explicados voltam a ser apresentados como se fossem a revelação de algo que estivesse escondido; relações profissionais e pessoais antigas e sobejamente conhecidas são apresentadas como a prova de uma conspiração.

Até mesmo investimentos excepcionalmente bem sucedidos e mil vezes analisados são apresentados de forma distorcida, sem a menor preocupação em oferecer a informação correta, deixando ao fim das matérias aquelas linhas de dúvida, suspeita, quando não a conclusão implícita de que também ali as "coisas não cheiram bem".

Direito à informação é uma coisa legítima. Maldade e manipulações devem ser rejeitadas

Queremos deixar claro que nós entendemos perfeitamente que nossos associados e a sociedade têm o direito de cobrar explicações e de serem esclarecidos sobre os fatos relevantes que envolvem a PREVI. Se há dúvidas, estamos prontos a prestar todas as informações pertinentes. Muitos jornalistas têm nos procurado, fazendo seu trabalho honesto, e têm sido atendidos da melhor forma possível. E temos que reconhecer que muitos veículos de informação têm dado um tratamento equilibrado e independente aos fatos e informações. Afinal, o mínimo que podemos esperar é que haja respeito pelas instituições e pelas pessoas, tratando-se cada fato dentro da sua devida dimensão, e evitando conclusões antes que qualquer coisa seja provada.

A PREVI tem uma história e merece respeito

- A PREVI tem 101 anos de existência e mais de 150 mil associados/participantes.

A PREVI paga mais de R\$ 4 bilhões de benefícios a cada ano e nunca atrasou um único dia seus compromissos.

A PREVI administra um patrimônio de mais de R\$ 70 bilhões e tem enormes responsabilidades a cumprir em função disso.

A PREVI participa em grau maior ou menor de mais de 100 empresas brasileiras, que dependem em algum nível do posicionamento e ação da PREVI no curso de suas operações.

A PREVI tem dezenas de sócios, entre os maiores grupos econômicos do país e do mundo.

A PREVI tem cerca de 600 funcionários concursados, muitos com mais de 20 anos de serviços prestados ao Banco do Brasil e à PREVI, com carreiras brilhantes e sujeitas à permanente avaliação.

A PREVI tem dezenas de colaboradores externos, prestadores de serviços em diferentes áreas, que mantêm uma parceria profissional com a PREVI relevante para ambos os lados. Nós nos preocupamos com tudo isso. Nos preocupamos com nossos associados e com nosso patrocinador, com nossos sócios, nossos funcionários, nossos parceiros. Respeitamos a todos e queremos que todos continuem a ter orgulho de se relacionar com a PREVI.

Resultados concretos em todas as áreas são espelho da gestão

A PREVI tem apresentado resultados concretos, visíveis, materiais, que são bons para os beneficiários diretos da PREVI e para o País como um todo.

A PREVI apresentou um superávit de R\$ 9,7 bilhões ao final de 2004. Um superávit consistente, baseado na valorização dos ativos de sua carteira, demonstrado em um balanço largamente publicado, auditado e aprovado por unanimidade em todas as instâncias que deveriam fazê-lo.

A PREVI tem contribuído para transformar as empresas das quais participa em líderes nos seus mercados.

A PREVI é a maior acionista da CVRD, primeira empresa brasileira a alcançar a classificação de "grau de Investimento" (ou Investment grade) da agência Moody's. É o reconhecimento da solidez e do elevado grau de governança e segurança da empresa. A PREVI cumpriu um papel relevante nesta conquista, desde a privatização, passando pelo descruzamento de ações com a CSN, a implantação de um modelo de governança, a definição de um planejamento estratégico de longo prazo e o exercício firme dos planos aprovados.

A PREVI é acionista da Embraer, uma empresa de tecnologia de ponta, sucesso em lançamento de novos produtos e um "case" da aviação mundial.

A PREVI e outros fundos de pensão são controladores da Perdigão, que vem crescendo sem parar, a taxas superiores ao PIB, a 10 anos seguidos.

A PREVI e outros fundos de pensão são acionistas de duas empresas líderes do setor de energia, com os melhores indicadores de eficiência e de prestação de serviços, em parceria com sócios nacionais e internacionais.

A PREVI participou da reestruturação de empresas como a Tupy, Kepler Weber, Paranapanema, Brasil Ferrovias e outras, gerando valor.

empregos, investimentos e lucros. A PREVI está entre as instituições líderes do movimento pela melhoria da Governança Corporativa no Brasil, obtendo reconhecimento nacional e internacional, participando de fóruns onde mostra suas experiências e atrai investimentos para as empresas e para o país.

A participação da PREVI nestas empresas nem de longe representa "a estatização" das mesmas. A PREVI é uma entidade jurídica de direito privado, e tem-se orientado inteiramente pelas melhores práticas do mercado. A PREVI tem estimulado e contribuído para que as empresas evoluam no sentido daqueles níveis de governança diferenciados do Bovespa (Nível 1, 2 e Novo Mercado) e aumentem a sua base de acionistas através da abertura do capital.

A PREVI discute e pratica a Responsabilidade Social

A PREVI se envolve totalmente com o tema da Responsabilidade Social. Desde 1999, a PREVI edita seu Relatório de Responsabilidade social em conjunto com as empresas participadas. O projeto Berimbau, realizado em parceria com a Fundação Banco do Brasil, foi destacado pela ONU como modelo de ação para a geração de emprego e renda.

Recentemente a PREVI foi convidada, também pela ONU para integrar um grupo de cerca de 20 instituições que vão discutir um manual de Princípios de Investimentos Responsáveis.

A PREVI desenvolve, através da Abrapp, processo permanente de discussão sobre a Responsabilidade social nas ações e investimentos dos fundos de pensão.

Profissionalismo e dedicação são marcas

Os dirigentes da PREVI têm trabalhado com o máximo de profissionalismo, dedicação e transparência, e os resultados estão aí. São resultados não só em termos de números, mas em termos de ações, conceitos, posicionamento e reconhecimento. Não temos a pretensão de estarmos 100% certos o tempo todo, e por isso estamos sempre abertos às críticas e à adoção de melhorias, como ocorre em qualquer empresa que se moderniza e se aperfeiçoa continuamente.

Os dirigentes da PREVI estão permanentemente envolvidos em decisões que implicam em valores elevados, e têm sabido trabalhar em um ambiente de pressão de mercado, lidando com interesses diversos, sempre mantendo a orientação técnica em defesa da própria Entidade.

Estamos totalmente tranquilos para esclarecer todos nossos investimentos. Todos foram realizados dentro da melhor técnica e no melhor interesse da própria PREVI. Desde o início da gestão adotamos a prática de informar sobre as operações realizadas desde que não se comprometa o sigilo necessário para preservar o próprio processo de negociação. Os boletins e o site da PREVI têm abordado estes assuntos e são públicos. Nenhuma denúncia ou dúvida deixou de ser apurada ou respondida. Nenhuma denúncia foi confirmada e ninguém apresentou qualquer documento ou prova de irregularidade.

O que não nos deixa tranquilos é conviver com os boatos e distorções que procuram envolver a PREVI, indevidamente, em histórias e investigações que não têm nada a ver conosco. Não tememos esclarecer qualquer dúvida. Temos certeza de que estamos cumprindo nossas obrigações e protegendo o patrimônio da PREVI da melhor forma possível. Esperamos que todos cumpram sua missão sem preconceitos, sem segundas intenções e sem manipulações para que, ao final de todo este processo, quando for separado o joio do trigo, não se perceba tarde demais que a reputação de organizações e pessoas foram arranhadas sem a menor razão.

Titulos Mantidos até o Vencimento – Títulos Públicos

(R\$ mil)

Vencimento	0-1 ano	1-5 anos	5-10 anos	10-15 anos	> 15 anos	Total
Titulos Públicos – Valor de Mercado/Custo Atualizado						
NTN - B		1.635.413	875.012		801.401	3.311.826
NTN - C	421.092	487.122	55.834	2.312	877.472	1.843.832
Total	421.092	2.122.535	930.846	2.312	1.678.873	5.151.653

Os "Títulos Mantidos até o Vencimento", todos do Plano de Benefícios 1, encontram-se alocados em fundos de investimento exclusivos e foram reclassificados em 31/12/04 da categoria "Títulos para Negociação" para "Títulos Mantidos até o Vencimento", com base no preço de mercado, pelos seguintes motivos:

- imunidade às variações do mercado;
- melhor gerenciamento de risco da carteira de renda fixa, tendo em vista que a correção desses ativos ocorrerá na mesma proporção do passivo atuarial;
- arquitetagem da maturidade da carteira de renda fixa ao fluxo de caixa de longo prazo;
- capacidade financeira da PREVI para manter esses títulos e valores mobiliários até o seu vencimento conforme atestado pela gerência de atuação.

6.2.2. Renda Variável

	2004	2003
Mercado de Ações	26.699.819	22.238.693
Fundos de Investimento	14.950.564	12.077.226
BB Carteira Ativa	10.895.172	7.786.344
BB Carteira Livre I	3.556.470	3.728.932
Outros Fundos de Investimento	498.922	561.950
Total	41.650.383	34.315.919

O mercado de ações à vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior valor financeiro: Banco do Brasil, Petrobras, Ambev, Itaúbank, Embraer, Usiminas, Neoenenergia, Vale do Rio Doce, Braskem, Itausa, Belo Miner, Telemar e Caemi.

O Fundo BB Carteira Livre I detém 84% da empresa 521 Participações S.A., sociedade de propósito específico que participa de empresas do setor elétrico como CPFL Energia, Neoenenergia e Itaipu.

Com base na Resolução CGPC nº 4, de 30/1/02, e na Instrução CMV nº 340, de 29/6/03, a administração em 2004 avaliou a situação econômica da Litel Participações S.A., acionista da Valepar, controlada pela Vale do Rio Doce, cujas ações se encontram registradas nos fundos de investimento exclusivos BB Carteira Ativa e BB Renda Fixa IV e na Carteira Própria, no valor total de R\$ 11.761.554 mil (R\$ 8.329.712 mil em 2003), com ajuste positivo de R\$ 3.431.842 mil, conforme quadro a seguir:

	Valor Contábil	Avaliação Econômica	Ajuste
Litel Participações S.A.			
BB Carteira Ativa (Renda Variável)	7.603.256	10.735.798	3.132.542
BB Renda Fixa IV (Renda Fixa)	726.450	1.025.747	299.297
Carteira Própria (Renda Variável)	6	9	3
Total	8.329.712	11.761.554	3.431.842

Permanece registrado em provisão para perdas o montante de R\$ 18.770 mil, correspondente à perda contábil das ações de empresas conciliadas e em processo de falência (Banco Econômico, Caixa Econômica e Banco Nacional), adquiridas no período de 1991 a 1998.

NOTA DE ESCLARECIMENTO DA DIRETORIA DA PREVI

Matérias publicadas recentemente em dois grandes jornais atribuem a um conselheiro uma série de afirmações sobre a gestão da PREVI. Sobre os questionamentos das entrevistas, a Diretoria Executiva faz os seguintes esclarecimentos:

1) Decisões são colegiadas – Todas as decisões da Diretoria Executiva são colegiadas, sendo que para algumas matérias há a exigência de quorum qualificado. O Presidente, isoladamente, não tem poderes para impor decisões aos demais integrantes do colegiado. As decisões são tomadas observando manuais de competências e alçadas e regimentos internos.

2) Fiscalização é feita por auditores, Conselho Fiscal e SPC – A Diretoria Executiva da PREVI segue à risca as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB). Toda a contabilidade é submetida à Auditoria do Banco do Brasil e a auditores independentes. As contas também são analisadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, órgãos formados por representantes do Banco do Brasil e dos participantes. A Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), órgão que fiscaliza os fundos de pensão, tem livre acesso a todos os documentos da PREVI.

Recentemente, a fiscalização dos fundos de pensão ficou mais rigorosa. Uma decisão que não respeite a legislação pode custar ao dirigente uma multa de até R\$ 25 mil além de afastamento do cargo por 10 anos. A multa é aplicada contra o dirigente do fundo de pensão. Isto é, contra a pessoa física e não mais contra a entidade de previdência. Há penalidades expressas para casos como constituição inadequada de reservas técnicas, aplicação incorreta dos recursos garantidores de benefícios e sonegação de informações para os participantes e assistidos de planos de Previdência.

3) A Brasil Ferrovias está sendo reestruturada – As negociações realizadas este ano envolvendo a reestruturação da Brasil Ferrovias atendem aos interesses da Empresa e da PREVI. A reestruturação foi aprovada por unanimidade pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo. Envolveu negociações com BNDES (que passa a ter participação de 49% na empresa) e entendimentos com a ANTT, além de contatos com Ministérios, o que é fato absolutamente normal em situações semelhantes e na vida das empresas privadas.

A última transação envolvendo a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Brasil Ferrovias foi a criação de um trecho da ferrovia, o que foi aprovado por todos os órgãos competentes da empresa e da PREVI – entenda-

se, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo – à época, e foi considerado uma solução adequada para a situação financeira da Brasil Ferrovias. Além disso, a cisão contribuiu para a solução societária, retirando a CVRD do quadro de acionistas controladores da Brasil Ferrovias e eliminando conflitos existentes.

4) Indicação de conselheiros respeitou critérios técnicos – Os conselheiros indicados para compor o Conselho da Vale do Rio Doce são basicamente os mesmos que foram indicados há dois anos. A única mudança ocorreu em relação a um dos conselheiros que já tinha dois mandatos e foi selecionado para acompanhar outra empresa que passará por uma grande reestruturação este ano, justamente a Brasil Ferrovias. No lugar deste técnico foi indicado outro, que já vinha exercendo a função de acompanhamento especial da CVRD.

Outra informação importante é que a governança da CVRD realiza-se por meio de reuniões prévias dos acionistas da Valepar (holding que controla a CVRD), fórum em que outros técnicos, e não só os Conselheiros, manifestam os posicionamentos da PREVI. Além disso, a CVRD tem como acionistas controladores a Bradespar, a Mitsui, e o Bndespar, e é uma empresa listada na Bolsa de Nova Iorque, sujeita a todos os controles da legislação americana.

A relação com a CVRD tem sido absolutamente técnica e bem sucedida no investimento e na relação com os demais sócios. Os resultados alcançados pela Companhia nos últimos anos comprovam o acerto do seu direcionamento estratégico, o qual é definido pelo Conselho de Administração.

5) Telecomunicações (Disputa societária com o Opportunity) – Este é um dos processos mais complexos no qual a PREVI está envolvida e, diga-se, não está envolvida isoladamente, mas em conjunto com investidores, o BNDES e outros fundos de pensão.

Em outubro de 2003, a PREVI, em conjunto com outros fundos de pensão e o Bndespar, destituiu o Banco Opportunity da gestão do fundo CVC Nacional, que administra participações em diversas empresas, dentre as quais a Brasil Telecom. Recentemente, o Citibank, maior banco do mundo, tomou atitude semelhante e tirou o Opportunity da gestão do fundo por meio do qual participava da Brasil Telecom. Este fato reforça ainda mais o acerto da decisão tomada pelos fundos de pensão em 2003.

O entendimento era de que as práticas adotadas pelo Opportunity não correspondiam ao cumprimento correto do dever fiduciário daquele Banco para com os cotistas.

Até o momento, a PREVI e os outros investidores não tiveram condições de vender sua participação justamente por estarem amarrados a estruturas societárias e acordos criados contra os interesses da PREVI. Por ser um caso complexo e repleto de desdobramentos judiciais e negociais, é necessário o máximo de cautela na abordagem pública desse tema.

6) As Demonstrações Contábeis (inclusive pareceres) foram aprovadas pelo Conselho – As demonstrações contábeis que refletem a situação econômico-financeira da PREVI (SUPERÁVIT DE R\$ 9,7 BILHÕES), sua contabilidade e as premissas atuariais utilizadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal.

7) Reavaliação da Litel (Vale do Rio Doce) foi aprovada pelo Conselho – Os números referentes à reavaliação da Litel constam das Demonstrações Contábeis de 2004, portanto foram aprovados pelo Conselho Deliberativo. De dois em dois anos, a PREVI atualiza ativos sem cotação em Bolsa pelo método de Avaliação Econômica (método consagrado pelo mercado), que é uma das opções permitidas pela legislação. É o caso da Litel. A participação da PREVI na Vale ocorre por meio de ações diretas e de fundos de investimentos exclusivos. A PREVI é acionista de um fundo da BB-DTVM que detém ações de uma empresa chamada Litel. A Litel, por sua vez, é acionista da Valepar, holding que controla a Companhia Vale do Rio Doce. Como as ações da Litel não são negociadas em Bolsa, é necessário fazer a reavaliação econômica para que o valor contabilizado reflita da maneira mais correta possível o valor da nossa participação na mineradora. A Vale foi reavaliada em 2004 pelo valor de R\$ 11,76 bilhões, um acréscimo de R\$ 3,4 bilhões em relação ao valor que estava contabilizado. A primeira reavaliação foi feita em 2002 e representou um aumento de R\$ 5,2 bilhões em relação ao valor contabilizado até então.

As reavaliações da Vale foram feitas por instituições diferentes: em 2002, foi feita pela Goldman Sachs e, em 2004, pelo Unibanco. As duas instituições financeiras são reconhecidas no mercado e foram contratadas mediante concorrência. Na reavaliação, foi aplicada metodologia reconhecida pelo mercado. O valor da avaliação foi conservador e ficou abaixo do valor de mercado registrado pela Vale no final do ano passado.

Observa-se que o Plano 1 da PREVI possui, indiretamente, 12,575% das ações ON da Vale, e o Plano 2, 13,175% das ações ON da Vale do Rio Doce, que são 24,48% do total de ações ON da

empresa. Esta quantidade equivale a 15,75% do capital total de Vale.

O valor implícito da participação indireta da PREVI na CVRD a preço de mercado de 29/4/2005 é igual a R\$ 12,575 bilhões. Este valor é facilmente calculado multiplicando-se a quantidade de ações ON detidas indiretamente pelo preço de fechamento da ação VALEON em 29/04/2005: 183.582.513 vezes R\$ 68,50. Então, para se saber o valor implícito de mercado da participação indireta na CVRD basta multiplicar a quantidade de ações 183.582.513 pelo preço de mercado da ação VALEON da data desejada.

Essa estimativa, certamente, não é forma adequada de se obter o valor da participação na CVRD devida indiretamente via Litel, no mínimo, por não considerar o valor do controle na CVRD, já que a PREVI pode vetar qualquer proposta apresentada no Conselho de Administração da Empresa e isso tem valor não desprezível. Por exemplo, a PREVI pode não autorizar qualquer investimento da Vale fora do Brasil ou a compra de outras companhias ou eventuais valores de negociações e de investimentos, o que significa poder político nas decisões estratégicas da CVRD. Além disso, a PREVI tem o direito de indicar o Presidente do Conselho de Administração. Isso tudo representa preço.

Quanto ao preço pelo qual a Litel está registrada nos livros da PREVI, a reavaliação por valor econômico, realizada em 2004, considerou valor inferior de intervalo de preço sob cenário de estresse em que o valor da participação seria afetado por condições desfavoráveis de mercado, além disso, nenhum prêmio pelo controle foi acrescentado. O valor final obtido foi de R\$ 11,7 bilhões, portanto, pouco mais de R\$ 800 milhões abaixo do preço implícito de mercado obtido em 29/04/2005 (R\$ 12,575 bilhões) pela forma descrita acima. Nessa reavaliação, o reajuste para o preço do minério de ferro projetado para este ano de 2005 foi de 25% ante os mais de 70% que se efetivaram.

8) Asseguramos que os negócios que a PREVI realiza são totalmente analisados e decididos com base em premissas técnicas e seguem processo de aprovação definido em manuais e regimentos.

9) Ressaltamos ainda que a Diretoria Executiva não recebeu, até o momento, nenhuma denúncia formal dos Conselhos Deliberativo ou Fiscal sobre seus atos de gestão.

10) A Diretoria está permanentemente à disposição dos órgãos de Administração e Fiscalização para prestar esclarecimentos e colaborar com a apuração de qualquer preocupação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Reavaliação da Cia. Vale do Rio Doce

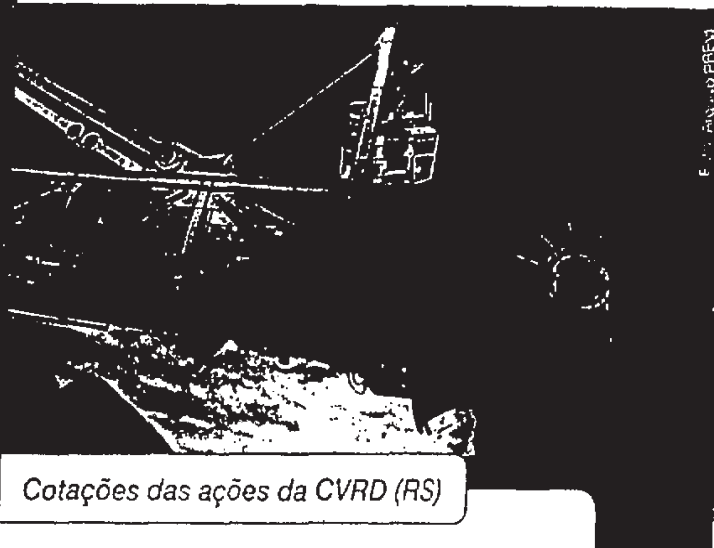
A participação da PREVI na Cia. Vale do Rio Doce é o investimento mais relevante da carteira de investimentos do Plano 1. A participação ocorre por meio de ações diretas e de fundos exclusivos (ver Investimentos 6.2.2). A PREVI é a maior acionista da CVRD (empresa controladora da CVRD), em conjunto com as empresas Bradespar, Mitsui, além da BNDES Participações (Bradespar).

Considerando que as ações que detém são negociadas em mercado, a PREVI decidiu avaliar sua participação através do método de Avaliação por Mercado, que considera o valor econômico potencial das ações descontado (método universalmente utilizado tanto no meio acadêmico quanto no mercado). Essa avaliação é realizada a cada dois anos, e o mesmo método também é empregado para outras participações que tenham ações negociadas em mercado. Para isso, a esta avaliação, é contratada empresa especializada com independência para fornecer um laudo.

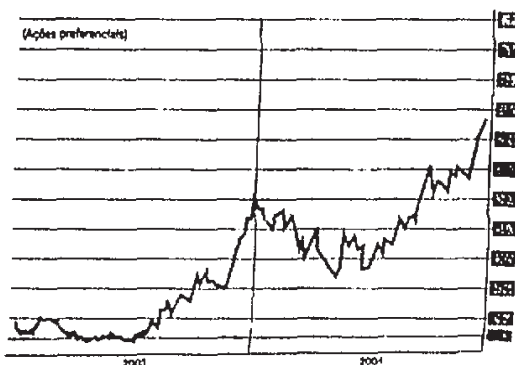
A avaliação foi realizada em novembro de 2003, pelo banco, e refletiu o excelente desempenho da CVRD que elevou o valor da nossa participação para 1,2 bilhões e representou acréscimo de R\$ 3,4 bilhões em relação ao último valor contabilizado. O resultado comprova também o acerto da decisão da PREVI que, em agosto de 2003, decidiu não exercer opção de compra de parte de suas ações da Valepar para a empresa Mitsui.

Para acompanhar este investimento, a PREVI trabalha com uma equipe da Diretoria de Participações e dos conselheiros indicados. O Conselho de Administração exerce, desde março de 2003, o controle da PREVI e do Conselho de Administração da CVRD.

A reavaliação da participação da PREVI na Cia. Vale do Rio Doce representou acréscimo de R\$ 3,4 bilhões em relação ao último valor contabilizado.



Cotações das ações da CVRD (R\$)



As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, em moeda corrente nacional, e as específicas aplicáveis às entidades filiadas de previdência complementar da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

4. Fato Relevante

A avaliação sofrida pela PREVI em dezembro de 2002 referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do exercício de 1997, no valor de R\$ 2.161.189 mil, atualizada pela taxa Selic, para R\$ 2.700.000 mil em 31/12/04. O parecer jurídico que anteriormente considerava provável êxito do recurso interposto alterou sua classificação para possível êxito. A Diretoria, fundamentada nesse parecer e embasada nas práticas contábeis brasileiras e internacionais, manteve a dispensa da constituição de provisão.

5. Principais Diretrizes Contábeis

O resultado é apurado pelo regime de competência. Da mesma forma se apuram os rendimentos com bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os títulos de renda fixa estão classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento", registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata da data do balanço e ajustados ao valor provável de realização, conforme determina a Resolução CGFC nº 5, de 30/1/02. O ágio e deságio na aquisição são amortizados pro rata da data do balanço que decorre da aquisição até o vencimento do título.

Na categoria "títulos para negociação", apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado. Na categoria "mantidos até o vencimento" o critério de avaliação contábil é o da marcação pelo custo, com incrementos na forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido do custo de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação montada na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em outra fonte pública durante o período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou liquidatício disponível.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço.

Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e avaliados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, a taxa de 20% a.a. ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de avaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear a taxa de 10% a.a.

Os imóveis são reavaliados, periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes, tanto positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida do resultado.

As operações com participantes correspondem a empréstimos simples e a financiamentos com juros. Os saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data do balanço.

Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidez, de acordo com os critérios definidos na Resolução CGFC nº 5, de 30/1/02.

Os bens que constituem o ativo permanente imobilizado são depreciados pelo método linear, a taxa estabelecida em função do tempo de vida útil fixado por espécie. Os gastos com manutenção são imputados à taxa de 20% a.a.

A PREVI passou a aplicar o INPC como índice de atualização a partir de 1 de janeiro de 2004 em substituição ao IGP-DI, conforme aprovado pela SDC.

O imposto de renda pessoa jurídica foi apurado provisoriamente em balanço. Foi provisoriamente calculado o RCT, conforme estabelecido na Provisória nº 2.222, de 4.3.01, em vigor até 31.12.2004, para o exercício de 2004/2005.

À
CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Praia de Botafogo, 501 – 3º e 4º andares
CEP-22250-040-Rio de Janeiro (RJ)

Senhor Presidente.

PREVI>>NOTÍCIAS>>NOTÍCIAS DIÁRIAS>>20050712 Resultados Concretos –

A propósito do contido em seu site na internet, datado de 16 julho último, como associado dessa entidade, sinto-me na obrigação de fazer algumas considerações a respeito, para as quais gostaria de receber contestações devidamente fundamentadas ou, se for o caso, reconhecimento por parte da PREVI da procedência dos questionamentos levantados, por não dispor de elementos para refutações.

Consta no marginado, na Página 1:

“Direito à informação é uma coisa legítima”. Maldade e manipulações devem ser rejeitadas

Queremos deixar claro que nós entendemos perfeitamente que nossos associados e a sociedade têm o direito de cobrar explicações e de serem esclarecidos sobre os fatos relevantes que envolvem a PREVI. Se há dúvidas, estamos prontos a prestar todas as informações pertinentes”.

Em que pese à clareza do afirmado, o procedimento da PREVI é completamente diferente, de modo especial para com seus associados, quando solicitam esclarecimentos sobre investimentos do Fundo, conforme se constata pela falta de respostas para os expedientes abaixo, cujo lapso de tempo (alguns com quase quatro anos), dispensam maiores comentários:

Correspondência 07.08.2001 - Relatório Anual 2000;

Idem 13.08.2001 – Operações com participantes;

Idem 10.07.2002 - Relatório Anual 2001;

Idem 17.06.2003 – Relatório Anual 2002;

Idem 17.06.2003 - Relatório Anual 2002 – RENDA FIXA – TÍTULOS PRIVADOS;

Idem 19.06.2003 – Relatório Anual 2002;

E-mail 26.06.2003 – Montante mensal Receitas e Despesas mês a mês ano 2001 e 2002;

Correspondência 27.10.2003 – Relatório Anual 2002;

Idem 26.01.2004 - CAPEC (quarto tópico);

Idem 16.02.2004 - Situação da PREVI;

Idem 24.04.04 - Último tópico (outros questionamentos referentes Relatórios anuais 2001 e 2002;

Correspondência 24.04.04 – CAPEC (Resposta PRESI/GABIN-2004/0520 incompleta)

Idem 26.08.04 – CAPEC

Idem 09.05.05 – Imóveis/Investimentos Ano 2004;
Idem 09.05.05 - Carteira Própria-Renda Fixa – Títulos Privados;
Idem 10.05.05 – Renda Variável – 16 – Ações à Vista;
Idem 10.05.05 – Fundos Mútuos de Investimentos em Ações;
Idem 02.06.05 - LITEL (Vale do Rio Doce).

Os expedientes acima se referem a pedidos de informações e/ou esclarecimentos que, segundo a própria PREVI entende ter o associado direito de cobrar explicações, porém, não cumpre. Em nenhuma das cartas acima citadas, as indagações formuladas envolvem respostas que possam comprometer o sigilo necessário para preservar os investimentos da entidade. Haveria razões que pudessem justificar tal comportamento? Teria ocorrido extravio de documentos da contabilidade desse fundo?

Para uma entidade que se gaba “ter cerca de 600 funcionários concursados, muitos com mais de 20 anos de serviços prestados ao Banco do Brasil e a PREVI, com carreiras brilhantes e sujeitas à permanente avaliação”, que presumo, também, possuir organização administrativa capacitada a gerir os negócios desse Fundo, é de estranhar e, também, injustificável a demora em responder indagações de associados. Aliás, é oportuno frisar ser comentário generalizado entre associados e, até mesmo entre os próprios funcionários do Fundo, o excessivo número de servidores e o baixo rendimento apresentado. Não se trata, em absoluto, de acusações sobre a administração do patrimônio da entidade. São indagações motivadas, algumas face aos números apresentados de forma generalizada em seus Relatórios Anuais. Outras são oriundas de falta de cumprimento por parte do Fundo de suas obrigações estatutárias e/ou regimentais.

Jamais, é oportuno assinalar, recebi qualquer correspondência da PREVI, declarando *serem impertinentes os assuntos abordados. Nunca formulei questionamentos com base em noticiário da imprensa escrita ou falada, mas tão somente nos dados fornecidos pelo próprio Fundo, através de Boletins, informativos ou Relatórios Anuais. Senhor Presidente e Diretores da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, contra fatos não há argumentos que possam explicar ou justificar tal procedimento.*

Consta, também, de seu informativo:

“A PREVI tem apresentado resultados concretos, visíveis, materiais, que são bons para os beneficiários diretos da PREVI e para um País como todo.

A PREVI apresentou um superávit de R\$9,7 bilhões ao final de 2004. Um superávit consistente, baseado na valorização dos ativos de sua carteira, demonstrado em um balanço largamente publicado, auditado e aprovado por unanimidade em todas as instâncias que deveriam fazê-lo”.

Na realidade, para pessoas de bom senso, os resultados concretos apresentados, não são bons para os beneficiários diretos da PREVI e, conseqüentemente, para o País como um todo. O superávit de R\$9,7 bilhões ao final de 2004, baseado na valorização dos ativos, é questionável quanto ao resultado em apreço, uma vez que não foram aprovadas as questões que se encontram pendentes de julgamento, principalmente a multa imposta pela Receita Federal no montante de, aproximadamente, R\$2,7 bilhões, bem como, deixou de ser cumprida a recomendação da Secretaria de Previdência Complementar de 2002, no sentido modificarmos a tábua de mortalidade do Plano, o que implicaria no

Compete a PREVI tentar declarar, a seu modo, o ocorrido, pois, é inexplicável que administrando um patrimônio de mais de R\$70 bilhões, recebendo dividendos referentes a aplicações em ações na Bolsa de Valores, juros de aplicações em Fundos de Renda Fixa e Renda Variável, locações de investimentos em imóveis, seus associados e a patrocinadora pagando as contribuições devidas, suas receitas sejam insuficientes para os pagamentos das aposentadorias e pensões dos beneficiários.

Se no passado, nos investimento efetivados ocorreram falhas nos estudos realizados ou favorecimentos de terceiros, o paternalismo deve ser deixado de lado, com adoção de providências necessárias para ressarcimento pelos responsáveis dos prejuízos causados ao Fundo.

Em qualquer empresa, pequena, média ou grande, quando as despesas são superiores as receitas, torna-se indispensável obter um diagnóstico das causas, adotando medidas para equilíbrio financeiro. Isso, entretanto, não ocorreu na PREVI cujos gastos com reuniões, passagens e diárias persistem.

Não se justifica a realização de encontro de representantes da PREVI em conselhos de empresas realizado, mais uma vez, no complexo turístico Costa Sauipe, com a presença de convidados, onerando o Fundo com despesas de passagens aéreas, diárias e estadas. Quantas passagens aéreas foram pagas pela PREVI para Diretores, conselheiros, convidados, funcionários e montante despendido?

Quantas diárias pagas e o montante despendido?

Quantos apartamentos reservados em Hotéis e/ou Pousadas e montante pago pelo Fundo?

Quanto à parte de investimentos, faço a seguir as indagações abaixo, cujas respostas poderão comprovar, sem qualquer dúvida, a falta de critério, planejamento e acompanhamento dos investimentos realizados pela PREVI, cujos resultados apresentados, até o presente, não podem e nem devem ser considerados como **INVESTIMENTOS EXCEPCIONALMENTE BEM SUCEDIDOS**:

- 1) Qual o montante investido até 31.12.2004 no Complexo Turístico SAUIPE?
- 2) Valor das receitas auferidas por SAUIPE S. A., desde a instalação?
- 3) Montante das despesas da empresa SAUIPE S. A. desde a instalação?
- 4) Custos das unidades remanescentes (apartamentos) à Rua Francisco Trein, 507, em P.Alegre(RS)
- 5) Montante das despesas despendidas até esta data com tais imóveis?
- 6) Custos das unidades remanescentes (apartamentos) à Rua Eugênio Betarello, 55, em S.Paulo(SP)?
- 7) Montante das despesas despendidas até esta data com tais imóveis?
- 8) Paranapanema S. A. Ind. Mineração montante investido até esta data?
- 9) Dividendos recebidos de Paranapanema S. A. Ind. Mineração até esta data?
- 10) Dividendos recebidos da Litel S. A. nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004?

No que diz respeito à declaração de ter sido “o balanço auditado e aprovado por unanimidade em todas as instâncias que deveriam fazê-lo”, isso é de menor importância, pois, conforme deve ser do conhecimento da administração desse Fundo, recentemente o Banco de Santos S. A., embora tenha apresentado balanço com parecer

de Auditores Independentes, foi liquidado por determinação do Banco Central do Brasil e, posteriormente, teve sua falência decretada.

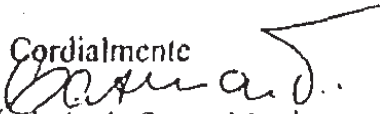
A deliberação por parte da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil de recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça contra a decisão da Exma. Senhora Juíza de Direito da 32.ª Vara Civil do Rio de Janeiro (RJ), determinando a realização de Perícia Contábil, é uma comprovação clara de falta de transparência nas operações realizadas pela PREVI, que não deseja absolutamente seja examinada a contabilidade do Fundo.

A propósito do afirmado no penúltimo parágrafo do seu site, a saber: "ESTAMOS TOTALMENTE TRANQUILOS PARA ESCLARECER TODOS NOSSOS INVESTIMENTOS". "... NENHUMA DÚVIDA DEIXOU DE SER APURADA OU RESPONDIDA", solicito esclarecimentos detalhados, tais como: histórico sobre a constituição, data do estudo sobre a viabilidade do investimento, custo original do projeto, data do início e término das obras do COMPLEXO TURISTICO COSTA SAÚÍPE.

Solicito, também, esclarecer a dúvida que tenho sobre o investimento em Renda Fixa-Títulos Privados – SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO INVESTIMENTOS S/A(INVESC) – 7000 Títulos Debêntures Não Conversíveis – Data e valor despendido na compra; data e número do registro na CVM; datas e valores dos juros efetivamente recebidos até 31.12.2004. Informo que, conforme consta do DAIEA referente ao 4.º trimestre de 2004, o valor dos 7000 títulos figura como PROVISÃO PARA PERDAS pelo montante de R\$571.353.318,40.

Por último, assinalo que continuo aguardando resposta para "demais questionamentos referentes aos Relatórios Anuais de 2001 e 2002 (??), prometidos no penúltimo parágrafo da correspondência PREVI/GABIN-2004/4000436, de 28.04.2004, assinada pelo Senhor Sérgio Ricardo Silva Rosa, Presidente da PREVI. Como estamos em agosto de 2005, o lapso decorrido dispensa maiores comentários a respeito.

Cópia desta correspondência está sendo encaminhada para o Conselho Fiscal, para conhecimento e providências a serem tomadas, se julgadas necessárias e oportunas.

Cordialmente

Carlos Arlindo de Souza Martins

À
CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Praia de Botafogo, 501, 3 ° e 4 ° andar
CEP-22250-040 – Rio de Janeiro (RJ)

Senhor Presidente.

LITEL (VALE DO RIO DOCE) – A propósito de esclarecimentos da Diretoria da PREVI, no site www.previ.com.br/portal/page, item 7, na qualidade de participante desse Fundo, solicito responder os questionamentos abaixo, para elucidar melhor a matéria, bastante confusa sobre o procedimento adotado:

- a) Quem autorizou a PREVI a proceder, de dois em dois anos, atualizar ativos sem cotação em Bolsa pelo método de Avaliação Econômica (método consagrado pelo mercado), de acordo com a legislação, no caso da Litel?
- b) Quais os dispositivos da legislação para atualizar os ativos em apreço (Reavaliação da Litel)?
- c) Qual data da aprovação pelo Conselho Deliberativo da reavaliação da Litel e nomes de seus participantes?
- d) A aprovação pelo Conselho Deliberativo da reavaliação da LITEL foi submetida ao Conselho Fiscal e mereceu anuência sem qualquer restrição? Em caso positivo, data e nomes dos conselheiros que firmaram o documento em apreço.
- e) Participando a PREVI da Cia. Vale do Rio Doce por meio de ações diretas, qual a quantidade e tipo de ação?
- f) A PREVI é acionista de um fundo da BB-DTVM ou possui quotas de um fundo da BB-DTVM que detém ações de uma empresa chamada LITEL?
- g) Qual a participação da PREVI como acionista de um fundo da BB-DTVM (quantidade e valor) ou qual a quantidade de quotas possuídas de um fundo da BB-DTVM que detém ações de uma empresa chamada LITEL?
- h) No contrato firmado com Unibanco consta o dispositivo da legislação em vigor para a realização da reavaliação das ações das ações da LITEL?
- i) No documento de reavaliação das ações da LITEL firmado pelo Unibanco, consta de forma clara o dispositivo da legislação em vigor para realização do serviço contratado?

Por se tratar de assunto que reputo importante, antecipo meus agradecimentos pela atenção que for dispensada a respeito.

Cordialmente

Carlos Arlindo de Souza Martins

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Rua Formosa, 367 – 20º andar
CEP-01049-000 São Paulo (SP)

Senhores Diretores.

O signatário da presente, Carlos Arlindo de Souza Martins, CPF-000.572.233-00, Carteira de Identidade 151.421-SSP/MA, funcionário aposentado do Banco do Brasil S. A., participante da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), seriamente preocupado com a atual situação do Fundo, não obtendo resposta para os questionamentos levantados através de inúmeras correspondências, solicita orientação da CVM de como proceder para elucidar determinados procedimentos adotados pela PREVI.

Como é do conhecimento da CVM, a PREVI administra um patrimônio alegado de mais de R\$70 bilhões, sendo considerado o maior Fundo Pensão do País, com mais de 150 mil associado-participantes.

Os Relatórios Anuais da PREVI não apresentam detalhes das operações que possibilitem uma avaliação correta dos investimentos realizados, compatíveis com os resultados apresentados, razão pela qual venho há anos formulando indagações, desde 2000, sem, contudo obter os esclarecimentos solicitados.

Pela internet, o Fundo divulgou em seu site o seguinte.

“A PREVI apresentou um superávit de R\$9,7 bilhões ao final de 2004. Um superávit consistente, baseado na valorização dos ativos de sua carteira, demonstrado em balanço largamente publicado, auditado e aprovado por unanimidade em todas as instâncias que deveriam fazê-lo.” (Doc.01).

O superávit de R\$9,7 bilhões ao final de 2004, baseado na valorização dos ativos é questionável quanto ao resultado em apreço, tendo em vista o seguinte:

- a) Deixou de ser provisionada a autuação sofrida pelo Fundo em dezembro de 2002, referente à Contribuição social sobre o Lucro Líquido – CSLL do exercício de 1997, no valor de R\$2.161.189 mil;
- b) Deixou de ser cumprida a recomendação da Secretaria de Previdência Complementar de 2002, no sentido de ser modificada a tábua de mortalidade do Plano, o que implicaria no aumento das Provisões Matemáticas;

c) A cotação das ações – RENDA VARIÁVEL – Ações à Vista – para contabilização por ocasião do Balanço, procedida de conformidade com DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2004 (Doc. 06) Notas Explicativas – 5. Principais Diretrizes Contábeis, página 8, a saber: “As ações adquiridas no mercado a vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor do mercado pela cotação média na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a cotação da ação tenha maior liquidez”.

Haverá amparo legal para o procedimento adotado pela PREVI?

Como se pode comprovar a exatidão das cotações dos números apresentados?

No procedimento em questão, qualquer majoração na cotação de ações, dependendo da empresa, pela quantidade possuída pela PREVI, poderá refletir no Balanço anual. Qual deveria ser o critério a ser adotado pelo Fundo de Pensão?

d) É discutível a reavaliação das ações da LITEL pelos motivos abaixo:

A PREVI no encarte Demonstrações Contábeis 2004, Página 11, Notas Explicativas 6.2.2. Renda Variável consta o seguinte: “Com base na Resolução CGPC n ° 4, de 30/1/02, e na Instrução CVM n ° 340, de 29.6/00, foi realizada em 2004 avaliação econômica da Litel Participações S. A., acionista da Valepar, controladora da Cia. Vale do Rio Doce, cujas ações se encontram registradas nos fundos de investimentos exclusivos BB Carteira Ativa e BB Renda Fixa IV e na Carteira Própria, no valor de R\$11.761.554 mil”. (Doc.02)

No DAIEA 4 ° Trimestre de 2004 consta: (Doc. 03)

RENTA VARIÁVEL – 16 - Ações à Vista

Cia. Vale do Rio Doce - Ações PN	9.483.300,0000	R\$602.948.214,00
Cia. Vale do Rio Doce - Ações ON	15,0000	R\$ 1.135,05
Litel Participações S. A. - Ações PN	146,0000	R\$ 7.730,70
Litel Participações S.A. - Ações ON	22,0000	R\$ 1.164,90

Por outro lado, segundo o Informativo PREVI, Ano 14 n ° 104, Mar/Abr. 2005, página 4, (Doc. 04) item 7 - Reavaliação da LITEL (Vale do Rio Doce) foi aprovada pelo Conselho. A PREVI participa de um fundo da BB-DTVM que detém ações de uma empresa chamada LITEL. A LITEL, por sua vez, é acionista da Valepar, holding que controla a Cia. Vale do Rio Doce. Ainda na mesma página consta o seguinte: “Observa-se que o Plano 1 da PREVI, possui, INDIRETAMENTE, 183.582.513 ações ON da Cia. Vale do Rio Doce, que são 24,48% do total de ações ON da empresa. Esta quantidade equivale a 15,75% do capital total da Vale”.

Conforme se constata, são conflitantes os dados mencionados nos três documentos da própria PREVI. Ressalte-se, também, que a abordagem da matéria sobre a reavaliação da LITEL, em três documentos da PREVI, sem uniformidade na comunicação, propicia entendimentos e interpretações diferentes.

Ainda com relação às discrepâncias na documentação da PREVI, é oportuno assinalar, também, o que consta do Relatório Anual 2004 (Doc. 05), página 21 “Reavaliação da Cia. Vale do Rio Doce”, § 3 °: “A avaliação foi realizada em novembro de 2004, pelo Unibanco, e refletiu o excelente desempenho da CVRD, o que elevou o valor de nossa participação para R\$11,76 bilhões e representou acréscimo de R\$3,4 bilhões em relação ao último valor contabilizado”.

Em face do transcrito no tópico anterior pergunta-se:

- 1) A reavaliação procedida pelo Unibanco atendendo solicitação da PREVI foi de ações da Cia. Vale do Rio Doce? (Vide Doc. 05, Relatório Anual página 21)
- 2) Sendo as ações da Cia. Vale do Rio Doce cotadas diariamente em Bolsa de Valores, poderia o Unibanco com base na Resolução CGPC n.º 4, de 30/1/02 e na Instrução CVM n.º 340, de 29/6/00, efetuar avaliação econômica?
- 3) A PREVI é acionista (deve ser cotista) de fundo da BB-DTVM, que detém ações de uma empresa chamada Litel. A Litel, por sua vez, é acionista da Valepar, holding que controla a Cia. Vale do Rio Doce. Como as ações da Litel não são negociadas em Bolsa, é necessário fazer a reavaliação econômica para que o valor contabilizado reflita da maneira mais correta possível o valor da participação na mineradora (Doc. 04, Informativo da PREVI, Ano 14, n.º 104, página 4). Como se constata, o Fundo não possui ações da CVRD, mas tão somente participa de um fundo na BB-DTVM que detém ações de uma empresa chamada Litel, a qual é acionista da Valepar, holding que controla a CVRD. Assim, a maior participação do Fundo no capital da CVRD é de forma indireta, não sendo detentor de ações ON em nome da PREVI. Como as ações da Litel não são negociadas em mercado, houve a decisão da PREVI de contabilizar sua participação através do método de Avaliação Econômica. A tal decisão contábil do Fundo, encontra amparo nas normas contábeis que disciplinam a matéria?

Para melhor entendimento e análise do assunto por parte da Comissão de Valores Mobiliários, tomo a liberdade de anexar à presente os seguintes documentos, todos elaborados pela Entidade:

Doc. N.º 01 - PREVI - Notícias Diárias - Resultados Concretos

Doc. N.º 02 - PREVI - Demonstrações Contábeis 2004 (página 11)

Doc. N.º 03 - PREVI - DAIEA 4º Trimestre de 2004 (Encarte do Boletim PREVI - página 4)

Doc. N.º 04 - PREVI - Informativo Ano 14 - n.º 104 - Mar/Abr. 2005 (página 4)

Doc. N.º 05 - PREVI - Relatório Anual 2004 (página 21)

Doc. N.º 06 - PREVI - Demonstrações Contábeis 2004 (página 8)

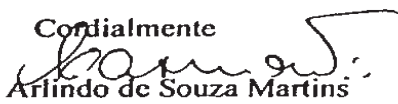
A propósito da divulgação pela PREVI em seu site na internet, "Notícias Diárias - Resultados Concretos", remeti a Entidade correspondência datada de 03.08.05, via SEDEX com aviso de recepção, cópia inclusa (Doc. 07). Pela sua leitura, os Senhores Membros da Comissão de Valores Mobiliários poderão fazer uma idéia dos motivos de minha preocupação com a situação do Fundo.

Caso desejem obter informações sobre minha idoneidade, informo que trabalhei no Banco do Brasil S. A. durante trinta quatro anos e dez meses, atingi o último posto na carreira e exerci por, aproximadamente, nove anos a função de Inspetor. Mantenho contas no Banco do Brasil (agência 1.639-X e 1.526-1) e HSBC (agência 0737).

Por oportuno, informo que no período de 10/09 a 07/10/05 viajei para São Luís (MA), e meu e-mail arlindomartins@uol.com.br

Antecipando meus sinceros agradecimentos pela atenção que for dispensada ao assunto, fico ao dispor da Comissão de Valores Mobiliários para outros informes e/ou esclarecimentos que julgarem necessários.

Cordialmente


Carlos Arlindo de Souza Martins
CPF-000.572.233-00

CVM *Comissão de Valores Mobiliários*
Protegendo quem investe no futuro do Brasil

OFÍCIO/CVM/SOI/GOI-2/Nº 0384/05

São Paulo, 03 de novembro de 2005.

Assunto: Relatórios Anuais da PREVI

Prezado Senhor,

Esclarecemos que o assunto tratado em sua correspondência, não se encontra sob a supervisão desta Comissão de Valores Mobiliários.

Assim, sugerimos a V.Sa redirecionar a presente reclamação à Secretaria de Previdência Complementar.

Por último, caso V.Sa queira os originais ou outros esclarecimentos, solicitamos contatar esta Autarquia, através do telefone: (11) 2146-2015.

Atenciosamente,



GERALDO BRAIDO ROQUETTO
 GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO A INVESTIDORES – SP

Ao Senhor
 Carlos Arlindo de Souza Martins
 Rua Afonso Braz, 804/35 – Vila Conceição
 CEP: 04.511-001 – São Paulo

Endereço: Rua Sete de Setembro, 111, 2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20159-900 - Brasil - Tel.: (21) 3233-8686 - Endereço Internet: <http://www.cvm.gov.br>
 Superintendência Regional de Brasília: SNE Quadra 2 Bloco A - Edifício Corporativo Financeiro Center - Cont. 4 - 4º andar - CEP 70710-500 - Brasília - DF - Brasil - Tel.: (61) 321 2014
 Superintendência Regional de São Paulo: Rua Formosa, 347/20º e 21º andares - CEP 01049-000 - Centro - S. Paulo - SP - Brasil - Tel.: (11) 3276 2000

Centenário PREVI

Participantes aprovam redução da Parcela PREVI

Administração

Organograma

Em consulta realizada de 21 a 29/11, participantes do Plano 1 aprovaram a proposta de redução da Parcela PREVI de R\$ 2.200,02 para R\$ 1.468,21, por meio do uso de recursos do Fundo Paridade. No total, 81,26% dos que votaram aprovaram a proposta.

Dos participantes em atividade, 79,75% dos votantes concordaram com a redução da PP. Dos aposentados, pensionistas, participantes e contribuintes externos, 86,79% dos que votaram aprovaram a proposta.

Veja os números gerais da votação:

Votos	Votantes	Percentual
Concordo	41.834	81,26
Discordo	6.107	11,86
Branco/Nulo	3.541	6,88
Total	51.482	100,00

Não Votaram:	70.819	Total de Eleitores:	122.301
---------------------	---------------	----------------------------	----------------

Inscreva-se aqui!

O TEMPO MUDA

PREVI

Avaliação de alguns aspectos contábeis e atuariais do Fundo de Pensão em 2004.

Por Jusemar.

Quando da criação da parcela PREVI - Estatuto de 1997 - a patrocinadora (Banco do Brasil) conseguiu da PREVI à vista, mais de R\$ 5 bilhões - em valores de hoje, mais de R\$ 12 bilhões - para pagamento de sua dívida de R\$ 11 bilhões, em valores da época. Ou seja, liberamos R\$ 5 bilhões à vista e equacionamos outros R\$ 6 bilhões, num total de R\$ 11 bilhões. Repassamos para ela para que ela nos pagasse.

Ou seja, a patrocinadora pagou uma dívida ao seu credor com o dinheiro do próprio. Só mesmo como mágica contábil não é?

Além disso, criou a famosa conta CAPA - Conta de Amortização de Pagamento Antecipado. Que funciona assim: o Banco deveria pagar (mas não o fazia) à PREVI, pelos aposentados admitidos antes de 1967. A PREVI, por sua vez, repassava estes pagamentos para os aposentados e pensionistas que eram de responsabilidade do Banco. Era essa dívida que montava mais de R\$ 11 bilhões em 1997. Por conta do "acordo" financeiro de 1997, o BB reduziu a sua dívida pela metade. No entanto, continuou a pagar à PREVI o mesmo valor que pagava.

Só que com um detalhe, como a dívida ficou pela metade - a outra metade ele nos pagou com o dinheiro das contribuições de ativos e aposentados. Ele só deveria estar repassando metade do valor originalmente repassado, continuando com o restante da dívida. Ou seja, a PREVI teria a seu favor um crédito de R\$ 6 bilhões. Que seria um ativo nosso. Crédito a receber. Mas pelo "acordo" não ficou assim.

Ganhou esta forma:

PREVI recebe o mesmo valor do BB. Paga aos aposentados todo o valor recebido, como fazia antes. Mantém o mesmo fluxo de caixa, mas contabiliza 50% desse valor pago pelo BB como se fosse crédito dele. Ou seja, do nada gera um crédito para a patrocinadora. Este valor é apropriado ("contabilizado") na conta CAPA que a PREVI corrige religiosamente. O que o Banco leva com isto? Simples, quando o valor contábil atingir a sua dívida financeira (outra mágica: um valor contábil líquida com uma dívida financeira) eles se anularão - a dívida deixa de existir - e a PREVI arcará, a partir daí, com as aposentadorias desse grupamento. Bonito, não?

Mas não para aí. A PREVI garante, ainda, a "rentabilidade" dessa conta CAPA como se um ativo fosse e a remunera pelo indexador atuarial tendo ou não atingido esta rentabilidade em seus ativos.

Ou seja, em todos os anos de déficit a PREVI saca recursos do fundo previdenciário - que paga/pagará nossos benefícios - para remunerar a Conta CAPA. Até onde eu sei, o único "investimento" com garantia de rentabilidade do mercado. Quanto já foi retirado do fundo com esta finalidade? Fica a pergunta.

Ademais, é uma dívida que está contabilizada às avessas. Vejam o balanço: Representa uma dívida da patrocinadora para com a PREVI, mas está contabilizada no Passivo da PREVI. Não sou expert em contabilidade, mas na minha conta de quitandeiro dívida é dívida.

No caso da Parcela PREVI, faltou dizer, também, que a Patrocinadora aceita "negociar" a revisão da Parcela PREVI, ou melhor, da PPR - Parcela PREVI de

Referência - se, e somente se - levar a parte que pensa que lhe cabe no chamado Fundo Paridade. Coisa em 2004, em torno de R\$ 2 bilhões. (2 X 1 lembram-se?) Mas a patrocinadora não retirará nenhum centavo da PREVI. Continuará com a "contabilidade" do acordo de 1997 e "abaterá" esses R\$ 2 bilhões de sua dívida. Se der para quitá-la, ótimo para o BB, pois a PREVI arcará, a partir daí, com a responsabilidade de ter que gerar um fluxo de caixa adicional de mais de R\$ 150 milhões/mês, para honrar os benefícios dos colegas pré-67.

Mas é bom nos lembrarmos da sentença Judicial que garante à PREVI a propriedade desse recurso. Dizer que eles são do Banco do Brasil e aceitar um novo Acordo 97, trazendo para a PREVI um impacto dessa natureza só pode interessar àqueles que podem sacar as suas reservas e abandonar o navio antes que ele afunde.

Ademais, foram os próprios colegas eleitos que no passado não concordavam que o Banco levasse esses recursos do Fundo que, devemos lembrar, foi retirado à força por ato do interventor. Agora, parece que os colegas eleitos se esqueceram disso, como de tudo o mais.

O dano desta proposta à PREVI é fácil de ser mensurado. Basta que apliquemos este valor em investimentos que rendam o mínimo atuarial para imaginarmos a perda do nosso fundo. Depois é só multiplicarmos por 2x, já que perderemos nas duas pontas: e pela rentabilidade dos investimentos feitos com este recurso, necessária para compor o fluxo de caixa destinado ao pagamento das aposentadorias e pensões, que não se realizará, e com o pagamento integrais dos benefícios, agora de responsabilidade única da PREVI.

Este assunto é muito bom.

Jeito de se acabar com a Parcela PREVI de Referência temos vários. Se os famosos R\$ 11 bilhões (+ de R\$ 25 bilhões em valores de hoje) não tivessem sido sacados não só poderíamos acabar com a PP como poderíamos cancelar os descontos de contribuição para a PREVI de todos os associados.

Podemos fazer várias propostas para acabar, disse acabar, com a Parcela PREVI. Vamos voltar ao assunto nas discussões que agora se iniciaram.

Mas, antes de mais nada, temos, e com a maior urgência, que recompor as reservas da PREVI. Todas estão zeradas, o que é um risco enorme. Vejam o Balanço. Nem aquelas que deveriam estar integralizadas por exigência legal o estão.

Temos que compor o Fundo Administrativo que também está zerado. No futuro breve, não teremos recursos suficientes para administrar nossos ativos e as contribuições terão que ser aumentadas.

Temos que resolver o problema do DRAA - Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial de 2002, para sabermos se a PREVI está superavitária ou não; se existe algum passivo oculto por conta desse demonstrativo e a quanto ele monta, ou não; para sabermos se alguém sacou reserva com valores superestimados e quantos e quais valores, ou não.

Temos que saber o impacto na PREVI da decisão do STJ mandando que se pague as perdas dos planos econômicos, e provisionar os valores necessários para fazer frente a esta demanda que já está estabelecida.

Aí, sim, de forma organizada e responsável apresentarmos as propostas para por fim à Parcela PREVI, QUE DEVE SIM, SER REMOVIDA DOS CÁLCULOS DE

BENEFÍCIOS PARA TODOS OS COMPANHEIROS QUE POR ELA FORAM OU SERÃO ATINGIDOS.

Não dá para agirmos por impulso. Em previdência as coisas devem ser muito bem pensadas. Estamos na Ativa e sabemos da angústia que vivemos. Todos queremos ir embora e o Banco que nos ver mais longe ainda. Mas não podemos nos esquecer que demissão voluntária, PEA, PDV e outros programas devem ser de responsabilidade da Patrocinadora que deve arcar com os seus custos integrais, inclusive pagando pela antecipação do fluxo de caixa que será gerado na PREVI.

A resolução do problema criado quando os associados aceitaram o Estatuto de 1997, e com ele a Parcela PREVI, deve ser equacionada tendo como objetivo os associados e a capacidade plena de a PREVI assumir esta leva de aposentadorias antecipadas que não foram previstas no seu plano de custeio.

Ou seja, a PREVI não deve ser usada como instrumento de afastamento de colegas da patrocinadora sob pena de terminarmos todos sem os benefícios que contratamos com o nosso fundo para o nosso futuro e o de nossa família.

Processo: 2001.34.00.012545-6
Grupo: AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
Assunto: Contratos (Inadimplementos, Reajustamentos, Execução Etc)
Autuado em: 28/11/2003 17:03:23
Órgão Julgador: SEXTA TURMA
Juiz Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
Processo Originário: 20013400012545-6/DF

Partes

Tipo	Ent	OAB	Nome	arac
APTE	841		BANCO DO BRASIL S/A	
ADVOGADO		GO00005422	IZAIAS BATISTA DE ARAUJO	E OUTROS (AS)
APTE	19		UNIAO FEDERAL	
PROCURADOR		DF00006787	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO			SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE BRASILIA	
ADVOGADO		DF00013377	LUIS ANTONIO CASTAGNA MAIA	
REMETENTE	1714		JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - DF	

Movimentação

Data	Fase	Descrição	Complemento
07/03/2006 16:30:00	70120	CONCLUSÃO AO RELATOR COM PETIÇÃO	..
06/03/2006 18:29:49	180200	PETIÇÃO JUNTADA	nr. 1658432 REQ. VISTA DOS AUTOS ..
06/03/2006 18:22:00	221100	PROCESSO RECEBIDO	..
17/02/2006 18:21:00	240200	PROCESSO REQUISITADO	DO GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE PARA JUNTADA DE PETIÇÃO. ..
19/01/2006 16:50:00	70120	CONCLUSÃO AO RELATOR COM PETIÇÃO	..
19/01/2006 16:21:08	180200	PETIÇÃO JUNTADA	nr. 1646673 MANIFESTACAO ..
19/01/2006 15:32:00	221395	PROCESSO RECEBIDO DO GABINETE DO(A)	..
17/01/2006 17:16:00	240200	PROCESSO REQUISITADO	DO GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE PARA JUNTADA DE PETIÇÃO. ..
25/02/2004 14:25:00	70100	CONCLUSÃO AO RELATOR	..
25/02/2004 14:08:00	221260	PROCESSO RECEBIDO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA	
28/11/2003 18:28:45	280500	VISTA A PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA	..
28/11/2003 18:27:45	10100	DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA	Ao DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE ..

Incidentes

Nenhum incidente encontrado para o processo pesquisado.

			Petições		
Petição	Dt.Entr.	Dt.Junt.	Tipo	Complemento	
1646673	16/1/2006	19/1/2006	MANIFESTACAO	(FERNANDO ARTHUR TOLLENDAL)	
1658432	16/2/2006	6/3/2006	REQ. VISTA DOS AUTOS		
1686330	3/5/2006		APRESENTANDO	REVOGAÇÃO DE MANDATO	
Processo:	2001.34.00.022608-7				
Grupo:	AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA				
Assunto:	Administrativo (outros casos)				
Autuado em:	15/7/2004 16:13:43				
Órgão Julgador:	SEXTA TURMA				
Juiz Relator:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES				
Processo Originário:	20013400022608-7/DF				

Partes					
Tipo	Ent	OAB	Nome	arac	
APTE	841		BANCO DO BRASIL S/A		
ADV/S/OAB			MARCO AURELIO AGUIAR BARRETO		E OUTROS (AS)
APTE	19		UNIAO FEDERAL		
PROCURADOR		DF00006787	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO		
APDO			SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO		
ADVOGADO		DF00013377	LUIS ANTONIO CASTAGNA MAIA		
APDO			VAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI		
ADVOGADO		DF00008834	CLAUDIA SANT'ANNA VIEIRA		E OUTROS (AS)
REMETENTE	1713		JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - DF		

Movimentação				
Data	Fase	Descrição	Complemento	
07/03/2006 16:38:00	70120	CONCLUSÃO AO RELATOR COM PETIÇÃO	..	
06/03/2006 18:26:58	180200	PETIÇÃO JUNTADA	nr. 1658433 REQ. VISTA DOS AUTOS ..	
06/03/2006 18:22:00	221395	PROCESSO RECEBIDO DO GABINETE DO(A)	..	
17/02/2006 18:24:00	240200	PROCESSO REQUISITADO	DO GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES PARA JUNTADA DE PETIÇÃO ..	
21/07/2004 10:45:55	70100	CONCLUSÃO AO RELATOR		
21/07/2004 10:25:23	221260	PROCESSO RECEBIDO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA	C/ PARECER ..	
VISTA A PROCURADORIA				

15/07/2004 18:37:09 280500 REGIONAL DA REPUBLICA

15/07/2004 18:36:09 10500 DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO

Ao
DESEMBARGADORA
FEDERAL MARIA
ISABEL GALLOTTI
RODRIGUES ..**Incidentes**

Nenhum incidente encontrado para o processo pesquisado.

Petições**Petição Dt.Entr. Dt.Junt.****Tipo****Complemento**

1658433 16/2/2006 6/3/2006 REQ. VISTA DOS AUTOS

1686332 3/5/2006

APRESENTANDO

REVOGAÇÃO DE MANDATO

Processo: 2001.34.00.011014-3**Grupo:** AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA**Assunto:** Administrativo (outros casos)**Autuado em:** 15/7/2004 16:09:16**Órgão Julgador:** SEXTA TURMA**Juiz Relator:** DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI
RODRIGUES**Processo Originário:** 20013400011014-3/DF**Partes**

Tipo	Ent	OAB	Nome	arac
APTE	841		BANCO DO BRASIL S/A	
ADV/S/OAB			MARCO AURELIO AGUIAR BARRETO	E OUTROS (AS)
APTE	19		UNIAO FEDERAL	
PROCURADOR		DF00006787	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO			SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE SAO PAULO	
ADVOGADO		DF00013377	LUIS ANTONIO CASTAGNA MAIA	
APDO			CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI	
ADVOGADO		DF00008834	CLAUDIA SANT'ANNA VIEIRA	E OUTROS (AS)
REMETENTE	1713		JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - DF	

Movimentação

Data	Fase	Descrição	Complemento
07/03/2006 16:38:00	220327	PROCESSO REMETIDO AO GABINETE	APENSO ..
06/03/2006 18:22:00	221395	PROCESSO RECEBIDO DO GABINETE DO(A)	..
21/07/2004 10:45:55	70100	CONCLUSÃO AO RELATOR	..
21/07/2004 10:25:23	221260	PROCESSO RECEBIDO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA	C/ PARECER ..
15/07/2004 18:37:07	280500	VISTA A PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA	..
15/07/2004 18:36:07	10100	DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA	Ao DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

Incidentes

Nenhum incidente encontrado para o processo pesquisado.

Petição Dt.Entr. Dt.Junt.**Tipo****Complemento**

1686331 3/5/2006

APRESENTANDO

REVOGAÇÃO DE MANDATO

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. José Maranhão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência informa que designou o nobre Senador José Maranhão para representar o Senado Federal na solenidade de posse do Desembargador Júlio Paulo Neto no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no próximo dia 26 de maio.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, tivemos uma bonita sessão solene comemorativa dos 180 anos do Senado, presentes o Senador Renan Calheiros, no exercício da Presidência da República; dois ex-Presidentes do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães e Senador José Sarney; Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal; ex-Senadores; Parlamentares; embaixadores e demais autoridades.

Foi uma bela sessão. Tive a oportunidade de falar e relembrar os primórdios do Senado, desde a Proclamação da República, a evolução dos quadros do Senado, o que significava um Senador, o critério de indicação do Senador desde há cem anos até os tempos de hoje.

Enquanto falava, lembrava-me dos tempos da diplomacia brasileira, dos tempos da Guerra do Paraguai e de Solano López. O Brasil já teve, Senador Arthur Virgílio, guerra com vizinhos, lamentavelmente. Já houve guerra com o Paraguai, em que o Brasil ganhou e muita gente morreu.

Ao longo do tempo, a diplomacia brasileira, que é competente, robusteceu as relações entre os nossos vizinhos, e o continente sul-americano, para o Brasil hoje, é um continente de paz. Nós apartamos briga recentemente do Peru com o Equador, pela competência, pelo talento da diplomacia brasileira. Assistimos a desentendimentos do Chile com a Argentina e, agora, recentemente, da Argentina com o Uruguai. Assistimos a desentendimentos da Venezuela com o Peru. Mas o Brasil não tinha problemas com ninguém, pelo contrário, era o pacificador.

Digo isso, Senador Mão Santa, porque estamos vivendo um momento muito complicado. Estamos passando por um vexame internacional. Neste momento, em Viena, Senadora Heloísa Helena, está ocorrendo a IV Cimeira da União Européia, da América Latina e Caribe. Sabem o que o Presidente Evo Morales – e

aí me lembro de Solano López, há tempos – falou da Petrobras? Que ela era contrabandista de fronteira; disse que a Petrobras, o orgulho da terra, é sonegadora fiscal; disse que a Petrobras é uma empresa que age na clandestinidade com contratos ilegais.

Senador Aelton, quando Evo Morales, que hoje é uma vedete internacional, que tem o apoio de Hugo Chávez, outra vedete internacional – aliás, transformou-se em líder da América Latina –, diz isso na Cimeira, em Viena, o mundo todo o ouve. Vejam o vexame pelo qual o País está passando! Esse vexame foi anunciado? Foi. O assunto de que ele trata é banal? Não.

A Bolívia é um país pequeno, com nove milhões de habitantes. Tem um PIB pequeno, muito pequeno, 5% do PIB do Brasil, mas tem um bem – já teve estanho, já teve zinco, mas Antenor Patiño levou – chamado gás natural, que é importante para o Brasil. Por quê? Porque, Senador Geraldo Mesquita, o gás da Bolívia, que existe em grande quantidade, abastece a região mais industrializada do Brasil. O gás sai da Bolívia, passa por Mato Grosso do Sul, por Mato Grosso, chega ao Rio de Janeiro, deriva para o Espírito Santo, desce para São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A indústria vidreira – vidro –, a indústria ceramista, cujas cerâmicas produzem as lajotas bonitas que o Brasil vende para o mercado doméstico e que exporta para o exterior são feitas em Santa Catarina, no Paraná ou em São Paulo. Antes, elas eram feitas com BPF, aquele óleo preto, mais barato, derivado do petróleo. Já foram feitas com carvão mineral, já foram feitas com óleo *diesel* como fonte de calor, já foram feitas com diversos combustíveis. Hoje, não. Hoje, o Governo brasileiro, depois do gás da Bolívia, disse: “Podem trocar os queimadores que o Governo garante. É com gás; gás barato que vem da Bolívia”.

Muito bem. Quantos empregos são gerados nessas indústrias todas? Milhares, Senador Aelton, milhares de empregos. Então, não se trata de um assunto banal, é um assunto que envolve a atenção pessoal de um Presidente de República.

Esse gás foi transportado de forma irresponsável? Não! Foi transportado porque contratos internacionais foram assinados. Existem leis e fóruns que regem contratos internacionais – isso ocorre desde 96, 95, vem de muito tempo.

Havia um mínimo de segurança para as empresas? Claro que havia. E o que é que aconteceu na Bolívia? Houve uma eleição democrática, em que o Sr. Evo Morales, de uma etnia indígena da Bolívia, ganhou democraticamente uma eleição. Ganhou dizendo que ia nacionalizar e teve o apoio de Lula. Lula o apoiou, sabendo que ele ia nacionalizar.

Então, Lula foi apanhado de surpresa com o que Evo Morales fez num primeiro momento, que foi a nacionalização ou a tentativa de expropriação? Não, porque o Ministro boliviano, o dos Hidrocarbonetos, o Sr. Soliz Rada, veio ao Brasil; Samuel Pinheiro Guimarães foi para lá. Na campanha eleitoral, Evo Morales disse que ia nacionalizar, e o assunto estava anunciado.

Hoje, Senador Tasso Jereissati, lá, em Viena, Evo Morales disse, para quem quisesse ouvir, que tentou 10, 20 vezes falar com o Presidente Lula, e os assessores dificultaram o contato. Mas dificultar o contato de um Presidente que anunciou que faria algo que prejudicaria milhares de empregos do Brasil, e Lula não dá retorno ao telefonema? O que Lula está pensando do Brasil? Que é o pai da pátria? Que vai mandar na Bolívia? Que não é preciso negociar? Que pode trocar o Itamaraty pelo Sr. Marco Aurélio Garcia que dará tudo certo?

Levou na cabeça, levou na cabeça! Evo Morales meteu os pés pelas mãos: cercou truculentamente as refinarias que o Brasil comprou e pagou – em dinheiro – à YPFB, da Bolívia; as refinarias foram expropriadas e cercadas pelo Exército boliviano; estão anunciando agora o aumento do gás; e Lula entrou em pânico sem saber o que fazer.

Vejam a evolução do Senado e a involução das relações do Brasil com os seus vizinhos da América do Sul! E que involução perigosa!

Enquanto o Sr. Chávez chama o Presidente do Peru de mentiroso, de *ladrón*, de forma deselegante, Evo Morales está chegando perto disso: está acusando a Petrobras de ser clandestina, caloteira, contrabandista de fronteiras, sonegadora de impostos, em um fórum internacional, lá, em Viena! Está colocando o Brasil, Senador Arthur Virgílio, em situação de vexame internacional. Qual é a imagem do Brasil perante os Estados Unidos, perante a Bélgica, perante o Japão, perante a Rússia, perante os países do mundo? É a de caloteiro.

E o Presidente está caladinho! Calado como um coco, calado totalmente. Dá para agüentar isso? Não dá.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, de maneira bastante breve, peço licença a V. Ex^a para incorporar ao seu pronunciamento, por falta de tempo, um artigo do **The Economist**, dizendo que o Presidente Lula foi humilhado: “O Brasil do Presidente Lula foi humilhado pela Venezuela do Presidente Hugo Chávez”. E um noticiário *on-line*, do *site* Primeira Leitura, menciona a declaração do Ministro Tasso Genro, condenando a atitude do Senador

Eduardo Suplicy por pedir explicações ao Presidente Lula sobre as declarações do Secretário-Geral do PT, Silvio Pereira, e sobre a declaração do Líder do PT na Câmara, Deputado Henrique Fontana, reagindo às denúncias que fiz ontem sobre essa questão do Opportunity. E até anuncia que estamos convocando a CPI, os dirigentes do Opportunity e do Citibank para sabermos o que houve e o que não houve de fato. Eu também gostaria de registrar, com alegria, a indignação do Ministro Celso Amorim com a posição de Morales. Ele reage de maneira bastante dura, contrariando, portanto, a orientação do “chanceler informal”, que é Marco Aurélio Garcia. Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a enseja retomarmos o assunto que foi objeto da nossa tarde inteira de ontem: o depoimento do Sr. Silvio Pereira; e que vai ser objeto de muito desdobramento, porque temos a obrigação de acompanhar.

V. Ex^a aborda o episódio que estamos tratando neste pronunciamento e apresenta algumas declarações. Quero aduzir a algumas mais, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, vou ler aqui, textualmente, declaração do Presidente Evo Morales, que tem obrigação de defender os interesses da Bolívia. Temos de ter um Presidente que defenda os interesses do Brasil.

Diz Evo Morales: “Quero dizer, com muito respeito ao Brasil – imagine se não tivesse respeito pelo Brasil – e a todo mundo, que não temos por que perguntar, não temos por que consultar, não temos por que informar a ninguém sobre políticas soberanas do nosso país”.

O Sr. Evo Morales pensa que a soberania é dele, e não do país. A soberania é do país; o país é que assina o contrato com base em lei internacional. O governo passa, o país fica. E soberania se faz, Senador Mão Santa, com autonomia para assinar um contrato internacional e mantê-lo; ou, se se quiser renegociar, ou se se quiser modificá-lo, deve-se sentar à mesa de renegociação, amparado por fóruns internacionais.

Soberania não significa fazer o que quiser de forma truculenta. Pode até fazer, mas é dar um tiro no pé, porque o país perde a credibilidade no contexto internacional das nações.

Evo Morales está equivocado, e Lula está calado por razões de ordem ideológica. Evo Morales, equivocado, e Lula, calado, por razões de ordem ideológica. É o interesse brasileiro, a perspectiva de investimento no Sul, baseados no crescimento do consumo do gás, indo pelo ralo. Vamos ficar calados? Sabem o que ele disse mais? “O Acre, trocaram por um cavalo”. E o Governo brasileiro ficou calado.

Senador Sibá Machado, o que estamos fazendo aqui é reagir para ver se o Governo acorda, porque estão em jogo não apenas a imagem e a credibilidade do País, mas o tratamento, com responsabilidade, de um fato que pode redundar numa catástrofe. A indústria vidreira, a indústria cerâmica, a indústria do Sul, que consome o gás como combustível, está de antena ligada nesse momento. Para parar investimentos? Já parou. Para demitir gente? Está pensando nisso. Para demitir gente porque o preço do insumo principal – o gás – está aumentando e ele vai perder competitividade? Está pensando nisso. Qual é a catástrofe anunciada, Senador Tasso Jereissati? São os empregos, que Lula, quando Evo Morales anunciou na campanha, não deu bola. Quando veio para cá o ministro dos hidrocarbonetos e avisou que ia nacionalizar, não ficaram nem aí para o problema. Agora, a bomba estourou. Evo Morales está em Viena, destruindo mais do que... Os empregos do Sul estão criando a expectativa do Brasil caloteiro, da Petrobras contrabandista de fronteira.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, em relação à preocupação de V. Ex^a sobre o medo do desabastecimento, acredito, realmente, por mais que tenhamos debatido aqui, que esse problema não existe. Respeito as razões que já foram apresentadas, mas tanto do ponto de vista do governo boliviano, quanto da Petrobrás, do Governo brasileiro, dos interesses eminentemente econômicos o desabastecimento não haverá. Volto a insistir na tese de que a Bolívia não tem para quem vender esse gás. Ou vende para o Brasil ou não vende o gás; fica sem US\$900 bilhões. No caso das empresas, hoje, que utilizam esse combustível para suas indústrias, como V. Ex^a já mencionou, e mais cerca de 400 mil veículos – se não me engano, é o número de carros que rodam hoje utilizando esse combustível, de que parte, apenas, é da Bolívia, outra parte é de fornecimento brasileiro –, essa preocupação, pelo que foi dito, está no novo preço. Então, o governo boliviano quer discutir o novo preço. Talvez tenha utilizado o método mais difícil, mais complicado, de uma linguagem mais intrincada para tratar de um novo preço. Agora, sobre a questão de um novo preço, qualquer produto está posto, como é o caso do próprio petróleo. Volto a insistir nessa idéia. Quando o Governo Fernando Henrique concluiu seu mandato, o preço do barril estava, se não me engano, a US\$36. Estamos hoje a US\$70, parece que já passa disso, e mesmo assim, com relação à robustez das condições brasileiras, não houve problema, não houve nenhum abalo sísmico em relação à nossa economia por causa do dobro do preço. No caso do gás bolívia-

no – fiz um aparte ainda há pouco ao Senador Arthur Virgílio –, paga-se pelo BTU do gás menos de US\$3 à Bolívia, e é vendido no Brasil por um preço de mais de US\$30. Isso significa que, mesmo que suba para US\$5 na Bolívia – aí dá um crescimento de menos de 100%, cerca de 70% de crescimento do preço –, ou mesmo que dobre e vá para US\$6 – então teremos 100% do aumento na Bolívia –, esse repasse imediatamente no Brasil está dentro da margem de lucro. Então, discute que a Petrobras não pode fazer filantropia porque tem associados, acionistas no seu capital, mas a Petrobras, Banco do Brasil e tantas outras instituições do País são instituições também de fomento do nosso desenvolvimento e têm, sim, um aporte de capital público lá dentro. Portanto, nesse caso, penso que está havendo um exacerbação em relação ao que houve ali. Volto a dizer que o Brasil não perdeu e não perderá a sua liderança em relação à América do Sul pelas próprias circunstâncias econômicas. Não acredito que apenas palavras resolvam o problema de uma liderança. É preciso ter mais do que palavra. É preciso ter substância econômica. E quanto à substância econômica, o Brasil, em relação a toda América do Sul, é indiscutível. Acredito que, sozinho, representa 70% de toda a economia deste lado do continente, deste lado do mundo. Portanto, digo a V. Ex^a que respeito a tese, mas penso que não temos que ter essa grande preocupação de desabastecimento, porque desabastecimento não posso acreditar que haverá.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Sibá, V. Ex^a fala como um ardente Senador boliviano; ardentíssimo, um defensor do...

Por que esse lucrão para a Petrobras? Essa é a linguagem de Lula “Morales”. É exatamente essa; que não é a minha.

Senador Sibá Machado, na hora em que for aumentado o preço em US\$2 por metro cúbico do gás, fique certo de que as empresas que consomem gás, tendo da noite para o dia 66% de aumento no preço do gás, vão desempregar muita gente, porque o insumo combustível é fundamental para a composição do preço do que eles fazem, seja vidro, seja cerâmica, seja artefato de papel, seja o que for. Na hora em que isso acontecer, – e a questão é preço – está tudo liquidado. O que eu estou defendendo? O diálogo foi perdido; o diálogo foi trocado pelas ameaças do nosso Presidente Evo Morales – nosso, deles –, contrabandista de fronteira, sonegador fiscal, contratos ilegais. Em vez de sentar à mesa de negociações para tentar encontrar uma recomposição dos preços, passado um, dois, três, quatro ou cinco anos, vem o desaforo. E ele, Evo Morales, diz, joga na cara do Lula, que tentou falar com o Lula dez vezes e que os assessores do

Lula não permitiram o diálogo. E tome-lhe desaforo! A consequência é o aumento do preço do gás, que quebra as empresas brasileiras. É dito que não há perigo. É evidente! “A Bolívia não tem para quem vender, tem de vender para o Brasil”. Mas, e se inventar de só vender por US\$2 a mais, o brasileiro tem condições de interromper da noite para o dia a produção ou vai amargar o prejuízo? “Não! A Petrobras vai absorver o aumento do preço”. Absorve sim, não aumenta o gás, mas aumenta o preço da gasolina, do óleo *diesel*, do lubrificante, de tudo na cesta de produtos, prejudicando o consumidor, não só de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul, mas do País inteiro! E isso por culpa de quem? É culpa da incompetência da diplomacia brasileira? Não! Da assessoria que Lula determinou para tratar dos assuntos do viés ideológico do Brasil com o Peru, com a Venezuela, com a Argentina e com a Bolívia.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador José Agripino, conversava com a minha querida amiga Senadora Heloísa Helena e dizia que a questão que se discute não é o direito ou não de a Bolívia fazer o que bem entender dos seus direitos dos seus recursos naturais. O que discutimos hoje é a incompetência e o ridículo papel do Governo brasileiro em lidar, à altura, com os acontecimentos internacionais, principalmente vindo de um governo que começou se autodenominando como uma liderança continental e capaz de mudar “a geopolítica mundial” – essa foi uma frase que todos nós ouvimos aqui, e repetida na tribuna desta Casa, que era um Presidente que estava mudando a “geopolítica do mundo” – e que, hoje, sofre derrotas e derrotas, e agora passa por humilhações dos seus mais humildes vizinhos. No momento dessas humilhações, em nome de uma camaradagem, de uma falsa amizade pessoal, quando tem como obrigação defender os direitos nacionais, abre mão desses direitos. É essa a discussão. E coloca o País numa situação ridícula, humilhante e em uma situação histórica inédita de estar a reboque de lideranças como nunca esteve antes dentro da América Latina. Não é essa a nossa tradição nem a nossa história. E argumenta de maneira leviana e falsa para o nosso País, constantemente em contradição com o que está dizendo justamente esse seu amigo do outro lado da fronteira, o presidente da Bolívia. Quando seu amigo do lado boliviano diz que vão aumentar o preço do gás, como o gás é deles, eles têm o direito de estipular o preço que quiserem, desde que o façam sem exércitos e legalmente. Esse gás, em contrapartida, se entrar no Brasil, terá de entrar mais caro. Mas o nosso Presidente diz que isso não vai acontecer. Ora, está

mentindo o seu amigo de lá ou ele de cá. Quando diz que o gás não vai ficar mais caro porque a Petrobras vai arcar com esse custo, é mentira, é falso, porque sabemos que a Petrobras é listada na Bolsa de Nova York, e uma empresa listada na Bolsa de Nova York não pode subsidiar, pois tem acionistas a quem tem de responder na Bolsa, legalmente. Isso é legislação. É uma obrigação legal. Portanto, isso não pode acontecer. Esse papel de enganador ou enganado que ele está fazendo publicamente – ou enganado pelo Presidente da Bolívia, ou enganador do povo brasileiro – é que estamos aqui contestando veementemente. Não estamos discutindo o direito de a Bolívia fazer o que quiser com sua riqueza natural. O que estamos discutindo é o não-direito do Presidente da República do Brasil, primeiro, de não defender os interesses nacionais e a necessidade de dizer ao povo brasileiro a verdade sobre o que está acontecendo em relação ao gás e à Petrobras.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a coloca um fato que, acho, ainda não havia sido colocado na discussão, que é a questão das ações da Petrobras nas bolsas de valores do mundo inteiro. Há regras. O Presidente da República não pode fazer o que quer, não. Pode até abrir mão de direitos ou dizer que abre mão de direitos, mas os direitos pertencem a pessoas que não têm como deles abrir mão.

Como é que o Presidente vai abrir mão dos direitos daqueles que empregam na indústria vidreira de São Paulo? Com que autoridade? Com que autoridade diz ele que não vai aumentar o preço do gás, porque a Petrobras vai absorver? Absorver uma ova, Senador Tasso Jereissati. Vai dar uma mais de enganação, vai aumentar o preço da gasolina, do óleo diesel, disfarçadamente, prejudicando o contribuinte e o cidadão brasileiro como um todo. Por conta de quê? Por conta da incompetência do encaminhamento deste Governo numa questão que estava na cara para todo mundo ver.

Senador Sérgio Guerra, estou falando isso porque me dói ir à rua e ouvir o que estou falando do cidadão brasileiro, que está por aqui com a incompetência deste Governo, que está posando de bom moço, exigindo de nós que interpretemos o sentimento do cidadão, que é o que estamos procurando fazer aqui: interpretar o sentimento do cidadão com racionalidade, com argumentos lógicos, para que o Brasil entenda o Governo incompetente que tem.

Ouçõ, com prazer, o Senador Sérgio Guerra. Em seguida, o Senador Heráclito Fortes, com muito prazer.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador José Agripino, primeiro, quero parabenizá-lo por seu discurso, como sempre consistente, equilibrado, e dizer poucas palavras, até porque o tema está bastante

desenvolvido pelas suas colocações e por aquelas expendidas pelo Senador Arthur Virgílio, que o antecedeu. Farei apenas um comentário. V. Ex^a falou que o Presidente estava calado. Em todas as situações em que o Presidente deveria assumir responsabilidade com o País, com a Nação, e não com os seus amigos, a tendência dele foi ficar calado. Sua Excelência fez isso quando tantas acusações foram feitas, demonstradas e provadas contra pessoas da sua estrutura, do seu Partido e do seu Governo. O Presidente calou-se ou falou coisas que não tinham nada a ver com o tema. E, agora, seja pelo silêncio, seja por artifício precário de retórica, o Presidente não assume o seu papel. Eu tenho orgulho de fazer parte de um Senado que ouve a palavra de V. Ex^a, como ouviu as palavras do Senador Arthur Virgílio e as de outros companheiros Senadores, que falam pelo País, pois alguém tem de falar por ele neste momento. O Presidente não faz isso. O Senador Sibá Machado é uma pessoa de boa qualidade e procura defender o indefensável. S. Ex^a cumpre o seu papel que, no passado, foi cumprido aqui pelo Líder Aloizio Mercadante, e que agora S. Ex^a assume com toda a consistência. Mas o fato concreto é que isso é uma trapalhada e que este Governo não tem verdadeiramente compromisso responsável com o País. Qual é o grande preconceito disso tudo? É a idéia de que vai poder enganar o Brasil. Não os mais informados, aqueles que têm maior cultura, pois, provavelmente, não votam no nosso candidato. Esse é um discurso dos petistas. Mas a massa que não é capaz de entender as coisas vota nele. Estão enganados. Essa subestimação do povo é prática de elite que não conhece o País ou que foi absorvida por um processo de devaneio ou de outros argumentos não tão ortodoxos e não tão republicanos, que ficam evidentes em situações como essa. Não dá para defender isso. O Presidente deveria chamar imediatamente a Nação e as suas Lideranças e tomar a defesa do seu País, do seu povo, das suas instituições e dos acionistas da sua empresa estatal, com uma posição firme, porque é assim que um país e um líder são respeitados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Sérgio Guerra, o que estamos fazendo aqui é, nada mais, nada menos, como se fôssemos boiadeiros, com uma espora em nossa bota, dando uma cutucada no chefe para ver se ele acorda e defende os interesses do País.

Evo Morales também avisou que não vai indenizar empresa estrangeira nenhuma e desencavou um conflito de 1903, que teve solução diplomática, quando o Brasil comprou o Acre do Governo boliviano. Sua intenção, ao resgatar essa história, foi a de acusar os brasileiros de não cooperarem com os bolivianos: o Acre trocado por um cavalo. E Lula fica calado? Espora nele!

Ouçó, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, não tenho nenhuma dúvida de que a Rede Globo, em termos de produção de novelas e de criação de enredos de novelas, é a melhor do mundo. A capacidade da Globo de criar histórias, umas irônicas, outras nem tanto, e de prender o povo brasileiro assistindo às suas tramas é incomparável e insuperável. Isso nos deixa a nós, brasileiros, orgulhosos. Há cerca de dez anos, ela lançou uma novela chamada “O Salvador da Pátria”, em que o bóia-fria conhecido por Sassá Mutema, depois de algumas peripécias na cidade fictícia de Tangará – e Tangará tinha uma disputa com Ouro Verde –, é eleito prefeito. E, então, começa a realizar trapalhadas. O resto da novela não vou contar, porque, geralmente, a Rede Globo as reapresenta no horário da tarde, no “Vale a Pena Ver de Novo”. Mas acredito que este é o momento exato para repor essa novela, para que o brasileiro veja que, entre o mundo real e o da ficção, as diferenças são bem pequenas. É lamentável, mas é verdade. Sr. Presidente, o Governo, sem defesa, traz para esta Casa argumentos frágeis. O Senador Sibá Machado não tem nenhuma obrigação de conhecer com mais profundidade essa questão. Mas também não tem o direito de propor que se entre no lucro da Petrobras. Quero até formar um grupo de Senadores para que cada um compre 10, 12, 15 ações e, como um pequeno bloco, transforme-se, não como Senadores, mas como cidadãos, em sócios minoritários para acionar juridicamente quem ousar a meter a mão no lucro dessa empresa. No entanto, o PT hoje não tem preocupação com o lucro de Bancos privados, de quem é aliado. Senador Sibá Machado, V. Ex^a cometeu aqui o segundo erro. Ou o Governo está-lhe enganando, ou devemos apurar os fatos. Acabei de fazer um pronunciamento, no qual mencionei um fato relevante: o fundo de pensão do Banco do Brasil remete dinheiro para capitalizar essa entidade. Começa que o Banco do Brasil não tem dinheiro, está sendo capitalizado com o dinheiro do aposentado, que vocês não defendem mais. Não defendem nem o trabalhador, que era a obrigação primeira! Os fundos de pensão deveriam ser intocáveis, mas não o são! Hoje, a convivência do PT é com o capital. Como não tem dinheiro para isso e vai ter para sustentar os caprichos do Sr. “Imorales”? Não podemos aceitar essa situação, Senador Sibá Machado. Faça como foi dito no passado: “Ao rei tudo, menos a honra”. Permaneça sendo esse Senador que sempre foi, defendendo as suas origens, o trabalhador, o seu território. Não aceite essas pautas! Os medalhões se retiram, vão para os Ministérios buscar benefícios para seus Estados e

para seus Municípios, muitas vezes a tiracolo com o genro do Presidente da República, e V. Ex^a fica aqui numa missão dessa que não faz bem à sua sofrida e honrada biografia. Senador José Agripino, parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a, como sempre arguto, enriquece meu pronunciamento com argumentos interessantes, importantes, conceituando, com precisão, o PT na farsa que esse Partido pratica no campo econômico.

Senador Arthur Virgílio, meu Estado tem um mundo de cavalos-de-pau, de cavalos mecânicos, em terra. Meu Estado produz mais ou menos 100 mil barris de petróleo por dia. A Petrobras está lá há mais de 15 anos. A Petrobras tem uma bela planta, em Guamaré, de fracionamento de gás. Fui Governador com a Petrobras instalada em meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador José Agripino, peço a V. Ex^a a gentileza de permitir que eu faça uma intervenção para comunicar ao Plenário que estamos prorrogando a sessão por mais uma hora.

Apelo também a V. Ex^a para que conclua seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou encerrar, Sr. Presidente. Agradeço-lhe a advertência.

Senador Tasso Jereissati, a Petrobras está no meu Estado há 15 anos. Há 15 anos, explora petróleo, usa as estradas, as escolas, os hospitais e os postos de saúde, dá despesa ao Estado e usa a infra-estrutura do Estado, mas contribui com *royalties*, com arrecadação de impostos pela via indireta, porque emprega diretamente milhares de pessoas e indiretamente outros milhares de pessoas. É uma empresa muito bem-vinda no meu Estado.

Aqui e acolá, há um conflito com a Petrobras, coisa de Governo com empresa privada, mas essa empresa é muito bem-vinda, porque é cumpridora de suas obrigações fiscais. Essa empresa não atrasa; paga em dia os impostos.

Será que a Petrobras do Rio Grande do Norte é diferente da Petrobras da Bolívia? Será que a da Bolívia é caloteira e a do Rio Grande do Norte é inteira? Por que Evo Morales está desrespeitando a nossa Petrobras e o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está quietinho, agüentando os desaforos todos? Por incompetência, por incompetência na condução!

Parece-me que o Senador Geraldo Mesquita gostaria de fazer uma observação. Ouço, com muito prazer, V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador José Agripino, estamos aqui atentos, ouvindo com a maior atenção seu pronunciamento, o que

V. Ex^a sempre mereceu de todos nós. V. Ex^a reproduz uma infeliz frase que é atribuída ao Presidente Evo Morales em relação ao meu Estado, o Acre. Sou muito cauteloso em relação a afirmações que são atribuídas principalmente a autoridades dessa estatura, ressaltando a possibilidade de estarem reproduzindo algo que o Presidente não disse ou disse de outra forma ou algo que não condiz com o que está aqui – ressalvo, inclusive, essa possibilidade. Afirmando a V. Ex^a – estou inscrito para falar ainda hoje a respeito desse assunto – que, se ele realmente teve a infelicidade de dizer que o Acre foi trocado por um cavalo, ou ele mentiu, o que seria uma deslavada mentira, ou faltou com a verdade por puro desconhecimento da própria história do seu País. Não posso reproduzir o que disse, há pouco, o Senador Heráclito Fortes fora do microfone. Mas falarei – estou inscrito para isso –, porque ele, agora, pisou nos calos dos acreanos e vai levar o troco, vai levar o troco! Se ele realmente afirmou o que se disse aqui, vai levar o troco. Falarei como inscrito após V. Ex^a ou após outros oradores para me referir especificamente a esse assunto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já encerro, Sr. Presidente.

Veja, Senador Geraldo Mesquita, como estão ficando ácidas as relações do Brasil com a Bolívia. De declaração em declaração, as coisas vão azedando por falta de compostura, por falta de atitude, por falta de acerto de conduta do Governo brasileiro.

Estamos naquela, Senador Geraldo Mesquita, de que, se correr, o bicho pega e, se ficar, o bicho come. Se correr, o bicho pega. Se correr, o Brasil fica desmoralizado como está. Se deixar que Evo Morales continue a dizer o que está dizendo em Viena, na Cimeira, o Brasil fica desmoralizado. Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come. Se ficar e aceitar as imposições da Bolívia, lá se vão os milhões de empregos, lá se vai o interesse nacional, lá se vai a soberania brasileira! Para evitar isso tudo é que vamos continuar insistindo.

Já veio aqui Celso Amorim; virão outros para depor na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para ver a pressão do Congresso brasileiro, para que o Governo acerte no nosso interesse, que é o de não ver o Brasil desmoralizado nem ver nossas instituições fraturadas, muito menos ver nossos empregos perdidos pela incapacidade de um Governo que não sabe governar.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Genro 3: atitude de Suplicy é "totalmente inaceitável"

17h49 — A decisão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que protocolou no Palácio do Planalto uma carta sugerindo que o presidente Lula se pronunciasse sobre a entrevista do ex-secretário-geral do PT, foi considerada com uma atitude "inaceitável" pelo ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro. "A postura do senador Suplicy de protocolar uma carta no Palácio pedindo que o presidente dê explicações é totalmente inaceitável para qualquer tipo de parlamentar que tenha uma relação com o governo", disse Tarso. No entender do ministro, a decisão de Suplicy é uma demonstração de que o senador "está mais preocupado em criar um valor adicional ao seu mandato do que trabalhar para investigar os fatos que estão trabalhados pela CPI". Para Genro, o presidente da República dá explicações de acordo com as "regras constitucionais". "Não se trata de não dar explicações, tem uma postura constitucional do cargo, têm normas constitucionais que regulam isso, tem formas de relação entre os Poderes", disse o ministro, sem muito explicar. Genro evitou comentar quais seriam os reflexos da atitude de Suplicy sobre suas pretensões de concorrer a um novo mandato de senador pelo PT. "É uma questão que tem de ser discutida no PT em São Paulo", disse.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Comunico ao Plenário a lista dos próximos oradores inscritos, até para que possamos agilizar os trabalhos. A próxima oradora é a Senadora Heloísa Helena. Em seguida, falarão os Senadores Mão Santa, José Maranhão, Gilvam Borges, Aelton Freitas, Geraldo Mesquita, Cristovam Buarque e Sibá Machado. Como há muitos oradores inscritos, solicito a compreensão dos Senadores no sentido de que os apartes sejam mais concisos, mais precisos, porque senão ficarão prejudicados os outros oradores inscritos.

V. Ex^a pede a palavra pela ordem, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de aplauso à mãe brasileira pelo Dia das Mães, no próximo domingo, por meio de Waldiza Araújo Ribeiro, que é conterrânea minha, mãe de sessenta filhos adotivos. É muito justo isso.

Por outro lado, Sr. Presidente, peço que os Anais acolham a prova da capitulação.

Os Ministros de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, e de Hidrocarburos da Bolívia, Andrés Soliz Rada; os Presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e da YPF, Jorge Alvarado, reuniram-se hoje em La Paz e chegaram à seguinte conclusão: todos reafirmam o respeito pelas decisões que consideram soberanas do Governo e do povo bolivianos manifestadas no DS 28701 e expressam sua disposição de implementá-lo de acordo com a normativa aplicável.

Aqui está, Sr. Presidente, a redução do Brasil à potência de classe inferior na América do Sul; é a capitulação. O Brasil não está sabendo defender seus direitos, não está sabendo sequer dizer para o interlocutor boliviano que não está satisfeito com a expropriação da propriedade da Petrobras e com brasileiros lá ameaçados de perderem suas terras, brasileiros que construíram suas vidas em território boliviano. Peço que os Anais acolham esta peça que, para mim, é lamentável, pois mostra a incapacidade do Governo brasileiro de cumprir um dever primordial: defender os interesses básicos do povo brasileiro.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, I, § 2º, do Regimento Interno)

REQUERIMENTO Nº / 2006

Requer, ao ensejo do Dia das Mães, VOTO DE APLAUSO à MÃE BRASILEIRA, na figura de uma notável mulher amazonense, mãe adotiva de 60 filhos, que cria com comovente amor: Dona WALDIZA ARAÚJO RIBEIRO.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que, ao ensejo do *Dia das Mães*, seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO a uma extraordinária mulher amazonense, mãe adotiva de 60 filhos, que cria com comovente amor: Dona WALDIZA ARAÚJO RIBEIRO.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e ao seu marido, que, ao seu lado, é significativo apoio na criação e educação de seus 60 filhos adotivos.

JUSTIFICATIVA

Pode ser uma coincidência, mas é também uma predestinação o lugar em que vive Dona Waldiza em Manaus, o bairro *Lírio do Vale*. Ela merece flores, e também o reconhecimento de todos, pela opção de vida que escolheu e que pela qual trilha, distribuindo muito amor material, há 26 anos, período em que adotou 60 filhos, que se juntaram aos dois que deu à luz. Felicidade é o que não falta no lar de Dona Waldiza, que, ainda hoje, continua sendo procurada todo mês por ao menos cinco mães que desejam doar-lhe seus filhos.

Além das flores, representadas pelo nome no seu bairro, Dona Waldiza é merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de maio de 2006.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

Ministério das Relações Exteriores

Assessoria de Imprensa do Gabinete

Palácio Itamaraty

Térreo

Brasília - DF

CEP: 70170-900 Telefones: 0(xx) 61-3411-6160/2/3

Fax: 0(xx) 61-3321-2429

E-mail: imprensa@mre.gov.br

Nota nº 296 - 11/05/2006

Distribuição 22 e 23

Comunicado conjunto dos Ministros de Minas e Energia do Brasil e de Hidrocarburos da Bolívia - 10 de maio de 2006

Os Ministros de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, de Hidrocarburos da Bolívia, Andres Soliz Rada, os Presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e da YPFB, Jorge Alvarado, reuniram-se hoje em La Paz, no espírito da Declaração de Puerto Iguazú, para tratar de questões decorrentes do decreto DS 28701, de 1º de maio último.

O Ministro de Minas e Energia do Brasil e o Presidente da Petrobras reiteraram seu **absoluto respeito** pelas decisões soberanas do Governo e do povo bolivianos manifestadas no DS 28701 e **expressam sua disposição de implementá-lo** de acordo à normativa aplicável.

No âmbito das normativas complementares, as partes concordaram em realizar **reuniões em nível técnico**, para tratar dos seguintes pontos:

- As condições para condução dos negócios durante a fase de transição;
- A definição de condições e contratos necessários para a produção do gás, e sua comercialização; e o processo de refino, inclusive mecanismos e formas de compensação negociada;
- As condições para assinatura dos contratos de produção.

Acordaram também criar uma **Comissão de Alto Nível**, integrada por ambos os Ministros e pelos Presidentes da Petrobras e da YPFB. Ao mesmo tempo, criou-se uma comissão técnica subdividida em três grupos de trabalho.

As partes concordaram, ainda, que **a proposta de revisão de preços de gás seja tratada de forma racional e eqüitativa**, nos termos da Declaração de Puerto Iguazú, ao amparo dos mecanismos estabelecidos no contrato de compra e venda de gás natural (GSA).

Os métodos de trabalho estabelecidos na reunião refletem o interesse em aprofundar o diálogo bilateral.



O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa tomará as providências regimentais para atender ao pleito de V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei rapidamente, mas é que também tenho em mãos um outro documento que vai de encontro à informação dada. Diz o seguinte: “Acordo impede que a Bolívia aumente o preço do gás”. Um acordo entre o governo

boliviano e o brasileiro impede que a Bolívia aumente unilateralmente o preço do gás vendido ao Brasil. Trata aqui a matéria da maneira como foi feito o acordo, que foi firmado pelas mesmas pessoas que o Senador Arthur Virgílio nominou há pouco.

Também vou pedir a V. Ex^a que registre nos Anais a matéria relativa ao acordo entre o Brasil e a Bolívia sobre o gás e sua exportação para o Brasil.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, I, § 2º,
do Regimento Interno)*

VEJA O ESPECIAL EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

FOLHAONLINE

11/05/2006 - 15h45 DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Acordo impede que Bolívia aumente preço do gás

MARCIA CARMO
da **BBC Brasil**, em La Paz

O acordo entre os governos boliviano e brasileiro impede que a Bolívia aumente, unilateralmente, o preço do gás vendido ao Brasil.

O entendimento faz parte do comunicado conjunto divulgado na quarta-feira à noite, após cinco horas de reuniões entre o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, o ministro boliviano de Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, e o presidente da empresa boliviana YPFB, Jorge Alvarado.

De acordo com o comunicado, que é extremamente técnico, os representantes brasileiros e bolivianos concordam que a revisão do preço do gás está amparada nos “mecanismos estabelecidos no contrato de compra e venda de gás natural (GSA)”.

Um dos catorze participantes do encontro explicou à BBC Brasil nesta quinta-feira que o GSA é o acordo que a Petrobras tem no país, desde antes do anúncio do decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos, no dia 1º de maio.

Sem ajustes

Segundo a mesma fonte, se nada mudar novamente, os ajustes de preços obedecerão as regras em vigor, com revisões trimestrais. E qualquer mudança no valor só será adotada depois de consenso entre o Brasil e a Bolívia.

O argumento da direção da Petrobras, segundo fontes brasileiras e bolivianas, foi o de que o preço do gás vendido ao Brasil subiu de US\$ 0,70 para US\$ 3,25, desde 1999 até agora – quase cinco vezes.

Com isso, pelo menos por enquanto, está descartada a possibilidade de o governo do presidente Evo Morales ajustar, unilateralmente, os valores do componente energético fornecido ao mercado brasileiro.

No mesmo comunicado, de apenas seis parágrafos, os representantes brasileiros dizem respeitar a decisão “soberana” da Bolívia, mas informam que a aplicação da nacionalização deverá obedecer às leis bolivianas e brasileiras, além de tratados internacionais.

Segundo o texto tudo será feito "de acordo com a normativa aplicável", ou seja, as regras nacionais e internacionais.

A Bolívia também pretende pagar para ter maior participação nas empresas transnacionais com investimentos no país.

Nos novos contratos que serão assinados pela Petrobras e outras empresas estrangeiras, o governo boliviano negociará como vai ressarcir a iniciativa privada para passar a ter os 50% mais 1% da participação no capital destas empresas.

Justiça

Em uma entrevista coletiva na quarta-feira, antes do encontro com a missão brasileira, o ministro Soliz Rada sinalizou que este pagamento poderia ser feito com gás ou outros produtos energéticos.

Pelas suas contas, a Petrobras pagou US\$ 100 milhões por duas refinarias no país, mas como os estoques de diesel e petróleo, entre outros, não foram contabilizados na hora da privatização a empresa brasileira teria pago cerca de US\$ 30 milhões a menos do que deveria.

Essa diferença será colocada pela Bolívia na mesa de discussões na hora de definir o que e quanto pagará para que passe a ter a maioria nos negócios.

No entendimento de assessores da administração federal boliviana, já que a Petrobras concordou em negociar com o governo boliviano os termos da nacionalização dos hidrocarbonetos, a empresa brasileira estaria desistindo, no momento, de apelar ao Tribunal Internacional de Nova Iorque, como chegou a ser dito.

Esta possibilidade também está prevista no mesmo acordo GSA.

Nesta quinta-feira, dia seguinte ao início das negociações, os participantes do encontro afirmavam que diante do entendimento parecia que, pelo menos neste momento, a idéia de a Petrobras pedir indenização pela nacionalização dos hidrocarbonetos tinha sido arquivada, já que a Bolívia estaria disposta a pagar pelo direito a ter maioria nestas empresas.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u53212.shtml>

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Sibá Machado, serão tomadas as providências regimentais necessárias ao cumprimento de sua solicitação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, mas peço-lhe brevidade, pois a Senadora Heloísa Helena já está há quase quatro horas aguardando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, mas é importante que eu faça este registro. Se o Senador Sibá Machado tem razão no que diz, e acho que tem, por que um membro do Governo, com acesso ao Palácio, vizinho do Presidente Lula, que é o Sr. Marco Aurélio Garcia, concordou e disse que a Petrobras já ganhou dinheiro demais na Bolívia e que está na hora de perder um pouco e deixar aquele pobre país crescer?

Por que botam V. Ex^a para defender o Governo, com a inocência e a pureza de seus atos, e o Governo, de maneira obscura, de maneira pouco clara, tem um comportamento dessa natureza?

Senador Sibá Machado, há algo nesse episódio que não está bem claro, há posições conflitantes. As más línguas já começam a dizer, Sr. Presidente, que outros interesses movem essa crise, interesses que não são somente os interesses de defesa dos respectivos países.

Lamentavelmente, sabe-se que há essa salvaguarda contratual, mas um representante do Governo no Palácio desautoriza o Ministro das Relações Exteriores, desautoriza a Petrobras, e diz que já se ganhou demais na Bolívia e a hora agora é de deixar aquele país crescer porque é pobre.

São essas contradições que a sociedade brasileira não aceita mais.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Apelo a V. Ex^a para que conclua.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fica apenas o registro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Bem rapidamente, Sr. Presidente, só para dizer que, pelo Governo brasileiro, respondem pela negociação o Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, e o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. Esses são os dois representantes oficiais do Governo brasileiro nas negociações com o governo boliviano.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Presidente Lula chamou a atenção do Sr. Marco Aurélio ou não sabe o que está acontecendo?

O SR. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Os dois respondem pelo Brasil, e essa é a posição que tenho sobre a reunião que ocorreu, ainda ontem, em La Paz.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por dez minutos.

Peço a V. Ex^a que assome à tribuna. Temos mais sete oradores ainda e, portanto, precisamos de objetividade no debate. V. Ex^a terá também as prerrogativas que foram concedidas aos outros oradores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Disponho de vinte minutos, segundo o Regimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço para falar sentada, como também possibilita o Regimento. Tratarei do debate que envolve a Bolívia.

A Constituição brasileira estabelece como um dos princípios fundamentais das relações internacionais do Brasil com outros povos o respeito à autodeterminação dos povos. Isso é fato. É fato também que o chamado Decreto Supremo nº 28.701, que foi assinado em 1º de maio na Bolívia, apenas cumpre a Constituição boliviana, a Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia e a decisão legítima do povo boliviano.

A eleição na Bolívia, Senador Heráclito, teve um caráter plebiscitário em relação à nacionalização dos recursos naturais. Portanto, o Presidente Evo Morales nada mais fez do que cumprir a ordem jurídica vigente na Bolívia e cumprir as suas promessas de campanha. Talvez o Presidente Lula, acostumado a não cumprir promessas de campanha, tenha pensado que o Presidente Evo Morales também não iria respeitá-las. Assim, em vez de, no primeiro dia após a eleição do Presidente Evo Morales, estar lá – ele gosta muito de passear –, acompanhado dos técnicos mais brilhantes da Petrobras e do mais importante representante da missão diplomática, para discutir a questão dos bens e investimentos da Petrobras, o novo modelo de repactuação de contratos e o novo preço de gás, o Presidente assim não procedeu.

O PT e o Presidente Lula devem ao Brasil uma outra resposta. Não sei se V. Ex^{as} se lembram, Senador Sibá Machado e Senador Cristovam, que, à época em que o Governo Fernando Henrique estabeleceu o gasoduto, nós fazíamos oposição ferrenha. Nós atacávamos o projeto do gasoduto Bolívia-Brasil, ao qual muitos técnicos da Petrobras e até representantes dos governos militares se opuseram. Tanto o PT, na oposição, como técnicos da Petrobras e militares levantaram o potencial de risco do estabelecimento da dependência do Brasil em relação ao gás boliviano. Sobre isso, há muitas décadas, dizia-se: “E quando os bolivianos resolverem fechar as torneiras do gás, o

que faremos? Mandaremos o Exército lá para abri-las?” O PT, ou melhor, nós, na época do PT na oposição, batíamos nessa decisão do Governo Fernando Henrique de manhã, à tarde e à noite. Argumentávamos que tínhamos no Brasil excesso de óleo combustível com baixo teor de enxofre e, portanto, não precisávamos do gás importado. Nós, inclusive – lembro com precisão, porque reli os papéis que registram o que dizíamos nessa época –, condenávamos o Governo Fernando Henrique porque assinava contrato de compra de mais de trinta milhões de metros cúbicos de gás por dia quando não havia demanda no Brasil. Era como se estivéssemos pagando por trinta milhões de metros cúbicos quando a demanda era de apenas dezoito milhões de metros cúbicos.

O Presidente Lula e a cúpula palaciana do PT, em primeiro lugar, precisam esclarecer se na época atuavam como farsantes e demagogos eleitoralistas que criticavam o Governo Fernando Henrique. É preciso explicar, porque dizíamos que era preciso abrir um procedimento investigatório sobre a construção desse gasoduto, porque quem ganhou não foi necessariamente a Petrobras, mas as *pobrecitas* empresas americanas e européias, riquíssimas.

Então, o Governo Lula deve duas coisas: deve um procedimento investigatório sobre a construção de um gasoduto que dizíamos ser trambique, que dizíamos ser um procedimento ilegal, imoral e sem sustentação técnica. O Presidente Lula precisa dizer por que não mandou que se fizesse, durante quatro anos de mandato, uma investigação sobre o que dizíamos ser quase um crime de lesa-pátria.

A impressão que tenho é a de que, como as pesquisas eleitorais apontam um determinado movimento, essas personalidades políticas não se vêem na obrigação de dar uma justificativa ao povo brasileiro. Sinceramente, fico impressionada. Sou daquelas que defendem que a soberania nacional de um povo não pode ser construída esmagando-se um outro povo. Sou daquelas que acham que os fundamentos estabelecidos na Constituição brasileira para suas relações internacionais, como o respeito à autodeterminação dos povos, são essenciais.

No entanto, fico impressionada com o fato de que, diante de uma crise como essa, que reacende discursos reacionários de Direita, que joga o povo brasileiro contra o povo boliviano, o Presidente Lula não fez um pronunciamento ao Brasil. É realmente muito incompetente, irresponsável e confiante na impunidade. O Presidente Lula tinha a obrigação de dizer ao Brasil: “Eu respeito a soberania do povo boliviano, porque a Constituição do Brasil me obriga a respeitar. Mas tenho, como Presidente, como chefe maior da Nação,

de dizer ao povo brasileiro o que vai acontecer com os bens e investimentos feitos pela Petrobras na Bolívia, qual o modelo de repactuação de contratos, como isso repercutirá na indústria nacional, nos preços das mercadorias e nos postos de trabalho”. O Governo brasileiro tem obrigação de dizer.

O Governo brasileiro pode subsidiar a indústria brasileira em relação ao novo aumento de gás, para que não sobre para os produtos a serem consumidos pelo povo brasileiro e para que não sobre para a destruição de postos de trabalho e, portanto, mais desemprego pela nova pactuação.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado e, depois, a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Heloísa Helena, é muito importante o resgate histórico que V. Ex^a nos traz da presença da Petrobras na Bolívia. Realmente os números são esses mesmos, na forma em que foram apresentados. Quanto ao método que o Presidente Lula tem adotado, o Governo brasileiro não vê esse “catastrofismo” em relação à decisão do governo boliviano. Quanto à soberania da Bolívia, está eminentemente respeitada. Com relação ao acordo comercial, estão lá dois representantes do Governo brasileiro tratando das novas bases de uma nova lei, assim como fizemos um novo marco da energia brasileira. Estamos trabalhando para ter um marco regulatório da energia. Há uma série de contribuições que tramitam nesta Casa, que, com certeza, ao se tornarem leis nacionais, farão com que outras empresas que trabalham a questão da energia no Brasil, seja de que nível for, tenham de obedecer a esse novo marco. Na noite de ontem, oficialmente, em nome do Governo brasileiro, o Ministro Silas Rondeau e o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, fecharam o primeiro arcabouço de acordo. Não pode haver aumento de gás abruptamente apenas porque o governo boliviano quer. Não terá! Primeiro, tratam da segurança do fornecimento. Não dá para fechar aquela torneira porque é uma declaração não digo de guerra, mas de quem não quer mais uma relação tranqüila com o Brasil. Isso não vai acontecer. Segundo, os parâmetros dos preços que estão sendo negociados têm de obedecer aos contratos, pelo que estou lendo aqui na matéria: os contratos e os prazos serão observados e como isso vai responder, sim, em aumento ou não de preço para o consumidor nacional. O que está em discussão e que, no meu entendimento, são puras opiniões de pessoas, é dizer se repassa ou não o aumento para o consumidor, se fica no âmbito da lucratividade da Petrobras ou não. Haverá, digamos assim, um acordo reformulado com o governo boliviano dentro do novo marco regulatório, que é o decreto de 1º de maio que eles assinaram. No entanto, o que eu

acho que pegou o Brasil, que todo mundo imaginava, “o Brasil vai ou não...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... vai fazer um sacolejo”... Acho, Senadora, que V. Ex^a tem vinte minutos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Presidente é generoso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me dê os dez minutos a mais que o Regimento estabelece, que o Senador Arthur Virgílio teve.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Vou garantir a V. Ex^a todos os apartes que estão sendo solicitados a V. Ex^a e, em seguida, apelo a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Ex^a pode apelar. Eu agirei com delicadeza, mas não é V. Ex^a que concede os apartes, sou eu. Agradeço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a, então, continue, por gentileza, e mantenha a compostura.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Minha compostura eu mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a vai discutir com a Mesa? Não há necessidade, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas V. Ex^a é quem está fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então proceda ao seu pronunciamento e conceda os apartes. Está garantido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A única coisa que estou solicitando a V. Ex^a são os dez minutos que o Regimento me dá.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Já estão concedidos, Excelência, os dez minutos, distribuídos nos apartes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está ótimo.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou concluir, Sr. Presidente. Então, nesse caso, estou trabalhando com a palavra formal do Governo. Esta, para mim, é a palavra formal. Está dizendo aqui que o acordo impede que a Bolívia aumente o preço do gás de forma unilateral. Haverá, sim, um novo procedimento a partir do novo marco regulatório deles, que é como trato o decreto do governo. E por isso...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está bem. Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati, depois ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Heráclito Fortes.

Só que ali não estão recompostos os dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Essa providência a Mesa está tomando, fique tranqüila.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senadora Heloisa Helena, peço o aparte apenas para tentar esclarecer algumas coisas. Na verdade, o que precisamos deixar claro é que o Presidente Lula não tem esclarecido à Nação as conseqüências que podem advir das medidas tomadas pelo Presidente Evo Morales. O que estamos vendo é uma constante contradição. No mesmo dia em que o Presidente da República do Brasil diz que não haverá aumento no preço do gás, o Presidente da Bolívia declara que haverá aumento do preço do gás. Dizia o Senador Sibá Machado que há uma discussão se esse aumento será repassado ou não ao consumidor e que está na Bolívia o Presidente da Petrobras. O Governo brasileiro pode, com recursos do Orçamento subsidiar o preço, mas a Petrobras não. O Governo pode subsidiar com recursos do Orçamento. Mas, conforme anunciou o Presidente da República e disse o Senador Sibá, ou seja, que o Presidente da Petrobras está lá negociando, isso não pode. A Petrobras não pode, por lei, assumir qualquer tipo de subsídio. Se algum subsídio houver, terá de ser feito pelo Governo federal com recursos do Orçamento. Como a Petrobras é uma empresa listada em Bolsa nos Estados Unidos e em outros países, ela tem de seguir toda uma legislação de proteção aos investidores internacionais que proíbe a empresa de fazer qualquer tipo de subsídio, instrumentação ou disfarce de lucro, que obedece à regulamentação da Bolsa e proteção aos investidores internacionais. Portanto, a Petrobras é proibida por lei de assumir qualquer tipo de custo em nome da Nação, do investidor ou qualquer coisa. Então, quando o Presidente anuncia que a Petrobras vai assumir esse custo, de fato, ele está faltando com a verdade com o povo brasileiro de maneira grave. E isso terá conseqüências: se a Petrobras não vai assumir, haverá conseqüências no preço final de quase todos os produtos para a população brasileira, e algumas indústrias podem ficar totalmente inviabilizadas. Portanto, milhares e milhares de empregos podem ficar inviabilizados. Ou seja, vamos ter realmente conseqüências catastróficas para a economia e para o dia-a-dia do cidadão brasileiro. Esclareço que não falamos aqui meramente de questões retóricas ou teóricas. Essas ofensas desnecessárias ao País, um País irmão, ofen-

dem a dignidade nacional, o que não faz parte da nossa tradição. As ofensas à Petrobras são desnecessárias. O Presidente e o Brasil nunca passaram por humilhações como essas, que são desnecessárias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. Em seguida, concederei um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sr. Presidente Gilvam Borges, creio que o Presidente Evo Morales procurou uma coisa e conseguiu outra. Ele queria nacionalizar a refinaria e nacionalizou o Senado brasileiro. Nós não discutimos outra questão aqui, há dias e dias, a não ser a relação do Governo da Bolívia com uma empresa brasileira, fundamental, maravilhosa, histórica e simbólica. A Petrobras é grande e forte demais para negociar isso sem nenhum problema. O Presidente da República não deveria nem perder muito tempo com isso. Se a Bolívia fechar a torneira, como disse a Senadora Heloísa Helena, ela se asfixia. O país não tem como fazer isso e, se o fizer, mandamos buscar gás na Argélia, na Rússia. É uma questão de preço. Claro que ficará mais caro trazer da Argélia, mas a Bolívia tem direito de dizer o preço que quer. Eu tenho a impressão de que estamos esquecendo que, um dia desses, saiu no noticiário que o Brasil está atrás do Haiti em repetência escolar. Ninguém tomou tempo, neste Senado, discutindo isso. Outro dia saiu a notícia de que o Brasil é o campeão em prostituição infantil. Ninguém perdeu tempo discutindo. Nós estamos tomando as dores de uma empresa competente, sólida, que vai negociar a questão. Se essa sessão estivesse sendo transmitida para a Bolívia, a sensação que daria é de que os brasileiros entraram em pânico. Foi pânico que fez com que, há 53 anos, depois de o Irã fazer o mesmo que o Presidente Evo Morales fez, igualzinho, com uma empresa inglesa, o governo inglês tomou as dores daquela empresa e derrubou Mohamed Mossadegh, que era o Primeiro-Ministro, colocando em seu lugar o Xá, e durante vinte anos forneceu petróleo quase de graça. Tempos depois, foi derrubado pelo povo iraniano e os americanos e ingleses não conseguem pôr o pé lá, pelo ódio que se criou contra esses países. E é isso que acontecerá com o Brasil, se não tiver a tranquilidade de negociar com o povo boliviano, hoje representado pelo Presidente Evo Morales. É preciso haver tranquilidade. Felizmente, o Itamaraty teve tranquilidade, não entrou em pânico, como o Senado parece estar entrando. Felizmente, o Itamaraty não confundiu os interesses de uma empresa, nobre, fundamental, com os interesses da sociedade brasileira, da história do Brasil. Temos de ter boas relações com a Bolívia pelos últimos 50 anos. Está na hora de entendermos

que Evo Morales nacionalizou a refinaria, o petróleo, não o Senado brasileiro. Vamos descobrir que há outros assuntos a conversar neste País.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Cristovam Buarque está coberto de razão. A discussão veio para o Senado e aí desta Casa se não assumisse essa prerrogativa de travar um debate sobre um assunto que necessariamente deveria ter sido resolvido no primeiro momento pelo Governo brasileiro. O que faz o Senado tomar para si a defesa é exatamente a omissão e a confusão que o Governo faz em torno do caso. Estamos defendendo aqui, longe do pânico, mas perto da responsabilidade de brasileiros, a invasão feita à refinaria da Petrobras, cheia de brasileiros, pelas tropas bolivianas, sem nenhuma necessidade. Estamos defendendo aqui os brasileiros que plantaram soja na Venezuela e que estão ameaçados de perder suas terras. Infelizmente, o Senado tem de tomar essa atitude com tranquilidade e clareza. Aliás, é a falta de clareza a marca desse Governo. Se não, vejamos: o Senador Sibá Machado disse que, em nenhum momento, a soberania da Bolívia foi atingida. Claro, ao contrário. Evo Morales – e aí o Senador Cristovam Buarque, mais uma vez, tem razão –, infelizmente, está-se popularizando internacionalmente por uma trapalhada do nosso Governo. A soberania afetada foi a brasileira, com a invasão das nossas usinas e com a humilhação de nossos contêineres. Temos de levar em conta também, Professor Cristovam Buarque – e aí falo com o Professor – que temos milhares e milhares de estudantes brasileiros em diversos pontos da Bolívia – o que é um problema – e diversos deles já deram entrevista nas televisões, demonstrando preocupação e insegurança com a situação que estão vivendo nesses dias. O Governo, Senador Sibá Machado, manda V. Ex^a para cá fazer essa defesa, com aparte, mas o Governo boliviano – e essa é exatamente a linha de raciocínio do Governo de que é o país que nos serve de berço. Ora, quando o Presidente da Petrobras deu uma declaração vigorosa de que não faria mais investimentos, ele foi publicamente desautorizado pelo Presidente da República que disse que não, que vai fazer. Aí a questão passou a ser governo e o Senado não pode se omitir numa questão como essa, Senador Cristovam Buarque. Acho que nós seríamos omissos, até porque é nossa responsabilidade e prerrogativa aprovar os Embaixadores e cuidar da política externa do País. Portanto, penso que a grande trapalhada foi feita pelo Governo, a partir do momento em que, sem ter comido um quilo de sal junto com o Sr. Morales, o Presidente da República publicamente deu não um

crédito de confiança, mas um cheque em branco ao Morales candidato, ao dizer que todos iriam se surpreender com esse grande estadista que iria assumir a Bolívia nos próximos dias. Eu acho que o Sr. Morales está fazendo a política dele, como disse a Senadora Heloísa Helena, cumprindo os seus compromissos de campanha. Faltou ao Presidente da República e aos que o orientam nessa matéria, antes que o Presidente desse essas declarações de apoio, procurarem saber quais eram as suas intenções, principalmente com o Brasil, que recentemente tinha-lhe perdoado uma dívida de US\$400 milhões e feito doação de aviões da nossa Força Aérea para aquele povo. O que falta é clareza, Senadora Heloísa Helena. E V. Ex^a tem razão: sem pânico, sem medo, mas com segurança e com clareza, nós temos o dever de defender o País nessa crise. Aliás, há outra questão, para finalizar. No momento de tudo isso, Senador Cristovam Buarque, o Presidente Lula promete investimentos iguais na Venezuela, no maior gasoduto da história, que chegou a comparar inclusive com a Muralha da China. Imaginem se o brasileiro não reage em uma hora dessas e permite essa construção! A minha tranquilidade é que eu acho que a construtora que vai fazer esse gasoduto é a mesma que fez a transposição do rio São Francisco, que fez as ferrovias prometidas e a construtora escalada pelo Presidente para tocar as PPPs brasileiras. Como o Presidente está governando apenas com lábia e saliva, ele tem prejudicado menos o Brasil. De qualquer maneira, Senadora Heloísa Helena, agradecendo a V. Ex^a, temos de ficar atentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só para concluir – embora ainda tenhamos cinco minutos, concluirei para que outros Senadores tenham possibilidade de falar –, quero deixar claro que não nos cabe o pânico.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É evidente. Cabe-nos a obrigação de discutir aquilo que a gigantesca maioria da população está discutindo. Em todos os lugares do Brasil aonde se vai, do mesmo jeito que se discutem as questões relacionadas à incompetência do Estado brasileiro, inclusive do atual Governo, de não adotar as suas crianças antes que o narcotráfico e a prostituição o façam, discute-se também uma questão grave relacionada à soberania nacional da Bolívia e do Brasil.

Então, só para deixar mais uma vez registrado: o Governo Lula e a cúpula palaciana do PT têm a obrigação de explicar ao Brasil por que não abriram um procedimento investigatório em relação à construção

do gasoduto feito no Governo Fernando Henrique Cardoso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nós dizíamos, naquela época, que a Gaspetro, em nome da Petrobras, estava assumindo 84% dos investimentos da transportadora do lado boliviano e estava assumindo apenas 9% como acionista.

Portanto, o Governo brasileiro, o Governo Lula, a cúpula palaciana do PT precisa dizer se fez parte de uma farsa, porque eu não fiz. Na época, eu era Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique e não me sentia como membro de nenhum conluio de demagogia oportunista e eleitoreira. Então, quem falava no passado precisa explicar por que não abriu um procedimento investigatório em relação à construção e, também, deve fazer um pronunciamento ao povo brasileiro.

O povo brasileiro precisa saber o que vai acontecer com os bens e investimentos da Petrobras na Bolívia, qual o novo modelo de repactuação de contratos...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – (...) quais os subsídios que serão dados à indústria nacional para que não sobre para o setor, até por antecipação, por um processo de inflação de custos, porque, até por antecipação, isso pode acontecer. A expectativa de aumento do preço do gás, no futuro, pode significar que a indústria nacional já comece a repassar para os preços das mercadorias essa expectativa de aumento futuro. Portanto, para que não sobre para os pobres brasileiros nem para os pobres bolivianos, o Governo deve cumprir ao menos a sua obrigação.

Sei que o Governo brasileiro não se interessa em explicitar o mais rápido possível...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – (...) porque sabe que sempre conta com maiorias artificiais no Congresso Nacional, conta com maiorias compradas no Congresso Nacional, conta com bases bajulatórias no Congresso Nacional, que, em vez de discutirem o interesse nacional, vendem-se com facilidade por cargos, prestígio e poder.

Então, talvez por contar com o silêncio, com a omissão e com a cumplicidade da maioria do Congresso Nacional, o Governo Lula nem abriu um procedimento investigatório em relação à construção do gasoduto, realizada no Governo Fernando Henrique, nem fez um pronunciamento ao povo brasileiro, dizendo exatamente o que vai ocorrer com os bens e investi-

mentos da Petrobras, qual é o novo modelo de repactuação de contratos e quais são os subsídios para a indústria nacional brasileira, para que não signifique inflação de custos pela expectativa de aumento futuro ou desemprego no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Consulto o Plenário se há algum Senador que queira inscrever-se. (Pausa.)

Não havendo, comunico ao Plenário que está garantida a palavra ao Exm^o Senador Mão Santa, que já convocou para assomar à tribuna, e, em seguida, aos Senadores José Maranhão, Gilvam Borges, Aelton Freitas, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque e Sibá Machado. Assim que esses Senadores terminarem, encerraremos a sessão.

Ainda há alguns segundos para se inscreverem aqueles que queiram fazê-lo. (Pausa.)

Não havendo, a Presidência comunica novamente ao Plenário que a sessão será encerrada após o pronunciamento dos inscritos aos quais me referi.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Mão Santa, por dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pela TV Senado, o nosso Senador Carreiro tem 30 anos no Senado. Chamei o Carreiro para invocar o Maranhão. Lá, há o museu do Padre Antonio Vieira.

José Maranhão é Senador. A única mágoa que tenho dele é que devia ser José Piauí!

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – (*Intervenção fora do microfone.*) Mas a Paraíba não deixa!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é!

O Padre Antonio Vieira, que viveu no Brasil, disse que um bem nunca vem só, vem acompanhado de outro bem. Mas, por analogia, um mal, Senador Tasso Jereissati, vem acompanhado de outro mal. O mal é o Governo que está aí, atrasado, incompetente, despreparado.

Senador Gilvam Borges, Napoleão, o francês, com todo o respeito ao Senador que representou o Piauí nesta Casa, disse que a maior desgraça, Senador Cristovam Buarque, é exercer um cargo para o qual não se está preparado.

Foi o Lula! Foi o Lula! Não estava preparado.

Atentai e vede! Eu disse que ninguém – e o Cristovam Buarque era de lá e conhece muitas histórias – do núcleo duro chegaria aqui. Senador Geraldo Mesquita deve pensar: “Esse Mão Santa é doido! Ninguém do núcleo duro!”

O núcleo duro já acabou. Acabou! Eu disse que nenhum entraria aqui. Por que, Gilvam? Atentai bem! Tudo o que se passou aqui foi correto, e o Brasil é testemunha.

Hoje, Geraldo Mesquita, comemoram-se os 180 anos do Senado. Até o Presidente Sarney foi no rumo, mas ele não sabe direito a origem disso, não.

Deus invocou, lá, nos Estados Unidos. Foi Deus quem criou isso.

Gilvam Borges, ocorreu o seguinte: Moisés foi ungido por Deus, que disse: “Liberte seu povo!” Ele, com sua crença, não querendo nem saber se havia faraó, exército, Mar Vermelho, foi. Quarenta anos. Aqui, são 180 anos. É um bocado de tempo: fome, deserto, sede.

Atentai bem! Moisés recebeu as leis. E esta é uma Casa onde se fazem leis. A lei é uma inspiração divina. A lei. Mas o povo foi atrás do bezerro de ouro, como o Lula, voando, tirando fotografias das pirâmides do Egito! Ele nem sabia o que era aquilo, pensava que era para ele e a Marisa tirarem fotos! Foram os governantes do Egito, Gilvam, propiciando trabalho.

“Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Aqui-lo era para isto: trabalho. É o que não tem neste País. Sim, mas houve uma hora em que Moisés fraquejou e quis desistir, Geraldo Mesquita. Aquebrantado o povo, ele ouviu uma voz divina: “Busque os mais velhos, os mais experimentados, setenta deles, e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”. Aí nasceu a idéia do Senado, onde legislam os mais velhos, os mais experimentados.

Essa instituição foi melhorada na Grécia, em Roma. A instituição Senado tem mais de dois mil e quinhentos anos. Na França, surgiu pelo povo, que gritou nas ruas: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Fez cair os reis, e apareceram, inspirado em Montesquieu, esses senados modernos, melhorados – e foi melhorando ainda mais. Na Inglaterra, há a Câmara dos Lordes – que somos nós aqui –, os intelectuais, e a dos Comuns. É um sistema bicameral, como este. É para isso que serve. Lamentamos o que acontece neste instante. Os mais experimentados, muitos deles foram Prefeitos, e Lula não o foi; muitos foram Governadores de Estado, e Lula não o foi. Como eu disse, Senador Heráclito Fortes, a maior desgraça é exercer um cargo para o qual não se está preparado.

Cadê o Partido deles, o PT? Já desistiram. Eram esses que tinham de levar para Lula o que se discute aqui. Esse é o sentido do Senado. Está vazio. Cadê o PT?

Esta é a Casa do debate. Parlamento vem do verbo “parlar”. É do debate que nasce o consenso, o melhor caminho. Mas a Bolívia...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito e Professor Cristovam Buarque, o livro **O Mundo é Plano** está em primeiro lugar na lista dos mais vendidos no **The New York Times**. O mundo não é mais redondo! Não é negócio de Bolívia, nem porque é vizinho o Uruguai, não! O mundo, hoje, é todo plano! É uma aldeia global. Devemos ter esse entendimento e saber de história.

Representei este Senado na Venezuela e percebi isso. Lula está igual ao Jamanta, aquela personagem da novela – a que já vou assistir –, pois não sabe de nada e nada viu. É o “Lula Jamanta”. Eu fui lá e vi, Senador Efraim Morais. Sabe o que eles falam lá? “América Bolivariana”, diz esse Chávez. Eu vi; eu estive lá: “América Bolivariana”.

Professor Cristovam, atentai bem! Não vou dizer a V. Ex^a para aprender, porque V. Ex^a sabe tudo, mas lembre nossa História, quando D. João VI disse: “Filho, pegue a coroa e a coloque em sua cabeça antes que um aventureiro a coloque antes de ti”. Esse aventureiro, Lula, era Simon Bolívar, que estava fazendo a independência em todas as Américas, que saiu da Venezuela conquistando e fazendo as repúblicas. Então, a história e a cultura deles é diferente da nossa.

Petrônio Portella ensinou-me, Senador Heráclito, a não agredir os fatos. Este é o fato: fomos colonizados por portugueses. Havia o sonho religioso – essa é a verdade – e o sonho de buscar riquezas, o ouro. Eles têm outra cultura, também têm a cultura religiosa e a da busca de ouro e de glória. Eles brigam mesmo!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Somos pacíficos. “Independência ou morte!” Nenhuma morte. Essa é a nossa cultura. Essa é a cultura de um País hegemônico. Vamos cuidar.

Aí o Jamanta saiu por aí, e o Dirceu, traquino, colocou-o num avião para ser o líder das Américas, o líder do mundo. É a ignorância audaciosa. Essa não é a nossa cultura hegemônica.

D. Pedro I, nove anos; D. Pedro II, quarenta e nove anos no poder. Atentai bem, pois isso é importante, Senador Heráclito Fortes! Sabe o que ele disse? Esta instituição funcionava, era o Poder Moderador. Atentai bem, Senador Gilvam Borges! Ele disse: “Se eu não fosse Imperador, eu queria ser Senador”. D. Pedro II disse isso. Ele vinha assistir às reuniões; deixava o cetro e a coroa e vinha beber saber. Lula foge daqui como o diabo foge da cruz!

Já concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Lamento dizer o seguinte: o Brasil só ganhou mesmo do Haiti, porque eles estão em guerra civil. Nós não temos trabalho, não temos oportunidade e não temos progresso. Atentai bem! Todo mundo está indo – diz o autor – para a Índia, para a China e para a Rússia, que estão crescendo 10%. Nós, há anos, não crescemos. Qual a oportunidade desses jovens?

A Índia não tem riqueza natural, mas estão explorando a riqueza. Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem, o saber, o cérebro. Engenheiros estão fazendo curso de Inglês. Quando V. Ex^a recebe um telefonema, Senador Gilvam Borges, V. Ex^a está pensando que é de um brasileiro? Não é, não! É *call center* da Índia. Eles falam em português e oferecem propostas de turismo e de investimentos na rede bancária, porque eles se atualizaram e criaram oportunidades de trabalho com salários sem complicações.

Na Austrália, para abrir uma firma, gastam-se dois dias. É louco quem quiser ser empreendedor no Brasil! Ó Deus, está louco quem quiser ser empresário no Brasil! São 76 impostos. Os juros são os mais altos do mundo! Há complicação por parte dos delegados de trabalho. Para se fechar uma firma no Brasil, são mais de 10 anos. Na Austrália, em dois dias, abre-se uma firma. Esse é o mundo moderno. Esse mundo aqui ficou complicado e difícil.

Senador José Maranhão, tive um Secretário de Indústria e Comércio muito bom, no Piauí. Inclusive, foi presidente das indústrias no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, apelo a V. Ex^a que conclua, devido ao tempo avançado e em consideração aos outros oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele me encontrou e disse o seguinte: “A vida fora do Governo está difícil”. Está difícil! Está bom para o Lula, para o Planalto, para o PT. E para nós aqui?

Essa é a verdade, e a verdade se torna a vergonha quando a corrupção é outro mal, além da maior carga de imposto, dos maiores juros do mundo, das maiores complicações. É a corrupção que destrói o progresso e tira a oportunidade de todos.

Um mal nunca vem só. Há desemprego. Basta que eu diga que detemos a insignificante participação de 1% do desenvolvimento e que devemos perder ainda mais. O Brasil estava na 57^a posição em desenvolvimento, mas passou para a 65^a posição.

Um quadro vale por dez mil palavras. Senador Heráclito, atentai bem! O filho do Vice-Presidente da República, Josué Gomes da Silva, tem US\$100 milhões para aplicar. Disse que, no Brasil, não há jeito. Ninguém está querendo investir neste Brasil complicado, neste

Brasil que não progride. Essa é que é a verdade. Um de nossos principais empresários, filho do Vice-Presidente, descarta qualquer possibilidade de investir em sua própria terra, mas se deve ainda constatar que o Sr. José Gomes da Silva não é uma voz isolada. O investimento ele faz em outros países.

São estas as nossas palavras.

Que este Senado alerte o povo, como nós alertamos. O primeiro a chamar José Dirceu de José Maligno fomos nós, aqui. Há três coisas que só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. O Senado estancou a "cubanização" que haveria neste País.

Cumprimento todos os que debatem o problema do nosso relacionamento com a Bolívia. Como médico, sei que o importante é a causa, a origem, a etiologia. O importante é que o Presidente da República não entendeu o significado das palavras de Rui Barbosa quando disse que a primazia tem de ser do trabalho, do trabalhador. O trabalhador vem antes porque é ele que faz a riqueza. Lula ajoelhou-se aos banqueiros, que são os que estão bem neste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar o meu resumido discurso, quero garantir ao Senador Cristovam Buarque que não vou falar sobre o *affair*, sobre o problema do gás, esse contencioso com a Bolívia, até porque o fato mais contundente desse processo já se materializou, que é a estatização do gás naquele país.

De forma que os Senadores fiquem tranqüilos, neste final de sessão e ainda com muitos oradores inscritos para falar, pois espero resumir as minhas palavras ao meu tempo regimental.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a vai gastar o seu gás com outro assunto. Não é isso?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Exatamente, vou utilizar o gás brasileiro.

Estou apresentando o seguinte requerimento, Sr. Presidente:

Nos termos do disposto no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre a execução do Programa de Ajuste Fiscal do Governo do Estado da Paraíba, firmado com a União, nos termos do Contrato de Consolidação e Reescalonamento

de Dívidas, no tocante à Dívida Consolidada de Longo Prazo:

1. O Estado da Paraíba cumpriu todas as exigências e metas do Programa de Ajuste Fiscal desde o seu início até o presente momento? Em caso negativo, listar os pontos que foram descumpridos.

2. O Estado da Paraíba cumpriu e cumpre todas as exigências do Contrato de Consolidação e Reescalonamento de Dívidas? Em caso negativo, listar os pontos que foram descumpridos.

3. Houve a aplicação de alguma multa ao Estado da Paraíba em função de descumprimento do Programa de Ajuste Fiscal ou do Contrato de Consolidação e Reescalonamento de Dívidas? Em caso positivo, qual o valor da multa e o motivo específico de sua aplicação?

4. Informar o valor do saldo devedor da dívida refinanciada ao final dos exercícios de 2003, 2004 e 2005.

5. Informar o valor pago a título de amortização e juros da dívida refinanciada nos exercícios de 2003, 2004 e 2005.

Justificação

Noticia-se a existência de uma multa imposta pelo Tesouro Nacional ao Governo do Estado da Paraíba, em decorrência da falta de cumprimento de metas do Programa de Ajuste Fiscal.

Os valores aplicados e a forma de pagamento são desconhecidos pela população, contribuinte de impostos e taxas. Consideramos que este tipo de informação deve ser de domínio público. No entanto, diante da dificuldade em obter a confirmação ou não da existência da supracitada multa, requeremos que o Ministério da Fazenda nos informe de sua existência, assim como solicitamos informações e dados sobre a execução do Programa de Ajuste Fiscal, nos termos acima, nos últimos três exercícios.

A presente iniciativa está em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal, porquanto cabe ao Poder Legislativo fiscalizar os atos do Poder Executivo, mormente em matéria que envolve a competência privativa do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, para ser fiel ao compromisso de ser sucinto e breve, assumido com os colegas que ainda estão inscritos para

falar e que certamente vão trazer assuntos do maior interesse deste Senado e do País.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador José Maranhão, a Mesa agradece o gesto de V. Ex^a, permitindo, assim, que seus colegas possam fazer uso da palavra também.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

Após S. Ex^a, falará este Senador e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque. Possivelmente, depois do Senador Cristovam Buarque, a sessão será encerrada.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a defesa que sempre faço de que se propiciem as necessárias e verdadeiras condições para o pleno desenvolvimento da Região Amazônica não corresponde tão-somente ao cumprimento de meu dever como representante eleito do Estado do Amapá.

Estou convicto de que, ao pugnar pelo progresso da Amazônia, defendo, ao mesmo tempo, os melhores interesses da Nação, cumprindo, nesse sentido, meu mais sagrado dever como Senador da República.

É que o potencial de geração de riqueza existente na minha região é tão vasto que deixar de explorá-lo adequadamente representa um enorme desperdício. Um desperdício não apenas do ponto de vista dos amazônidas, mas para o conjunto do povo brasileiro.

É a partir dessa compreensão que tenho sempre ressaltado, por exemplo, a importância do modelo de desenvolvimento regional denominado Zona Franca de Manaus, o qual se estende pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, abrangendo ainda as cidades de Macapá e Santana, no meu Estado do Amapá. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que tem por escopo estimular o desenvolvimento de uma área vastíssima, correspondente a mais de uma quarta parte do território nacional.

A importância estratégica e geopolítica da Zona Franca de Manaus para a Amazônia e para o Brasil é inegável, valendo, nesse sentido, mencionar alguns dados.

O vetor mais significativo desse modelo de desenvolvimento regional é o Pólo Industrial de Manaus, que conta, hoje, com mais de 450 empresas. No período de janeiro a dezembro de 2005, esses estabelecimentos geraram mais de 100 mil empregos diretos, o que representa crescimento próximo a 15% em relação ao período ante-

rior. O faturamento, no mesmo período, chegou a quase US\$19 milhões, mais de 36% superior ao do ano anterior, e as exportações tiveram resultado superior a US\$2,140 bilhões, com crescimento de mais de 85%.

O órgão que tem a responsabilidade de gerir a Zona Franca de Manaus é a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os resultados positivos que vêm sendo obtidos pela Zona Franca de Manaus têm permitido à Suframa contribuir de forma significativa para a interiorização do desenvolvimento. No período de 1997 a 2.004, a Suframa aplicou, em recursos próprios, quase que R\$540 milhões em 784 projetos de infra-estrutura econômica, de pesquisa e desenvolvimento, e de capacitação de recursos humanos para a evolução científica e tecnológica da nossa amada e querida região.

Dessa forma, a Suframa atendeu demandas oriundas dos agentes econômicos e dos governos estaduais e municipais do Amazonas, do Acre, de Roraima, de Rondônia e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, proporcionando a geração de quase 7.500 empregos diretos e mais de 58 mil indiretos na Amazônia Ocidental. Os reflexos diretos desses investimentos beneficiaram quase 917 mil famílias, em razão de convênios firmados.

O pleno funcionamento desses projetos de desenvolvimento regional, por seu turno, terá impacto social ainda mais amplo. Basta ver que dos 784 projetos financiados com recursos próprios da Suframa já foram avaliados 401 projetos, e estes geraram quase 53 mil empregos diretos, mais de 101 mil indiretos e trouxeram benefícios para quase um milhão e cem mil famílias.

A contribuição que a Suframa tem prestado à formação de capital intelectual na região é de grande monta. Quase R\$13 milhões foram investidos na implantação de 20 cursos, dos quais quatro de doutorado, nove de mestrado e sete de especialização. Até o presente momento, já foram formados 56 especialistas, 55 mestres e cinco doutores. Nos próximos três anos, o número de profissionais formados nesses cursos deverá superar 680.

Outro importante benefício é o resultante da gestão dos recursos de pesquisa e desenvolvimento previstos na Lei de Informática. As empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus que são fabricantes de bens de informática estão submetidas à obrigatoriedade de ampliação de 5% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Graças a esse mecanismo, foram aplicados, nos últimos anos, quase R\$600 milhões em projetos de treinamento, pesquisa, laboratórios, entre outros. Esses projetos vêm contribuindo para o

fortalecimento do sistema regional de ciência, tecnologia e inovação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de meus anos de existência, foram atribuídos à Suframa novas competências. No entanto, a estrutura de recursos humanos de que dispõe essa autarquia federal não evoluiu de forma correspondente a essa ampliação de suas competências.

A Suframa conta hoje com apenas 264 servidores no seu quadro efetivo de pessoal. Essa drástica carência de recursos humanos vem sendo sistematicamente compensada por meio de contratação de mão-de-obra. No momento, são 581 pessoas os colaboradores contratados pela autarquia, perfazendo, desse modo, um total de 845 técnicos, aí somados os servidores efetivos e os colaboradores contratados. Esse número de funcionários não atende às necessidades atuais da instituição, cujo quadro ideal é de 1.064 servidores.

O fato é que a Suframa se ressentida da não-realização de concurso público há mais de 20 anos, realização que precisa ser feita com urgência. Mas, de outra parte, é importante ressaltar que a mera realização de um concurso público não solucionará a situação de deficiência de recursos humanos que a Suframa hoje experimente.

Deve-se ter em conta que as atividades inerentes aos novos desafios incluídos na competência da Suframa estão a requerer um quadro de pessoal não apenas ampliado, mas também especializado. A autarquia necessita de servidores com conhecimentos multidisciplinares em áreas de incluem controle de incentivos, do desenvolvimento sustentável, comércio exterior, cooperação e inserção nacional e internacional, turismo, biotecnologia, nanotecnologia, microeletrônica e gestão tecnológica.

Trata-se, pois, de suprir o quadro da instituição, não apenas em termos de quantidade, mas, também, de qualidade, para que ele, atraindo profissionais dotados das aptidões hoje requeridas pela ampla gama de atividades que a Suframa é chamada a exercer.

Previamente à realização de concurso público, portanto, é necessário aprovar o Plano de Cargo e Carreira de Especialista em Desenvolvimento Regional da Suframa.

Esse plano já se encontra em tramitação. Em 18 de janeiro do ano passado, por intermédio do Aviso nº 005/MDIC, o Exm^o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, encaminhou ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a proposta de criação desse Plano devidamente protocolado naquele Ministério.

Em 09 de janeiro do corrente ano, os dirigentes da Suframa e o Presidente do Sindicato dos servidores da autarquia foram recebidos em audiência pelo Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sr. Presidente, já se vai o tempo e temos ainda outros colegas a se pronunciarem. Darei o restante do meu pronunciamento como lido, para que se possa registrá-lo nos Anais desta Casa. Quero dizer ao povo de Manaus, do Acre, de Rondônia, de Roraima e ao meu querido povo do Amapá que a política deve ser integrada e conjunta. Quando defendemos cada Estado da Região, estamos nos autofortalecendo. A Zona Industrial também é um sonho no qual persistimos e que perseguimos para que possamos ter também a condição de desenvolvimento. A Suframa tem levado benefícios ao Estado do Amapá, com mais de quinze projetos já executados em nossa capital.

Viva a Amazônia! Viva o Amapá! Viva o Brasil!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR GILVAM BORGES.

DO SENADOR GILVAM BORGES (PMDB – AP)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a defesa que sempre faço de que propiciem as necessárias condições para o pleno desenvolvimento da região amazônica corresponde, tão-somente, ao cumprimento de meu dever como representante eleito do Estado do Amapá. Estou convicto de que, ao pugnar pelo progresso da Amazônia, defendo, ao mesmo tempo, os melhores interesses da Nação, cumprindo, nesse sentido, mais sagrado dever como Senador da República.

É que o potencial de geração de riqueza existente na minha região é tão vasto que deixar de explorá-lo adequadamente representa um enorme desperdício. Um desperdício não apenas do ponto de vista dos amazônidas, mas para o conjunto do povo brasileiro.

É a partir dessa compreensão que tenho sempre ressaltado, por exemplo, importância do modelo de desenvolvimento regional denominado Zona Franca de Manaus, o qual se estende pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, abrangendo, ainda, as cidades de Macapá e Santana, no meu Estado do Amapá. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que tem por escopo estimular desenvolvimento de uma área vastíssima, correspondente a mais de uma quarta parte do território nacional.

A importância estratégica e geopolítica Zona Franca de Manaus para a Amazônia e para o Brasil é inegável, valendo, nesse sentido, mencionar alguns dados.

O vetor mais significativo desse modelo de desenvolvimento regional é o Pólo Industrial de Manaus, que conta, hoje, com mais de 450 empresas. No período de janeiro a dezembro de 2005, esses estabelecimentos geraram mais de 100 mil empregos diretos, o que representa crescimento próximo a 15% em relação ao período anterior. O faturamento, no mesmo período, chegou a quase 19 bilhões de dólares, mais de 36% superior ao do ano anterior, e as exportações tiveram resultado superior a 2 bilhões 140 milhões de dólares, com crescimento de mais de 85%.

O órgão que tem a responsabilidade de gerir a Zona Franca de Manaus é a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), autarquia federal, vinculada ao Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os resultados positivos que vêm sendo obtidos pela Zona Franca de Manaus têm permitido à Suframa contribuir de modo significativo para a interiorização do desenvolvimento. No período de 1997 a 2004, a Suframa aplicou, em recursos próprios, quase 540 milhões de reais em 784 projetos de infra-estrutura econômica de pesquisa e desenvolvimento e de capacitação recursos humanos para evolução científica e tecnológica região.

Dessa forma, a Suframa atendeu demandas oriundas dos agentes econômicos, Governos Estaduais e Municipais do Amazonas, do Acre, de Roraima, de Rondônia e da Área de Livre Comércio de Macapá—Santana, proporcionando a geração de quase 7 mil e 500 empregos diretos e mais de 58 mil indiretos na Amazônia Ocidental. Os reflexos diretos desses investimentos beneficiaram quase 917 mil famílias, em razão de convênios firmados.

O pleno funcionamento desses projetos de desenvolvimento regional, por seu turno, terá impacto social ainda muito mais amplo. Basta ver que, dos 784 projetos financiados com recursos próprios da Suframa, já foram avaliados 401 projetos, e estes geraram quase 53 mil empregos diretos, mais de 101 mil indiretos e trouxeram benefícios para quase 1 milhão e 100 mil famílias.

A contribuição que a Suframa tem prestado à formação de capital intelectual na região e, também, de grande monta. Quase 13 milhões de reais foram investidos na implantação de vinte cursos, sendo quatro de doutorado, nove de mestrado e sete de especialização. Até o presente, já foram formados 56 especialistas, 55 mestres e 5 doutores. Nos próximos três anos, o número de profissionais formados nesses cursos deverá superar 680.

Outro importante benefício é o resultante da gestão dos recursos de pesquisa e desenvolvimento previstos na Lei de Informática. As empresas instaladas

no Pólo Industrial de Manaus que são fabricantes de bens de informática estão submetidas à obrigatoriedade de aplicação de 5% do seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Graças a esse mecanismo, foram aplicados, nos últimos anos, 600 milhões de reais em projetos treinamento, pesquisa, laboratórios, **hardware, software**, entre outros.

Esses projetos vêm contribuindo para o fortalecimento do sistema regional de ciência, tecnologia e inovação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ao longo dos seus anos de existência, foram atribuídas à Suframa novas competências. No entanto, a estrutura de recursos humanos de que dispõe essa autarquia federal não evoluiu de forma correspondente a essa ampliação de suas competências.

A Suframa conta, hoje, com apenas 264 servidores no seu quadro efetivo de pessoal. Essa drástica carência de recursos humanos vem sendo sistematicamente compensada por meio da contratação de mão-de-obra. No momento, são 581 os colaboradores contratados pela autarquia, perfazendo, desse modo, um total de 845 técnicos, aí somados os servidores efetivos e os colaboradores contratados. Esse número de funcionários não atende às necessidades atuais da instituição, cujo quadro ideal é de 1 mil e 64 servidores.

O fato é que a Suframa se ressentida da não-realização de concurso público há mais de vinte anos. Mas, de outra parte, é importante ressaltar que a de mera realização um concurso público não solucionará a situação de deficiência de recursos humanos que a Suframa hoje experimenta.

Deve-se ter em conta que as atividades inerentes aos novos desafios incluídos na competência da Suframa estão a requerer um quadro de pessoal não apenas ampliado, mas, também, especializado. A autarquia necessita de servidores com conhecimentos multidisciplinares em áreas que incluem controle de incentivos, desenvolvimento sustentável, comércio exterior, cooperação e inserção nacional e internacional, turismo, biotecnologia, nanotecnologia, microeletrônica, gestão tecnológica.

Trata-se, pois, de suprir o quadro da instituição não apenas em termos de quantidade, mas, também, de qualidade, para ele atraindo profissionais dotados das aptidões hoje requeridas pela ampla gama de atividades que a Suframa é chamada a exercer.

Previamente à realização de concurso público, portanto, é necessário aprovar o Plano de Cargo e Carreira de Especialista em Desenvolvimento Regional da Suframa.

Esse plano já se encontra em tramitação. Em 18 de janeiro do ano passado, por intermédio do Aviso nº 5/MDIC, o Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvol-

vimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, encaminhou ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a proposta de criação desse plano, evidentemente protocolado naquele Ministério.

Em 9 de janeiro do corrente ano, os dirigentes da Suframa e o Presidente do sindicato dos servidores da autarquia foram recebidos em audiência pelo Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na oportunidade, obtiveram a informação de que a proposta seria levada, pelo Ministro daquela Pasta, à deliberação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República em audiência que seria realizada dois dias mais tarde. Até o momento, contudo, isso não ocorreu.

Deve-se destacar, Senhor Presidente, que as despesas decorrentes da criação do Plano de Carreira serão arcadas com recursos próprios da autarquia, oriundos da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que instituiu a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Suframa. Os recursos provenientes da arrecadação da TSA são creditados à Suframa e destinados ao custeio e às atividades fins da autarquia, obedecendo às prioridades por ela definidas, na forma do disposto nos artigos 5º e 6º da citada Lei nº 9.960. Além disso, a proposta de Plano de Carreira apresentada está em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Com efeito, a proposta apresentada pela Suframa atende todos os pré-requisitos exigidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para aprovação de planos de carreira, quais sejam: tratar-se de uma agência com arrecadação própria; tratar-se de uma entidade com características de agência de desenvolvimento regional; tratar-se de uma entidade com quadro de pessoal reduzido e enxuto; e tratar-se de uma entidade com poder de polícia, com competência própria de Estado.

Ademais, é preciso enfatizar que a utilização de mão-de-obra terceirizada por parte da Suframa tem sido objeto de ressalvas por parte das equipes de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), exatamente porque esses colaboradores exercem atividades típicas representando, inadequada para suprir assim, a deficiência uma solução de pessoal na autarquia. O TCU já recomendou ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e à Suframa, por intermédio do Acórdão nº 1.019/2003, que:

“Envide esforços com vistas à criação de um plano de carreira dos servidores da Suframa, que institua, entre outros, cargos na área de fiscalização com atribuição e remuneração compatíveis com a responsabilidade da função”.

Por tudo isso, e levando ainda em consideração que o quadro técnico da Suframa é o responsável direto pelos excelentes resultados econômicos e sociais alcançados pela Zona Franca de Manaus em toda a Amazônia Ocidental, faço um veemente apelo ao Poder Executivo para que seja rapidamente aprovado o Plano de Cargo e Carreira de Especialista em Desenvolvimento Regional da Suframa. A implantação desse Plano terá reflexos imediatos, uma vez que fortalecerá as ações de controle e a condução exitosa da Zona Franca de Manaus, valorizando o servidor como agente essencial no processo de criação e de sustentação do sucesso desse modelo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Já houve tempo em que o Governo Federal esteve seriamente preocupado com os riscos inerentes à escassa ocupação dessa vasta parcela do nosso território que é a Amazônia.

A criação da Zona Franca de Manaus teve por finalidade atender o interesse estratégico e geopolítico da Nação em melhor ocupar e em desenvolver economicamente a Região Amazônica. A iniciativa mostrou-se acertada, pois a Zona Franca de Manaus tem dado uma extraordinária contribuição ao progresso da minha região.

É mais do que conveniente portanto, fortalecer esse modelo de desenvolvimento regional e a autarquia Responsável pela sua gestão, Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. A ocupação econômica e populacional da Região Amazônica, sua efetiva integração ao território nacional, a adequada exploração de seu enorme potencial de gerar riqueza para o País corresponde à defesa dos interesses de todos os brasileiros. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos as vibrantes palavras do Senador Gilvam Borges, que também é novelista: vai apresentar em breve “Mãe do Rio”, na TV Tucuju. Todo o Brasil espera que o seu brilhantismo como Senador se repita em sua carreira de novelista.

Após consultar a lista de oradores, concedemos a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior do PMDB do Estado do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caríssimo Sr. Presidente, Senador Mão Santa, prezados companheiros que aqui ainda resistem com suas presenças, contrariando o Senador Cristovam Buarque, vou ferir o *affaire* Brasil-Bolívia, mas o faço por uma razão: há um fato novo.

Eu venho acompanhando o debate sobre esse assunto nos últimos dias e não havia ainda me pronunciado sobre a questão por considerar que meu discurso, a par do que já vem sendo dito nesta Casa, não acrescentaria muito.

Qual é o fato em si? É o reconhecimento que todos nós somos obrigados a fazer da soberania do povo boliviano e do direito que aquela nação tem de definir os rumos e a vida no seu país. Interesses brasileiros, empresas brasileiras estão envolvidas nesse imbróglio e, como bem diz o Senador Cristovam Buarque, são grandes o suficiente para saírem dessa situação com suas questões resolvidas.

Acontece, Sr. Presidente Mão Santa, que hoje nos deparamos com afirmações atribuídas ao Presidente Evo Morales que, se autênticas, se verdadeiras, mudam completamente o quadro que vem sendo analisado nesta Casa acerca dessa questão. Ressalvo a possibilidade de o que é reproduzido pela mídia não corresponder exatamente à verdade, tenho ainda esperança de ver desmentida a notícia de que o Presidente Evo Morales pronunciou a seguinte frase: “Lamento muito que o Acre tenha sido comprado em troca de um cavalo”.

Ele mexeu com os calos dos acreanos e também dos brasileiros, Senador Mão Santa, e explico por quê. Primeiro, porque isso é uma arrematada mentira. Ele mente deslavadamente ou falta com a verdade por desconhecimento histórico inclusive. Ele não tem direito a uma coisa nem a outra. O presidente de uma nação amiga não tem o direito de mentir e, muito menos, de faltar com a verdade por desconhecimento histórico.

O Acre foi conquistado naquela que, no Acre, consagramos como Revolução Acreana. Ela envolveu milhares de acreanos e nordestinos que, comandados pelo Coronel Plácido de Castro, conquistaram o Estado à bala, Senador Mão Santa. O Acre é o único Estado que fez a opção de ser brasileiro.

Se for verdade que o Presidente Evo Morales fez essa afirmação, ela é lastimável. Não lhe assiste o direito de fazer tal afirmação. Com isso, ele talvez esteja trazendo à luz a sua verdadeira motivação, que seria, na verdade, Senador Heráclito Fortes, pura retaliação ao País.

Acreditava-se, até poucos instantes atrás, que a sua motivação seria a defesa do direito legítimo do

povo boliviano de determinar o seu destino fixando a sua soberania. Esse direito é incontestável. Não há Senador, não há brasileiro, não há ninguém que não reconheça o direito do povo boliviano de fixar os limites de sua soberania e de pugnar por eles.

A Bolívia é um país bem menor do que o Brasil, mas historicamente, como nós, Senador Mão Santa, também é um país, nas suas origens, espoliado, colonizado, explorado. Então, é legítimo o direito do povo boliviano de fixar, de querer fixar agora os limites de sua soberania. Isso constava da plataforma de campanha do Presidente Evo Morales e, como dizem aqui e disseram vários Senadores, ele apenas dá cumprimento ao programa de campanha e de governo que ele prometeu seguir.

No entanto, ele afirma que lamenta que o Acre tenha sido comprado em troca de um cavalo, o que é uma rematada mentira. Isso, Senador Mão Santa, dito por um cidadão boliviano que, com todo o direito, tivesse tomado uma carraspana e estivesse inebriado em praça pública, já não seria aceitável, o que dirá dito pelo presidente do país! É inadmissível que algo dessa natureza tenha sido proferido pelo mandatário de uma nação amiga como a nação boliviana.

Portanto, eu queria aqui fazer uma reflexão e por isso me obriguei a vir aqui tratar desse assunto pela primeira vez. Eu não havia ainda me envolvido na discussão desse assunto, acompanhava-o com atenção nesta Casa, mas não havia me envolvido. Mas hoje não poderia deixar passar batido esse assunto, porque a afirmação do Presidente Evo Morales muda completamente o quadro. A motivação do povo boliviano é a afirmação de sua soberania. Se o Presidente Evo Morales disse exatamente o que está escrito aqui, ele revela que a motivação dele, pessoal, é a retaliação, o que é algo absolutamente inadmissível.

Espero, inclusive, que, numa outra declaração, ele possa, quem sabe, Senador Mão Santa, colocar as coisas em outros termos, porque não há possibilidade de admitirmos estes. Conduzir os interesses da Bolívia e do povo boliviano com base em ressentimentos pequenos e na retaliação, Senador Cristovam Buarque, é algo inadmissível, não pode figurar como fazendo parte da índole de um mandatário, de um presidente de um país amigo.

Conheço a índole do povo boliviano pela convivência fronteiriça e sei que é um povo bravo, um povo valente, mas que também é amistoso e fraterno. Sendo assim, sei que a motivação daquele povo jamais será a da retaliação.

Portanto, com essa afirmação, o Presidente Evo Morales corre um sério risco de se isolar, inclusive no seu País, trazendo à luz a verdadeira motivação que o

levou a tomar de nacionalização das riquezas do subsolo boliviano, o que admitimos e respeitamos, porque pugnamos da mesma forma em nosso País.

Quero, portanto, lavrar o meu protesto, Senador Mão Santa. Primeiro pela indelicadeza, pela infelicidade das declarações do Presidente da Bolívia, se elas corresponderem à verdade, se ele efetivamente as proferiu. Estou aqui ressaltando a possibilidade de ele não ter dito isso. Ressalvo essa possibilidade.

Mas, se a Imprensa reproduziu com fidelidade as afirmações do Sr. Presidente Evo Morales, quero lavrar meu veemente protesto em meu nome pessoal, em nome do povo acreano, em nome do povo brasileiro, que não pode admitir, de forma alguma, que um fato histórico ocorrido há mais de cem anos, já superado, possa vir à luz agora provocar um ato que fundamenta a motivação do Presidente Morales: pura retaliação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aprendemos muito com o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior. A razão do patrono da capital do seu Estado, Rio Branco, traduz a diplomacia e simboliza que o nosso País é na América do Sul o que a Suíça é na Europa.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal, do grandioso Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, protestei aqui porque o Presidente Evo Morales parecia ter nacionalizado o Senado Brasileiro, que não deveríamos falar nisso. Mas vou abordar esse assunto por uma preocupação: há momentos em que o papel de um líder é insuflar o povo de seu país talvez até à guerra, se preciso. Mas há momentos em que o papel de um líder é acalmar o seu povo, evitar que os conflitos, sobretudo entre povos vizinhos, aumentem.

Está na hora de os líderes brasileiros assumirem o papel de calmantes, de tranquilizadores nas relações com a Bolívia, porque, se tivermos amanhã um apagão em São Paulo, por problema em qualquer hidrelétrica nossa, e correr o boato de que é culpa de Evo Morales por ter cortado o fornecimento de gás, não demoraremos a ver bolivianos sendo constrangidos nas ruas e, mais do que constrangidos, sofrendo violências. Se um boliviano aqui sofrer violência, os nossos brasileiros, os jovens que estão lá – e o Senador Heráclito Fortes lembrou há pouco –, poderão ser também vítimas de violência. E se houver violência de dois ou três brasileiros de um lado e três bolivianos de outro, não saberemos como terminará o conflito que há hoje entre o governo boliviano e uma empresa brasileira, uma empresa da maior respeitabilidade, que é cara

ao nosso espírito de brasileiros. Não é uma empresa qualquer; é a Petrobras, produto de uma luta brasileira, tanto quanto a luta o Presidente Evo Morales neste momento para defender interesses bolivianos.

O Presidente Evo Morales cometeu um equívoco ao achar que o nacionalismo de hoje é o mesmo de cinquenta anos atrás. Não é. Com o processo de globalização hoje, ninguém pode nacionalizar nada impunemente. Não porque o Brasil vai perseguir ou porque o Senado brasileiro vai gastar tempo falando dele; não. É porque no mundo inteiro, hoje, há dúvidas sobre a conveniência de investir ou não na Bolívia. Esse é um preço alto que a Bolívia vai pagar, mas é ela que tomou a decisão, é o povo boliviano que está defendendo essa decisão, esse é um problema do povo boliviano e da Bolívia.

No Brasil, temos dois problemas: um é manter o fornecimento da energia de que necessitamos; o outro é não deixar esgarçar a nossa relação com a Bolívia.

Há 50 anos aconteceu no Irã exatamente o mesmo que está acontecendo na Bolívia, quando o Primeiro-Ministro, um nacionalista chamado Mossadegh, nacionalizou uma empresa que se chamava Anglo-Persian Oil Company, uma empresa anglo-iraniana, conforme havia prometido na campanha para chegar a primeiro-ministro.

O que fez a empresa? Procurou o governo inglês e convenceu o Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill, de quem lembramos como um grande líder na guerra contra o nazismo e muitas vezes esquecemos o papel imperialista que ele desempenhou. O governo Churchill foi convencido a pôr toda a máquina do Estado britânico para defender aquela empresa; não o povo.

Nos Estados Unidos, à época, era Presidente Harry Truman, que não aceitou essa provocação e tentou pacificar esse conflito. Truman terminou o seu mandato durante o conflito. Assumiu Eisenhower, que apoiou uma guerra contra o Irã como forma de derrubar o governo. Não invadiram, a não ser com a CIA. E não estou falando genericamente, há livros escritos sobre o assunto. Recomendo um publicado recentemente no Brasil, **Todos os homens do Xá**. Derrubaram o Mohamed Mossadegh.

E durante um pouco mais de vinte anos os Estados Unidos e a Inglaterra tiveram petróleo quase de graça, devido a um preposto que colocaram chamado Xá Reza Pahlevi. Só que títere não dura para sempre. Caiu. Foi substituído pelo governo atual dos Xiitas.

E os americanos, que tiveram petróleo grátis durante vinte anos, hoje, não podem pôr os pés no Irã; não têm acesso a uma das mais expressivas fontes de energia, que é a iraniana. E, dentro em breve, vão

perder a do Iraque. Por quê? Por que, ao invés de dialogar, invadiram; ao invés de dialogar, conflitaram.

Esse conflito que estamos às vésperas de provocar com a Bolívia, não um conflito de guerra, mas de palavras, de humores, pode levar simplesmente a que a Bolívia perca nossos dólares, porque vamos deixar de comprar o gás que eles têm. Vamos comprar na Argélia, vamos comprar na Rússia, mas vamos pagar mais caro, até pelo custo do transporte.

Hoje, a Senadora Heloísa Helena lembrou que o PT foi contra a construção do gasoduto. Eu era do PT, mas não fui contra. Achei que era uma decisão correta do ponto de vista estratégico. E continua sendo, porque haverá uma negociação da Petrobras, uma competente empresa brasileira, para conseguir o preço mínimo para nós e máximo para a Bolívia. Será o preço mínimo para nós, porque vamos prometer, garantir e procurar comprar o gás em outras fontes. Será o preço máximo para a Bolívia, porque é perto da gente e sai mais barato. É uma questão de negociação entre uma empresa e um país, já que eles nacionalizaram – não é mais uma empresa privada lá.

Levar adiante esse conflito, em primeiro lugar, pode alienar uma fonte local de energia. Esqueçamos, como se diz, que a Bolívia pode fechar a torneira, mas trazer gás da Argélia e da Rússia para cá é complicado, os navios podem afundar no caminho. Não podemos deixar que esse choque de interesses saia do controle.

É por isso que vim falar aqui de uma visita que nós – Senador Jefferson Péres, Senador Roberto Saturnino, Professor Hélio Jaguaribe, Professor Paulo Kramer e eu – fizemos ao Presidente da República, Renan Calheiros. Levamos um documento que foi elaborado por um grupo de intelectuais e especialmente alguns Senadores, que quero citar aqui: José Eduardo Dutra, Aloizio Mercadante, que teve um papel fundamental na elaboração, Roberto Saturnino, Deputado José Carlos Aleluia, Eliseu Resende – veja que há representantes de todos os partidos –, Michel Temer e a Deputada Rita Camata, do PMDB, o Governador Lúcio Alcântara, Deputada Yeda Crucius, do PSDB, Jefferson Péres, do PDT, Roberto Freire, de Pernambuco, e o Professor Celso Furtado.

Esse documento visa a um consenso nacional, que incorpore saídas para este País, inclusive quanto às fontes energéticas, mas também na saúde do nosso povo, na educação das nossas crianças, no fim de um *apartheid* social que vivemos.

Hoje, de manhã, comemoramos aqui os 180 anos do Senado. Lembrei-me de que, daqui a dois dias, no dia 13, poderíamos comemorar os 118 anos em que o povo jogou flores nas cabeças dos Senadores. E,

hoje, quando saí daqui da tribuna, o Senador Mão Santa lembrou que, se deixarmos o povo aqui entrar, poderão jogar-nos ovos!

Jogaram-nos flores, porque os Senadores tiveram a força de abolir a escravidão. Mas, de lá para cá, há 118 anos, nós não tivemos força para completar a emancipação do povo brasileiro. Nós libertamos os escravos, mas os jogamos no desemprego; permitíamos que estudassem, mas não fizemos escolas; dizíamos que não precisavam ser presos nas senzalas, mas os jogamos nas ruas, nas favelas. Não completamos a abolição.

O papel do Senado é a emancipação. Quando a emancipação do Brasil precisar de revoluções, de guerras, de mobilização, deveremos insuflar o povo brasileiro. Mas, hoje, penso que é hora de pedir calma ao povo brasileiro, de pedir calma diante dos riscos de agravar uma relação com um país vizinho, pobre, sofrido, espoliado, que tem direito até de dizer: “Isto aqui é nosso!”. E que o Brasil, que é um vizinho-irmão, pague o preço justo, nem um centavo a mais! Não estou propondo solidariedade, mas não pode ser um centavo a menos, porque eles não vão aceitar e vão procurar outro lugar.

Senador Geraldo Mesquita, gostei de ouvir suas palavras, porque V. Ex^a defendeu o Acre contra uma declaração péssima do Presidente Evo Morales. Mas V. Ex^a teve o cuidado de dizer: “Se isso for verdade”. Não insuflou ninguém; apenas alertou. Se houve essa declaração, é claro que devemos tomar medidas. Existem os canais legais.

Finalmente, já que não deu tempo de falar desse documento que eu gostaria, quero dizer que, às vezes, é duro ir contra a corrente. Vou, hoje, contra a corrente. Sei que, na opinião pública, na mídia, aqui nesta Casa, em todo lugar, o clima é de conflito, de revolta. E eu vou contra. Sei que isso não é muito bom em política, mas creio que é necessário em quem quer liderar. É hora de calma em relação à Bolívia.

Quero dizer que não gosto da maneira como o Presidente Lula faz política externa: como se os Presidentes fossem seus amigos. Não há Presidente amigo, nem Presidente inimigo. Há Presidentes. Precisamos nos lembrar de que já houve muitas guerras no mundo entre príncipes irmãos, que presidiam ou dirigiam países diferentes. O Presidente Evo Morales não é irmão, é Presidente; Hugo Chávez não é inimigo, é Presidente. O Presidente Lula, às vezes, confunde-se, por sua história, por ter conseguido ser amigo e, como amigo, chegar à Presidência da República. Falo do “Lulinha, Paz e Amor”. Ele acha que pode fazer o mesmo com os outros Presidentes da República. Está enganado. Hugo Chávez vai defender os interesses da Venezuela e não sua amizade com Lula. Evo Morales, felizmente

para o povo boliviano, vai defender os interesses da Bolívia e não os de um irmão mais velho, como chamou Lula. Não gosto dessa maneira de o Presidente Lula fazer política, como se fosse entre amigos.

Felizmente, o Itamaraty não entrou em pânico nesse momento. Teria sido pior. Se entrasse em pânico nesse momento, se insuflasse ainda mais a posição de cerco das nossas refinarias, poderíamos estar em situação pior.

E lembro, Senador Heráclito, algo que será muito importante do ponto de vista da educação. O Presidente Evo Morales, com esse gesto, mostrou ao Brasil os limites que temos em, às vezes, defendermos bravatas. Se nacionalizar uma refinaria, que ninguém pode empacotar e mandar para fora pelos Correios ou num caminhão, gerou todo esse pânico, toda essa raiva, todo esse conflito, imaginem o que aconteceria se nacionalizássemos o capital financeiro, que nos espolia muito mais do que a Petrobras à Bolívia! Imaginem! O que aconteceria? Cercaríamos os Bancos, e lá, calmamente, em seus escritórios, eles apertariam botões do computador e mandariam o dinheiro todo embora. Ele está mostrando os limites que temos hoje no mundo, os limites que ele está tendo ao fazer isso, gerando todo esse conflito com o Senado brasileiro. Nós podemos aprender.

Finalmente, hoje, estamos nesta polvorosa toda pela ameaça que parece haver sobre terra de brasileiros, que temos de defender, porque são brasileiros, mas não contra a Bolívia. Mas não vi este Senado pegar fogo diante dos brasileiros que morrem tentando atravessar a fronteira americana ou sendo perseguidos dentro dos Estados Unidos. O Professor Heráclito, há pouco, mostrava-me uma lista – e vou deixar para que S. Ex^a fale – sobre a falta de intervenção do Governo brasileiro na defesa de brasileiros, mas também de certa passividade nossa quando essas coisas acontecem.

Concluo, guardando meu discurso sobre esse documento para outro momento. Esperei até a esta hora simplesmente para dizer que a hora é de calma. Não é hora de insuflar, é hora de acalmar. É hora de alertar, como vi fazer aqui a Oposição – da qual faço parte –, para o risco da falta de gás. Vamos procurar outro fornecedor, até porque, na hora em que o encontrarmos, a Bolívia baixará o preço. É questão de mercado, de relações empresariais. Não é uma relação de conflito entre povos. Entre povos, devemos procurar a irmandade, não o conflito. Mas é claro que empresas devem brigar no mercado. Devemos comprar gás onde for mais barato, e a Bolívia deve vender pelo máximo preço que quiser.

Eu disse que fomos nacionalizados por Evo Morales. Gostaria tanto de falar de outro assunto, mas fiquei

preocupado com a falta de uma palavra de calma ao povo brasileiro. Não há razão para fazermos guerra. É hora de dialogarmos.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, permita-me somar ao seu pronunciamento de tão grande inteligência um pensamento de Albert Einstein, que se iguala a V. Ex^a: “Na confusão, busca a simplicidade; na discórdia, busca a harmonia; na dificuldade, está a oportunidade”.

Concedo a palavra ao último orador, Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a oportunidade que me é dada pelo Sr. Presidente Mão Santa de encerrar esta tarde, já noite, de pronunciamentos de diversos Parlamentares, do Governo e da Oposição, com posições umas divergentes, outras nem tanto, mas todos com o mesmo sentimento de que, além da calma, é preciso atenção e energia para essa questão.

O Senador Cristovam Buarque está coberto de razão. Esse episódio da Bolívia poderia ter sido resolvido estritamente na área empresarial, na área comercial. O Brasil optou por fazer diplomacia de compadre – V. Ex^a tem razão.

E nada é mais decepcionante do que aquela fotografia de exagerada intimidade do Presidente da Bolívia com o Presidente do Brasil, num gesto que, quando crianças, não admitíamos que colega nenhum fizesse conosco, íamos para a briga, para o tapa. E os jornais do mundo inteiro noticiaram.

A liturgia do poder, Senador Cristovam Buarque – V. Ex^a tem razão –, tem de estar, obrigatoriamente, na cabeça de um chefe de nação, principalmente de um chefe de nação como o Brasil, que tem vários países como vizinhos. Para cada fronteira, há um pensamento, porque todos são países soberanos.

Lembre-mo-nos, por exemplo, da maneira como Fernando Henrique tratava Chávez: de maneira respeitosa, distante, mas como dirigente de um País que, por ter importância maior, não se dobrava nem se curvava às extravagâncias e aos exotismos do Presidente venezuelano.

O Presidente Lula, num primeiro momento, adotou Chávez como seu ídolo. Em uma crise, envolvendo Chávez e o Governo dos Estados Unidos, o Presidente se envolveu não para intermediar, mas para tomar partido e para defender o vizinho. Por isso, tinha crédito para ser tratado com mais reverência e mais respeito.

Com o Sr. Morales foi bem diferente: o Presidente fez campanha eleitoral para a sua eleição e preveniu o Brasil e o mundo no sentido de que a Bolívia estava prestes a eleger um grande estadista e que todos, principalmente a imprensa, iriam se surpreender com esse novo tempo que se instalaria na Bolívia.

A primeira trovada caiu exatamente em cima do Brasil.

Senador Cristovam, conversávamos há pouco que o que mais tem decepcionado o povo brasileiro é a falta de motivação, a falta de garra do atual Governo para defender os seus patrícios, em qualquer circunstância e em circunstâncias diferentes.

No ano passado, fomos surpreendidos pela notícia de que mais de 200 brasileiros estavam presos em penitenciárias americanas, a grande maioria pela entrada ilegal naquele país, e o Governo não tomou nenhuma providência. Criou-se uma Comissão no Congresso, presidida pelo Senador Marcelo Crivella, a CPMI da Emigração Ilegal, e um grupo de Parlamentares foi aos Estados Unidos fazer a negociação. Aí veio a humilhação diplomática: os brasileiros foram mandados de volta em aviões fretados pelo governo americano. Era mais barato para o governo americano se ver livre daqueles hóspedes indesejados do que mantê-los. O vôo era o que havia de mais barato. Por que não o fez antes? Porque não houve uma iniciativa enérgica do Brasil para defender esse pessoal. Foram três, quatro ou cinco aviões – o Senador Marcelo Crivella, na segunda-feira, pode até falar melhor sobre isso.

Houve o episódio do Jean Charles, que foi assassinado na Inglaterra por um infeliz erro da polícia, que, por isso mesmo, tinha a obrigação e o dever de reparar o erro cometido. Lula vai visitar a Rainha, prepara-se e, na sua agenda – pelo menos na anunciada no Brasil –, estava na pauta uma cobrança ao governo inglês sobre o fato ocorrido. Ele esteve lá, curvou-se, agachou-se à decisão da polícia inglesa e, ao voltar, inclusive para artistas brasileiros que estiveram na Granja do Torto na semana seguinte ao seu retorno, contou apenas as belezas do fausto e das riquezas do reinado inglês. Falou das carruagens da Rainha, dos tapetes do Palácio de Buckingham, do fausto e da riqueza com que foi recebido. E o pobre brasileiro lá, com os seus familiares a cobrarem pelo menos o consolo e o conforto de um Governo que se diz dos trabalhadores.

No Iraque, morre o Sr. João José de Vasconcellos Júnior, e a mãe traz nas páginas da **Folha de S. Paulo** de sábado passado um artigo que é um pranto, porque a mãe não sabe nem se o filho está vivo ou não. Se estiver morto, ela quer ter pelo menos a certeza – por meio do corpo ou de uma confirmação legal – de que seu filho não está mais entre nós. O Governo, em vez de facilitar a apuração dos fatos, muito pelo contrário, omite-se,

esconde dados. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado mais uma vez age e convoca o Embaixador que foi até aquele país para saber o que estava acontecendo. Pouca notícia trouxe. A mãe está aí a prantear a ausência do filho sem o Governo prestar nenhum esclarecimento convincente.

Falei até agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre o tratamento dado a trabalhadores, aos 200 ou 300 trabalhadores que foram aos Estados Unidos, na esperança de terem lá o que não tinham aqui: emprego; no caso do Jean Charles, a mesma coisa, mas ele já fazia pequenos serviços de eletricidade e marcenaria nas ruas de Londres; o engenheiro João Vasconcellos, representando uma grande empresa nacional, ajudava na construção de uma hidrelétrica.

Onde é que está o Partido dos Trabalhadores, que, em nenhum momento, defendeu a sua classe, a sua categoria? Ademais, frustra todos nós o comportamento esquisito que teve com o FMI, a quem tanto combatia. As promessas de tratamento duro se transformaram em amizade e antecipação de pagamento de parcelas.

Sr. Presidente, não bastasse isso, a Varig, patrimônio nacional, com 79 anos de existência, passou a viver na UTI financeira na semana seguinte à posse do atual Governo. Primeiro, forçaram-na a fazer uma parceria operacional com a TAM, que também não pediu isso, o que trouxe prejuízo para as duas. A partir daí, houve histórias pouco claras de membros do Governo envolvidos na tentativa apressada de vender a companhia antes de salvá-la.

Na CPMI dos Correios, ficou bem claro que um grupo com acesso ao Governo tinha ido a Portugal numa primeira tentativa de venda. Isso nunca ficou esclarecido. E, estranhamente, o PT, que, por meio do Anexo IV, assinado por Carlos Willian e pelo Senador Sibá Machado, isentava todos os envolvidos e acusados de crimes e militantes do Partido, não escreveu uma linha pedindo esclarecimentos sobre o que houve com a Varig. A partir daí, as histórias se sucedem: ora é um grupo colombiano, ora é um venezuelano, ora é um chinês, todos menores do que a Varig, querendo comprar um patrimônio nosso, que está prestes a desempregar onze mil brasileiros diretamente e mais de quarenta mil de maneira indireta.

No debate que houve nesta Casa, a primeira intervenção de um militante de prestígio no Partido foi: “E os empregados estão dispostos a ceder o quê?”. Ontem, um partido que protegia os trabalhadores; hoje, um partido que massacra.

A Varig não pede, Sr^{as} e Srs. Senadores – e trouxemos este debate para a Comissão de Infra-Estrutura – migalhas, não. Pede justiça. Até porque os prejuízos da Varig começaram com os planos econômicos de governos passados, os quais o PT criticou, combateu,

amaldiçoou e fez coro com esse tipo de acusação, e agora nega a Varig até pagar o que a Jutiça já decidiu, produto dessa contenda que, no passado, usaram como bandeira política pelas ruas do Brasil.

E a Petrobras agora? Patrimônio nacional, tendo o seu espaço na Bolívia invadido por policiais, sem nenhuma necessidade. País irmão, amigo, mas cujas tropas foram obrigadas a retirar a bandeira inclusive do seu pátio. Os trabalhadores estão vivendo hora de dor e de agonia. E o que vemos aqui? É consideração, paciência, com o país mais pobre da América Latina.

O representante, o porta-voz internacional do Presidente, o Sr. Garcia, nos fez ouvir que a Petrobras ganhou demais e que agora precisa perder para a Bolívia. A Petrobrás é um dos orgulhos que os brasileiros têm – eles próprios começaram a comemorar a autonomia e a auto-suficiência de petróleo – e está sendo jogada no lixo? Cadê a comemoração anunciada que esta Casa faria, com o respaldo do Governo, para se cantar em prosa e verso essa autonomia, essa auto-suficiência alcançada, como se fosse produto de três anos, não se respeitando inclusive o trabalho que veio de cinquenta anos, esquecendo-se inclusive da própria figura de Getúlio Vargas, de cujas ações o Partido dos Trabalhadores se apropria de maneira indébita. Será que Juscelino, que é usado por eles, não fez nada pela Petrobras? E, agora, o que vão fazer? Qual é o dia da festa? Quando vamos comemorar a auto-suficiência?

O PT, meu caro Senador Cristovam Buarque, que sabe disto melhor que eu, combatia os lucros exagerados dos bancos, dizendo que tudo ia mudar. Vimos, Senador Mão Santa, no período que antecedia as eleições, um misterioso jantar em São Paulo, na casa de um magnata de banco, com a cúpula do PT. Os banqueiros, com pavor de José Serra, apadrinharam Lula. O Lula passou a ser a segurança dos banqueiros. As mudanças econômicas prometidas foram consumadas na manutenção da política econômica que eles se elegeram combatendo. O primeiro ato de traição foi a nomeação do tucano Dr. Henrique Meirelles, xingado em prosa e verso, pelo Brasil afora, por presidir uma empresa bancária americana, como se não fosse mérito um homem saído de Goiás...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, quero lembrar que V. Ex^a completou quinze minutos, mas a nota é dez.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, tenho receio de diminuir a nota, porque está tão bom.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, o goiano que deveria ser exaltado pela sua luta de trabalhador que venceu, saindo dos bancos escolares,

indo triunfar em um país estrangeiro, foi, durante o período eleitoral, condenado e, depois, em uma traição direta ao povo brasileiro fez com que esse homem renunciasse até ao mandato que o povo goiano lhe deu com mais 70 mil votos.

Senador Cristovam Buarque, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Presidente Mão Santa, eu não vou tomar muito tempo, mas quero dizer que esse ponto que o Senador Heráclito Fortes trouxe deveríamos explorar mais aqui. O Presidente Evo Morales prestou um grande serviço desmoralizando essa idéia da auto-suficiência, pois se vendia essa idéia de auto-suficiência do petróleo como se fosse auto-suficiência de energia. Nada a ver! Outra coisa que se deve fazer é chamar a atenção para o fato de que o Governo brasileiro não tem uma estratégia de longo prazo para o problema energético. Daqui a 50 anos, não existirá mais petróleo. Isso é dado como certo. Mas as nossas relações com a Bolívia vão ter que continuar daqui a 50 anos. Então, não vale a pena uma guerra agora por causa de gás. Daqui a 50 anos, gás, talvez, ainda haja, mas pouco. E nós ainda não temos uma estratégia para sobreviver ao fato de que o petróleo é um recurso que se esgota. É claro que temos o álcool – e abandonamos o Proálcool. Temos agora o *biodiesel*, que, no Piauí, será uma das fontes fundamentais. Precisávamos radicalizar mais isso. Mas fico contente que V. Ex^a tenha trazido um assunto que não temos visto, nesses momentos, que é a mentira que foi a idéia de auto-suficiência de petróleo e de energia. A de petróleo vai durar mais 20 anos, Senador Geraldo Mesquita, porque acabam as reservas, não são eternas. Esse é um ponto que precisamos explorar mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a, que é um dos mais interessados em política externa, sabe que há esse risco da “fulanização” da política externa, como o Presidente Lula gosta de fazer, em vez de uma relação entre Estados e não entre Presidentes amigos e não amigos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Relação de mesa de bar, relação de boteco, e não relação de Chefe de Estado, de Estadista.

Senador Cristovam Buarque, encerro o meu pronunciamento, concordando em gênero, número e grau com V. Ex^a. Precisamos ter cabeça fria, paciência. Não podemos nos deixar levar pelas emoções.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, comecei a falar sobre essa questão da Bolívia porque ouvi o Presidente da República dizer, de maneira inconseqüente, insensata e irresponsável, que estava discutindo com Chávez, com Morales e com outros mais, a construção do maior gasoduto das Américas, ligando a Venezuela

e o Brasil. Lula compara esse gasoduto à Muralha da China e ao gasoduto que vem da Sibéria, o gasoduto da Grande Europa. Não se lembrou ele de que aquele gasoduto já provocou, no passado, guerras, mortes e incompreensões. Além disso, o Presidente Lula tem a audácia de ameaçar investir o nosso patrimônio lá fora, quando, no Espírito Santo, há gás estocado, precisando apenas de investimentos nacionais para produzir e abastecer seu estoque. Urucu, Sergipe, Rio Grande do Norte, o Brasil todo é rico em gás. Há algumas concentrações que, se até então eram antieconômicas, como a da Bacia de Santos, diante das circunstâncias, além de mais barato, o investimento passou a ser mais seguro. Qual era a garantia que nós tínhamos de que, após um investimento desses, na Venezuela, de repente, numa pirraça, numa mudança de pensamento ou num ato de demagogia, para aparecer perante o mundo, como Evo Morales fez hoje na Europa, não iam resolver cortar a distribuição para nós?

Morales está certo. Morales agiu – e vou fazer a comparação no bom sentido – como um cachorro bassê que agride um cão de fila, que, por pena ou por treinamento, não se defende e não revida.

É muito bonito atacar o Brasil lá, uma bravata que vai melhorar a sua situação nas posições eleitorais próximas no seu País, mas que joga por terra toda a história de uma diplomacia que o Brasil construiu ao longo do tempo – aí, sim, simbolizada por Rio Branco, responsável pela conquista do Acre – como se aquilo fosse trocado por um cavalo. Ao que parece o presidente boliviano pisou nas conseqüências.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PT precisa acordar enquanto é tempo. O PT tem muitas satisfações a prestar aos brasileiros e aos seus. A tormenta de Silvio Pereira domingo, com a jornalista, é a tormenta de todo homem com a consciência pesada. O PT precisa mostrar ao Brasil e aos seus companheiros a verdade sobre Celso Daniel, a verdade sobre Toninho, a verdade sobre o mensalão, a verdade sobre R\$1 bilhão.

Hoje, com o espírito brincalhão que me caracteriza e que me distancia, cada vez mais, de um infarto, eu dizia, brincando ali no fundo do plenário: penso que a morte do Sr. PC Farias deveria ser revista, o processo deveria ser reaberto para se descobrir quem eram os culpados, porque me passa um sentimento de que foi alguém do PT. Sabem por quê? Alguém queria aquela cartilha que o PC usou no Governo Collor para se apropriar do dinheiro público. E eles, com aquela cartilha na mão, hoje, Senador Cristovam, estão fazendo o mesmo, repetindo, um por um, os erros. As festas nos hotéis, os carros de luxo, os Land Rovers, a arrogância, os aviões só mudam numa coisa: o PC era sozinho; eles montaram uma quadrilha. É lamentável, triste, mas é verdadeiro.

O PT, enquanto não mostrar à Nação esses pecados, não vai dormir em paz. Homem nenhum que se preza dorme com cueca suja. Essa cueca do PT precisa ser lavada perante uma Nação enganada durante 20 anos e que votou na esperança de que fosse ali o último caminho dos descrentes. Portanto, todos votaram nele, inclusive os desesperados. Não resolveram seus problemas, e os esperançosos, hoje, choram de amargura pelo erro cometido e que somente, Senador Mão Santa, tem um reparo: as urnas que se aproximam, no dia 1º de outubro. É chegar lá para ver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brilhante o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes nesta sessão do dia 11 de maio, iniciada às 14 horas.

Apenas para concluir. Senador Cristovam, Winston Churchill mandou uma mensagem para o governo brasileiro. Para construir, são necessários anos de lento e laborioso trabalho. Para destruir, basta o ato impensado de um único momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Luiz Pontes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Valmir Amaral e Valdir Raupp enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “Na República da fantasia”, publicado no **Jornal do Brasil** do dia 23 de abril do corrente.

O editorial trata de mais uma sandice retórica do presidente Lula, algo cada vez mais freqüente neste ano eleitoral. “Ao inaugurar instalações do Grupo Hospitalar Conceição, o presidente afirmou que o Brasil ‘não está longe de atingir a perfeição no tratamento de saúde’”. Ora, em um sistema hospitalar em que faltam aparelhos, medicamentos, leitos e médicos, e onde as filas estendem-se interminavelmente tanto para consultas quanto para exames e internações, a declaração serviu apenas para mostrar como o Presidente Lula tem uma visão alienada da realidade que a população enfrenta.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que o referido editorial passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

Data: 23/04/06 Página: ____

Editorial

SAÚDE

Na República da fantasia

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO Lula da Silva merece ser proibido de recorrer a fantasias. A compulsiva inclinação presidencial para os discursos de improviso costuma gerar uma vasta galeria de impropriedades. Em ano eleitoral, os disparates têm efeitos especialmente preocupantes para o chefe da nação. Na noite de quarta-feira, o Brasil pôde ouvir uma peça exemplar do acervo de Lula. Ao inaugurar instalações do Grupo Hospitalar Conceição, o presidente afirmou que o Brasil "não está longe de atingir a perfeição no tratamento de saúde". Lula referia-se aos investimentos do governo no setor e, em particular, ao Programa de Saúde Bucal e ao Qualisus, projeto de qualificação do atendimento do sistema hospitalar.

Recém-saídos de uma dura disputa com a equipe econômica do governo para garantir o piso constitucional no Orçamento, aprovado dias atrás, parlamentares criticavam enfaticamente as declarações. "Não sei a que país o presidente está se referindo",

disse o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar de Saúde do Congresso. "O presidente Lula tem uma visão alienada da realidade", emendou o deputado Sérgio Miranda (PDT-MG). A reação é compreensível. Parlamentares, especialistas e a população sabem que a saúde pública enfrenta graves problemas. Apesar de monumentais avanços, as falhas ainda são alarmantes. E penalizam as populações mais pobres.

Desde que foi criado pela Constituição de 1988 e implantado a partir de 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) atravessou fases de progresso. Teve o mérito de substituir o Inamps, que atendia exclusivamente aos cidadãos com carteira de trabalho e contribuía com o INSS, enquanto o restante da população recebia atenção precária. Hoje são evidentes os avanços na universalização do atendimento e na ação conjunta entre os ministérios da Saúde e da Educação.

Há uma enorme distância entre as conquistas dos úl-

timos anos (decorrentes de políticas continuadas por governos sucessivos) e a proximidade da perfeição, conforme classificou o presidente Lula. Qualificar a saúde com tal atributo significa também ignorar as filas desmoralizantes a que são submetidos milhões de brasileiros nos hospitais e postos de saúde públicos. As filas estendem-se implacavelmente para consultas, exames e internações. Em muitos estados - inclusive no Rio, palco de uma longa e grave crise - faltam aparelhos, profissionais, leitos e medicamentos. Sobram problemas de financiamento enfrentados por unidades nas quais as carências refutam qualquer tese de proximidade da perfeição.

Parlamentares, especialistas e a população sabem que a saúde pública enfrenta problemas

A qualidade dos serviços de emergência é neutralizada por essa vastidão de carências. O

Brasil depara-se ainda, há mais de 60 dias, com uma greve na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A paralisação tem afetado a importação de medicamentos e agravado o financiamento do coquetel distribuído aos pacientes com Aids. A tais problemas soma-se a dificuldade crônica do Brasil de executar programas eficazes de saneamento básico e habitação. Juntas, as deficiências conduzem os brasileiros pobres a um martírio perene.

Esses sintomas bastam para constatar a sandice retórica do presidente Lula. Até outubro, outras virão. Surgirão combinadas com uma igualmente vasta galeria de promessas, capazes de assegurar a felicidade geral da nação. Convém ao país ficar atento e mostrar a inutilidade da espeteiza. A regra vale tanto para o presidente quanto para seus adversários.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Governo apressa projetos sociais no ano eleitoral”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 24 de abril do corrente.

A reportagem da jornalista Lílían Tahan mostra que o Governo Federal planeja resgatar, no último ano do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, grande parte do passivo acumulado em programas de forte apelo popular. Ainda segundo a reportagem, “a agilização dos programas ocorre justamente em ano eleitoral depois de o governo ter sido alvejado por graves de-

núncias de corrupção.” Minha convicção é que jamais poderemos resolver os problemas sociais do país com atitudes populistas.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL

CORREIO BRAZILIENSE

DIA/MES/ANO:

24 abr. 06

EDITORIA:

Política

CADERNO:

1º

PÁGINA:

03**SUCESSÃO**

Programas de forte apelo popular, como os que oferecem refeições, remédios baratos e moradia para a população carente, terão seus números multiplicados na fase final do mandato do presidente Lula

Governo apressa projetos sociais no ano eleitoral

LÍLIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo federal planeja resgatar no último ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva grande parte do passivo acumulado desde 2003 em programas de forte apelo popular. Pelos cálculos do Executivo, o número de farmácias populares será quatro vezes maior, o de restaurantes populares em funcionamento vai triplicar, haverá 40% a mais de famílias recebendo moradias em relação a 2005 e serão implantados 65 bancos de alimentos. Hoje há 12 em funcionamento. A agilização dos programas ocorre justamente em ano eleitoral e logo depois de o governo ser alvejado por graves denúncias de corrupção.

A venda de medicamentos a preços acessíveis para a população de baixa renda foi um dos compromissos do presidente Lula em início de mandato. A formalização do projeto, no entanto, ocorreu em maio de 2004, quando foi aprovada a lei para a criação das farmácias populares. Até o ano passado, o número de unidades construídas chegou a 79. A despeito da média modesta de inaugurações nos últimos anos, o governo planeja colocar para funcionar mais 366 novas Farmácias Populares até o final do ano. Desse total previsto para 2006, 32 já foram

abertas entre janeiro e abril, mais da metade do que se fez durante todo o ano passado, quando se chegou a 52 novas unidades.

O diretor do departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Manoel Santos, atribui a demora na apresentação de resultados ao ineditismo do projeto, o que obrigou o pró-

prio governo federal e os municípios a criarem uma estrutura capaz de atender às exigências previstas na proposta do programa. “Foi a primeira vez que se pensou um programa com as características do Farmácia Popular. Há um período de maturação do projeto, que passa pela adequação de municípios, para que o mesmo comece a mostrar resultados”, explica.

Sorriso

Francisca Sarmento Bispo, 52 anos, é usuária assídua de uma Farmácia Popular. A dona-de-casa mora a poucas quadras da única unidade no Distrito Federal, que fica em Sobradinho. “É maravilhoso comprar uma porção de remédios e pagar pouco. Não estaria sorrindo assim se tivesse ido a uma farmácia comum”, dizia ela na semana passada. Nessas unidades, os medicamentos chegam a custar 80% menos que na rede privada. A única ressalva de Francisca em relação ao programa do governo é que as farmácias deveriam abranger mais variedades de remédios.

Os programas do governo destinados a garantir moradia à população de baixa renda também vão ter um salto neste último ano de mandato. Em 2006, o aporte de recursos para o setor de habitação será de R\$ 12,6 bilhões, o dobro do que foi aplicado em 2004. Boa parte dos investimentos (R\$ 10,6 bilhões) será destinada a quem ganha até cinco salários mínimos. Os recursos devem ser suficientes para atender, segundo prevê o Ministério das Cidades, 690 mil famílias, quase o dobro do que foi feito em 2004 e bem mais que os 490 mil atendimentos do ano passado. “A evolução dos investimentos nesse setor demonstra o compromisso

do governo em evitar que o déficit habitacional cresça em relação à oferta da política pública. Definitivamente, essa não é uma estratégia que possa ser confundida com interesses eleitoreiros”, alerta o ministro das Cidades, Márcio Fortes.

Na área da educação, o reforço das políticas públicas no ensino superior promete render boas notícias ao presidente Lula. Estão previstos para serem inaugurados nos próximos meses 40 novos campi universitários. Desses, mais do que a metade, 26, vão iniciar as aulas em 2006. A versão oficial para explicar a concentração de esforços no programa nos dois últimos anos de mandato é de que em um passado recente priorizou-se a universalização do ensino fundamental e o crescimento do ensino médio. O programa de expansão das universidades foi formulado em 2004 e passou a ser executado em 2005. “Não existia um projeto para o setor antes disso, é mais do que natural que os resultados comecem a aparecer agora”, diz Manuel Palácios, diretor do Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior do Ministério da Educação.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome dará um suporte importante à agenda positiva do governo com ações complementares ao Fome Zero. Até o final do ano, o ministério pretende implantar 65 bancos de alimentos. Nos últimos três anos, apenas 12 unidades foram concluídas e estão funcionando efetivamente. A previsão de recursos em 2006 acompanhou a intenção do Executivo em turbinar o programa. Até o final do ano, o governo prevê gastar R\$ 4,2 bilhões com a ação, exatamente o dobro do aplicado em 2005.

Vedete

No caso dos restaurantes populares, a expectativa do Executivo é de nos próximos meses multiplicar por três a quantidade de unidades em funcionamento, que

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	24 abr. 06	Política	1º	3-A

hoje são apenas 10. Pelos planos, os últimos dois anos do governo fecharão com um investimento de R\$ 65 milhões contra R\$ 25,2 milhões da primeira metade do mandato de Lula. Mas a vedete do governo no campo social será o Bolsa Família, que até dezembro deve gerar renda para 11,2 milhões de lares. Diferente de muitos programas, a expansão desse benefício foi uma das mais bem planejadas.

A surpresa, nesse caso, foi a

PACOTE BOM DE VOTO

Farmácia Popular

O projeto de subsídio de medicamentos fez parte do discurso de Lula desde os primeiros meses de governo. Mas na prática ele demorou para ganhar ritmo. E ao que tudo indica, será justamente este ano, quando o presidente Lula precisa mostrar os melhores resultados para tentar a reeleição, que o programa da Farmácia Popular deverá apresentar sua melhor performance. A previsão do governo é de que até o final do ano nada menos que 366 unidades sejam implantadas, quase 300% do que se fez nos últimos três anos. Em apenas quatro meses — de janeiro a abril — foram abertas 32 unidades, mais da metade de inaugurações realizadas nos 12 meses de 2005.

Primeiro Emprego

Uma das iniciativas mais alardeadas no início do governo, o Primeiro Emprego, também caminhou a passos lentos durante um bom período, tendo completado 2003 e 2004 com números muito aquém das metas estabelecidas. O programa só se recuperou depois de mudar a linha de atuação, dando prioridade a qualificação profissional em vez de oferecer subvenções às empresas em troca das contratações de jovens. Em 2006, o governo espera qualificar 236 mil jovens dentro do Primeiro Emprego, mais do que a soma dos últimos dois anos (235 mil). A qualificação ajuda, mas não dá garantia de trabalho. Tanto é que nas previsões do próprio governo, menos da metade (110 mil) vai conseguir colocação no mercado.

Habitação

Comparados ao gastos do governo previstos para 2006 (R\$ 12,6 bilhões), os investimentos na área de habitação na primeira metade do governo foram tímidos, o que gerou resultados proporcionalmente mais modestos.

Em 2003 o Executivo aplicou no setor R\$ 5,7 bilhões.

proposta do governo de aumentar o teto do repasse para 2006. O Executivo fez as contas e descobriu que em vez de R\$ 95 (teto do benefício) pode chegar a R\$ 107. "É natural que o governo tenha orgulho e mostre aquilo que tem de melhor, não podemos ser cobrados por aquilo que fizemos, mas, se for o caso, pelo que deixamos de fazer", argumenta a secretária-executiva do MDS, Márcia Lopez.

Em 2004, foram R\$ 6,1 bilhões. Este ano estão previstos investimentos de R\$ 10,6 bilhões voltados para a população com renda de até cinco salários mínimos. Com esse salto, o governo espera atender a 690 mil famílias, o triplo do que foi feito em 2004. Em 2005, o número de atendimentos não chegou a 490 mil.

Escolas técnicas

Até o final do ano, o governo federal vai inaugurar 28 escolas técnicas, a maioria nas regiões Norte e Nordeste. Ao total são 42 novas instituições do tipo, todas elas planejadas a partir de junho de 2005 — terceiro ano de governo.

Em novembro de 2005, o presidente Lula sancionou projeto de lei que acabou com a obrigatoriedade de parceria entre governo federal e municípios para a construção de escolas técnicas. Sem o entrave legal, o Executivo propôs um plano de expansão da rede federal de Educação Tecnológica.

Universidades

O programa de expansão das universidades federais começou a ser pensado em 2004 e colocado em prática em 2005. Resultado: em 2006 o presidente Lula terá dezenas de inaugurações a fazer. Ao todo, o governo federal pretende colocar para funcionar 40 novos campi universitários. Desses, mais do que a metade (26) vão iniciar as aulas nos próximos meses. A versão oficial para explicar a concentração de esforços no programa nos dois últimos anos de mandato é de que na primeira metade do governo priorizou-se a universalização do ensino fundamental e expansão do ensino médio.

Banco de Alimentos e Restaurantes populares

Os programas foram pensados como iniciativas complementares ao combate à miséria, na conta do Fome Zero. Atualmente 12 bancos de alimentos estão funcionando. Mas o governo quer dar um gás no projeto e planeja até o final do ano implantar 65 unidades. Desse total, 28 bancos de alimentos são relativos a convênios firmados nos últimos dois anos. A previsão de recursos em 2006 acompanhou a intenção do Executivo em turbinar o programa. Até o final do ano, o governo prevê gastos de R\$ 4,2 bilhões com a ação, exatamente o dobro do que se aplicou em 2005. No caso dos restaurantes populares, a expectativa do Executivo é nos próximos meses multiplicar por três a quantidade de unidades em funcionamento, que hoje são de apenas 10. Nos últimos dois anos foram investidos R\$ 65 milhões contra R\$ 25,2 milhões da primeira metade do governo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhameto taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Portas abertas aos companheiros no governo”, publicada no jornal **O Globo** em sua edição de 30 de abril do corrente.

A matéria trata do aparelhamento do Estado promovido pelo PT, mostrando que militantes do movimento sindical assumiram cargos de primeiro e segundo escalão do governo com a chegada de Lula à Presidência da República.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Portas abertas aos ‘companheiros’ no governo

Com Lula, sindicalistas tiveram prioridade para ocupar cargos de direção nas estatais e na administração direta

Ilmar Franco

• BRASÍLIA. A chegada ao poder de um militante do movimento sindical, o presidente Lula, abriu as portas do governo federal e de empresas estatais aos sindicalistas. Metalúrgicos, bancários, professores, médicos e funcionários públicos abandonaram piquetes e greves e assumiram cargos de primeiro e segundo escalão do governo petista. Foi o caso dos ex-ministros Antonio Palocci, Agnelo Queiroz, Miguel Rossetto, Olívio Dutra, Ricardo Berzoini e Jaques Wagner e também do ex-presidente da Petrobras José Eduardo Dutra. Todos chegaram com Lula ao poder. E não estão mais.

As portas também foram abertas aos sindicalistas no INSS. A carreira no movimento sindical, conforme edital de 23 de janeiro deste ano, passou a ter peso três na prova de títulos (de 20 pontos) para os 102 cargos de gerência-executiva. A alteração foi introduzida em 2003 pela diretora de Recursos Humanos do INSS, Lúcia Carvalho, que justificou a decisão afirmando que uma pessoa com um caminho de diplomas às vezes não corresponde às necessidades gerenciais. Em 2003 a experiência sindical tinha peso um.

Sérgio Rosa, o mais poderoso depois de Lula e Marinho

Muitos sindicalistas continuam no governo ou em órgãos da administração pública: o assessor especial Luiz Gushiken, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho; o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci; o presidente do Sesi, Jair Meneguelli; o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto; o integrante do Conselho de Administração de Itaipu João Vacari; e o presidente do Conselho de Administração da Petros, Wilson Santarosa, responsável ainda pela área de patrocínios da Petrobras, que tem orçamento anual de R\$ 300 milhões.

Depois de Lula e de Marinho, o ex-sindicalista mais poderoso atualmente é o presidente da Previ, Sérgio Rosa, que já compunha a diretoria da entidade desde o governo passado como representante eleito dos funcionários do Banco do Brasil. Outro ex-sindicalista poderoso é Maurício França Rubens, diretor da Petros, o fundo de pensão dos empregados da Petrobras.

O Ministério do Trabalho tradicionalmente é ocupado por sindicalistas, sobretudo diretorias das Delegacias Regionais do Trabalho e da Fundacentro. Mas no governo Lula eles também

estão na administração centralizada. Também vieram do movimento sindical o secretário de Relações do Trabalho, Mario dos Santos Barbosa (Metalúrgicos do ABC); o secretário-executivo, Marco Antonio de Oliveira, que foi coordenador do Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos da Central Única dos Trabalhadores (Desep/CUT); o secretário de Políticas Públicas de Emprego, Remígio Todeschini (executiva nacional da CUT); e o chefe de Gabinete, Osvaldo Bargas (Sindicato dos Metalúrgicos e CUT).

Na Petrobras, sindicalistas ocupam ainda cargos de assessoria da presidência. A direção da estatal não fala do assunto, mas seus integrantes consideram que experiência sindical não é sinônimo de competência administrativa. Para que essas nomeações saíssem houve muita pressão. Petroleiros petistas enviaram documento ao então presidente do PT, José Dirceu, em novembro de 2002, pedindo nomeações políticas. “Todos os cargos estratégicos do país e da Petrobras deverão ser ocupados, pelo PT e secundariamente pelos aliados de primeira hora”, diz o texto da época. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “À sombra dos escândalos”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 16 de abril de 2006.

O artigo comenta o caso da Varig como um bom exemplo da interferência de interesses não-governamentais na conduta governamental, em detrimento do interesse do país. No início do governo Lula o então Ministro da Defesa, José Viegas, conduziu a montagem de um fórmula salvadora da Varig sem uso de recursos do governo, mas entrou em choque com diferentes gabinetes da Presidência da República.

Como outro exemplo cita o recente caso do Diretor da Arquivo Nacional, um dedicado servidor que operou uma bem sucedida reestruturação do órgão e que agora tem o cargo ameaçado para fornecer espaço aos militantes do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, requiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

B R A S I L

domingo, 16 de abril de 2006

JÂNIO DE FREITAS

À sombra dos escândalos

NÃO só de violações de sigilo e do decoro parlamentar se fazem, hoje em dia, as investidas contra o interesse geral, nos seus sentidos tão variados e tão pouco bem percebidos. A exemplificação é farta. Por descaso jornalístico ou por motivo que desconheço, jornais e TV têm ignorado um fato de relevância: você sabe que já chega a dois meses a greve no setor de fiscalização da Vigilância Sanitária federal? Se o conteúdo das salsichas ficou ainda mais misterioso, não pode ter piorado muito em relação ao anterior. Mas há hospitais e laboratórios de exames médicos impossibilitados de serviços indispensáveis a muitos pacientes, às vezes, casos de urgência. Já lhes faltam kits e acessórios de exames porque a importação e a liberação dependem da burocracia fiscalizadora da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O mesmo se dá com substâncias para fabricação de remédios, a maior parte produzida no exterior, mesmo que se trate só de uma vitamina vulgar. Em inúmeros casos, o próprio remédio é importado e apenas embalado aqui. Não se sabe, porém, a exata dimensão das consequências já existentes. E o fim da greve não impedirá a continuidade agravada do problema, porque, além das importações à espera de liberação, muitas outras deixaram de ser embarcadas na origem por falta, aqui, das autorizações prévias da fiscalização sanitária.

Há esperanças, no entanto. Quando o problema chamar a atenção, por produzir consequências de proporção escandalosa, o governo dos sindicalistas, do Partido dos Trabalhadores, dos especialistas em greves e negociações

trabalhistas vai pensar na conveniência de solucionar a greve. Depois de atribuir o problema à intenção eleitoral de prejudicar o vigilante e eficiente governo Lula.

A Varig é um bom exemplo da interferência de interesses não-governamentais na conduta governamental, em detrimento do interesse do próprio país. Nesse sentido, os golpistas de 64 já deixaram o fechamento da Panair como exemplo histórico da imoralidade no poder, por comunhão de estreiteza militar e largueza de ambições empresariais. O governo Lula quer deixar a Varig como outro exemplo histórico de conjunções ilegítimas.

A Varig chegou à situação desastrosa por muitos fatores, mas permaneceu nela e afinal entrou em pré-coma por culpa do governo. Primeiro, governo Fernando Henrique Cardoso, com sua sujeição de interesses nacionais e dos cofres públicos a pretensas “leis do mercado”. Depois, o governo atual.

Ministro da Defesa no primeiro ministério de Lula, o embaixador José Viegas conduziu a montagem de uma fórmula salvadora da Varig, sem uso de recursos do governo. Com outro ponto de partida, Carlos Lessa, então presidente do BNDES, foi na mesma direção. Logo vieram as protelações provocadas por diferentes gabinetes da Presidência, enquanto o general Francisco Albuquerque entrava em sucessivos atritos com o ministro, já àquela altura dispo-

ndo da mesma cobertura palaciana que recebeu em sua gloriosa carteira de aeroviária.

A fórmula de José Viegas não incorporava a salvação também da Transbrasil. Já paralisada, a

Transbrasil nada tinha em comum com a situação e o significado nacional da Varig, mas era notório que tinha a seu lado uma simpatia muito eficaz: a do advogado Roberto Teixeira, o compadre de Lula que está convocado para depor terça-feira na CPI dos Bingos. Não em razão da Transbrasil, mas da acusação de envolvimento em métodos ilegais de arrecadação para o PT.

Diplomata de carreira, José Viegas saiu do ministério e assumiu a embaixada na Espanha. A Transbrasil continuou no solo, mas nem de longe por falta de desejos palacianos de reavivá-la. E a Varig, dizem, sangra por não haver interesses paulistas em sua existência. Os interesses estão na concorrente.

Para encerrar (a coluna, não os exemplos disponíveis), o ressuscitado Arquivo Nacional está ameaçado de perder o diretor que o tornou uma instituição outra vez admirável, apoio extraordinário para os estudos históricos brasileiros.

Nota do Gabinete Civil da Presidência nega a exoneração. Mas o diretório do PT do Rio já a confirmara, inclusive com o nome do futuro diretor. O recuo foi forçado pelas reações, interna e externa, à notícia da demissão. Há indicações, porém, de ser recuo apenas temporário. Entende-se: a substituição de Jaime Antunes, funcionário de carreira do Arquivo, foi pedida pelo PT do Rio para a nomeação de um indicado de Benedita da Silva e Marcelo Sereno, integrante do esquema de José Dirceu no Gabinete Civil. Ambos, convenhamos, de reconhecida autoridade para determinar quem deve gerir o estupefahante patrimônio cultural do AN.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de maio do corrente, intitulada “Para presidente do TSE, ‘Brasil se tornou país do faz-de-conta’”.

A matéria, de autoria da jornalista Mariângela Gallucci, destaca que o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, fez menção ao fato do presidente Lula afirmar, com frequência, que não sabia das irregularidades que,

segundo o ministro, provocaram um prejuízo milionário e irreversível.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A14 | NACIONAL | SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

JUDICIÁRIO

Para presidente do TSE, ‘Brasil se tornou país do faz-de-conta’

Ao tomar posse, Marco Aurélio critica escândalos e diz que “tempos são muito estranhos”

Mariângela Gallucci
BRÁSILIA

O ministro Marco Aurélio Mello tomou posse ontem à noite como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dizendo que “o Brasil se tornou um país do faz-de-conta”. Sem citar nomes, Marco Aurélio fez menção ao fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar, com frequência, que não sabia das irregularidades que, segundo o ministro, provocaram um prejuízo milionário e irreversível.

“Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou um país do faz-de-conta”, disse. “Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam – o que lhes daria uma carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mal tivessem feito. Faz de conta que não foram usadas as mais descaradas falcaturas para desviar milhões de reais, num prejuízo irreversível em País de tantos misérrimos. Faz de conta que tais tipos de abuso não continuam se reproduzindo à plena luz, num desafio cínico à supremacia da lei, cuja observação é tão necessária em momentos conturbados”, afirmou o ministro, em seu discurso de posse no TSE.

Para o novo presidente do tribunal, o País passa por “tempos muito estranhos”. Segundo ele, a notícia de indiciamento de autoridades tornou-se banal.

Marco Aurélio citou a providência tomada recentemente

pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, de denunciar 40 pessoas que são acusadas de envolvimento com o esquema do mensalão.

“A rotina de desfaçatez e indignidade parece não ter limites, levando os já conformados cidadãos brasileiros a uma apatia cada vez mais surpreendente, como se tudo fosse muito natural e devesse ser assim mesmo”, observou o ministro, parente do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Em seguida, ele disse que há “a tática do avestruz”: enterrar a cabeça para deixar o vendaval passar. “A repulsa dos que sabem o valor do trabalho árduo se transformou em indiferença e desdém, como acontece quando, por vergonha, alguém desiste de torcer pelo time do coração e resolve ignorar essa parte do cotidiano”, afirmou. “São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques: o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura; e o da grande massa comandada, que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir.”

Marco Aurélio, que presidirá o TSE durante as eleições, clamou os eleitores brasileiros a fazer uma revolução pelo vo-

**Tribunal precisa
fixar regras claras,
diz procurador**

... O procurador-geral Antonio Fernando de Souza disse que o TSE tem de fixar regras eleitorais claras e punir abusos. Para ele, o País passa por fase preliminar das eleições em que houve casos graves originados no pleito anterior. Roberto Busato, presidente da OAB, concorda. “O mensalão está associado ao caixa 2 eleitoral.”

to. “Ao reverso do abatimento e da inércia, é de conclamar o povo, principalmente os mais jovens, a se manifestar pela cura, não pela doença, não pela podridão do vale-tudo”, disse. “Ao usar a voz da urna, o povo brasileiro certamente ouvirá o eco vitorioso da cidadania”, afirmou.

O ministro disse que o Judiciário tem um papel fundamental na superação da crise e que, no que depender dele, o TSE será implacável com quem cometer irregularidades na campanha. “Não haverá contemporizações a pretexto de eventuais

lacunas na lei”, afirmou. “Não ocorrerá tergiversação capaz de turvar o real objetivo da lei nem artifício condutante a legitimar a aparente vontade das urnas, se o pleito mostrar-se evadido de irregularidades.”

Ele prometeu que o TSE será rígido na análise das contas das campanhas eleitorais. “Esqueçam, por exemplo, a aprovação de contas com as famosas ressalvas”, afirmou. “Nenhum fim legítimo terá o meio condenável”, acrescentou. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Lula passa por saia-justa no STF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 28 de abril do corrente.

A matéria destaca os discursos feitos na posse da ministra Ellen Gracie como Presidente do Supremo Tribunal Federal, evento que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os discursos do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, e do presidente da OAB, Roberto Busato, abordaram incisivamente as acusações de corrupção enfrentadas pelo atual governo. Segundo a matéria, “Além do constrangimento enfrentado por causa dos discursos de

Souza e do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, Lula teve de ouvir um agradecimento nominal da ministra Ellen Gracie ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que a indicou ao STF”.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula passa por saia-justa no STF

Discursos na posse de Ellen Gracie abordaram as acusações de corrupção enfrentadas pelo governo

Mariângela Gaillucci
BRASÍLIA

Ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, comentou a situação enfrentada pelo governo e disse ontem que ninguém está imune à fiscalização. “A possibilidade de responsabilização dos agentes políticos e públicos por desvios na atividade pública também há de ser assegurada como consectário do próprio Estado de Direito: não há autoridade dotada de poderes ilimitados nem imune à devota fiscalização, controle e responsabilização”, afirmou Souza, durante discurso feito ontem na posse da ministra Ellen Gracie como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além do constrangimento enfrentado por causa dos discursos de Souza e do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, Lula teve de ouvir um

discurso de agradecimento ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que a indicou ao STF.

Quanto ao procurador, Lula foi responsável por sua nomeação para a chefia do Ministério Público Federal em meados do ano passado. No fim de março, Souza denunciou ao Supremo 40 pessoas suspeitas de envolvimento com o esquema do mensalão. Na denúncia, o procurador chamou o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de “chefe da quadrilha” que usou o governo para obter ganhos ilícitos e manter o poder. Mas ressaltou que não havia nada contra Lula.

No discurso, o procurador observou que o STF tem o papel de garantir os direitos e a preservação do vigor institucional. “Vossa excelência (Ellen Gracie) assume o comando do Poder Judiciário na oportunidade em que as instituições estatais estão submetidas a prova de resistência. Ao largo das disputas político-partidárias, mas ao mesmo tempo espectador privilegiado de tais disputas, cabe a

esse Supremo Tribunal Federal o encargo constitucional de permitir que a liberdade do dissenso observe rigorosamente as regras do jogo”, alertou.

Ele disse que os episódios atuais devem ser solucionados por meio da aplicação dos mecanismos de fiscalização e controle previstos na Constituição. “O funcionamento das instituições não pode realizar-se por caminhos invios, mas sim pelas vias iluminadas e transitáveis predispostas pelo sistema normativo.” O procurador defendeu o poder de investigação dos integrantes do Ministério Público.

Seguindo a tradição, o presidente da OAB fez um discurso crítico. “O Brasil não pode perder a compostura”, alertou Busato. “Apenas a verdade poderá resgatar a credibilidade, que é o oxigênio moral das instituições, e esse oxigênio nos tem faltado. O comportamento indecoroso de alguns agentes públicos expôs ao desgaste as instituições do Estado, aprofundando o descrédito que já as fragiliza-

va perante a sociedade”, disse Busato. “E o descrédito é o fermento de que se nutre a serpente do autoritarismo, na sua luta nociva contra a consolidação do Estado de Direito.”

Afirmou ainda que a absolvição de deputados condenados pelo Conselho de Ética soa à população como escárnio à Justiça. Também voltou a defender que o STF dê tratamento excepcional ao inquérito do mensalão, para agilizar a tramitação.

O ministro Joaquim Barbosa, relator do inquérito do mensalão, disse que “é impossível” acatar a sugestão de Busato. “Fazer isso é um retorno à barbárie”, declarou Barbosa. Depois de argumentar que “não há a menor possibilidade de se flexibilizar normas de processos”, o ministro explicou que tentar acelerar o processo levaria ao atropelamento dos trâmites normais da Justiça. “Isso representa retrocesso em relação a séculos de conquistas civilizatórias de que nós todos nos beneficiamos”, justificou. ●

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A capitulação do Planalto”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 de maio do corrente.

O artigo faz uma crítica incisiva sobre a mansidão e a passividade do governo brasileiro diante da crise estabelecida na questão do setor boliviano de gás natural. A falta de reação à decisão do presidente Evo Morales não foi uma surpresa, principalmente se levarmos em conta o retrospecto da diplomacia Lulista. Segundo o artigo, “Nenhum outro país que queira ser respeitado na

cena global deixaria de enfatizar que a soberania das nações com as quais se relaciona termina onde começam as obrigações livremente assumidas que asseguram os direitos de seus parceiros”.

Para que conste dos **Anais do Senado da República**, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

NOTAS E INFORMAÇÕES | A3

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Márcia Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

Francisco Mesquita (1927-1969)

Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)

Nestor Rangel Pestana (1927-1933)

Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP

Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

A capitulação do Planalto

Como se fosse a coisa mais natural do mundo, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, estará presente à reunião de hoje em Puerto Iguazu entre os dirigentes dos países diretamente envolvidos na questão do setor boliviano de gás e petróleo, cujas operações foram estatizadas pelo presidente Evo Morales – além dele, o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o argentino Néstor Kirchner. A reunião foi acertada às pressas, na terça-feira, por iniciativa de Lula. Chávez governa um país cujos interesses econômicos não foram afetados pelo ato do seu homólogo boliviano. A participação do coronel no encontro como que institucionaliza a sua condição de mentor de Morales, o qual, por sua vez, assume papel equivalente ao de menor relativamente incapaz, na terminologia jurídica brasileira.

Já de si, a transformação da Bolívia em satélite da Venezuela, sacramentada na reunião dos seus presidentes, mais o ditador Fidel Castro, em Havana, dois dias antes de Morales assinar o decreto da nacionalização, representa um problema de vulto para a estabilidade das relações entre os países sul-americanos.

Pior ainda, porém, é a passividade do governo brasileiro diante do novo e preocupante cenário regional. Decerto não passou pela cabeça de ninguém com poder de decisão, no Planalto ou no Itamaraty, a idéia de propor que se restringisse a Lula, Morales e Kirchner, como seria lógico e pertinente, o elenco do encontro de Puerto Iguazu. Isso não surpreende. A mansidão do governo brasileiro ficou muito mais escancarada na reação – ou falta dela – à decisão de Morales.

Um dia, quando o Brasil for o país amadurecido dos sonhos dos brasileiros, será estudada no Instituto Rio Branco, onde se formam os quadros do Itamaraty, como exemplo de um tempo felizmente superado, a nota emitida pelo Planalto anteontem, ao cabo de uma jornada inteira de reuniões sobre a crise boliviana. À luz do texto, uma perda de tempo. A nota proclama solenemente que o Brasil reconhece que a nacionalização foi um ato inerente à soberania do governo de La Paz – como se pudesse pairar a menor dúvida a respeito. E promete que o Planalto agirá “com firmeza e tranquilidade em

todos os foros, no sentido de preservar os interesses da Petrobrás”. Ou seja, no plano diplomático, Brasília anunciou sua capitulação perante o que seria um fato consumado.

A nota não registra nem sequer estranheza ante a ocupação militar de um campo explorado pela Petrobrás e o fato de seu autoproclamado “irmão mais moço” não ter tido a cortesia de avisá-lo do decreto iminente. O ponto a que chegou o presidente brasileiro pode ser também avaliado pelas informações segundo as quais ele gostou de ouvir de Morales, na conversa telefônica em que combinaram se falar hoje, que a nacionalização “não foi um ato de hostilidade contra o Brasil”. Mais ainda, Lula ficou satisfeito em saber que “não haverá interrupção no fornecimento de gás para o Brasil e que os preços serão negociados daqui para a frente”. Ah, bom – como se diz.

Não foi por falta de aviso. A imprensa registra que o presidente foi aconselhado a mostrar firmeza, publicamente, até para não passar a impressão de que, negócios energéticos à parte, endossou a anacrônica coreografia na-

cionalista do vizinho, como se a insegurança jurídica disso decorrente fosse aceitável na ordem econômica mundial da atualidade. Lula, como se viu, preferiu manter a crista baixa, a pretexto de que Morales não pode deixar de vender gás ao Brasil e, assim, tudo entrará nos eixos. A questão é outra. Nenhum outro país que queira ser respeitado na cena global deixaria de enfatizar que a soberania das nações com as quais se relaciona termina onde começam as obrigações livremente assumidas que asseguram os direitos dos seus parceiros. Esse ponto foi devidamente destacado pelos governos da Espanha (segundo país mais atingido por Morales), Chile e ainda pela União Europeia.

Todos empregaram a palavra desterrada de Brasília por uma tibieza próxima da pusilanimidade – “preocupação”. Resta ver se, “passado esse período de atordoamento”, como declarou ontem ao Estado o ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) David Zylbersztajn, o Brasil usará “todos os mecanismos de resistência” caso, na hora da negociação, a Bolívia adote uma “posição de força”. Dado o retrospecto da diplomacia lulista, não convém apostar nisso.



O SR. FLEXA RIBEIRO – (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo do doutor em economia da PUC-Rio, Marcelo de Paiva Abreu, intitulado “Lula e o barão de Munchausen”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 8 de maio do corrente.

Segundo o artigo, a diplomacia brasileira está a reboque de Hugo Chávez. O articulista compara o governo Lula com dois personagens das histórias infantis: Pinóquio e o barão de Munchausen. O primeiro mentia, o segundo exagerava e acabava também mentindo. Segundo o autor

do artigo, os personagens são um “magnífico exemplo das distorções a que leva a aplicação inexorável do mote ‘o bom, eu fiz, o ruim, eu herdei’.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

8 mai. 06

Economia

B

2A

Opinião

Lula e o barão de Munchausen

Marcelo de Paiva Abreu*

Clássicos infantis podem ser lidos com grande proveito por adultos. Nos tempos atuais, os que contêm lições mais pertinentes são os que tratam de distorções da realidade. Dois grandes clássicos vêm à mente. *Pinocchio*, de Carlo Collodi, cujas mentiras eram denunciadas pelo nariz que crescia; e *As Loucas Aventuras do Barão de Munchausen*, de Rudolph Eric Raspe, que exagerava ao contar histórias militares e acabava cavalgando balas de canhão. *Pinocchio* mentia, *Munchausen* exagerava e acabava mentindo. O senador Aloizio Mercadante acaba de publicar um livro, *Brasil: Primeiro tempo – Análise Comparativa do Governo Lula* (Planeta, São Paulo, 2005), que pretende ser um balanço do governo Lula, em contraponto ao de seu predecessor. A obra é magnífico exemplo das distorções a que leva a aplicação inexorável do mote “o bom, eu fiz, o ruim, eu herdei”. É o governo Lula relatado à moda do barão de Munchausen.

Os problemas começam na introdução, quando o senador atribui à “sanha acusatória” e à “pauta monocórdica” da oposição o estiolamento do debate “elevado” quanto à confrontação dos dois modelos: o de “inspiração neoliberal”, promovido pela aliança PSDB-PFL, e o “progressista”, sustentado pelo PT e por seus aliados. Trata-se de tentativa canhestra de driblar a realidade. Beira o ridículo, em meio a tão cataclísmica queda de anjos, pretender debitar a falta de foco no debate sério de modelos alternativos à ex-

ploração política que a oposição faz da débil ética de amplos segmentos da coalizão petista.

Registre-se, além disso, que, com base no trêmo petista, é difícil separar o modelo “neoliberal” do “progressista”, pois foram mantidas muitas das políticas rotuladas de neoliberais. Mantidas a despeito de críticas do senador, que preferia política monetária frouxa – maiores gastos e políticas mais ativas de fomento ao crescimento. De fato, o que se viu foi a vitória política dos Palocis sobre os Mercadantes para que o PT adotasse políticas macroeconômicas responsáveis. O senador pode não ter saído diretamente chamuscado na crise ética do PT, mas saiu bem chamuscado no debate interno sobre a política econômica. Dado este retrospecto, é surpreendente sua desenvoltura na apresentação das conquistas econômicas do governo Lula. Boa parte delas com o Banco Central e o Ministério da Fazenda enfrentando fogo amigo, com o senador na artilharia que colimava a política macroeconômica. Quanto às demais realizações do governo Lula, o senador demonstra ter imaginação fértil quanto ao desempenho do governo e singular miopia quanto ao governo anterior. Avaliação menos parcial teria pouco a listar entre as realizações, com a possível exceção de alguns dos programas sociais de natureza distributiva.

Mas é em relação à política externa “ativa” que o senador realmente se excede. Em contraste com a política externa de FHC, que teria sido “mediana”, “ausente”, “protetelária”, no governo Lula tudo mudou. Houve “fortalecimento” e expansão do Mercosul com as assimetrias com a Argentina equacionadas.

A posição quanto à Alca teria sido ofensiva, defendendo modelo alternativo ao dos EUA e preservando a capacidade de os Estados promoverem o desenvolvimento. Teria havido grande progresso na integração da América do Sul, com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, e reaproximação com a África e o Oriente Médio. E também a criação e

A diplomacia brasileira está a reboque de Hugo Chávez

consolidação de parcerias estratégicas – China, Rússia, Índia, África do Sul, etc.” – “com grande geração de espaços comerciais e geopolíticos”. Sem falar na grande capacidade de articulação no G-20 rumo à “nova geografia comercial mais justa e menos concentrada”.

Em contraposição, no mundo real o que se vê? O Mercosul com o Uruguai, em meio à crise das papeleiras, em busca de acordo preferencial com os EUA e a Argentina em busca de perene de salvaguardas. Com a Alca bloqueada pela intransigência ideológica brasileira e pela avaria dos EUA quanto a concessões relevantes, têm sido celebrados acordos preferenciais dos EUA com as economias latino-americanas, fora o Brasil, Cuba, a Venezuela e a Bolívia. Os embaraços com a Venezuela e a Bolívia sublinham as limitações da Casa. Lula perdeu para Chávez a disputa pelo protagonismo na América Latina e o Brasil está a reboque da Venezuela. Os acordos comerciais com a Índia e a África do Sul são

irrelevantes. O encanto inicial com a China virou desgosto, quando se descobriu a ameaça das exportações chinesas e o entusiasmo nulo de Beijing com o projeto de reforma da ONU, que levaria o Brasil ao Conselho de Segurança. O G-20 é bom, mas a Rodada Doha está encalhada. Longe de ser “ator internacional de primeira linha”, o Brasil tem política externa de gigante bobo.

O livro sinaliza o futuro. O título sugere certeza de vitória na eleição de outubro, previsão ousada quando o livro foi escrito, mas hoje razoável. Sim, é provável que tenhamos um segundo tempo de Lula. O problema é: de que Lula? O do primeiro tempo? Dadas as pesquisas quanto às eleições para governador de São Paulo, o senador Mercadante, no segundo tempo, deve preferir a órbita federal, provavelmente no Ministério da Fazenda. Será que o senador vai continuar a política macroeconômica do primeiro tempo? Será que o presidente, apesar de convencido de que deve adotar política econômica prudente, se dispôs a continuar o experimento Mantega e ter um ministro da Fazenda, com peso político muito mais significativo, que vai tratar de implementar política macroeconômica em que não acredita, apesar do que escreveu? •

***Marcelo de Paiva Abreu**, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Para ruralista, MST declarou guerra no campo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 25 de abril de 2006.

Na matéria do jornalista José Maria Tomazela, o presidente da UDR, União Democrática Ruralista, Luiz Antonio Nabhan Garcia, acusa o governo Lula de ser leniente com o MST, favorecendo o radicalismo. Segundo

Nabhan, Lula discrimina os produtores rurais e dá aval a ações do movimento dos sem-terra.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2006
ESTADO DE S. PAULO | NACIONAL | A5

TERRA SEM LEI

Para ruralista, MST declarou guerra no campo

Presidente da UDR diz que governo é leniente com o movimento e a impunidade favorece o radicalismo

José Maria Tomazela
SOROCABA

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, acusou ontem o coordenador nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST) Jaime Amorim de pregar o conflito no campo.

Ao falar no encerramento do 2º Fórum Social Brasileiro, domingo, no Recife, Amorim garantiu que não haverá trégua na luta contra o agronegócio e nenhum latifundiário vai ficar em paz. “Ele pode estar na sua casa de praia, mas não vai dormir sossegado, sempre ligando para o caseiro para ver se o cadeado da porteira ainda não foi quebrado”, afirmou.

Nabhan contou que a frase foi entendida como uma declaração de guerra. “Um proprietário rural, revoltado, me procurou para avisar: o primeiro que encostar a mão no seu cadeado, ele manda para o inferno.”

Na opinião do presidente da UDR, a declaração é muito grave e reflete o sentimento de impunidade e de estar acima da lei do MST, que é “incentivado” pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Não é à toa que foi feita logo depois que o presidente encheu a bola do MST e atacou os produtores rurais”, criticou.

Na semana passada, o presi-

FRASES

Jaime Amorim
Coordenador do MST

“Ele pode estar na praia, mas não vai dormir sossegado, sempre ligando para ver se o cadeado da porteira ainda não foi quebrado”

Luiz Nabhan Garcia
Presidente da UDR

“Um proprietário rural me procurou para avisar: o primeiro que encostar no seu cadeado, ele manda para o inferno”

dente afirmou que desejava ser, cobrado pelos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, criticou os agricultores que não pagam os financiamentos que fazem, referindo-se a eles como “laranjas podres”. Nabhan disse que Lula “discrimina” os produtores rurais e dá aval a ações do movimento dos sem-terra.

Ele deu as declarações depois que o MST anunciou a intenção de levar seus protestos também para as cidades. No 2º Fórum Social Brasileiro, na semana passada, o movimento informou que se prepara para se urbanizar, ensinar os desempregados e trabalhadores não organizados a ir para a rua “fazer a luta”, reivindicar, em grandes ações conjuntas com outras entidades, como a Central Uni-

ca dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e movimentos de sem-teto, desempregados, perueiros.

“Eleição não basta”, argumentou outro coordenador nacional do MST, João Paulo Rodrigues. “Só se conseguem mudanças estruturais e na política econômica com o povo nas ruas.”

Ontem, Nabhan disse que “só alguém que não está em seu juízo normal pode considerar todo esse vandalismo do MST como reivindicações de um movimento social”. A dívida do setor rural, na sua opinião, é resultado da política econômica “paternalista e populista” do gover-

Lula discrimina produtores e apóia movimento, reclama UDR

no. Já invasões e danos à propriedade alheia, segundo ele, são “crimes, mas tratados com leniência e conivência” pelo governo. “Quando começamos a não ter mais confiança na lei, a situação se torna perigosa e o aviso do produtor faz sentido.” ●

Protesto fecha 3 estradas na BA

Mobilização inclui sem-terra, acampados e sem-teto

Biaggio Talento
SALVADOR

Entidades e sindicatos ligados aos sem-terra, acampados e sem-teto realizaram manifestações ontem em seis municípios baianos. Sob a denominação de Articulação dos Movimentos Sociais Rurais e Urbanos da Bahia, o grupo interditou rodovias e ocupou órgãos públicos.

Os manifestantes fecharam a rodovia BR-410, entre os municípios de Ribeira do Pombal e Tucano, no nordeste do Estado, a BR-242, em Ilhotirama, no centro, e a BR-101 na altura do município de Aracatu, no sul baiano. Já em Salvador, eles ocuparam a sede da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder).

O amplo protesto tem por objetivo cobrar um série de reivindicações apresentadas ao governo em abril do ano passado. Elas vão da realização de 141 visitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em áreas consideradas improdutivas, ao fim da atual política econômica e contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Incluíam-

bém pedidos de melhorias nas vias de acesso a comunidades pesqueiras e de criação de 500 frentes de trabalhos de emergência para os desempregados.

Segundo os líderes dos movimentos, a relação contém 350 reivindicações, já recebidas e protocoladas por 21 órgãos da Bahia e da União. Apenas 30 pedidos foram atendidos até o momento, afirmam. Conforme nota divulgada pelas entidades participantes do protesto, a Conder foi escolhida como alvo para ser ocupada para que possam denunciar o “autoritarismo” e a “truculência” da empresa e do governo estadual.

Um destacamento da PM foi enviado ao local para manter a ordem. Os líderes da ocupação temiam uma ação violenta e tentavam negociar ontem um acordo com diretores do órgão.

Em Teixeira de Freitas, a Polícia Militar negociava com representantes das cerca de 2 mil famílias que ocupam uma área da Suzano Papel e Celulose desde a semana passada. A idéia é cumprir de forma pacífica a ordem de reintegração de posse dada pela Justiça. ●

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preocupante a forma como as questões relativas à saúde animal têm sido tratadas nos últimos anos. Apesar da crescente importância do agronegócio para a economia brasileira, os orçamentos federais mais recentes dedicaram poucos recursos para prevenir, fiscalizar ou evitar doenças em nossos rebanhos de animais. Assustador, também, é que, repetidamente, as poucas verbas destinadas são contingenciadas pela União.

Recentemente, por exemplo, tivemos focos de febre aftosa nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná. Como consequência, foram afetadas as nossas exportações de carne para diversos países mundo afora.

Tão ou mais perigosa do que essa primeira enfermidade é a tuberculose bovina. Recentemente, conforme noticiou o jornal **AmbienteBrasil**, de 14 de abril último, oitenta e cinco animais contaminados foram sacrificados em duas fazendas na cidade de Cajuru, interior do Estado de São Paulo. A mesma fonte ainda informou que, somente naquela Unidade da Federação, no segundo semestre de 2005, foram confirmados 560 casos do mal entre 115 mil animais examinados.

A doença é fatal para o gado e traz riscos de morte para o homem. Causada por uma bactéria, atinge órgãos como os pulmões, fígado e rins.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus temores em relação à tuberculose bovina se dão por três motivos.

O primeiro é a possibilidade de transmissão da doença para seres humanos. Os especialistas afirmam que a moléstia pode atingir o homem por meio do contato direto com o animal doente ou pelo consumo de carne, leite ou derivados. Ou seja, pessoas podem estar morrendo em razão da doença sem que a sociedade tenha conhecimento disso, já que é frequentemente confundida com a tuberculose humana.

O segundo é o fato de a doença estar disseminada por todo o País. Segundo dados disponíveis no site do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as notificações oficiais indicam que 1,3% do rebanho bovino está contaminado com o mal. Em levantamento levado a cabo em 1999, no Triângulo Mineiro e no centro e sul de Minas Gerais, foi verificado 0,8% de infestação do rebanho. Assustador é o fato de que a doença foi encontrada em 5% das propriedades pesquisadas e em 15% daquelas dedicadas à produção leiteira.

O terceiro é o fato de o Governo Federal não apresentar estatísticas mais recentes a respeito da doença. Citei um estudo que data de 1999, ou seja,

sete anos atrás. Pode ser que, sem dados, a situação esteja fora de controle, como sugere a notícia do Jornal **AmbienteBrasil**. Existe, de fato, uma cortina de fumaça que não nos permite saber a situação da doença. Adiante abordarei novamente essa questão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe, é verdade, um “Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal”, que é conduzido pelo Ministério da Agricultura desde 2001. Esse programa, segundo o site do Ministério da Agricultura, busca diminuir a incidência dessas duas doenças e certificar propriedades rurais que apresentem baixo risco de incidência desses males.

A iniciativa é das mais louváveis. No entanto, temo pela ineficácia do Programa. Explico-me.

O site do Ministério da Agricultura dedica uma quantidade razoável de informação ao Programa. Todavia, o conteúdo disponível está consideravelmente desatualizado. As novidades mais recentes datam de dois ou três anos atrás.

Assim, torna-se muito difícil, diria impossível, averiguar como o Programa tem se desenvolvido. Não há estatísticas mais recentes, não há indicadores de progresso ou de metas, não se sabe quantas propriedades rurais foram visitadas ou quantos animais foram vacinados. Enfim, se desconhece, afinal de contas, o que tem feito o Ministério.

Antes de continuar, um breve parêntese. Não faço críticas contra o Ministério ou contra o Ministro Roberto Rodrigues. Considero-o, tenho a obrigação de dizer, um dos mais gabaritados Membros do atual Governo Federal e um dos maiores conhecedores da economia rural brasileira.

Deixo claro, pois, que as minhas apreensões se atêm, tão-somente, aos riscos de um possível descontrole das doenças, em especial a tuberculose bovina, que afligem o rebanho bovino brasileiro.

Os danos que pode sofrer a pecuária brasileira são muitos.

Em primeiro lugar, existem os prejuízos econômicos. Além da diminuição da produtividade, devem ser levadas em conta as barreiras sanitárias que podem ser levantadas, a qualquer momento, contra produtos pecuários nacionais.

Em segundo lugar, há a possibilidade de transmissão da doença do animal para o homem. Isso não pode ser negligenciado jamais. Zelar pela saúde pública não é apenas função do Governo; é dever.

Isso posto, espero ter sensibilizado as autoridades governamentais. Espero, como muitos brasileiros que nos assistem pela TV Senado, que o Governo Federal se pronuncie sobre o tema. Espero, também, que a resposta se faça por meio de ações concretas

para prevenir, evitar e controlar a tuberculose bovina em território brasileiro.

Menos palavrório e mais ações concretas. É isso que o brasileiro quer e precisa das autoridades governamentais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Diariamente, acompanhamos pela mídia notícias preocupantes a respeito do desmatamento de nossas florestas e de outros danos ao meio ambiente. As informações, sempre acompanhadas de estatísticas e projeções, conduzem a um panorama de completa devastação num futuro não muito distante, com mínimas perspectivas de reversão desse processo predatório.

Em que pesem eventuais exageros ou mesmo informações equivocadas em relação à degradação ambiental, Senhor Presidente, a realidade da exploração dos recursos naturais da Amazônia, de fato, justifica a inquietação. Por isso, quando temos notícias de acontecimentos positivos, de iniciativas visando à preservação do ambiente, temos a obrigação de repercuti-las: primeiramente, por uma questão de justiça e de reconhecimento para com as pessoas ou entidades responsáveis por essas ações; e, também, para que a coletividade tenha uma exata noção do que ocorre nessa área, mostrando que, se há ganância e irresponsabilidade da parte de uns, outros há que se preocupam com o desenvolvimento sustentável e com a qualidade de vida da nossa e das futuras gerações.

Arriscaria, ainda, dizer que há um terceiro motivo de igual importância, que é a necessidade de passar à população, entre tantas notícias desalentadoras, uma mensagem de otimismo e de crença na ação das autoridades, do empresariado, das organizações não-governamentais e de toda a comunidade amazonense.

Faço essas ponderações, Senhoras e Senhores Senadores, porque no Estado de Rondônia o Sistema Indústria, que congrega a Federação das Indústrias – Fiero, o SESI, o Senai e o Instituto Euvaldo Lodi, criou a Câmara Setorial da Madeira, com o propósito de debater questões ambientais que vão da concepção de projetos de manejo à exploração e à implementação de políticas públicas, de forma a beneficiar a atividade empresarial sem provocar danos ao meio ambiente.

O Sistema Indústria congrega, entre outros segmentos, a indústria madeireira, a moveleira e a ceramista do Estado de Rondônia. José Marcondes Cerutti, coordenador da Câmara Setorial da Madeira, destaca a importância do setor madeireiro para o desenvolvimento econômico da região, enfatizando também a

elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Florestal, elaborado pela entidade. O Plano tem por objetivo dar perenidade à atividade empresarial do setor e compõe-se de três projetos: o de reflorestamento; o de elaboração dos Planos de Gestão das Florestas Estaduais; e o Projeto de Elaboração dos Planos de Manejo de Usos Múltiplos para as Reservas Extrativistas Estaduais e Federais. Para isso, o Sistema Indústria tem trabalhado em estreita colaboração com a gerência do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, do Ministério da Integração.

Essas discussões, Senhor Presidente, têm contado com a participação de técnicos da Câmara Setorial e da pasta da Integração, representantes de sindicatos e de associações de engenheiros florestais, além da Secretaria do Desenvolvimento Ambiental.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, a participação do Governo do Estado está aquém do que deveria nessa iniciativa tão relevante para a economia e para o equilíbrio ecológico da região. Como responsável pela preservação do meio ambiente e pela sustentabilidade da economia, e na condição também de beneficiário dos resultados desse segmento do setor produtivo, que lhe proporciona considerável arrecadação, o Governo do Estado deveria assumir a coordenação do projeto, em vez de marcar presença de forma tímida e aparentemente desinteressada.

É do conhecimento geral que a exploração madeireira na Amazônia tem ocorrido de forma predatória, com danos graves, como o desmatamento, o aumento da exposição a incêndios florestais e o risco de escassez de espécies nobres, especialmente o mogno. Segundo reporta a **Revista da Madeira**, a qualidade dos empregos na atividade madeireira é baixa e os riscos de acidentes de trabalho são elevados.

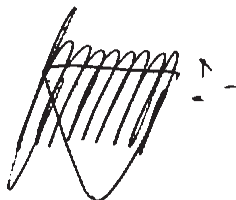
Entretanto, há uma parcela considerável de empresários do setor, bem assim de trabalhadores, de sindicatos e de entidades da própria comunidade, preocupada em estabelecer um outro padrão de exploração da madeira, objetivando, entre outros benefícios, a perenidade da atividade madeireira. Essa preocupação encontra eco nas páginas da já citada Revista da Madeira, que, analisando as condições da exploração hoje praticada, contrapõe: “No entanto, esse quadro pode ser revertido com a adoção de práticas de manejo florestal, capazes de manter a estrutura e composição da mata e gerar o crescimento econômico do País. O manejo garante produção de madeira, reduz os danos e o desperdício da exploração e diminui drasticamente os acidentes de trabalho. Além disso – segue o periódico – assegura a conservação dos recursos naturais, mantendo desta forma os serviços

ambientais da floresta, especialmente o ciclo hidrológico e a retenção do carbono”.

O presidente do Sistema Federação das Indústrias, engenheiro Euzébio Guareschi, compartilha a mesma opinião. “A exploração florestal pelas madeiras têm impacto mais imediato devido à falta de matéria-prima florestal, o que acaba implicando quase sempre a redução ou fim da atividade industrial, com a conseqüente extinção de empregos e a diminuição de ganhos econômicos para a região”. Com a implantação do Plano Estadual de Desenvolvimento Florestal, segundo Guareschi, a indústria madeireira encontrará “o caminho da autosustentabilidade com reforço de atividades voltadas para reflorestamento, e a exploração das florestas estaduais e reservas extrativistas através do manejo de baixo impacto”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a atividade madeireira em Rondônia vem sofrendo queda acentuada nos últimos anos, embora o segmento ainda seja importante para a economia regional pela geração de empregos e pela arrecadação de tributos. No momento em que setores empresariais e de outros segmentos da comunidade se reúnem para reverter essa situação e buscar a auto-sustentabilidade, lamentando embora a tímida participação do Governo do Estado, essa notícia deve ser repercutida nesta e em outras Tribunas. Assim, cumprimento a Federação das Indústrias de Rondônia, o SESI, o Senai e o Instituto Euvaldo Lodi pela iniciativa, e congratulo-me com o povo rondoniense, na certeza de estarmos às vésperas de um período de maior crescimento econômico com preservação dos recursos naturais.

Muito obrigado!



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, coordenados pelo nosso eficiente Secretário-Executivo Dr. Raimundo Carreiro da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 42 minutos.)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO
DIA 05 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO**

PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana, sem dúvida, foi marcada pela mediocridade política, algumas lambanças incomprensíveis sobre as quais falarei em seguida, mas foi marcada também por um momento de brilho, de inteligência e de esperança, com o discurso do Ministro Marco Aurélio, na solenidade de sua posse na Presidência do TSE. Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que faça constar nos Anais da Casa a íntegra desse discurso, pela sua importância e pelo fato de significar uma esperança de que no seio do próprio Tribunal Eleitoral possamos ter os instrumentos necessários para a contenção do processo de corrupção durante a campanha eleitoral. Porque, sabemos, a corrupção na administração pública quase sempre começa no período eleitoral, em razão de compromissos escusos que são assumidos entre determinados candidatos e empresários que se valem das portas abertas para a corrupção na busca do enriquecimento ilícito.

O Ministro Marco Aurélio, na solenidade de posse, afirmou, por exemplo:

“[...] Vivenciamos tempos muito estranhos, em que se tornou lugar comum falar dos descalabros que, envolvendo a vida pública, infiltraram na população brasileira – composta, na maior parte, de gente ordeira e honesta – um misto de revolta, desprezo e até mesmo repugnância. São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o país em dois segmentos estanques – o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir.

Não há, nessas afirmações – que lamento ter de lançar –, exagero algum de retórica. Não passa dia sem depararmos com manchete de escândalos. Tornou-se quase banal a notícia de indiciamento de autoridades dos diversos escalões não só por um crime, mas por vários, incluindo o de formação de quadrilha, como por último consignado em denúncia do Procurador-Geral da República, Doutor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. A rotina de desfaçatez e indignidade parece não ter limites, levando os já conformados cidadãos

brasileiros a uma apatia cada vez mais surpreendente, como se tudo fosse muito natural e devesse ser assim mesmo; como se todos os homens públicos, nas mais diferentes épocas, fossem e tivessem sido igualmente desonestos, numa mistura indistinta de escárnio e afronta, e o erro passado justificasse os erros presentes. [...]”

Prossegue, Sr. Presidente, o discurso do Ministro Marco Aurélio. Espero sinceramente que seja a demonstração de que haverá também, por parte da Justiça Eleitoral, mudança de comportamento, porque há que se afirmar que também lá tem havido omissão e conivência em determinados momentos.

Há ações interpostas em campanhas eleitorais que sequer são julgadas. Algumas delas são arquivadas por decisão monocrática. Isso tem ocorrido, mas acreditamos que, agora, a disposição exposta no discurso do Ministro Marco Aurélio, em sua posse na Presidência do TSE, signifique mudança de rumos. Não basta julgar alguns Prefeitos do interior, de pequenos Municípios, e condená-los por abuso do poder econômico: um porque concedeu uma cesta básica na campanha eleitoral a determinado eleitor, outro porque forneceu um par de óculos a alguém de que deles necessitava. Não, é preciso julgar ações que dizem respeito também a Governadores de Estado importantes, e isso nem sempre acontece. Vai acontecer agora, certamente, porque há uma nova postura, há uma nova disposição, e acreditamos nas palavras do Ministro Marco Aurélio, a quem cumprimentamos desta tribuna. Certamente sua ação será um desestímulo à corrupção eleitoral na campanha que se avizinha.

Sr. Presidente, essa foi realmente uma semana inusitada, em que o Governo brasileiro aceitou a postura da submissão diante de líderes populistas, que, em gestos estapafúrdios, romperam compromissos assumidos internacionalmente. E o Presidente Lula saiu, mais uma vez, genuflexo da reunião de ontem em Puerto Iguazú* com os Presidentes Hugo Chávez*, Evo Morales* e Néstor Kirchner*. Aliás, essa reunião transformou-se num convescote bem a gosto do Presidente venezuelano Hugo Chávez: palco armado para ostentar sua liderança diante de tantas trapalhadas da diplomacia brasileira, já que o Presidente Lula preferiu optar por uma ação diplomática messiânica que leva em conta muito mais os seus projetos pessoais, que são quase sempre megalomaníacos, do que os interesses nacionais. O Presidente Lula desejava transformar-se

em uma grande liderança latino-americana e foi derrotado em consecutivas oportunidades.

Dessa feita, após mais de três horas de reunião, Lula além de não obter qualquer concessão do lado boliviano desautorizou a Petrobras, colocando a direção da empresa em situação de constrangimento.

É inacreditável a posição do Presidente Lula, que defende as ações do Governo boliviano!

O Presidente da Petrobras havia, em entrevista coletiva, anunciado que a estatal não mais investiria na Bolívia, uma atitude esperada diante dos fatos. O Presidente o desautorizou, afirmando que o Brasil continuará investindo na Bolívia.

O Presidente deixa a reunião com uma declaração inócua de que a questão do gás boliviano será discutida democraticamente. Dessa forma, desautoriza também as ações conseqüentes do representante da Petrobras na Bolívia, que inicia os procedimentos para uma ação judicial, primeiramente, na justiça boliviana e, em seguida, na justiça internacional, procedimento absolutamente correto, que deveria ter o apoio do Presidente da República,

O que podemos esperar quando há esse desencontro, quando não há sintonia entre o Presidente da República e seus auxiliares? Como acreditar que estamos prestes a solucionar esse impasse?

Num primeiro momento, o Presidente omisso perdeu a oportunidade de se entender com o Presidente boliviano e evitar a conflagração que se iniciou com uma ação truculenta do Presidente boliviano, ao mandar o Exército tomar posse de um patrimônio construído com o dinheiro do povo brasileiro, mais de US\$1,5 bilhão lá investidos.

O que devemos exigir do Presidente Lula é que preserve esse patrimônio. O que devemos exigir do Presidente Lula é que recupere os investimentos realizados e que discuta e ofereça solução e alternativas, para que não ocorram, em curto espaço de tempo, problemas de abastecimento de gás em nosso País, em detrimento da produção nacional.

Ora, o Presidente não pode colocar em segundo plano a defesa da nossa soberania, a defesa dos nossos interesses, em nome de um projeto pessoal inalcançável. O Presidente Lula, com sua política diplomática messiânica, aproxima-se de quem não deveria se aproximar, afasta-se de quem não deveria se afastar e vai acumulando derrotas sucessivamente, oferecendo espaço para uma liderança imprópria, exótica, boquirrota do Presidente venezuelano, que se coloca

como padrinho da candidatura do Presidente Lula à reeleição, da candidatura de Ollanta Humala*, no Peru, sem a preocupação de estar invadindo competências, extrapolando os limites da sua ação de liderança e, sobretudo, afrontando a soberania de outros países, com uma interferência indevida em assuntos nacionais.

Ora, Sr. Presidente, os aliados do Presidente Lula adotam uma postura que repercute na imprensa internacional. A revista britânica **The Economist** destacou que a nacionalização do setor de gás na Bolívia foi “uma vitória para os planos regionais de Hugo Chávez e uma derrota para os do Presidente Lula”. Portanto, estamos submetidos a interesses de Lula e de Chávez. Disputam espaço de liderança e o nosso País sofre as consequências, acumula os prejuízos.

A revista salienta, ainda, que a estratégia do Presidente da Venezuela é construir uma aliança contra os Estados Unidos, liderada por ele e baseada, principalmente, no controle e distribuição de energia.

O Presidente Lula foi ao encontro do Presidente Evo Morales para demonstrar a sua solidariedade às medidas de nacionalização das reservas de petróleo e gás. Esperávamos que ele fosse ao encontro de Evo Morales para exigir os direitos adquiridos pelo Brasil em investimentos realizados na Bolívia. As lideranças populistas da América Latina ocupam o espaço.

Sr. Presidente, há agora um fato que deve ser destacado desta tribuna. Fidel Castro é um ícone do Presidente Lula. Percebo uma admiração profunda do Presidente Lula e do ex-Ministro José Dirceu, que procuram espelhar-se em Fidel Castro. Aquele é o modelo. Fidel é o sétimo governante mais rico do mundo, segundo a revista **Forbes**. A fortuna do Presidente cubano é maior que a das rainhas Elizabeth II, do Reino Unido, e Beatriz Wilhelmina Armgard, da Holanda, uma fortuna calculada em mais de US\$900 milhões. A revista diz que Fidel Castro é o único latino-americano no *ranking*.

Segundo os pesquisadores da revista, a fortuna do Presidente cresceu enormemente nos últimos anos, já que, em 2003, eram atribuídas a ele apenas riquezas da ordem de US\$110 milhões. Dois anos depois, esse valor subiu para US\$550 milhões e agora chega a US\$900 milhões.

Em artigo publicado em 2005, a revista explicava a fortuna de Castro como resultado do lucro obtido por meio de uma rede de negócios de titularidade pública, negócios com o patrimônio público: centro de

convenções, palácio de convenções, conglomerado varejista, etc.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ora, Sr. Presidente, Sr. Senador Heráclito Fortes, é esse o modelo adotado aqui pelo Presidente Lula e pelo PT, misturando o patrimônio público com o patrimônio privado. Evidentemente, se há aqueles do setor privado que obtêm benefícios e vantagens, a população sofre as consequências, já que há aí uma relação espúria, promíscua, do Poder Público com parte do setor privado.

É evidente que se estabelece o esquema complexo de corrupção que investigamos. Foi a razão direta dessa organização criminosa agir no Brasil – e a expressão “organização criminosa” foi cunhada por ninguém menos que o Procurador-Geral da República, e não por um Senador de Oposição.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo, com a permissão do Presidente, um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alvaro Dias, eu estava me deslocando do aeroporto para este plenário – vindo de Belo Horizonte, onde participei, ontem, de uma reunião entre os prefeitos mineiros e o futuro Presidente Geraldo Alckmin –, e vinha ouvindo o seu discurso. Um discurso de precisão cirúrgica, em que aborda três temas da maior importância. Em primeiro lugar, a expectativa do Brasil com a posse do Ministro Marco Aurélio na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Sabemos – e aí concordo exatamente com V. Ex^a – que, com esse Ministro, com a sua experiência e, acima de tudo, com o comportamento adotado desde que tomou posse, teremos tranquilidade de que a lei será cumprida, sem perseguições e também sem abrir mão da moralidade dos princípios que regem a legislação eleitoral. Associe-me a V. Ex^a nos comentários feitos e tenho certeza de que a Nação brasileira também se tranquiliza com essa posse ocorrida ontem. O segundo ponto que V. Ex^a aborda é a questão do gás da Bolívia. É inaceitável que essa mesma Bolívia que hostiliza o Brasil seja a Bolívia para quem, há meses, votamos aqui no Senado perdão de dívida, doação de aeronaves usadas. E tudo isso sem contrapartida alguma! É a mesma Bolívia cujo Presi-

dente ainda em campanha foi enaltecido pelo Presidente Lula, que usou a imprensa para dar, com repercussão internacional, um atestado de boa perspectiva pela sua eleição, dizendo, inclusive, que a mídia, que os economistas, que os jornalistas, enfim, todos iriam se surpreender com o futuro estadista que assumiria o governo boliviano. E agora encontra-se nessa saia justa, porque não era nada daquilo que ele pensava, e vai ver que ele também não sabia de nada, o que é uma praxe na sua vida. Realmente é lamentável! E ontem, se observarmos com frieza, Sr. Presidente – digo isso com muita tristeza, porque sou brasileiro –, fizeram o nosso Presidente de bobo. A coisa não avançou em nada. O Presidente diz que vai investir, vai continuar investindo na Bolívia e a Petrobras diz que não. Agora parece que quem não sabe de nada é o Presidente da Petrobras. E, com isso, ficamos cabisbaixos. O terceiro ponto é essa vocação autoritária de Sua Excelência. Essa marca do autoritarismo que carrega e que começa a dar formas mais abrangentes com essas alianças com outros governos autoritários na medida em que tomam posse nas nossas vizinhanças. Copiar o modelo castrista não é honra para ninguém, não é exemplo a ser seguido coisa nenhuma. Nós, que combatemos, e ele, que foi vítima e combateu também as prisões de ditadura, poderia apelar para Fidel Castro soltar centenas e centenas de cubanos que se encontram presos apenas porque ou discordaram ou escreveram contra o regime. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a por abordar esse assunto, que é da maior importância, nessa sexta-feira em que o Brasil fica sabendo de coisas que, há quatro anos, ninguém imaginava pudessem acontecer. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, três minutos para que possa concluir o meu pronunciamento.

O que há, na verdade, é uma aliança do Presidente Lula com lideranças populistas e autoritárias da América Latina. Fidel Castro incorpora-se a essa aliança, que tem hoje como líder maior o Sr. Hugo Chávez e, como coadjuvante recente, o Sr. Evo Morales. Veja que aliados o Presidente Lula busca para construir uma aliança na América Latina!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Só queria lembrar a V. Ex^a que foi exatamente de Cuba que vieram para o Brasil aqueles R\$3,5 milhões...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –...que a nossa CPI descobriu e denunciou. E a Venezuela é de onde está vindo o boato cada dia mais forte de que um grupo venezuelano se prepara para comprar a Varig.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E diziam, à época, que Cuba era um país muito pobre, que não podia enviar dólares para a campanha do PT, no Brasil. Vejam que pobreza! O Presidente Fidel Castro está entre os homens mais ricos do mundo, com uma fortuna de mais de US\$900 bilhões.

Concluo, dizendo que essa aliança para atender a objetivos políticos do Presidente Lula tem custado muito caro ao Brasil. O metrô de Caracas está sendo construído com dinheiro brasileiro. O BNDES tem financiado obras em vários países da América Latina, em detrimento de recursos que poderiam ser transferidos a micro e pequenas empresas, gerando emprego, renda e receita pública no nosso País. Dinheiro brasileiro para um péssimo administrador. Porque Hugo Chávez é um péssimo administrador. Governa um país que nada em dinheiro porque tem petróleo e mantém o povo na mais absoluta pobreza. Quem vai a Caracas fica impressionado com a pobreza que há por lá. Aliás, Sr. Presidente, Hugo Chávez foi eleito pela minoria da população venezuelana, 75% dos eleitores não compareceram, porque simplesmente o Presidente Chávez dizimou a oposição. E hoje tem popularidade de 43%, mas é o líder mais popular na América Latina por obra e graça dos seus cabos eleitorais, como o Lula, que sustenta essa liderança esdrúxula em detrimento dos interesses do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos subestimar a inteligência do povo brasileiro. Não entendo como podem antecipar uma vitória de Lula. A meu ver, antecipar uma vitória de Lula nas eleições deste ano é subestimar a inteligência do povo, porque a vitória de Lula significaria dizer que vale a pena ser corrupto, que a corrupção tem de ficar impune, que a incompetência administrativa pode se consagrar.

O que justifica a presença de uma liderança política no comando da Nação são outros fatos, outras razões. Desconheço quais fatos e razões diferentes poderiam justificar.

Não subestimem a inteligência do povo brasileiro!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2,º do Regimento Interno.)

A seguir a íntegra do discurso do ministro Marco Aurélio na solenidade de posse como presidente do TSE:

"Agradeço a presença de todos que compareceram a esta solenidade, vindo a prestigiá-la. Cumprimento-os saudando os integrantes da Mesa - o senador da República Renan Calheiros, no exercício da Presidência da República, a ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo - portanto, Chefe do Poder Judiciário -, o deputado federal Sigmaringa Seixas, representando a Câmara dos Deputados, e o ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomas Bastos. Registro também o agradecimento à compreensão da minha família, pelas horas de dedicação praticamente exclusiva ao ofício judicante: a minha mulher, a desembargadora Sandra de Santis Mendes de Farias Mello, aos meus filhos, Letícia, a advogada, Renata, a médica, Cristiana, a Procuradora do Distrito Federal, e Eduardo Affonso, o estudante de Direito, o meu carinho ao neto João Pedro, ao meu irmão, Manoel Affonso, primogênito, ao meu genro Bruno.

Agradeço as palavras de incentivo do colega César Asfor Rocha que, de forma bondosa, falou em nome do Colegiado; do exemplar Procurador-Geral Eleitoral e Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando; do Dr. Roberto Busato, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - instituição que, nas precisas palavras de Gofredo da Silva Telles, é a sentinela da ordem democrática. Agradeço, na pessoa do Presidente, Dr. Rodrigo Colasso, à Associação dos Magistrados Brasileiros, por haver proporcionado coquetel na oportunidade em que os empossados, em fraternal confraternização, receberão os cumprimentos.

Senhores e senhoras, em face da liturgia desta solenidade e para que, juntamente com a nominata e os discursos proferidos, fique nos anais da Corte, devo veicular, ante a expectativa geral, nesta data de sintomática coincidência - dia 4 do mês 5 do sexto ano do segundo milênio -, uma mensagem. Serei breve, mas, mesmo assim, peço a benevolência dos ouvintes e, mais do que isso, a reflexão de todos sobre o que tenho a dizer.

Infelizmente, vivenciamos tempos muito estranhos, em que se tornou lugar-comum falar dos descabros que, envolvendo a vida pública, infiltraram na população brasileira - composta, na maior parte, de gente ordeira e honesta - um misto de revolta, desprezo e até mesmo repugnância. São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques - o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir.

Não há, nessas afirmações - que lamento ter de lançar -, exagero algum de retórica. Não passa dia sem depararmos com manchete de escândalos. Tornou-se quase banal a notícia de indiciamento de autoridades dos diversos escalões não só por um crime, mas por vários, incluindo o de formação de quadrilha, como por último consignado em denúncia do Procurador-Geral da República, Doutor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. A rotina de desfaçatez e indignidade parece não ter limites, levando os já conformados cidadãos brasileiros a uma apatia cada vez mais surpreendente, como se tudo fosse muito natural e devesse ser assim mesmo; como se todos os homens públicos, nas mais diferentes épocas, fossem e tivessem sido igualmente desonestos, numa mistura indistinta de escárnio e afronta, e o erro passado justificasse os erros presentes.

A repulsa dos que sabem o valor do trabalho árduo se transformou em indiferença e desdém, como acontece quando, por vergonha, alguém desiste de torcer pelo time do

coração e resolve ignorar essa parte do cotidiano. É a tática do avestruz: enterrar a cabeça para deixar o vendaval passar. *E seguimos como se nada estivesse acontecendo.* Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou um país do faz-de-conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam - o que lhes daria uma carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mal houvessem feito. Faz de conta que não foram usadas as mais descaradas falcatruas para desviar milhões de reais, num prejuízo irreversível em país de tantos miseráveis. Faz de conta que tais tipos de abusos não continuam se reproduzindo à plena luz, num desafio cínico à supremacia da lei, cuja observação é tão necessária em momentos conturbados.

Se, por um lado, tal conduta preocupa, porquanto é de analfabetos políticos que se alimentam os autoritarismos, de outro surge insofismável a solidez das instituições nacionais. O Brasil, de forma definitiva e consistente, decidiu pelo Estado Democrático de Direito. Não paira dúvida sobre a permanência do regime democrático. Inexiste, em horizonte próximo ou remoto, a possibilidade de retrocesso ou desordem institucional. De maneira adulta, confrontamo-nos com uma crise ética sem precedentes e dela haveremos de sair melhores e mais fortes. *Em Medicina, "crise" traduz o momento que define a evolução da doença para a cura ou para a morte.* Que saíamos dessa com invencíveis anticorpos contra a corrupção, principalmente a dos valores morais, sem a qual nenhuma outra subsiste.

Nesse processo de convalescença e cicatrização, é inescusável apontar o papel do Judiciário, que não pode se furtar de assumir a parcela de responsabilidade nessa avalanche de delitos que sacode o País. Quem ousará discordar que a crença na impunidade é que fermenta o ímpeto transgressor, a ostensiva arrogância na hora de burlar todos os ordenamentos, inclusive os legais? Quem negará que a já lendária morosidade processual acentua a ganância daqueles que consideram não ter a lei braços para alcançar os autoproclamados donos do poder? Quem sobriamente apostará na punição exemplar dos responsáveis pela sordidez que enlameou gabinetes privados e administrativos, transformando-os em balcões de tenebrosas negociações?

Essa pecha de lentidão - que se transmuda em ineficiência - recai sobre o Judiciário injustamente, já que não lhe cabe outro procedimento senão fazer cumprir a lei, essa mesma lei que por vezes o engessa e desmoraliza, recusando-lhe os meios de proclamar a Justiça com efetividade, com o poder de persuasão devido. Pois bem, se aqueles que deveriam buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos preferem ocultar-se por trás de negociatas, que o façam sem a falsa proteção do mandato. A República não suporta mais tanto desvio de conduta.

Eis o poder revolucionário do voto, com o qual, eleição após eleição, estamos os brasileiros a nos afeiçoar de tal forma que, muito em breve, os candidatos aprenderão a respeitá-lo, se não puderem honrá-lo de espontânea vontade.

Que a importância do voto sirva de argumento àqueles que pregam, como vinda por tanta infâmia, a anulação do escrutínio. Ao reverso do abatimento e da inércia, é de conclamar o povo, principalmente os mais jovens, a se manifestar pela cura, não pela doença, não pela podridão do vale-tudo, que corrói, com a acidez do cinismo, a perspectiva de um futuro embasado em valores como retidão, dignidade, grandeza de caráter, amor à causa pública, firmeza de propósitos no empenho incondicional ao progresso efetivo, e não meramente marqueteiro, do País. Ao usar a voz da urna, o povo brasileiro certamente ouvirá o eco vitorioso da cidadania, da verdade - que, sendo o maior dos argumentos, mais dia, menos

dia, aparecerá -, alfim, da indispensável liberdade, viciados que estamos todos na autodeterminação viabilizada, sem retorno, pela democracia.

Àqueles que continuam zombando diante de tão simples obviedades, é bom lembrar que não são poucos os homens públicos brasileiros sérios, cuja honra não se afasta com o tilintar de moedas, com promessas de poder ou mesmo com retaliações, e que a imensa maioria dos servidores públicos abomina a falta de princípios dos inescrupulosos que pretendem vergar o Estado ao peso de ideologias espúrias, de mirabolantes projetos de poder. Aos que laboram em tamanhas tolices, nunca é demais frisar que se a ordem jurídica não aceita o desconhecimento da lei como escusa até do mais humilde dos cidadãos, muito menos há de admitir a desinformação dos fatos pelos agentes públicos, a brandirem a ignorância dos acontecimentos como tábua de salvação.

Já se antevê o significado do certame que se avizinha, incumbindo a cada eleitor perceber que o voto, embora individualizado, a tantos outros se seguirá, formando o grande todo necessário à escolha daqueles que o representarão. Impõe-se, nesse sagrado direito-dever, a conscientização, a análise do perfil, da vida pregressa daqueles que se apresentem, é de presumir - repito - para servir com honestidade de propósito e amor aos concidadãos, dispostos, acima de tudo, a honrar a coisa pública. Somente dessa forma o eleitor responderá às exigências do momento, ficando credenciado, em passo seguinte, à cobrança. No que depender desta Presidência, o Judiciário compromete-se com redobrado desvelo na aplicação da lei. Não haverá contemporizações a pretexto de eventuais lacunas da lei, até porque, se omissa a legislação, cumpre ao magistrado interpretá-la à luz dos princípios do Direito, dos institutos de hermenêutica, atendendo aos anseios dos cidadãos, aos anseios da coletividade. Que ninguém se engane: não ocorrerá tergiversação capaz de turbar o real objetivo da lei, nem artifício conducente a legitimar a aparente vontade das urnas, se o pleito mostrar-se eivado de irregularidades. Esqueçam, por exemplo, a aprovação de contas com as famosas ressalvas. Passem ao largo das chicanas, dos jeitinhos, dos ardis possibilitados pelas entrelinhas dos diplomas legais. Repito: no que depender desta Cadeira, não haverá condescendência de qualquer ordem. Nenhum fim legitimará o meio condenável. A lei será aplicada com a maior austeridade possível - como, de resto, é o que deve ser. Bem se vê que os anticorpos de que já falei começam a produzir os efeitos almejados. Esta é a vontade esmagadora dos brasileiros.

No mais, é aguçar os sentidos, a coragem, é aumentar a dedicação, acurar a inteligência e desdobrar as horas e as forças, no intuito único de servir à aspiração geral por um pleito limpo, civilizado e justo. É o que o Brasil merece e espera. É o que solenemente prometo ao assumir esta Presidência.

Muito obrigado".

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO
DIA 8 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO
PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE
PUBLICA.**

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como ignorar a entrevista reveladora de Sílvio Pereira. Se o Senador Gilvam Borges se preocupa, com justificada razão, em levar recursos para seu Estado, em contribuir para o desenvolvimento regional, certamente sua tarefa seria facilitada, não houvesse no País a corrupção que há, com os desvios que se consolidam, obrigando o povo brasileiro a tapar os buracos abertos pela incompetência e pela corrupção, com uma carga tributária que onera a produção e dificulta o desenvolvimento econômico. É por essa razão que a tarefa essencial hoje no Brasil é combater implacavelmente a corrupção.

O depoimento de Sílvio Pereira pode não trazer grandes novidades, mas é muito importante porque se trata do primeiro homem de Governo e do PT que confessa que o esquema sofisticado de corrupção existiu e que referenda as conclusões da CPMI dos Correios e do Procurador-Geral da República a respeito.

Ora, Sr. Presidente, além de referendar as conclusões provenientes do esforço de investigação da CPMI dos Correios e do Ministério Público, com o auxílio da Polícia Federal, Sílvio Pereira cita o Presidente da República como um dos principais responsáveis.

É bem verdade que há aqueles que interpretam de forma diferente e que chegam a concluir que Sílvio Pereira isenta o Presidente da República. Não entendo como podem interpretar dessa forma.

Indagado sobre a sua participação na arrecadação de fundos junto a empresários, Sílvio Pereira diz taxativamente: “Eu só cumpria ordens. Respondia às determinações superiores e não tinha *status* para pertencer a essa turma, integrada por Lula, José Dirceu” e enumerou os outros participantes do grupo que, deixou implícito, liderava todo esse processo de corrupção que provocou a grande indignação do País, denominado de um escândalo sem precedentes, o maior da nossa história.

Portanto, não há como isentar o Presidente da República diante de mais um depoimento dessa natureza. Não bastassem todos os elementos recolhidos, agora o Secretário-Geral do Partido, que tinha uma convivência estreita com a cúpula do Governo e do Partido dos Trabalhadores, vem e seleciona aqueles que atuavam como os principais arquitetos do plano e

os principais responsáveis, portanto, pela operação do mesmo, que tinha como objetivo um projeto de poder de longo prazo. Conclusão que muitos retiramos das investigações que realizamos, mas conclusão consagrada também pelo Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, ao declarar que uma organização criminoso atuou em favor de um projeto de poder de longo prazo.

Silvio Pereira revela que os planos de Marcos Valério levavam em conta a arrecadação de R\$1 bilhão durante o mandato do Presidente Lula; relata a contribuição que se ofereceu às campanhas do PT em algumas capitais do País e adianta que muitos “Marcos Valérios” estariam por detrás de Marcos Valério.

É, portanto, importante o depoimento de Silvio Pereira à CPI dos Bingos. O Presidente Efraim Moraes já solicita, no dia de hoje, à Polícia Federal a sua intimação, para que ele possa comparecer, se possível na quarta-feira, para ser questionado sobre todos os itens da sua entrevista. Silvio Pereira adiantou que existiam três alternativas para Marcos Valério. Se falasse tudo, cairia a República.

Fico a refletir sobre o que poderia dizer Marcos Valério além do que já se sabe. Se tudo o que se revelou e o que sabemos já é tão grave que justificaria o *impeachment* do Presidente da República, o que poderia ele dizer mais de tão grave, a ponto de ele próprio imaginar que derrubaria a República?

Essas questões não podem ficar, de forma alguma, Sr. Presidente, acobertadas; precisam ser suscitadas. Esse mal tem de ser colocado à luz, para que possa ser combatido, para que possa ser condenado.

Hoje, a Ordem dos Advogados do Brasil se reuniu, a fim de discutir a hipótese do *impeachment*. É claro que, respeitosamente, devo dizer que se reuniu tarde demais. O tempo passou.

Entendo ser uma das virtudes de quem lidera a competência de se antecipar aos fatos, ou a capacidade de se estabelecer a oportunidade da decisão. Quando Duda Mendonça esteve no Congresso Nacional espontaneamente, para depor na CPI dos Bingos, trouxe documentos, provas materiais de ilícitos praticados não só durante a campanha eleitoral, mas durante a gestão do Presidente Lula à frente da administração federal – o pagamento de despesas da campanha que ocorreu durante o mandato de forma ilícita. Aquele era o momento adequado para a discussão do *impeachment*. Elementos existiam; razões jurídicas, também. Era a oportunidade. A reunião de hoje realmente foi extemporânea.

Estamos próximos de inaugurar o calendário eleitoral. Em menos de um mês, estaremos incursiionando no processo eleitoral de forma afirmativa, conforme a legislação dispõe. É evidente que o tempo é escasso para a inauguração de um processo de *impeachment*, para a adoção de todos os procedimentos e para a necessária oportunidade de defesa, a fim de que a Câmara dos Deputados, admitindo a hipótese, permita ao Senado Federal o julgamento. Portanto, a oportunidade passou.

No entanto, isso não impede que o Ministério Público possa se valer de todas as informações existentes e das novas informações, inclusive convocando Sílvio Pereira para novo depoimento, e analisar a hipótese de indiciamento do Presidente da República, assim como deve analisar essa hipótese a CPI dos Bingos. O Presidente da República tem de ser julgado como todos os outros deverão ser julgados, não somente os quarenta já indiciados pelo Procurador-Geral da República, mas aqueles que ainda serão indiciados.

O próprio Procurador declarou que esse indiciamento não se esgotou, pois a investigação prossegue. A CPML dos Correios propôs o indiciamento de mais de cem pessoas. Portanto, o trabalho do Ministério Público prossegue.

É bom lembrar que Nixon perdeu o segundo mandato por fatos ocorridos durante o primeiro. O indiciamento do Presidente Lula, mesmo que ele seja reeleito – e eu não acredito nessa hipótese –, na hipótese de ele ser reeleito, não impedirá que seja julgado posteriormente por fatos que ocorreram durante o seu primeiro mandato. Não acredito na reeleição do Presidente Lula, porque não quero subestimar a inteligência do povo brasileiro.

Neste último fim de semana, o Presidente deu uma demonstração de inapetência para liderar o País. Ao afirmar que não tinha conhecimento da entrevista de Sílvio Pereira, que não tinha lido os jornais e não tinha visto televisão, fica a impressão de que, para o Presidente Lula, a sua responsabilidade desaparece quando se inicia o fim de semana. Nos fins de semana, ele não tem responsabilidades de Chefe de Estado, como se os problemas desaparecessem nos fins de semana.

Imagine, Sr. Presidente, se, desgraçadamente, em um final de semana, ocorresse alguma catástrofe no País! O Presidente estaria totalmente distanciado. O Presidente tira férias nos fins de semana! Como se os problemas desaparecessem repentinamente, simplesmente porque se trata de fim de semana. Ele sequer tem assessores nos fins de semana, porque deixou claro que nada sabia. Já estamos cansados de

ouvir que o Presidente nada sabe. Não sabe nos fins de semana nem durante a semana.

Verificou-se, durante todos os dias de investigação, durante todos os meses de denúncias, a mesma afirmativa: o Presidente não sabia, o Presidente não sabe, como se fosse o mais absoluto alienado de todos os brasileiros. Por isso que eu não acredito na sua reeleição. Seria realmente subestimar a inteligência do povo brasileiro e concluir que a corrupção vale a pena, sim, porque um governo corrupto pode ser reeleito. E não há como não denominar o Governo dessa forma, porque jamais se viu escândalo de corrupção de tamanha proporção, que alcançasse tanta repercussão, não apenas nacional, mas também internacional.

Ora, Sr. Presidente, vamos ouvir, sim, o Sr. Sílvio Pereira, nesta semana, se possível. Espero que a Polícia Federal o localize. Em duas oportunidades, ele se recusou a comparecer a esta Casa. Não pode, agora, repetir a dose. É preciso que compareça e esclareça todos os pontos de sua entrevista. Se antes não queria falar, alguma razão o motivava ao silêncio. Se agora resolve falar, certamente o faz porque razões existem para que fale. E mais do que a possibilidade de falar, ele tem agora o dever de esclarecer. E é para isto que está sendo convocado: para esclarecer sobre, por exemplo, documentos que entregaria à jornalista de **O Globo** e acabou não entregando, porque repentinamente se arrependeu da entrevista concedida. É preciso que ele esclareça, sim, que documentos são esses, quem seriam os outros Marcos Valérios, quais as empresas que, segundo ele, se estabeleceram em conluio para ganhar licitações no Governo e repassar recursos para a manutenção desse projeto de poder de longo prazo.

São questões elementares, que cabe ao Sr. Sílvio Pereira responder em depoimento à CPI e, certamente, ao Ministério Público, porque a presença do Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando, é sempre uma esperança de que teremos competência, inteligência, seriedade na investigação de todos esses fatos, para que o Brasil possa acreditar na possibilidade de instituições públicas sérias, recuperadas e moralizadas.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 9 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Alberto Souza, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos Senadores já ocuparam esta tribuna

abordando a gravidade da situação do campo brasileiro. Há manifestações e protestos contra a política econômica e agrícola do Governo Lula eclodindo em vários Estados, como Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás. Há o anúncio de um novo “tratoração” já para o próximo dia 16. Há indicativos de que isso ocorrerá.

Lamentamos, profundamente, que os agricultores tenham que se mobilizar mais uma vez e, provavelmente, trazer as suas máquinas até a Esplanada dos Ministérios, para mostrar ao Presidente da República que a situação é de angústia, de aflição verdadeiramente. Muitos já abandonaram as suas terras, procurando o caminho da cidade como se fosse o de solução na hora em que estamos vivendo o drama do desemprego e da violência, que crescem também nos centros urbanizados.

Há aqueles que afirmam que, se receberem uma razoável área de terra sem dívidas, assim mesmo não conseguirão produzir com lucro, em razão do alto custo da produção e das dificuldades de comercialização, sobretudo como consequência da política cambial adotada no País. Portanto, o cenário atual da agricultura brasileira é de pessimismo. E o Governo tem o dever de reagir a essa situação com medidas adequadas.

Em 2005, com a queda dos preços médios das *commodities* no mercado internacional, as principais economias agroexportadoras foram afetadas. Os Estados Unidos tiveram uma queda de receita com a comercialização das lavouras. Aí o governo comparece. Qual foi o subsídio direto aos produtores em dinheiro? Vinte e três bilhões de dólares, que representaram 27,7% da renda líquida dos produtores norte-americanos; ou seja, para cada US\$4.00 de renda do produtor, US\$1.10 foi proveniente do Tesouro americano. Portanto, é a política de subsídios que coloca o produtor brasileiro sempre em desvantagem porque é obrigado a competir internacionalmente no momento da comercialização do produto.

Aqui, os produtores não contam com a ajuda direta do Governo. No ano passado, após o “tratoração”, em junho, algumas medidas foram divulgadas pelo Governo, entre as quais medidas de prorrogação de parcela do financiamento do custeio e de investimento, consideradas paliativas. O resultado foi a brutal queda de renda do setor rural brasileiro, da ordem de R\$16,6 bilhões em 2005.

Entre os fatores que contribuíram para esse cenário estão o seguro rural incipiente, perda da produção física das lavouras, aumento dos estoques mundiais de passagem com impacto negativo nos preços das

commodities, e, ainda, a taxa de câmbio desfavorável, com a valorização do real em relação às principais moedas.

Sr. Presidente, as taxas de câmbio e de juros praticadas pelo atual Governo ajudaram também a erodir a renda no setor rural. O câmbio valorizado derrubou os preços recebidos pelos produtores. A taxa de câmbio, à época do plantio, não foi a mesma utilizada para a comercialização. Os produtores compraram insumos com base no dólar mais caro, mas a produção foi comercializada com a moeda americana desvalorizada. Isso desnivelou os termos de troca, desfavoráveis à agricultura. Os juros também foram maiores para o setor rural.

O aumento de 2,6 pontos percentuais na taxa Selic, autorizado pelo Banco Central ao longo de 2005, ampliou a taxa média para 18,9% no ano passado, bem superior aos 16,3 % registrados em 2004. O resultado foi o aumento da conta juros de R\$224,6 milhões, paga pelos produtores, considerando-se apenas o volume de recursos do custeio de R\$8,640 bilhões à taxa de juros livre concedida em 2005.

Com a queda de renda do setor rural, o PIB da agropecuária caiu de R\$169 bilhões em 2004 para R\$153 bilhões em 2005. A queda de renda de 9,79% afetou profundamente a capacidade de pagamento e de realização de investimentos dos produtores.

Essa grave crise de renda do setor rural também afetou segmentos econômicos, fornecedores de insumos e de bens de capital para a agricultura. O PIB do agronegócio caiu 4,7% no último ano; o equivalente a R\$26 bilhões a menos de renda que deixou de circular na economia nacional.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A divisão desse prejuízo recaiu, na maior parte, até a porteira, em R\$16,6 bilhões. O restante, R\$9,66 bilhões, está fora da porteira.

O impacto da redução do agronegócio na economia é muito forte, uma vez que responde por 30% do PIB nacional. Uma queda de 4,7% no PIB do agronegócio resulta uma retração de 1,41 ponto percentual no PIB do País. Portanto, o Governo tem que reagir. O Governo tem que adotar medidas que signifiquem investir agora para recuperar depois o investimento realizado porque investir na agricultura é uma questão de inteligência num País extremamente produtivo como o nosso.

Eu concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a faz um retrato perfeito da realidade do agronegócio no Brasil, especialmente no seu Estado, que é um Estado pujante nesse campo. Quero aproveitar esta deixa para dizer que, lá em Roraima, conterrâneos seus e gaúchos que foram para lá e que hoje são responsáveis pela produção de cerca de 30% do PIB do Estado, produzindo arroz e soja, estão ameaçados, Senador Alvaro Dias, por todas essas mazelas. Mais: o Governo quer expulsá-los de área da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol. Gastaram duas décadas, alguns deles três décadas, para preparar a terra e produzir o que produzem hoje, talvez a maior produtividade por hectare do Brasil, e agora estão sendo expulsos de lá. Imagine como este Governo trata o agronegócio no Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, olha que o reflexo na economia urbana é inevitável; ele já ocorre, mas será ainda mais dramático a partir do próximo ano. A crise que hoje está no campo chegará à cidade com muita força a partir do próximo ano, principalmente se o Governo continuar com essa omissão e incompetência que provocam desalento.

No Paraná, já no ano passado, tivemos uma redução na geração de emprego da ordem de 41%. É um dado extremamente grave: 41% de queda na geração de emprego no Estado do Paraná! Certamente, em parte, o reflexo da crise da agricultura.

A produção industrial do Paraná, no ano passado, foi de apenas 0,8%, um desequilíbrio em relação à média da produção nacional, que chegou a 3,1%. Se consideramos um crescimento insuficiente no plano nacional, imaginem como devemos considerar o crescimento da indústria no Estado do Paraná no ano passado: um dos piores crescimentos do País, 0,8%. Para o Brasil, neste caso, o Paraná está como o Haiti para o mundo em matéria de crescimento econômico. E o Paraná sempre foi considerado um Estado acima da média, um Estado de primeiro mundo. Veja a que situação estamos sendo relegados nesse momento da vida nacional. Neste ano, a produção industrial do Paraná recuou 5,3% em janeiro, em relação ao ano anterior, o sétimo resultado negativo consecutivo nesse tipo de comparação. Portanto, estamos aprofundando a crise. O Paraná gerou menos empregos, a exemplo do que ocorreu no ano passado.

A violência cresce. Curitiba e Foz do Iguaçu já estão entre as 10 cidades mais violentas do Brasil. A crise no campo chega à cidade, aumenta o desemprego e faz crescer a violência. Curitiba é a sexta cidade

mais violenta do Brasil hoje; nunca foi, sempre esteve muito distante nessa estatística. Esse dado consta de um estudo realizado pelo Ministério da Saúde, que organizou o mapa da violência, elencando cem cidades onde há maior risco de vida por causa externa.

Outras cidades do Paraná também estão selecionadas. Em 2004, oito cidades do Paraná figuraram entre as cem mais violentas do Brasil. Pela ordem: Curitiba (6^a), Foz do Iguaçu (10^a), Londrina, Cascavel, Colombo, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré e Pinhais.

Em 2003, São José dos Pinhais e Pinhais foram incluídas entre as cem cidades mais violentas do País; portanto, passaram a integrar esse *ranking* da violência no Brasil. Esse mapa da violência foi realizado com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, que avaliou os índices de violência de 2000 a 2004.

Com relação a Foz do Iguaçu, o alto índice de violência na cidade está relacionado, sim, com o desemprego e com a impunidade. Foz do Iguaçu é considerada patrimônio da humanidade, em função do Parque Nacional do Iguaçu. As Cataratas do Iguaçu atraem turistas de todo o mundo, e eu nunca vi, Senador Mozarildo Cavalcanti, tanto desinteresse em relação àquela região, da parte dos governos, tanto estadual quanto federal. Há um abandono. Relega-se a um plano secundário um patrimônio que não é do município, que lá vive e sofre as consequências de tudo que ali acontece; é um patrimônio do País, é um patrimônio da humanidade, que deveria ser considerado e tratado como tal, em razão da sua importância para o turismo nacional, que tem de ser – e o é – uma atividade essencialmente econômica, geradora de emprego, de receita, de renda pública, e que, se administrada com maior competência, poderia ser explorada de forma a oferecer resultados muito mais significativos para o País.

Sr. Presidente, hoje, Foz do Iguaçu conta com a metade do efetivo da Polícia Civil e Militar que tinha há 10 anos. Apesar do crescimento populacional e do crescimento avassalador da violência na região da tríplice fronteira, houve uma redução do contingente de policiais, que hoje corresponde à metade do efetivo de 10 anos atrás. É lastimável que tenhamos de vir à tribuna do Senado Federal para tratar dessa questão. O objetivo primeiro foi alertar o Governo Federal para a crise no campo. Um governo que não entende de agricultura, que não reconhece a importância dela para o desenvolvimento nacional não é digno de ser considerado governo.

Muito obrigado, Presidente.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 837, DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o artigos 5º e 6º, do Ato da Comissão Diretora nº 29, de 2003,

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar **LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR**, matrícula 14154 e **JOSÉ FARIAS MARANHÃO**, matrícula 07411, servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 680/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 838, DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006998/06-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CRISTIANE DA SILVA BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jefferson Péres.

Senado Federal, em 11 de maio de 2006.

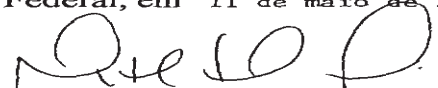

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 839 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007051/06-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IVANDRO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 11 de maio de 2006.



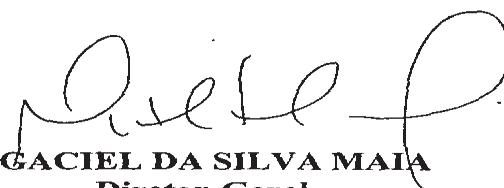
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 840 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006834/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor **ANTÔNIO DE PADUA FRANCIS KALUME**, matrícula 27689, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Administrativo do mesmo Órgão, a partir de 05 de maio de 2006.

Senado Federal, 11 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 841, de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Acórdão n.º 643/2006 – TCU – 2.ª Câmara e no Relatório TC-017.543/2003-5, constantes no Processo n.º 5791/06.5,

RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, c/c o Decreto n.º 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora n.º 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, reverter **ARTUR LUSTOSA NOGUEIRA FILHO** ao serviço ativo, no cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45.

Senado Federal, em 11 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 234 PÁGINAS